



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR NA IBERO-AMÉRICA 2020

sulsul



Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

Paseo de Recoletos, 8
28001 - Madrid

Copyright SEGIB

Março de 2021

Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

Rebeca Grynspan, Secretária-Geral Ibero-Americana
Maria Andrea Albán, Secretária para a Cooperação

Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS)

Direção-Geral da Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores,
Comércio Internacional e Culto da República Argentina, Presidência
Daniel Castillo, Secretário Técnico

Coordenação

Martín Rivero, Coordenador da Área de Coesão Social e Cooperação Sul-Sul

Elaboração

Cristina Xalma (Investigadora principal)
María Dutto (Equipa CSS)
Natalia Vargas (Equipa CSS)

Colaborações

Rocío Rodríguez
Iruma Díaz

Tradução

Margarida Cardoso Gonçalves

Nota explicativa:

No que respeita à introdução do termo Triangular no título do Relatório, o Brasil
*“manifesta o seu entendimento de que a expressão cooperação trilateral seria mais
adequada para nomear o tipo de cooperação realizada entre 3 agentes internacionais”.*

A fotografia da capa é do projeto de CT *“Fortalecimento de processos de boa convivência no
Bairro de San Francisco (Assunção, Paraguai)”*, realizado em conjunto com o Chile e a Espanha.
Autor: Fútbol Más

Por favor citar esta publicação como:

SEGIB (2021). Relatório da Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América 2020, Madrid.

Esta publicação foi financiada pela Agência Espanhola de Cooperação
Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

Serviços editoriais:

wearebold.es

Depósito Legal: M-6466-2021

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL E TRIANGULAR NA
IBERO-AMÉRICA 2020

sulsul



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

ÍNDICE

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL E TRIANGULAR NA
IBERO-AMÉRICA 2020

sulsul

Índice

Apresentação	10
Responsáveis da Cooperação Ibero-Americana	12
Introdução	14
Acrónimos	22
Capítulo I. O multilateralismo como resposta aos atuais desafios: a experiência dos países da Ibero-América em Cooperação Sul-Sul e Triangular*	28
*Da responsabilidade dos Responsáveis da Cooperação Ibero-Americana	
I.1 O impacto da pandemia da COVID-19 na Ibero-América; ações pós-pandemia	30
I.2 O papel do multilateralismo: perspectiva do espaço ibero-americano	31
I.3 Convergência entre a Cooperação Ibero-Americana e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	33
I.4 Desafios para a Cooperação Sul-Sul e Triangular face à pandemia da COVID-19	34
Capítulo II. A Ibero-América e a Cooperação Sul-Sul Bilateral	36
II.1 Iniciativas de Cooperação Sul-Sul Bilateral em 2019	38
II.2 Participação dos países na CSS Bilateral na Ibero-América	41
II.2.1 Países e papéis	41
II.2.2 Relações de intercâmbio	43
II.3 Análise setorial da Cooperação Sul-Sul Bilateral de 2019	50
II.3.1 Capacidades fortalecidas	51
II.3.2 Perfil dos países	63
II.4 A Cooperação Sul-Sul Bilateral e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	69

Capítulo III. A Cooperação Triangular na Ibero-América	74
III.1 Introdução	76
III.2 Iniciativas de Cooperação Triangular em 2019	78
III.3 Participação dos países e dos seus parceiros na Cooperação Triangular da Ibero-América	81
III.3.1 Países, organismos e papéis	81
III.3.2 Parcerias para a Cooperação Triangular	88
III.4 Análise setorial da Cooperação Triangular 2019	93
III.4.1 Capacidades fortalecidas	93
III.4.2 Perfil dos principais agentes	98
III.5 A Cooperação Triangular e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	106
Capítulo IV. A Ibero-América e a Cooperação Sul-Sul intra- e inter-regional	108
IV.1 Introdução	110
IV.2 Um pouco mais acerca da CSS Intrarregional na Ibero-América	112
IV.2.1 O papel de uma modalidade: a CSS Regional	112
IV.2.2 Países, organismos e regiões	115
IV.2.3 Problemas comuns, soluções partilhadas	123
IV.3 A Cooperação Sul-Sul Inter-regional da Ibero-América	130
IV.3.1 Uma primeira aproximação	130
IV.3.2 Países, organismos e regiões	132
IV.3.3 Problemas comuns, soluções partilhadas	141
Nota metodológica	170
Bibliografia	175

Fichas-país. A Cooperação Sul-Sul dos países ibero-americanos em 2019.	146
Principais dados	
Argentina	148
Bolívia	149
Brasil	150
Chile	151
Colômbia	152
Costa Rica	153
Cuba	154
Equador	155
El Salvador	156
Guatemala	157
Honduras	158
México	159
Nicarágua	160
Panamá	161
Paraguai	162
Peru	163
República Dominicana	164
Uruguai	165
Venezuela	166
Espanha	167
Portugal	168
Andorra	169

Índice de quadros

Quadro II.1	A Cooperação Sul-Sul da Ibero-América face à crise sanitária da COVID-19	51
Quadro II.2	A Cooperação Sul-Sul da Ibero-América face à crise económica e social da COVID-19	57
Quadro II.3	Educação de qualidade para menores em tratamento hospitalar: os ODS 3 e 4	73
Quadro III.1	O Acordo SEGIB-UE para uma Cooperação Triangular inovadora	77
Quadro III.2	A República Dominicana dá os primeiros passos como ofertante na Cooperação Triangular transferindo a sua experiência em compras públicas	85
Quadro III.3	Chile, Espanha e Paraguai: o futebol como ferramenta para o fortalecimento da convivência	92
Quadro III.4	Gestão de catástrofes e construção de uma região mais resiliente face à crise da COVID-19	95
Quadro III.5	Energias renováveis e infraestruturas de qualidade: o caso de Cuba e da República Dominicana	101
Quadro III.6	A experiência do Peru, Espanha e El Salvador no combate à violência exercida contra as mulheres	105
Quadro IV.1	“Partilhar capacidades, construir conhecimentos”: comemorando o 10º aniversário do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS)	113
Quadro IV.2	O BID, os bens públicos globais e o desenvolvimento dos sistemas de informação	119
Quadro IV.3	Cooperação Sul-Sul para uma gestão sustentável dos recursos hídricos da Bacia Amazónica	121
Quadro IV.4	A Ibero-América une-se pelos direitos das pessoas com deficiência	125
Quadro IV.5	A cultura como eixo transversal na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	128
Quadro IV.6	Argentina e África: um processo de aproximação através da Cooperação Sul-Sul	133
Quadro IV.7	Portugal e a construção de um quadro institucional que promove a CT da Ibero-América com as regiões em desenvolvimento	136
Quadro IV.8	CSS e fortalecimento dos sistemas de saúde: essencial na luta global contra a COVID-19	142

Índice de gráficos

Gráfico II.1	Evolução das ações, projetos e iniciativas de CSS Bilateral da Ibero-América com todos os parceiros. 2007-2019	39
Gráfico II.2	Evolução da participação dos projetos e das ações no total das iniciativas de CSS Bilateral da Ibero-América com todos os parceiros. 2007-2019	39
Gráfico II.3	Distribuição das iniciativas de CSS Bilateral, conforme a região de intercâmbio. 2019	40
Gráfico II.4	Participação dos países na CSS Bilateral na Ibero-América, conforme as ações e os projetos. 2019	41
Gráfico II.5	Projetos de CSS Bilateral, conforme o papel em que os países participaram. 2010-2019	42
Gráfico II.6	Projetos de CSS Bilateral na Ibero-América, conforme o país e o papel (recetor, ofertante, ambos). 2019	43
Gráfico II.7	Intensidade do intercâmbio por parceiros de países, conforme o número de projetos. 2019	44
Gráfico II.8	Participação dos países na CSS Bilateral na Ibero-América, conforme o total dos projetos em que cada um deles participou e o número de parceiros com que se relacionou. 2019	46
Gráfico II.9	Distribuição dos projetos de CSS Bilateral de Cuba e México com parceiros ibero-americanos, conforme o papel. 2019	48
Gráfico II.10	Projetos de CSS Bilateral, por setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019	50
Gráfico II.11	Alteração na participação dos âmbitos de intervenção sobre o total dos projetos de CSS Bilateral. 2010-2019	62
Gráfico II.12	Alteração na participação dos setores de atividade sobre o total dos projetos de CSS Bilateral. 2010-2019	62
Gráfico II.13	Perfil dos países, conforme a participação nos papéis de ofertante e recetor. 2019	63
Gráfico II.14	Distribuição dos projetos participados pela Guatemala como recetor, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019	64
Gráfico II.15	Distribuição dos projetos participados pelos países com um perfil essencialmente recetor, conforme o âmbito de intervenção. 2019	65
Gráfico II.16	Distribuição dos projetos participados pelo Brasil como ofertante, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019	66
Gráfico II.17	Distribuição dos projetos participados pelos países com um perfil essencialmente ofertante, conforme o âmbito de intervenção. 2019	67
Gráfico II.18	Distribuição dos projetos participados pelo Uruguai nos papéis de ofertante e recetor, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019	68
Gráfico II.19	Distribuição dos projetos de CSS Bilateral na Ibero-América, conforme o potencial alinhamento com o ODS principal e secundário. 2019	70
Gráfico II.20	Distribuição dos projetos de CSS Bilateral na Ibero-América, conforme a relação entre os ODS. 2019	72

Gráfico III.1	Evolução das ações, projetos e iniciativas de Cooperação Triangular da Ibero-América com todos os parceiros. 2007-2019	79
Gráfico III.2	Evolução da participação dos projetos e das ações no total das iniciativas de Cooperação Triangular da Ibero-América com todos os parceiros. 2007-2019	79
Gráfico III.3	Distribuição das iniciativas de Cooperação Triangular intercambiadas na Ibero-América e em conjunto com países em desenvolvimento de outras regiões. 2019	80
Gráfico III.4	Participação dos países ibero-americanos na Cooperação Triangular, conforme as ações e projetos. 2019	81
Gráfico III.5	Participação dos países ibero-americanos nos projetos de Cooperação Triangular na Ibero-América, conforme o papel (primeiro ofertante, segundo ofertante e recetor). 2019	82
Gráfico III.6	Distribuição dos projetos de Cooperação Triangular na Ibero-América, conforme o primeiro ofertante. 2019	83
Gráfico III.7	Evolução da participação dos primeiros ofertantes nos projetos de Cooperação Triangular. 2007-2019	84
Gráfico III.8	Distribuição dos projetos de Cooperação Triangular na Ibero-América, conforme o segundo ofertante. 2019	86
Gráfico III.9	Evolução do peso relativo da Alemanha, Espanha e Japão no papel de segundo ofertante, sobre o total dos projetos de Cooperação Triangular na Ibero-América. 2007-2019	87
Gráfico III.10	Distribuição dos projetos de Cooperação Triangular na Ibero-América, conforme o recetor. 2019	88
Gráfico III.11	Mecanismos de Associação Triangular: o caso do Chile	89
Gráfico III.12	Distribuição das iniciativas de Cooperação Triangular do Chile no papel de primeiro ofertante, conforme o segundo ofertante e recetor. 2019	91
Gráfico III.13	Projetos de Cooperação Triangular na Ibero-América, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019	93
Gráfico III.14	Evolução da participação dos setores de atividade nos projetos de Cooperação Triangular. 2010-2019	96
Gráfico III.15	Alteração na participação dos setores de atividade sobre o total dos projetos de Cooperação Triangular. 2010-2019	97
Gráfico III.16	Alteração na participação dos âmbitos de intervenção sobre o total dos projetos de Cooperação Triangular. 2010-2019	98
Gráfico III.17	Perfil dos países, conforme a sua participação nos papéis de ofertante e recetor. 2019	99
Gráfico III.18	Distribuição dos projetos de CT em que a Bolívia participou como recetor, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019	100
Gráfico III.19	Distribuição dos projetos CT em que o Paraguai participou como recetor, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019	100
Gráfico III.20	Distribuição dos projetos de CT em que a Costa Rica participou como recetor e primeiro ofertante, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019	103

Gráfico III.21	Distribuição dos projetos de CT em que o México participou como primeiro e/ou segundo ofertante, conforme o setor de atividade. 2019	104
Gráfico III.22	Distribuição dos projetos de Cooperação Triangular na Ibero-América, conforme o potencial alinhamento com o ODS principal e secundário. 2019	107
Gráfico IV.1	A CSS intra- e inter-regional da Ibero-América, conforme a modalidade. 2019	111
Gráfico IV.2	Evolução dos projetos, programas e iniciativas de CSS Regional da Ibero-América com todos os parceiros. 2007-2019	112
Gráfico IV.3	Distribuição das iniciativas de CSS Regional (intra- e inter-regionais) intercambiadas na Ibero-América e em conjunto com países em desenvolvimento de outras regiões. 2019	115
Gráfico IV.4	Participação dos países ibero-americanos em iniciativas de CSS Regional. 2019	116
Gráfico IV.5	Participação de organismos multilaterais nas iniciativas de CSS Regional. 2019	118
Gráfico IV.6	Intensidade da relação entre países ibero-americanos, conforme o número de iniciativas de CSS Regional nas quais cada par de parceiros coincide. 2019	122
Gráfico IV.7	Distribuição das iniciativas de CSS Regional, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019	123
Gráfico IV.8	Alteração na participação dos âmbitos de intervenção sobre o total das iniciativas de CSS Regional. 2010-2019	126
Gráfico IV.9	Alteração na participação dos setores de atividade sobre o total das iniciativas de CSS Regional. 2010-2019	126
Gráfico IV.10	Distribuição das iniciativas de CSS Regional, conforme o potencial alinhamento com o ODS principal e secundário. 2019	127
Gráfico IV.11	Iniciativas da Ibero-América em conjunto com países em desenvolvimento de outras regiões, conforme a modalidade. 2019	131
Gráfico IV.12	Iniciativas de CSS Bilateral com países em desenvolvimento de outras regiões, conforme o papel e nível de participação dos países ibero-americanos. 2019	132
Gráfico IV.13	Iniciativas de CT entre a Ibero-América e outras regiões, conforme o participante e o papel. 2019	135
Gráfico IV.14	Participação dos países em desenvolvimento de outras regiões na Cooperação Sul-Sul inter-regional da Ibero-América. 2019	138
Gráfico IV.15	Iniciativas da Ibero-América com países em desenvolvimento de outras regiões, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção (todas as modalidades). 2019	141
Gráfico IV.16	Iniciativas da Ibero-América com países em desenvolvimento de outras regiões, conforme o ODS principal e ODS secundário (todas as modalidades). 2019	145

APRESENTAÇÃO

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL E TRIANGULAR NA
IBERO-AMÉRICA 2020

sulsul

A pandemia da COVID-19 deixou uma crise global com consequências devastadoras, mas também com múltiplos ensinamentos que todos devemos aprender. Uma dessas aprendizagens refere-se à nossa vulnerabilidade e interdependência, ainda mais evidente numa crise multidimensional, que englobou os âmbitos sanitário, económico e social. Esta experiência faz-nos compreender mais uma vez, que as respostas para superar a crise também devem ser multidimensionais e coletivas pois só a ação conjunta nos trará o resultado desejado.

Neste sentido, o multilateralismo e uma cooperação verdadeiramente horizontal, devem ser o eixo estruturante de um esforço conjunto global. Trata-se de um espírito que impregna uma das ferramentas de que dispomos para isso: a Cooperação Sul-Sul e Triangular. Por esse motivo, exercícios como o do **Relatório da Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América 2020**, que aqui apresentamos, permitem-nos aprender com o que já foi realizado e demonstram-nos em que medida os nossos países já estavam a cooperar, na forma e no fundo, na criação e fortalecimento comuns de capacidades que hoje são fundamentais para enfrentar a pandemia.

Portanto, dada a sua coincidência com o ano da pandemia, e tendo em conta o modo como se processa a informação e elabora o relatório, o período de análise refere-se aos anos 2018 e 2019. Este Relatório de 2020 ainda não apresenta as iniciativas de cooperação geradas em resposta à COVID-19. Apresenta, no entanto, de uma forma muito clara, a significativa quantidade de projetos (cerca de 300) que nesses dois anos se dedicaram a unir forças na área da saúde, o tema em que anualmente se concentra a maior parte das iniciativas de CSS e Triangular. Trata-se de projetos orientados para questões que se revelaram particularmente importantes na luta contra a pandemia, tais como o fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde e o controlo de doenças transmissíveis e de outras epidemias.

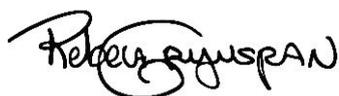
O presente **Relatório da Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América 2020** sistematiza e analisa as quase 1.600 iniciativas em que os países

da região participaram nos anos 2018 e 2019. Trata-se de uma cooperação entre países da região, mas também entre a Ibero-América e países em desenvolvimento de outras regiões (322 iniciativas). Este total também inclui 300 ações e projetos de Cooperação Triangular realizados em conjunto com múltiplos organismos e países de diferentes partes do mundo.

Além disso, por ser um exercício coletivo, gostaríamos de felicitar os países ibero-americanos pelo enorme esforço realizado: por um lado, por manterem o grau de dinamismo que caracterizou esta cooperação durante mais de uma década e, por outro lado, por conseguirem registar e apresentar as informações exigidas para esta 13ª edição. Fazê-lo, e ainda mais em condições tão adversas, é duplamente meritório. Para a SEGIB é uma honra acompanhar este esforço da região, sistematizar e analisar toda a informação e poder elaborar e apresentar este Relatório de 2020.

A inovação constante é uma característica do Relatório da Cooperação de que nos orgulhamos muito e ano após ano nos esforçamos por honrar. No contexto desse compromisso, este ano o Relatório apresenta logo no seu próprio título uma novidade importante. É a primeira edição em que os países ibero-americanos resolveram formalmente incluir a menção à Cooperação Triangular no título do Relatório, embora há já mais de uma década este incluía análises sobre esse tipo de cooperação. A SEGIB também desenvolveu, e coloca à disposição dos seus Estados membros e de toda a comunidade internacional, uma nova plataforma virtual para o acesso à base de dados de CSS e Triangular regional maior do mundo, com mais de 9 mil registos.

Para concluir, em diferentes espaços internacionais em que este último ano se caracterizou pelos confinamentos, contribuimos para uma reflexão sobre o carácter global da pandemia, um facto que nos situou no “mesmo mar de adversidades”. Nesse contexto, constatámos de novo que a Cooperação Sul-Sul e Triangular que fomos capazes de desenvolver em conjunto todos estes anos, é um dos nossos maiores pontos fortes e um veículo para que, tal como o problema nos uniu, também nos una a solução.



Rebeca Grynspar

SECRETÁRIA-GERAL IBERO-AMERICANA



María Andrea Albán

SECRETÁRIA PARA A COOPERAÇÃO IBERO-AMERICANA

RESPONSÁVEIS

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL E TRIANGULAR NA
IBERO-AMÉRICA 2020

sulsul

Responsáveis da Cooperação Ibero-Americana

EM 28 DE FEVEREIRO DE 2021

PAÍS	NOME	INSTITUIÇÃO
ANDORRA	Gemma Cano Berné	Departamento de Assuntos Multilaterais e Cooperação do Ministério das Relações Exteriores e Relações Institucionais
ARGENTINA	Juan Ignacio Roccatagliata	Direção-Geral da Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da República Argentina
BOLÍVIA	Harley Jesús Rodríguez Téllez	Vice-Ministério do Investimento Público e Financiamento Externo do Ministério da Planificação do Desenvolvimento
BRASIL	Ruy Pereira	Direção Geral da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)
CHILE	Cristian Jara Brito	Direção Executiva da Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AGCID)
COLÔMBIA	Álvaro Calderón Ponce de León	Direção de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores
COSTA RICA	Rita Hernández Bolaños	Direção de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores e do Culto
CUBA	Ana Teresita González Fraga	Vice-Ministério do Comércio Externo e Investimento Estrangeiro do Ministério do Comércio Externo e do Investimento Estrangeiro
EQUADOR	Patricio Garcés	Direção-Geral da Cooperação Internacional, Bi-Multilateral e Sul-Sul do Ministério das Relações Exteriores e da Mobilidade Humana
EL SALVADOR	Karla de Palma	Direção Geral da Agência de Cooperação Internacional de El Salvador (ESCO)
ESPANHA	Carmen Castiella Ruiz de Velasco	Direção de Cooperação com a América Latina e o Caribe da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)
GUATEMALA	Rita Mishaan	Subsecretaria de Cooperação e Alianças para o Desenvolvimento da Secretaria de Planificação e Programação da Presidência da República da Guatemala (SEGEPLAN)
HONDURAS	Karen Alejandra Najarro Bonilla	Subsecretaria de Cooperação e Promoção Internacional da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e Cooperação Internacional
MÉXICO	María Elena Alcaraz	Coordenação de Fóruns Internacionais da Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID)
NICARÁGUA	Arlette Marengo Meza	Secretaria de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores
PANAMÁ	Yil Otero	Direção-Geral de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores
PARAGUAI	Cynthia Maria Filartiga Lacroix	Direção de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores
PERU	José Antonio González Norris	Direção Geral da Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI)
PORTUGAL	Cristina Moniz	Vice-Presidência do Conselho Diretivo do Instituto de Cooperação e da Língua (Camões)
REPÚBLICA DOMINICANA	Olaya Dotel	Vice-Ministério de Cooperação Internacional do Ministério da Economia, Planificação e Desenvolvimento
URUGUAI	Mariano Berro	Direção Executiva da Agência Uruguaia de Cooperação Internacional (AUCI)
VENEZUELA	Marisela del Valle Rojas	Vice-Ministério de Assuntos Multilaterais do Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores



INTRODUÇÃO

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL E TRIANGULAR NA
IBERO-AMÉRICA 2020

sulsul

Introdução

O *Relatório da Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América 2020* chega certamente numa das alturas de maior incerteza mundial dos últimos tempos, num panorama marcado pela grave crise provocada pela pandemia da COVID-19. Muito se tem escrito sobre a forma como esta crise, nas suas três dimensões: sanitária, económica e social, modificou a quotidianidade em todo o mundo, e sobre como alterou as prioridades das políticas públicas em geral e das estratégias de desenvolvimento em particular. Neste sentido, a crise afetou-nos a todos e todas, mas, em maior medida, os mais vulneráveis, pondo em risco os esforços envidados a partir de 2015 para fazer avançar a obtenção da Agenda 2030.

Não obstante o atrás mencionado, a pandemia da COVID-19 também deixou uma grande lição, relativa à necessidade de unir forças e de revigorar a cooperação internacional, entendida esta como uma das ferramentas de que o mundo dispõe para melhorar a sua capacidade de resposta a esta crise. Nesse contexto, exercícios como o que representa o *Relatório da Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América 2020*, adquirem um valor renovado, pois permitem conhecer melhor o que já foi feito, aprender com a experiência e contribuir para essa resposta.

Por conseguinte, a necessidade de identificar essas potenciais aprendizagens condiciona sem dúvida o modo como as informações incluídas neste *Relatório da Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América 2020* foram analisadas. Assim, esta edição focaliza-se, mais do que nunca, nas capacidades fortalecidas através da cooperação e na identificação das experiências que, em questões bem diversas, contribuem para melhorar a gestão que a região deve fazer da pandemia da COVID-19. Tudo isto, a partir de uma visão muito integral, que inclui não só a resposta de emergência, mas também a adoção de medidas de políticas públicas que enfrentem a crise em todas as suas dimensões (sanitária, económica e social), e que contribuam para o diagnóstico, prevenção e alerta de potenciais novas crises.

Esta abordagem transversaliza todos os conteúdos deste Relatório de 2020 e especialmente os relativos aos capítulos II, III e IV, dedicados à sistematização e análise da CSS e Triangular realizada na Ibero-América durante os últimos anos e, sobretudo, em 2019. Nesta procura de aprendizagens, será importante rever as experiências em matéria de saúde (as de maior peso relativo no conjunto da CSS e Triangular da Ibero-América), mas também, e para referir apenas alguns exemplos, em questões relacionadas com a própria gestão de uma emergência, prestação de cuidados e proteção dos idosos (especialmente vulneráveis nesta crise), aplicação das tecnologias da comunicação ao atendimento médico e educativo, e investigação fito-zoossanitária, área em que a região acumula uma enorme experiência e que é essencial para prevenir a transmissão de doenças dos animais para os seres humanos.

A pandemia também influenciou o **CAPÍTULO I** deste *Relatório da Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América 2020*, elaborado a partir de 2009 pelos responsáveis máximos da cooperação dos países ibero-americanos, e que reúne a visão política da região em torno de diferentes temas de atualidade relacionados com a CSS e a agenda para o desenvolvimento. Nessa base, em 2020 e de modo quase inevitável, este capítulo reflete sobre o impacto da crise da COVID-19 no desenvolvimento dos países da região; calcula até que ponto tal pode chegar a representar um retrocesso nos progressos registados nos últimos anos relativamente à implementação da Agenda 2030; e valoriza o papel que o multilateralismo e a cooperação podem desempenhar para uma recuperação robusta e a longo prazo.

Mas a COVID-19 não condicionou apenas os conteúdos dos diferentes capítulos do Relatório de 2020. O seu impacto também se fez sentir no processo de elaboração, ao colocar em risco a efetiva recolha dos dados de CSS e Triangular que alimentam todas as edições. Com efeito, a eclosão da pandemia, acompanhada pelos confinamentos domiciliários, dificultou a recolha e o registo das informações que anualmente são realizados pelos países na nossa plataforma de datos online, o Sistema Integrado de Dados

da Ibero-América sobre CSS e Triangular (SIDICSS). No entanto, os responsáveis e os profissionais das Agências e Direções Gerais de Cooperação dos países ibero-americanos ratificaram uma vez mais o seu firme compromisso para com este projeto e, mesmo em circunstâncias tão adversas, cumpriram a sua tarefa.

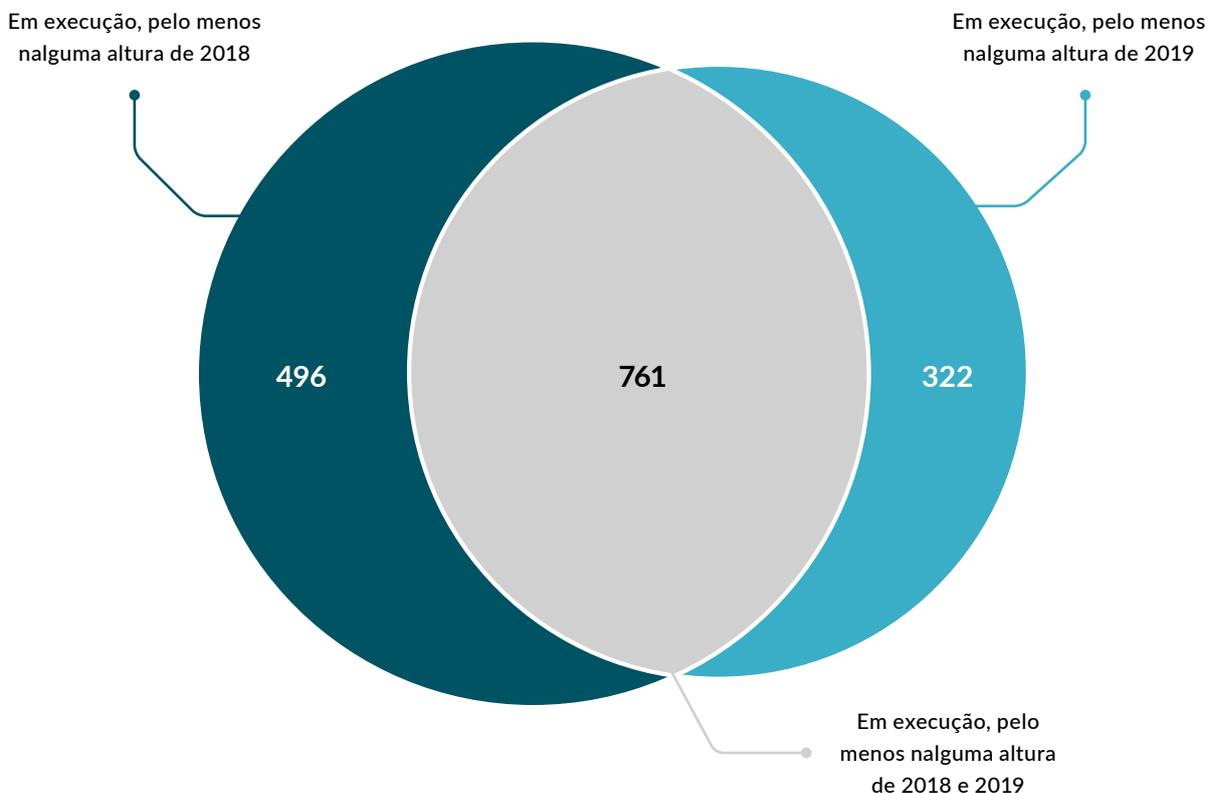
E não só isso. Também o fizeram alcançando um desafio abordado antes da pandemia: o de reduzir as disparidades entre o ano de edição do Relatório e o ano a que se referem os dados apenas a um exercício. Na verdade, e dada a complexidade destes processos, o mais habitual nas edições precedentes era que o Relatório se referisse ao ocorrido na

cooperação de dois anos atrás. Consequentemente, e a modo de ilustração, o Relatório de 2019 centrou-se nos dados relativos a 2017. Para reduzir essa disparidade a um único ano, a elaboração do Relatório de 2020 surgiu com o desafio de alargar a recolha e o registo das informações relativas à CSS e Triangular realizadas na Ibero-América a dois exercícios: os anos 2018 e 2019. E mesmo nas circunstâncias adversas vividas em 2020, os países conseguiram fazê-lo e registaram no SIDICSS as quase 1.580 iniciativas que, com o risco de um certo sub-registo, e tal como se pode observar no Gráfico A, estiveram em execução em 2018 e/ou 2019.

GRÁFICO A

Iniciativas de CSS com a participação da Ibero-América (todas as modalidades), conforme o ano de execução. 2018 e/ou 2019

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

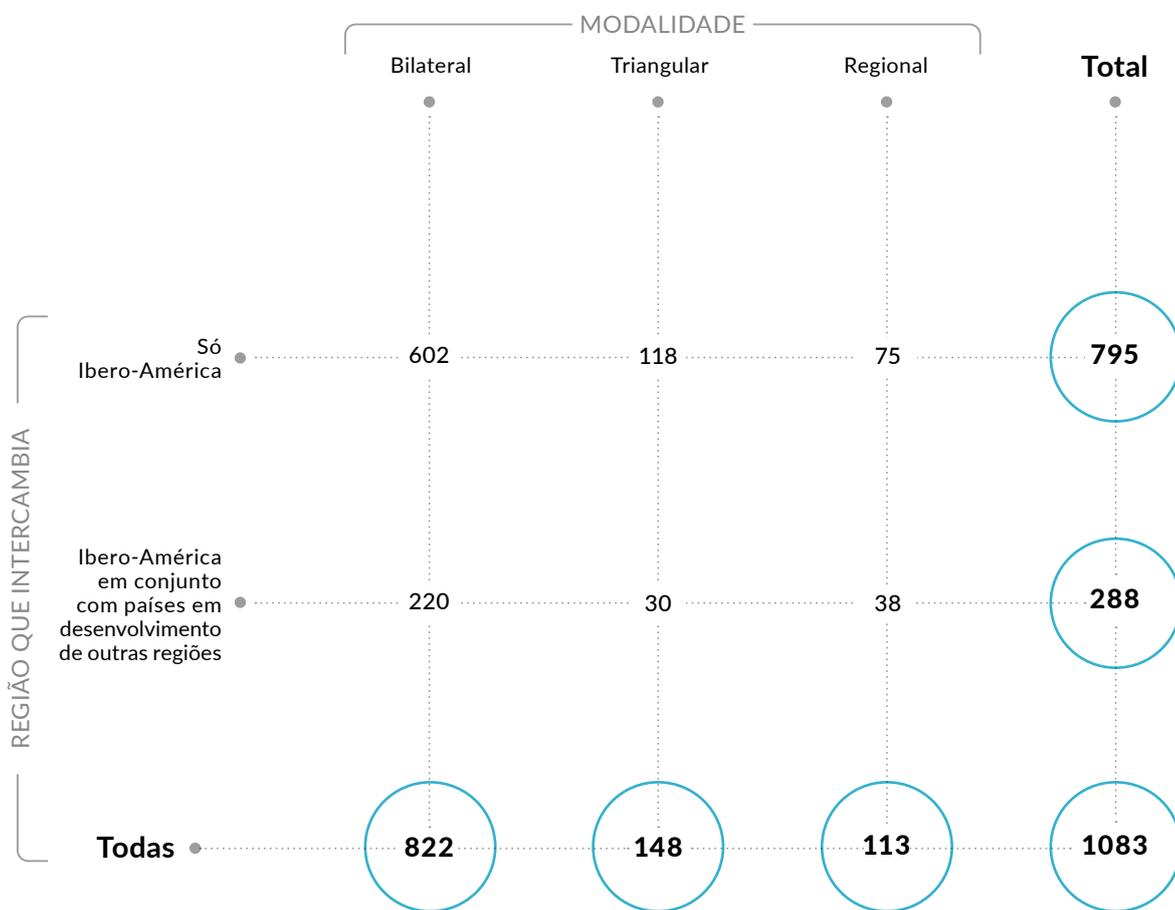
Assim, os **CAPÍTULOS II, III e IV**, e as **FICHAS-PAÍSES** que concluem o Relatório de 2020, elaboraram-se em torno da sistematização e análise da informação recolhida, prestando especial atenção às iniciativas de CSS e Triangular em que a Ibero-América participou em 2019: um total de 1.083. O Gráfico

B distribui-as de acordo com a sua modalidade (Bilateral, Triangular, Regional) e as regiões com que a Ibero-América se relacionou, distinguindo a CSS de alcance intrarregional (entre os próprios países ibero-americanos) da inter-regional (em conjunto com países em desenvolvimento de outras regiões).

GRÁFICO B

Iniciativas de CSS com a participação da Ibero-América, conforme a região de intercâmbio e a modalidade. 2019

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

As diferentes combinações dos critérios por modalidade e região são as que por sua vez vão definindo os conteúdos centrais de cada um dos capítulos. Acresce que as informações acumuladas no período 2006-2019, que incluem até 9.119 iniciativas de CSS, constituem um valor acrescentado pois permitem uma análise das tendências que não seria possível sem estas séries históricas.

Em concreto, o **CAPÍTULO II** dedica-se às mais de 600 iniciativas de CSS Bilateral intercambiadas na Ibero-América em 2019. Embora todos os 19 países da América Latina e do Caribe que participam nesta modalidade tenham registado intercâmbios de experiências, os comportamentos foram díspares, com um máximo relativo ao México e Chile, cada um deles com 185 e 160 iniciativas. Além disso, observa-se uma dinamização do relacionamento entre países, que se expressa no processo de alargamento e diversificação dos parceiros com que cada um deles realiza intercâmbios. Esta tendência é acompanhada por um aumento dos intercâmbios em que o país exerce simultaneamente o papel de ofertante e de recetor, uma casuística muito habitual, por exemplo, no Uruguai.

Outras tendências observadas quanto à CSS Bilateral intercambiada na Ibero-América ao longo de 2019 referem-se ao tipo de capacidades fortalecidas. O âmbito em que se continuam a concentrar mais esforços é o Social (mais de um terço das iniciativas totais) e o setor mais destacado o da *Saúde* (praticamente uma centena de projetos). Tal como já se referiu, trata-se de um dado especialmente relevante no contexto da crise sanitária provocada pela COVID-19. A cooperação orientada para a preservação do *Ambiente* também continuou a ganhar espaço, consolidando-se como o setor com maior peso relativo no total das iniciativas bilaterais de 2019, muito próximo do segundo, o *Agropecuário*.

O **CAPÍTULO III** é consagrado à sistematização e análise das 130 iniciativas de Cooperação Triangular promovidas na Ibero-América em 2019. Tal como se refere na apresentação, a importância que esta modalidade adquiriu, em especial a partir do renovado reconhecimento atribuído pela comunidade internacional à CT como ferramenta para a implementação efetiva da Agenda 2030 no contexto do PABA+40, favoreceu a sua inclusão no título deste *Relatório da CSS e Triangular na Ibero-América 2020*.

Nessa mesma linha, os dados de 2019 sugerem uma aposta da Ibero-América numa Cooperação Triangular cada vez mais forte. Esta força crescente não se manifesta num aumento do número de iniciativas (num valor total relativamente estável), mas sim numa mudança da sua instrumentalização, com um progressivo deslocamento das ações pontuais e isoladas a favor de projetos de maior alcance. Nessa aposta, destacaram-se: o Chile, México e Brasil, como primeiros ofertantes; Espanha e Alemanha, no papel de segundos ofertantes; e El Salvador, Bolívia e Paraguai como recetores, embora, tal como tem vindo a ser habitual, a casuística mais comum neste último caso continuasse a ser a de vários países a partilhar o exercício desse papel.

No que se refere às capacidades fortalecidas através da CT, entre 2010 e 2019 constatou-se uma alteração de tendência nas prioridades setoriais da região, que apostou em contribuir para a preservação do *Ambiente* (16,5% das iniciativas). A CT dedicada ao Fortalecimento institucional também ganhou peso, especialmente em temas relacionados com o *Desenvolvimento legal e judicial e dos direitos humanos*. No entanto, estas alterações não representaram um deslocamento do setor *Agropecuário*, que se manteve como o segundo de maior importância relativa de 2019. Através de uma outra leitura, entende-se que metade desta cooperação se centrasse em tentar fazer avançar a obtenção do ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), ODS 2 (Erradicar a fome), ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 13 (Ação climática).

O **CAPÍTULO IV** adota uma abordagem inovadora e integra o capítulo quatro (*A Ibero-América e a CSS Regional*) e cinco (*A Ibero-América e a CSS com outras regiões*) das anteriores edições do Relatório. A alteração agora introduzida tem por objetivo colocar a tónica num agente-chave do desenvolvimento, a região, entendida como unidade, e incidir em como, através desta, a cooperação pode fortalecer e potenciar a resposta coletiva a problemas e desafios globais, que ultrapassam as fronteiras.

Para isso, o Capítulo IV aborda duas perspectivas: a primeira, dá continuidade ao trabalho já realizado e continua a referir-se à CSS intrarregional, mas centrando-se na cooperação que a Ibero-América exerce como conjunto, através da CSS Regional; e a segunda, dá um salto para o inter-regional, e focaliza-se no intercâmbio de experiências entre a Ibero-América e outras regiões em desenvolvimento.

Assim, em 2019 a Ibero-América participou em mais de 110 iniciativas de CSS Regional, a maioria delas de longo prazo. Tratou-se de uma cooperação acompanhada e apoiada institucionalmente por mais de 40 organismos, destacando-se os que fazem parte dos Sistemas Ibero- e Centro-Americano. O cunho que este tipo de organismos imprime, bem como o peso do coletivo, que une os países que constituem cada uma destas regiões, permite entender que se trate de uma CSS que se centra, principalmente, no fortalecimento da *Cultura* (14,4% das iniciativas), no *Ambiente* e na *Gestão de catástrofes* (20%). O atrás mencionado também explica que dois dos ODS para os quais esta CSS Regional mais contribuiu fossem o ODS 11 Cidades e comunidades sustentáveis e ODS 13 Ação climática.

Por sua vez, neste mesmo ano de 2019, a Ibero-América, em conjunto com países em desenvolvimento de outras regiões, executou 288 iniciativas de CSS, maioritariamente na modalidade Bilateral. Metade da cooperação justifica-se pela participação do Caribe não Ibero-Americano, à que se seguiram a África (27,1% das iniciativas) e a Ásia (15,6%), sendo mais pontual a do Médio Oriente e Oceania. Tratou-se de uma cooperação que deu ênfase aos problemas de natureza Social e, sobretudo, aos relativos à *Saúde* (3 em cada 10 iniciativas). Neste sentido, o esforço realizado para reforçar os sistemas públicos de saúde de muitos países em desenvolvimento, pode ser uma contribuição essencial para aumentar a sua capacidade de resposta à crise da COVID-19.

Concluem o *Relatório da Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América 2020*, as **FICHAS-PAÍS** que resumem os principais dados da cooperação de cada um dos 22 membros deste espaço. A sua análise permite identificar, para cada país, não só o total das iniciativas em que participou em 2019, mas também como estas se distribuíram por modalidades, papéis, capacidades fortalecidas, ODS com que potencialmente se alinharam e principais parceiros.

/// *Em 2019 Ibero-América participou em 1083 iniciativas de CSS e Triangular, das quais 288 foram feitas em conjunto com países em desenvolvimento de outras regiões* ///

Com estas Fichas-País elaborou-se o Gráfico C, que distribui as 1.083 iniciativas de CSS em execução em 2019, de acordo com a intensidade de participação dos países ibero-americanos. Tal como se pode observar, conviveram diferentes dinâmicas. Assim, por um lado, situaram-se os países que, tal como o México e o Chile, participaram em mais de 290 iniciativas. Seguiram-se de muito perto a Argentina, Colômbia, Cuba (mais de 200) e Brasil (184). Por outro lado, e forma congruente com a natureza dos países - limitando-se a sua participação às modalidades Triangular e Regional -, situaram-se Espanha, Portugal e Andorra, os três com menos de 50 iniciativas. Entretanto, a maior parte dos países centro-americanos (Panamá, Guatemala, Honduras, Costa Rica e El Salvador) e andinos (Bolívia, Equador e Peru), juntamente com a República Dominicana, Paraguai e Uruguai, participaram, com mais ou menos intensidade, em 80 a 180 iniciativas. Completaram este panorama, a Venezuela e a Nicarágua, cada um deles ativos em 50 a 75 intercâmbios.

GRÁFICO C

Participação da Ibero-América no total das iniciativas de CSS de 2019, conforme o país

Em unidades



Legenda: Número de iniciativas em que cada país participou em 2019

- Até 80
- Entre 81 e 140
- Entre 141 e 180
- Entre 181 e 300

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação



ACRÓNIMOS

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL E TRIANGULAR NA
IBERO-AMÉRICA 2020

sulsul

Acrónimos

ADT	Análise do Diagnóstico Transfronteiriço Regional
AEC	Associação dos Estados do Caribe
AGCID	Agência Chilena de Cooperação Internacional
ALBA-TCP	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos
ANA	Agência Nacional de Águas do Brasil
AP	Aliança do Pacífico
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAF (nas siglas anteriores)	Banco de Desenvolvimento da América Latina
CAFMA	Câmara Argentina de Fabricantes de Maquinaria Agrícola
CAST (sigla em inglês)	Centro de Tecnologia Especial Aplicada
CDPD	Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão Económica para a América Latina e o Caribe
CIDETER	Centro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
COVID-19 (sigla em inglês)	Doença do coronavírus 2019
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPPS	Comissão Permanente do Pacífico Sul
CSS	Cooperação Sul-Sul
CT	Cooperação Triangular
DH	Direitos Humanos
DEVCO	Direção Geral da Cooperação Internacional e do Desenvolvimento

DGCPRD	Direção Geral de Contratações Públicas da República Dominicana
DUA	Desenho Universal para a Aprendizagem
ELAM	Escola Latino-Americana de Medicina
ESPII	Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
FAO (sigla em inglês)	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FBC/OEA	Fundo Brasileiro de Cooperação na OEA
FGR	Procuradoria-Geral da República
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FILAC	Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe
FMAM ou GEF (sigla em inglês)	Fundo Mundial para o Meio Ambiente
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOAR	Fundo Argentino de Cooperação Internacional
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul
FOSAL	Fundo Salvadorenho de Cooperação Sul-Sul e Triangular
IC	Infraestrutura de Qualidade
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IIDH	Instituto Interamericano de Direitos Humanos
IISD (sigla em inglês)	Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável
IML	Instituto de Medicina Legal
INTA	Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária
INTI	Instituto Nacional de Tecnologia industrial
IRENA (sigla em inglês)	Agência Internacional de Energias Renováveis
ISDEMU	Instituto Salvadorenho para o Desenvolvimento da Mulher
LTE	Lei de Transição Energética

MECSS	Mecanismo Estruturado para o Intercâmbio de Experiências de Cooperação Sul-Sul
MEPYD	Ministério da Economia, Planificação e Desenvolvimento da República Dominicana
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINSAP	Ministério da Saúde Pública da República de Cuba
Micro e PME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
MRECI	Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da República Argentina
MUNDIACULT	Declaração do México sobre Políticas Culturais de 1982
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos
OIEA	Organismo Internacional de Energia Atómica
OISS	Organização Ibero-Americana de Segurança Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OLADE	Centro Latino-Americano de Energia
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONCE	Organização Nacional de Cegos de Espanha
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUUDI	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
ONU-ECC ou UNESCO (sigla em inglês)	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
OPS	Organização Pan-Americana da Saúde
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazónica
PABA+40	Plano de Ação de Buenos Aires + 40
PAE	Programa de Ações Estratégicas
PIB	Produto Interno Bruto

PIFCSS	Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul
PMA	Programa Mundial de Alimentação
PNC	Polícia Nacional Civil
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POP	Poluentes Orgânicos Persistentes
PRODESEN	Programa de Desenvolvimento do Sistema Elétrico Nacional Mexicano
PTB (sigla em alemão)	Instituto Nacional de Meteorologia da Alemanha
RAE	Real Academia da Língua Espanhola
REDLACEH	Rede Latino-Americana e do Caribe pelo Direito à Educação dos Meninos, Meninas e Jovens Hospitalizados ou em Tratamento
SAT	Sistema de Alerta Precoce
SEGIB	Secretaria-Geral Ibero-Americana
SICA	Sistema da Integração Centro-Americana
SICI	Sistema de Informação para a Cooperação Internacional
SIDICSS	Sistema Integrado de Dados da Ibero-América sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular
SII	Sistema Integrado de Informação
SIMORE	Sistemas de Monitorização de Recomendações
SNGD	Sistema Nacional de Gestão de Catástrofes
SNU	Sistema das Nações Unidas
UE	União Europeia
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNICEF (sigla em inglês)	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNODC (sigla em inglês)	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
UNOSSC (sigla em inglês)	Escritório das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul



CAPÍTULO I

**O multilateralismo como
resposta aos atuais desafios:**
a experiência dos países da
Ibero-América em Cooperação
Sul-Sul e Triangular

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL E TRIANGULAR NA
IBERO-AMÉRICA 2020

sulsul

CAPÍTULO I

O multilateralismo como resposta aos atuais desafios: a experiência dos países da Ibero-América em Cooperação Sul-Sul e Triangular*

I.1

O impacto da pandemia da COVID-19 na Ibero-América; ações pós-pandemia

O Relatório de 2020 é dedicado às ações de Cooperação Sul-Sul e Triangular no contexto ibero-americano correspondentes aos anos de 2018 e 2019. No entanto, a pandemia da COVID-19 e os seus enormes desafios para a cooperação dos países ibero-americanos também serão objeto de apreciação neste capítulo.

Atualmente o mundo encontra-se numa conjuntura extraordinária e sem precedentes. Somos testemunhas e protagonistas da rapidez com que o panorama internacional pode ser abruptamente abalado por uma ameaça global como a pandemia da COVID-19. A sua rápida propagação representou

um enorme desafio para a capacidade de resposta dos países, expondo as fragilidades estruturais dos sistemas de saúde, segurança alimentar, proteção social, economia, educação, comércio e outras.

O impacto da pandemia também ameaça a progressão da adequada implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos seus 17 Objetivos e intensifica as desigualdades persistentes que, apesar dos progressos registados nas últimas duas décadas, ainda não foi possível reduzir. Como região ibero-americana, tal suscita a oportunidade de reforçar o nosso trabalho colaborativo a fim de cumprir esse compromisso até 2030.

A pandemia da COVID-19 é o maior desafio que enfrentamos na atualidade. Perante esta crise sistémica, as prioridades e esforços dos nossos países encontram-se orientados para conter a propagação da pandemia, atenuar os seus efeitos, conseguir um acesso efetivo e equitativo à vacina e trabalhar para a rápida recuperação económica.

* Capítulo elaborado e acordado pelos países ibero-americanos membros do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), através das figuras dos seus Responsáveis de Cooperação e a partir de uma versão inicial preparada pelo Peru em conjunto com o Brasil, Chile, Colômbia e Guatemala.

Organismos internacionais especializados tais como a CEPAL, referem que os efeitos desta crise colocam numa situação de maior vulnerabilidade os países em desenvolvimento, incluindo a maior parte dos países que constituem a nossa região. Segundo as estimativas, no caso da América Latina e do Caribe, a queda do PIB será de -9,1% e a taxa de desemprego alcançará 13,5%.¹ Em 2020, o número de pessoas em situação de pobreza aumentará 45,4 milhões, pelo que o total de pessoas vítimas de pobreza passará de 185,5 milhões em 2019 para 230,9 milhões em 2020, um valor que representa 37,3% da população latino-americana.² Estes valores implicam uma contração do PIB sem precedentes, aprofundando, entre outros aspetos, a pobreza, extrema pobreza e desigualdade, e incrementando a informalidade laboral e o desemprego que afetam o desenvolvimento regional e cuja recuperação levará tempo e esforço.

/// O impacto da pandemia também ameaça a progressão da adequada implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento Sustentável e dos seus 17 Objetivos e intensifica as desigualdades persistentes que ainda não foi possível reduzir ///

Tendo em conta esta emergência, renova-se a necessidade de iniciativas multilaterais que apoiem os esforços liderados pelos Estados na implementação de planos e estratégias intersetoriais de contingência para aumentar a cooperação internacional, com o objetivo de reforçar as políticas públicas em matéria de saúde e proteção social, de acordo com as suas afetações e necessidades específicas no novo contexto pós-pandemia.

É por isso que a solidariedade, o multilateralismo e a cooperação Internacional, incluindo a Cooperação Sul-Sul (CSS) e Cooperação Triangular (CT), são imprescindíveis para reduzir o impacto nos setores mais vulneráveis e apoiar medidas a médio e longo prazo que contribuam para retomar o crescimento económico e melhorar os indicadores sociais.

Na atual conjuntura, os países ibero-americanos e os agentes do desenvolvimento demonstraram capacidade de adaptação, entre outras, em matéria de saúde, educação e serviços sociais. No entanto, é necessário que se continuem a promover iniciativas inovadoras, integrais e pertinentes nestes tempos difíceis, que exigem um trabalho coordenado entre o Estado e os agentes de desenvolvimento, aumentando os níveis de inclusão social que contribuem para consolidar a democracia, fortalecer o Estado de Direito e salvaguardar os direitos humanos.

Nesse sentido, e no contexto da cooperação dos países ibero-americanos, é hora de suscitar a necessidade de incrementar uma ação solidária e inclusiva centrada na recuperação sustentável e resiliente das nossas sociedades, redefinindo os nossos modelos de desenvolvimento e de luta contra a pobreza e a desigualdade, dando uma especial atenção ao impulso da inovação e à transformação digital, sempre com o objetivo de continuar a contribuir para a construção de políticas públicas eficazes em sintonia com a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

1.2 O papel do multilateralismo: perspetiva do espaço ibero-americano

A pandemia da COVID-19 é o desafio mais sério, complexo e urgente que os nossos países enfrentam. Exige respostas não convencionais de um sistema multilateral que se deve adaptar e fortalecer para enfrentar de forma eficaz este tipo de eventualidades e também preparar para situações semelhantes que possam ocorrer no futuro. É da competência central dos Estados fortalecer o multilateralismo e as instituições do sistema internacional para as tornar mais eficazes, a fim de implementar iniciativas de acordo com o contexto pós-COVID-19.

¹ Relatório especial COVID-19 N.º 5. "Enfrentar os efeitos cada vez mais significativos da COVID-19 para uma reativação com igualdade: novas projeções" (CEPAL, julho 2020). Disponível em: <https://www.cepal.org/es/comunicados/contraccion-la-actividad-economica-la-region-se-profundiza-causa-la-pandemia-caera-91>

² Ídem

Nesta altura, o diálogo entre os vários agentes e o trabalho conjunto dos organismos regionais e multilaterais é fundamental para conter e compensar o grave impacto da pandemia na população e garantir o direito fundamental à vida. Isto implica que a resposta à pandemia seja concertada entre os governos e os diversos agentes do desenvolvimento, abordando a crise a partir de uma dimensão humanitária, social e inclusivamente ambiental e salvaguardando sempre os princípios da democracia e o Estado de direito. É também importante que esta resposta contemple ações locais e a participação de entidades subnacionais.

/// Deve manter-se a alargarse o financiamento internacional aos nossos países, acompanhado por iniciativas e mecanismos inovadores que contribuam para a recuperação do crescimento sustentável e inclusivo na região ///

A este respeito, é necessário continuar a promover e a empoderar os organismos regionais com mandatos claros e compromissos firmes, com o objetivo de oferecer confiança numa ordem multilateral de cooperação que promova iniciativas para apoiar os esforços dos países ibero-americanos, orientados para construir sociedades mais produtivas, inclusivas e resilientes face aos efeitos da crise. Por esse motivo, será fundamental fortalecer o diálogo nas diversas instâncias, fóruns e plataformas regionais, em cujo contexto a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) se destaca como um importante espaço para concertar ações, partilhar experiências e adotar medidas que possam contribuir para encontrar as soluções sanitárias, sociais, económicas e ambientais necessárias para o atual panorama.

A resposta multilateral deve incluir os países em desenvolvimento em geral, visto que se confrontam com limitações estruturais agravadas pela pandemia. Portanto, deve manter-se a alargarse o financiamento internacional aos nossos países, acompanhado por iniciativas e mecanismos inovadores que contribuam para a recuperação do crescimento sustentável e inclusivo na região.

Este esforço multilateral reveste-se de uma importância crescente no espaço ibero-americano, devido a estar comprometido com a implementação das recomendações do documento final da Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (PABA+40), onde se reconhece a natureza voluntária, participativa e orientada para a procura de CSS e CT; e ao seu posicionamento como instrumento para fortalecer capacidades, reduzir assimetrias, impulsionar o desenvolvimento sustentável e inclusivo e construir políticas públicas que contribuam para a posição da região no sistema político e económico internacional, reafirmando assim a vocação multilateral do espaço ibero-americano.

Nesta mesma linha, é fundamental continuar a reforçar o carácter institucional da CSS e CT a partir do espaço ibero-americano. Por seu lado, as Agências e Entidades Responsáveis pela Cooperação Internacional na Ibero-América são chamadas a desempenhar um papel fundamental como articuladoras e facilitadoras do diálogo nos seus respetivos países, promovendo a reflexão e a ação coletiva de todos os agentes do desenvolvimento.

Para uma recuperação pós-pandemia sustentável, é também necessário fomentar o diálogo, promover mais trocas de experiências e boas práticas e reforçar as capacidades nos setores de maior impacto, tais como por exemplo, na agricultura, indústria, comércio, saúde e educação; favorecer a participação do setor privado, academia, sociedade civil e governos locais através da CSS e CT; e impulsionar a cooperação descentralizada e as alianças multiagente, sob a coordenação dos respetivos governos, partilhando informações e evidências sobre melhores práticas e inovações e reforçando a cooperação em benefício mútuo.

1.3

Convergência entre a Cooperação Ibero-Americana e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

O espaço ibero-americano representa uma instância horizontal de colaboração entre pares, pelo que a promoção e gestão da CSS e CT é uma mostra do compromisso para com a concretização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A confluência de posições comuns no espaço ibero-americano é uma tarefa que permite encontrar soluções concretas e conjuntas. Nesse caminho, os países ibero-americanos apoiaram a melhoria da qualidade e o impacto positivo da CSS e CT, contribuindo assim de forma efetiva para o desenvolvimento. Para esse efeito, será importante continuar a fortalecer o quadro institucional, bem como a coordenação e promoção da CSS e CT a nível regional e global.

A oferta de conhecimentos, experiências e boas práticas, registada nos últimos anos em resultado do intercâmbio entre os países ibero-americanos e entre estes e os países em desenvolvimento de outras regiões, destaca-se pela diversificação das áreas temáticas que constituem os pontos fortes da região ibero-americana e o seu potencial em contribuir para a realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A partir das informações dos países ibero-americanos, podem destacar-se três setores principais: o da Saúde, onde principalmente se concentrou a CSS especialmente na modalidade bilateral; o Agropecuário; e tudo o que se relaciona com o fortalecimento institucional, dos Governos e das políticas públicas. Neste sentido, a cooperação ibero-americana atribuiu especial importância ao ODS 3, ODS 8 e ODS 16. Entretanto, na CT os temas que reuniram maior participação foram o ambiente, a luta contra a mudança do clima e a gestão das catástrofes naturais.

Esta cooperação deve continuar a reforçar o trabalho conjunto para proteger os mais vulneráveis das nossas sociedades sob o princípio de não deixar ninguém para trás, aprofundar os laços de cooperação entre os nossos países e progredir em inovação, integração, segurança e proteção dos direitos humanos, bem como em medidas que apoiem o crescimento económico com inclusão social, trabalhando sempre com base nas estratégias e prioridades estabelecidas por cada país.

Os novos contextos e dinâmicas internacionais propõem redefinir uma nova arquitetura da cooperação internacional e critérios multidimensionais e inclusivos para o acesso à cooperação para o desenvolvimento, que levem em conta os particulares e complexos processos de desenvolvimento de cada país, independentemente dos seus níveis de rendimento.

/// A cooperação internacional deve continuar a desempenhar e a fortalecer o seu papel de articuladora e facilitadora de diálogo, promovendo a ação coletiva de todos os agentes do desenvolvimento e, em particular, assegurando o papel da CSS e CT ///

Será necessário abordar questões tais como a pobreza multidimensional, a mobilização de recursos (monetários e não monetários) nacionais e internacionais e de carácter público e privado, e o acesso ao financiamento em condições favoráveis para os países em desenvolvimento e, em especial, para os países que constituem a nossa região, bem como o apoio ao comércio da região e à recuperação produtiva.

A cooperação ibero-americana articulada na SEGIB mantém o firme compromisso de continuar a contribuir para o fortalecimento da CSS e CT, através do desenvolvimento de capacidades, quadros conceptuais, metodologias, sistemas, intercâmbios de experiências, relatórios e outros instrumentos, para o que conta com o apoio do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS).

Prosseguir-se-á também a articulação efetiva da cooperação regional através da construção conjunta de instrumentos tais como o Sistema Integrado de Dados da Ibero-América sobre CSS e CT (SIDICSS), e da aplicação de uma metodologia ibero-americana que oriente o potencial alinhamento da CSS e CT com os ODS, o que permitirá dar visibilidade ao contributo de ambas as modalidades para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Como exemplo de convergência entre a cooperação dos países ibero-americanos e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, destaca-se o Relatório Anual da CSS na Ibero-América como uma ferramenta eficaz que valoriza a importância de sistematizar as ações, projetos e programas de CSS e CT da nossa região, bem como a participação dos diversos agentes e a diversificação das áreas temáticas, para além da sua contribuição para os ODS.

A implementação efetiva da Agenda 2030 é um compromisso da comunidade ibero-americana que, através de várias ações para o fortalecimento da CSS e CT, se tornou numa referência mundial para o estabelecimento de novas associações e parcerias que dinamizam a cooperação internacional para o desenvolvimento inclusivo.

I.4

Desafios para a Cooperação Sul-Sul e Triangular face à pandemia da COVID-19

Como anteriormente afirmámos, a Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (PABA+40) demonstrou-nos que, em mais de quatro décadas a partir da primeira conferência, a CSS e CT envidaram maiores esforços para se consolidarem como ferramentas de grande valor para o desenvolvimento sustentável, produzindo resultados tangíveis e convocando sempre a participação dos múltiplos agentes das nossas sociedades.

Além disso, na maior parte das vezes num papel dual, os países ibero-americanos têm vindo a assumir compromissos e responsabilidades que procuram ultrapassar o paradigma tradicional da cooperação norte-sul e, nesse sentido, os progressos da cooperação ibero-americana evidenciam que o multilateralismo é fundamental para continuar a abordar os temas prioritários dos países da região e os desafios regionais e globais que causam impacto no desenvolvimento.

O atual contexto de pandemia estabelece novos tempos para a cooperação internacional, o que representa uma grande oportunidade para unir esforços e partilhar capacidades, conhecimentos e experiências no apoio às diligências dos países para atenderem à crise provocada pela pandemia.

Esta situação coloca uma série de desafios à cooperação neste espaço, que se deverão traduzir em ações encaminhadas para reforçar as nossas políticas nacionais no sentido de promover a CSS e CT; fortalecer mecanismos de coordenação com agentes do setor público e privado a nível nacional e subnacional; e reforçar os sistemas de informação e de recolha de dados a nível nacional, a fim de promover o desenvolvimento e intercâmbio de metodologias e estatísticas para avaliar a qualidade e os efeitos dos programas de CSS e CT, bem como a sua contribuição para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Com base nesta premissa, a cooperação internacional deve continuar a desempenhar e a fortalecer o seu papel de articuladora e facilitadora de diálogo, promovendo a ação coletiva de todos os agentes do desenvolvimento e, em particular, assegurando o papel da CSS e CT, não como um substituto, mas como um complemento da cooperação norte-sul; e incorporando essas modalidades aos mecanismos de facilitação de acesso à tecnologia em condições mutuamente acordadas.

Por isso, devem promover-se os ecossistemas de empreendedorismo e inovação e a digitalização dos processos nacionais, principalmente nas questões, entre outras, associadas à saúde, educação, alimentação, combate à pobreza, trabalho digno, fortalecimento das cadeias de valor, desenvolvimento da ciência e tecnologia, e proteção do ambiente.

A cooperação dos países ibero-americanos continuará a reforçar a eficácia e o alcance da CSS e CT com uma gestão orientada para resultados, promovendo a solidariedade e ações estratégicas entre os diversos agentes do desenvolvimento, em coordenação com os governos dos países da região, bem como mobilizando recursos monetários e não monetários de forma coordenada, coerente, inclusiva e transparente.

Isto contribuirá para potenciar as vantagens comparativas da CSS e CT, fomentando iniciativas integrais, soluções inovadoras e mecanismos coordenados de associação multiagente que promovam o intercâmbio de conhecimentos, experiências e tecnologias e que mobilizem recursos públicos e privados, a fim de complementarem os esforços que os governos da nossa região têm vindo a efetuar face aos desafios comuns, incluindo os relacionados com a pandemia.

Os países ibero-americanos concordam em que o multilateralismo baseado no consenso, na coordenação e no trabalho conjunto entre todos os agentes do desenvolvimento, é uma resposta adequada para abordar os desafios do desenvolvimento.

A chave para ultrapassar a crise atual não só consiste na formulação e implementação de políticas ou ações concretas por parte de cada país, mas também em pensar e abordar de forma conjunta os problemas sistémicos que já antes do início da pandemia nos preocupavam, com o objetivo de construir sociedades coesas com sólidos pilares institucionais democráticos e ao serviço da cidadania.

/// O atual contexto representa uma grande oportunidade para unir esforços e partilhar capacidades, conhecimentos e experiências no apoio às diligências dos países para atenderem à crise provocada pela pandemia ///

A atenção aos efeitos da pandemia representa um grande desafio para a região e para a cooperação que se realiza entre os países deste espaço ibero-americano, que deverá ser abordado a partir do multilateralismo reforçado, com o objetivo de continuar a avançar na consolidação da cooperação internacional, destacando as contribuições da CSS e CT como ferramentas complementares dos esforços empreendidos pelos países para reativar os setores mais afetados ou que exijam uma especial atenção e abordar as reformas que nos conduzam à obtenção das metas previstas pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.



CAPÍTULO II

A Ibero-América e a **Cooperação Sul-Sul Bilateral**

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL E TRIANGULAR NA
IBERO-AMÉRICA 2020

sulsul

CAPÍTULO II

A Ibero-América e a Cooperação Sul-Sul Bilateral

Este capítulo é consagrado à análise da Cooperação Sul-Sul Bilateral, uma modalidade através da qual os países ibero-americanos realizaram mais de 80% dos 9.120 intercâmbios registados a partir de 2007. Centrando-se em 2019, o capítulo estuda a evolução destes anos, bem como as alterações e tendências mais relevantes, o papel dos países e as capacidades que se fortaleceram, contribuindo assim para avançar na conquista da Agenda 2030. A tudo isto acrescenta-se um aspeto que transversaliza toda a análise: extrair ensinamentos da CSS Bilateral realizada e contribuir para a resposta que a região deve dar à crise provocada pela pandemia da COVID-19.

II.1

Iniciativas de Cooperação Sul-Sul Bilateral em 2019

Em pouco mais de uma década, entre 2007 e 2019, os países ibero-americanos participaram em cerca de 7.400 iniciativas de CSS Bilateral. O Gráfico II.1 engloba todo esse período e distribui as iniciativas conforme o ano em que cada uma delas esteve em execução, distinguindo quando se concretizaram através de ações ou de projetos.

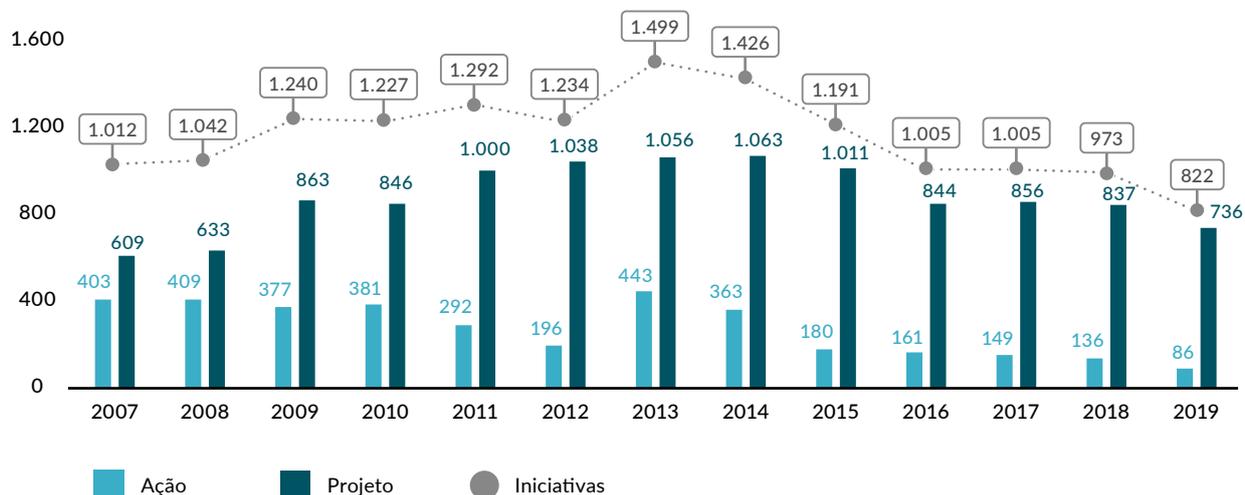
Uma primeira aproximação ao comportamento do total das iniciativas sugere três etapas bem diferenciadas: de intenso crescimento entre 2007 e 2013; de forte queda de 2014 a 2016; e de uma certa estabilidade, tendo no entanto acabado com uma nova redução, entre 2017 e 2019. Com efeito, as 1.000 iniciativas registadas em 2007 cresceram a uma taxa média anual de 7,2%, o que impulsionou o valor final até ao máximo histórico de 2013, próximo

das 1.500. Desde então e até 2016, produziu-se uma queda muito intensa que voltou a deixar o valor total das iniciativas perto da barreira do milhar. Finalmente, em 2017 abriu-se uma etapa de estabilidade que parece terminar em 2019, quando uma nova queda situa o número total das iniciativas no valor mais baixo de todo o período (822). No entanto, não há elementos suficientes para entender esta última redução como uma mudança de tendência. Devemos interpretar os dados com cautela, pois as condições impostas pela pandemia da COVID-19 dificultaram a capacidade dos países para recolher informações relativas a 2019, podendo ter-se dado um sub-registo.

GRÁFICO II.1

Evolução das ações, projetos e iniciativas de CSS Bilateral da Ibero-América com todos os parceiros. 2007-2019

Em unidades

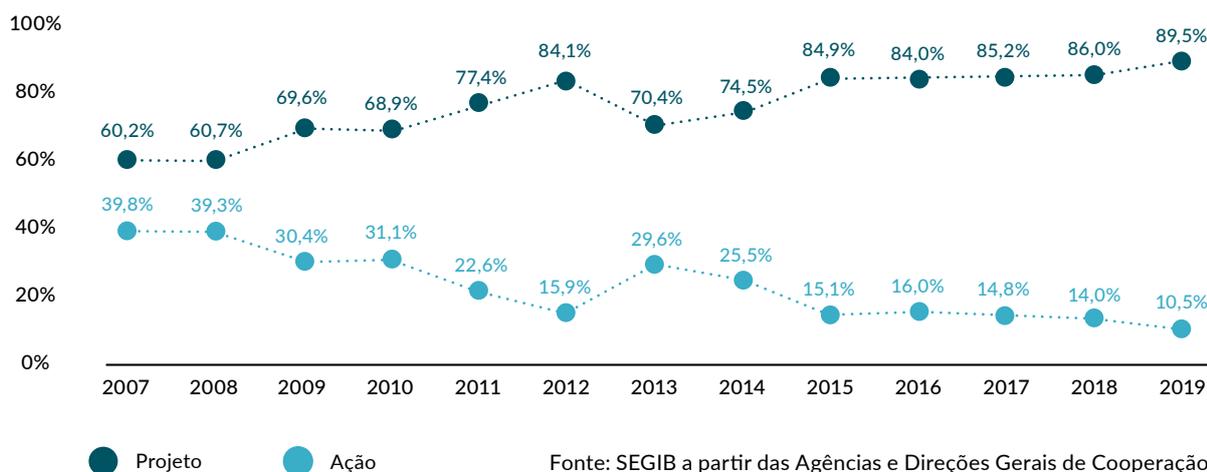


Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

GRÁFICO II.2

Evolução da participação dos projetos e das ações no total das iniciativas de CSS Bilateral da Ibero-América com todos os parceiros. 2007-2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

O Gráfico II.1 também sugere um comportamento diferente (e até contraposto) das ações e dos projetos. Para o ratificar e mostrar de uma forma mais clara quão diferente foi a evolução de cada

tipo de iniciativa, elaborou-se o Gráfico II.2. A sua observação permite comparar, para cada ano do período 2007-2019, qual foi a participação relativa das ações e dos projetos sobre o total das iniciativas.

Tal como se pode observar, os dois valores assumem trajetórias claramente divergentes, o que sugere um progressivo deslocamento das ações a favor dos projetos. Com efeito, em 2007 as ações (mais pontuais, de menor dimensão e, conseqüentemente, mais fáceis de executar quando os países querem começar a promover a cooperação) justificavam praticamente 4 em cada 10 iniciativas. Em contrapartida, em 2019, mais de uma década depois, representavam uma em cada 10. Neste sentido, as ações continuam a executar-se por serem necessárias para a incursão de muitos países na CSS Bilateral, mas, cada vez mais, os países demonstram uma maior capacidade para concentrar os seus esforços na execução de projetos, uma ferramenta na qual a região aposta em 90% dos intercâmbios em que participa.

Finalmente, uma nota metodológica, pois as 822 iniciativas de CSS Bilateral mantidas em execução

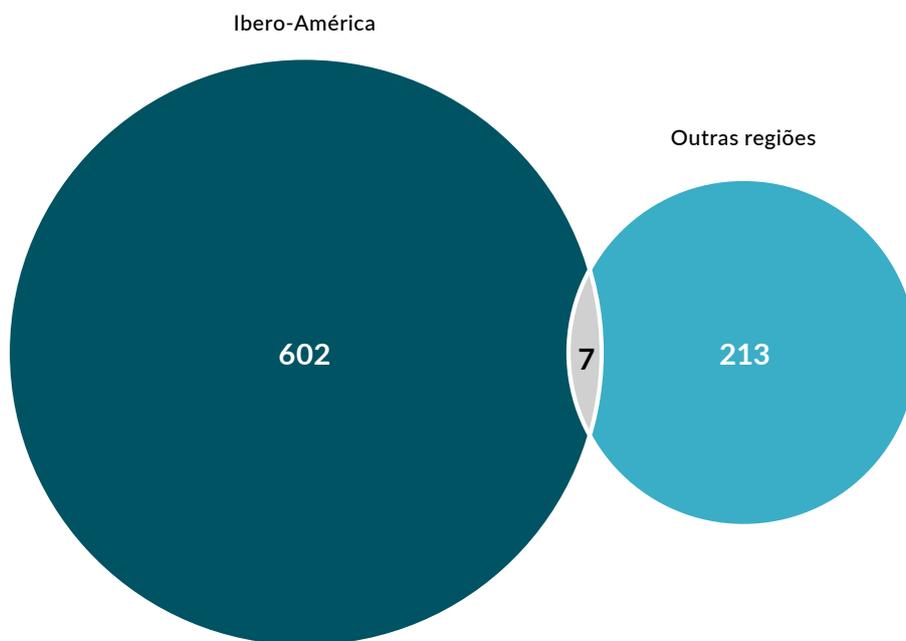
ao longo de 2019 podem dividir-se em dois grupos de acordo com a área geográfica de intervenção: de facto, o Gráfico II.3 mostra como praticamente 75% das iniciativas intercambiadas ocorrem entre países da Ibero-América; enquanto que os restantes 25% se promovem em conjunto com países em desenvolvimento de outras regiões. Assim, o presente capítulo dedica-se às mais de 600 iniciativas intercambiadas a nível intrarregional dentro da Ibero-América; enquanto que as restantes, mais de 200, se analisam no quarto capítulo deste Relatório.

Em pouco mais de uma década, entre 2007 e 2019, os países ibero-americanos participaram em cerca de 7.400 iniciativas de CSS Bilateral

GRÁFICO II.3

Distribuição das iniciativas de CSS Bilateral, conforme a região de intercâmbio. 2019

Em unidades



Nota: Nas iniciativas intercambiadas na "Ibero-América", quer o papel de ofertante quer o de recetor são exercidos por um ou por vários países ibero-americanos; nas categorizadas como de "Outras regiões", os papéis são ocupados, por um lado, pelos países ibero-americanos e, por outro lado, por países em desenvolvimento de outras regiões. Nas 7 iniciativas em que se regista coincidência, pelo menos um dos papéis (em geral o de recetor) é simultaneamente exercido por países de diferentes regiões.
 Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

II.2

Participação dos países na CSS Bilateral na Ibero-América

Em 2019, os países ibero-americanos intercambiaram bilateralmente e entre si um total de 609 iniciativas de Cooperação Sul-Sul: 544 foram concretizadas através de projetos e 65 de ações. A presente secção analisa a forma como os países participaram nesta cooperação a partir de duas grandes perspetivas: a primeira, focaliza-se na intensidade com que os países participaram no total dos intercâmbios, bem como nos papéis em que o fizeram; enquanto que a segunda, foca a sua atenção no tipo de parcerias estabelecidas pelos países para cooperar.

II.2.1 Países e papéis

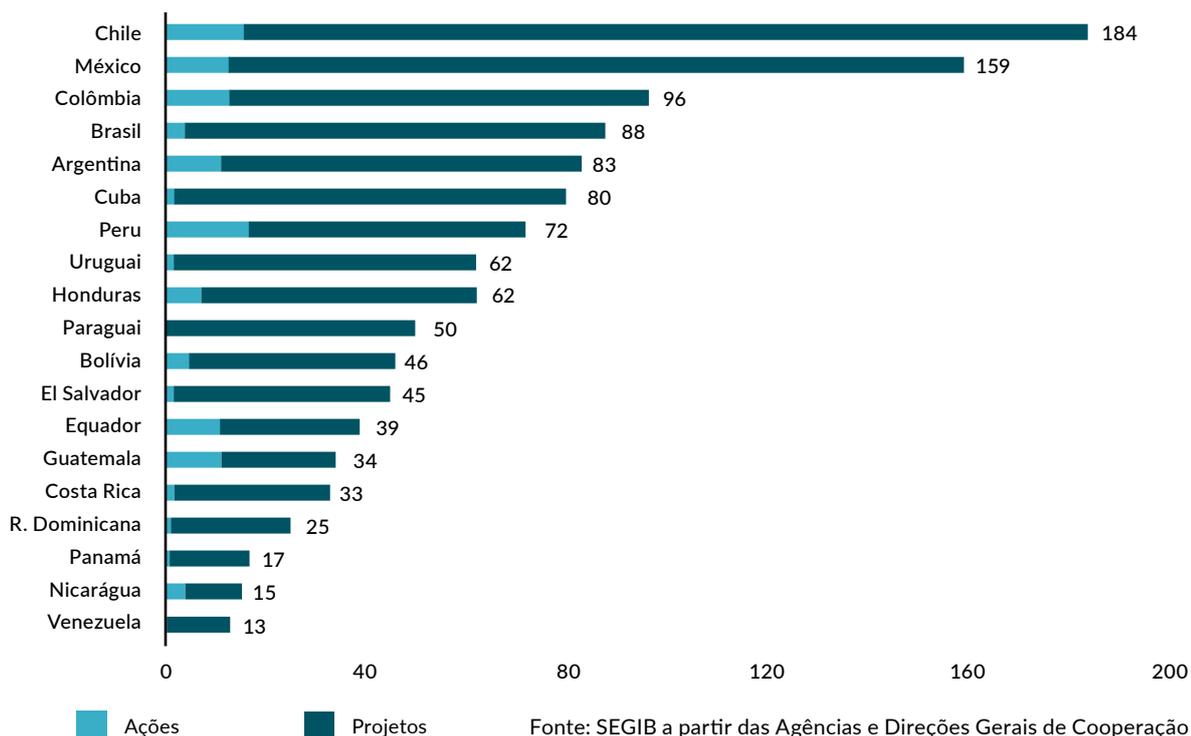
O Gráfico II.4 apresenta os 19 países da América Latina, conforme o número total de ações e projetos de Cooperação Sul-Sul Bilateral nos quais cada um deles participou ao longo de 2019. A sua observação permite agrupar os países de acordo com as diferentes dinâmicas de participação. Com efeito, destacaram-se em primeiro lugar o Chile e o México, no Sul e Norte do continente, dois países que chegaram a participar respetivamente em cerca de 185 e 160 iniciativas. Seguiram-se a certa distância, Cuba, Colômbia, Brasil e Argentina, todos eles presentes num elevado número de iniciativas, na faixa das 80 a 100.

Por outro lado, o Peru, Uruguai, Honduras e Paraguai, também registaram uma atividade significativa, que se reflete no facto de terem participado num total de 50 a 72 iniciativas, dependendo o caso. Os restantes países (todos eles situados nas sub-regiões andina, centro-americana e caribenha), constituem dois grupos delimitados pela barreira das 25 iniciativas: assim, com um valor igual ou superior, situaram-se a Bolívia, Equador, El Salvador, Guatemala, Costa Rica e República Dominicana; enquanto que o Panamá, Nicarágua e Venezuela registaram um nível de atividade menor.

GRÁFICO II.4

Participação dos países na CSS Bilateral na Ibero-América, conforme as ações e os projetos. 2019

En unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

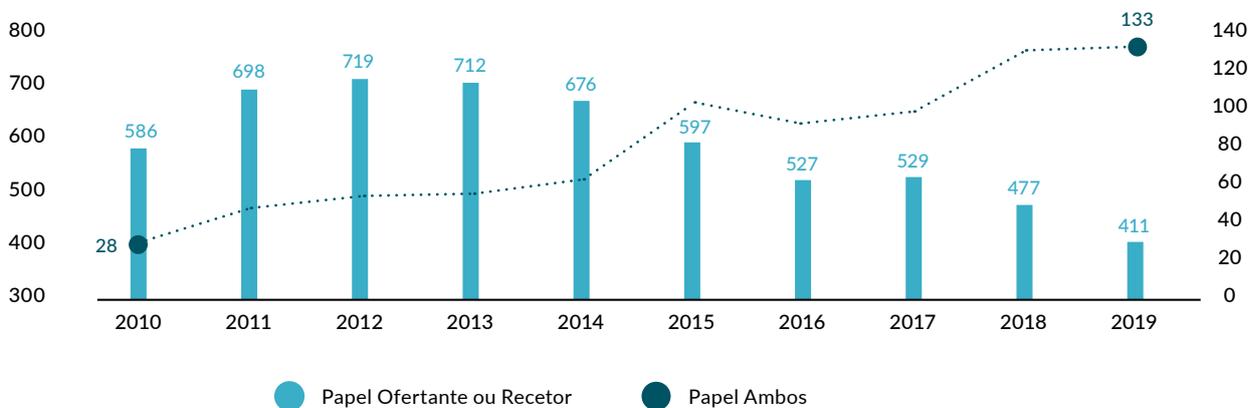
O Gráfico II.4 também permite ratificar outra ideia já anteriormente exposta: a crescente aposta nos projetos em detrimento das ações, que perdem importância relativa tanto no conjunto dos intercâmbios quanto na cooperação bilateral de cada país. Neste sentido, no conjunto da CSS Bilateral promovida na Ibero-América em 2019, a proporção entre projetos e ações é de 8 para 1. Países como o Chile e o México, registam um rácio ligeiramente superior (10/1), sendo os casos mais extremos os do Uruguai (30/1) e Cuba (40/1). No entanto, há países para os quais as ações continuam a ser uma ferramenta muito importante, e nesses casos o rácio é de 2 ou 3 projetos por ação. A este propósito, são de salientar a Nicarágua, Guatemala, Equador e Peru.

Outra perspetiva interessante e complementar consiste em saber que papel exercem os países. Em geral, numa iniciativa de CSS Bilateral participam dois parceiros. Historicamente, o mais habitual era que um deles exercesse o papel de ofertante e o outro o de recetor. Contudo, nos últimos anos, a prática transformou-se e emergiram com força iniciativas nas quais os dois parceiros exercem quer o papel de ofertante quer o de recetor. Para simplificar, decidiu-se que nessas iniciativas os dois parceiros exercessem o papel “ambos”. A crescente importância desta prática mostra-se no Gráfico II.5 que, para o período 2010-2019, compara as dinâmicas seguidas pelo volume de projetos de CSS Bilateral em que os países participaram no exercício de um único papel (eixo vertical primário, à esquerda) ou dos dois (eixo secundário, à direita).

GRÁFICO II.5

Projetos de CSS Bilateral, conforme o papel em que os países participaram. 2010-2019

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Tal como se pode observar, entre 2010 e 2012, o número de projetos em que os países participantes exerceram um único papel aumentou mais de 20%: de 586 para cerca de 720. No entanto, a partir desta altura produziu-se um ponto de viragem e o número de projetos começou a reduzir-se substancialmente, a uma taxa média anual de -7,5%, o que levou o dado final para os 411 de 2019. Este progressivo decréscimo resultou, principalmente, de um processo de deslocamento a favor dos projetos nos quais os países exerceram o papel

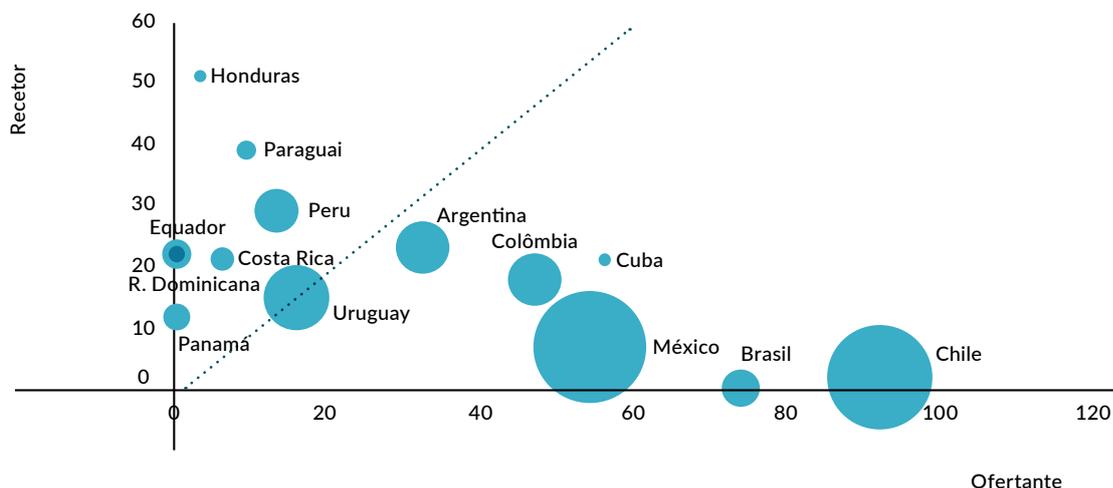
“ambos”: assim, durante a década compreendida entre 2010 e 2019, essa fórmula de participação aumentou 21% em média anual, um ritmo de crescimento que praticamente multiplicou por cinco o valor final destes projetos (de 28 para 133).

Como já se referiu, trata-se de uma dinâmica que emergiu com força e que, além disso, parece ser uma aposta (embora não exclusiva) dos países que tradicionalmente exerciam o papel de “ofertantes”. Pelo menos isso é o que sugere o Gráfico II.6, que

GRÁFICO II.6

Projetos de CSS Bilateral na Ibero-América, conforme o país e o papel (recetor, ofertante, ambos). 2019

Em unidades, projetos como recetor (eixo vertical); como ofertante (eixo horizontal); no papel de ambos (tamanho da bolha)



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

combina, para cada um dos países da América Latina que participaram nos 544 projetos de CSS Bilateral de 2019, três tipos de informações: a que se refere ao número de projetos em que participaram como “recetores” (dado referenciado no eixo vertical), como “ofertantes” (eixo horizontal) e, se for caso disso, no exercício do papel “ambos” (informação associada ao tamanho da bolha).

Tal como se pode ver no referido gráfico, as bolhas de maior tamanho tendem a situar-se abaixo da diagonal, coincidindo com o espaço onde, por sua vez, se encontram os países que participaram na CSS Bilateral com um perfil proeminentemente “ofertante”. Dois dos casos mais ilustrativos são os do México e do Chile, os quais exerceram respetivamente o papel “ambos” num máximo de 85 e 74 projetos. Outros casos de destaque foram os da Colômbia, Argentina e Brasil, cada um deles no papel “ambos” em 18, 17 e 10 projetos.

Entretanto, no lado superior da diagonal, identificam-se alguns países que, apresentando um perfil preferencialmente “recetor”, também exerceram o papel “ambos” num número suficientemente significativo de ocasiões: trata-se do Peru (13 projetos), bem como do Equador e da Costa Rica (6 e 4, respetivamente). Merece uma menção especial o Uruguai, cujo perfil é muito equilibrado, praticamente “dual”, tal como sugere o facto de se situar sobre a linha

diagonal. Assim, o Uruguai participou nos projetos de CSS Bilateral de 2019 exercendo o papel de “recetor” em 16 ocasiões, como “oferente” em 15, e combinando de forma simultânea “ambos” os papéis, em cerca de 30, um valor só ultrapassado pelo Chile e México.

II.2.2. Relações de intercâmbio

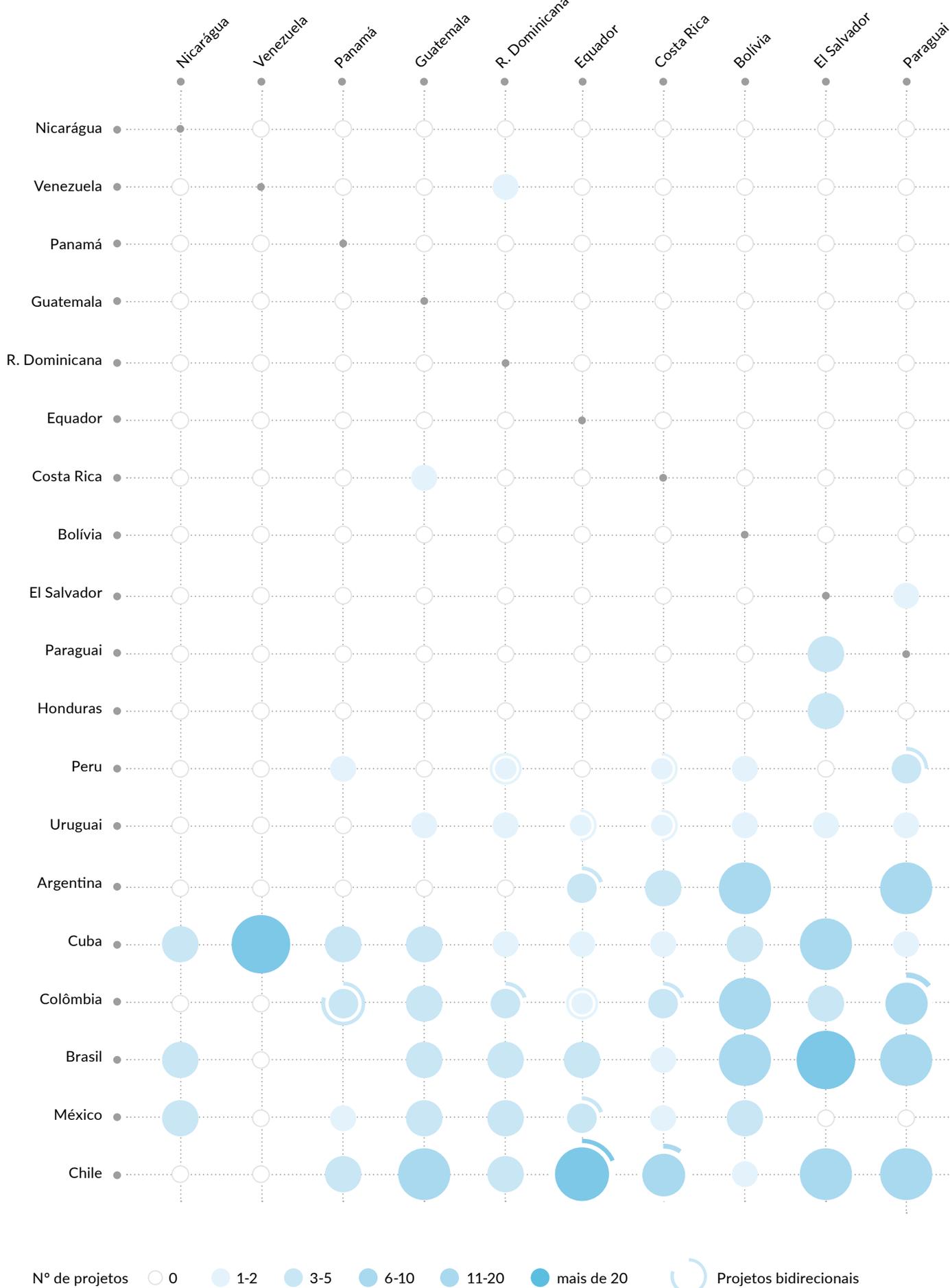
Outra maneira de caracterizar a forma como os países ibero-americanos participaram na CSS Bilateral que se manteve em execução ao longo de 2019, é observando o perfil dos intercâmbios que se realizaram, o que principalmente significa identificar com quantos e quem se relacionou com quem, com que intensidade ou frequência e em que combinação de papéis.

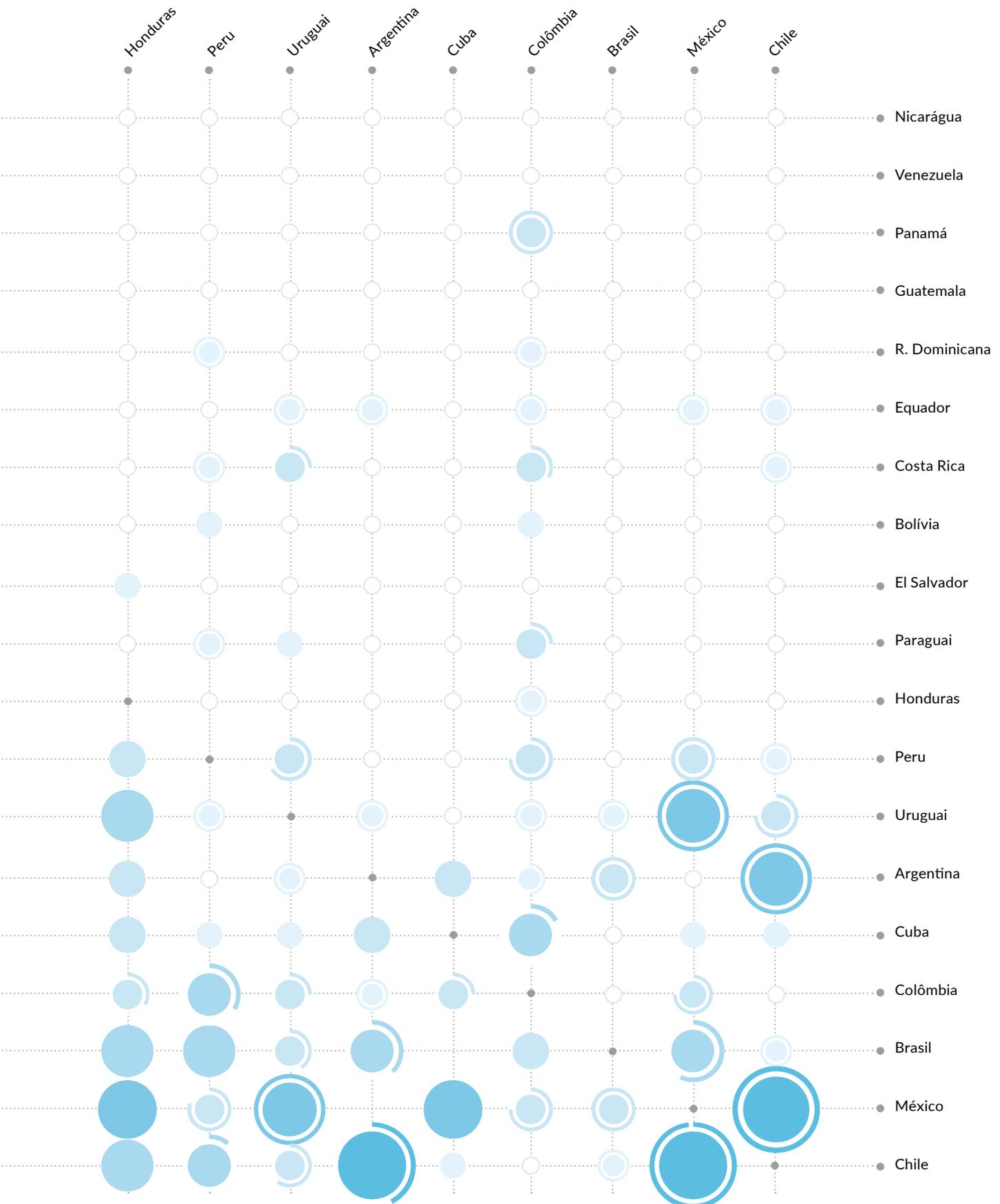
Para este efeito, elaborou-se o Gráfico II.7, que reproduz o formato de uma matriz, situando os 19 países ibero-americanos que participaram na CSS Bilateral, conforme exerceram o papel de recetor (na horizontal superior) ou de ofertante (na vertical esquerda). Os países classificam-se por ordem crescente, na medida em que o total dos projetos em que cada um deles participou aumenta, um dado que se refere sempre à cooperação realizada ao longo de 2019 e dentro da Ibero-América. De acordo com este critério, a Nicarágua aparece em primeiro lugar (11 projetos) e o Chile em último (168).

GRÁFICO II.7

Intensidade do intercâmbio por parceiros de países, conforme o número de projetos. 2019

Em unidades





Nota: Os países foram classificados por ordem crescente, conforme o valor total dos projetos de CSS Bilateral em que participaram em 2019 na Ibero-América. Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação

Ao ponto de intersecção entre dois países é atribuída uma bolha, cujo tamanho e cor (ver legenda) indica se houve ou não intercâmbio de projetos e, em caso afirmativo, quão intenso foi. Para além disso, relacionando cada bolha com a vertical ou a horizontal em que se situa cada um dos dois parceiros, sabemos o papel no qual cada um deles participou na cooperação, com um dado extra: uma seta que rodeia a bolha para indicar, em tamanho proporcional ao total, a frequência com que os dois países exerceram, de forma simultânea, “ambos” os papéis.

A primeira coisa que se pode observar a partir do Gráfico II.7 é que nos encontramos num cenário de enorme dinamismo, no qual os países mostram uma grande capacidade para aproveitar as múltiplas possibilidades de associação que existem. Assim, quando levamos em conta que os países ibero-americanos que participam na CSS Bilateral são dezanove e que todos podem exercer o papel de ofertante e de recetor, cada intercâmbio de iniciativas pode dever-se a 342 possíveis combinações de parceiros e papéis.¹ Em 2019, as diferentes combinações por país e

papel ascenderam a 133, o que significa que se concretizaram praticamente 40% das relações que potencialmente podiam ter ocorrido. Este valor contrasta, por exemplo, com o correspondente a 2010, quando só se executaram 1 em cada 10.

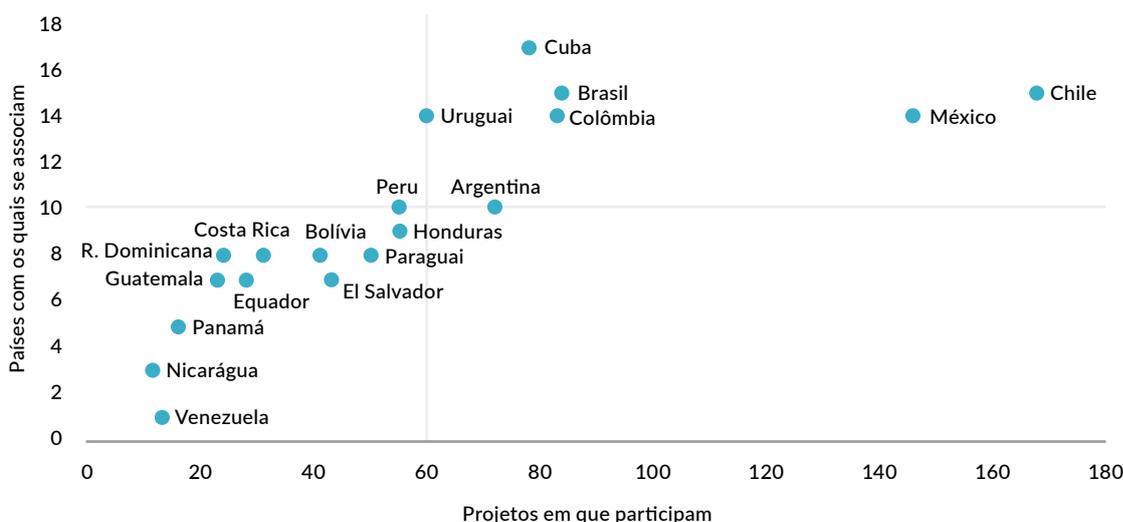
A possibilidade de se concretizarem associações novas e cada vez mais diferentes verifica-se porque também existe um processo de alargamento e diversificação do número de parceiros com que cada país se relaciona. No mesmo Gráfico II.7, este facto manifesta-se pelo espaço em que se tendem a concentrar as bolhas: os dois quadrantes do sul e os dois do leste. Isto acontece porque nesses quadrantes se situam os intercâmbios relativos aos países que participam num maior número de projeto e que, portanto, também têm a possibilidade de diversificar a sua cooperação em torno de mais agentes diferentes.

O Gráfico II.8 reforça esta ideia, facilitando simultaneamente a identificação de um padrão geral. Neste sentido, o gráfico situa cada país conforme o número total de projetos de CSS Bilateral em que participou em 2019 (dado sobre o eixo horizontal) e o

GRÁFICO II.8

Participação dos países na CSS Bilateral na Ibero-América, conforme o total dos projetos em que cada um deles participou e o número de parceiros com que se relacionou. 2019

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

¹ O total de 342 obtém-se ao multiplicar 19 por 19 e subtrair as 19 em que cada país se combinaria consigo mesmo.

/// Nos encontramos num cenário de enorme dinamismo, no qual os países mostram uma grande capacidade para aproveitar as múltiplas possibilidades de associação que existem ///

número total dos outros países ibero-americanos com os quais se associou para promover os intercâmbios (eixo vertical), sendo o máximo de 18. A correlação positiva que existe entre as duas variáveis resulta numa nuvem de pontos crescente, conforme a qual: os países que participam em menos de 20 projetos tendem a relacionar-se com um máximo de 5 parceiros diferentes; os que participam em 20 a 60 projetos, com outros 7 a 10; enquanto que os mais dinâmicos, com intercâmbios superiores, embora com algumas exceções, se relacionam com cerca de 15 parceiros.

Neste cenário, a distribuição do total dos 544 projetos de CSS Bilateral que os países intercambiaram na Ibero-América ao longo de 2019 por pares de parceiros é muito desigual. Assim, tal como se pode observar no mesmo Gráfico II.7, os valores de intercâmbio são muito díspares e oscilam dentro de um intervalo muito amplo (mínimos de 1 e 2 projetos e máximos de mais de 50). De facto, o mais frequente (em praticamente dois terços dos intercâmbios entre parceiros) é que não se executem mais de 5 projetos. A segunda casuística mais frequente (quase 30% das ocasiões), é que o intercâmbio se concretize na execução de até 15 projetos. E a menos frequente (em menos de 5% dos casos, tendentes a concentrar-se visualmente no quadrante sudeste do gráfico) é que se registe um intercâmbio superior, entre 15 e 56 projetos.

A este respeito, a possibilidade de associação com mais ou menos países e de distribuir o total dos projetos em que cada um participa de um modo mais ou menos concentrado ou diversificado, determina o padrão de intercâmbio de um país.

Mas, um elemento extra, também lhe confere um cunho especial: o peso, sobre o total intercambiado, que têm os projetos “bidirecionais”, aqueles em que os países exercem simultaneamente o papel de ofertante e de recetor. Dois casos ilustram esta diferença: Cuba (que cooperou com 17 dos 18 possíveis parceiros) e o México (segundo país com mais intercâmbios em 2019). O seu comportamento foi respetivamente registado nos Gráficos II.9.A e II.9.B, que distribuem (sobre um fluxograma) o total dos projetos em que cada um deles participou, situando no caudal esquerdo aqueles que exerceram o papel de ofertantes e, no direito, o de recetor.

Assim, Cuba, que em 2019 participou em 78 projetos de CSS Bilateral, apresenta um perfil preferencialmente ofertante, um papel a partir do qual concretizou mais de 90% dos seus intercâmbios. Só neste papel, Cuba associou-se com outros 17 países da região (todos exceto o Brasil), o que sugere uma distribuição diversificada da sua cooperação. Esta perceção ratifica-se pelo facto de que os seus principais parceiros, o México e a Venezuela, apenas justificam, em cada caso, cerca de 15% dos seus projetos.

Por sua vez, o México, segundo país com maior dinamismo na CSS Bilateral de 2019 (146 projetos), executou a sua cooperação a par de outros 14 parceiros, dois dos quais (Chile e Uruguai) se destacam especialmente por dois motivos: por um lado, porque o México partilha com eles 56 e 18 projetos, que justificam, de forma conjunta, metade da sua cooperação; e, por outro lado, porque se trata, na sua quase totalidade, de projetos nos quais os dois países participantes exerceram simultaneamente “ambos” os papéis.² Na realidade, os intercâmbios com o Chile e o Uruguai fomentaram-se através de um instrumento: os Fundos de Cooperação Conjunta que o México subscreveu com os dois países em 2008 e 2009 (SEGIB, 2020). Este facto contribui para dotar o México de um perfil mais dual ou equilibrado entre ambos os papéis, e que se reforça, principal, embora não exclusivamente, com outros intercâmbios também “bidirecionais”, entre os quais se destacam os realizados com o Brasil, Colômbia, Equador e Peru.

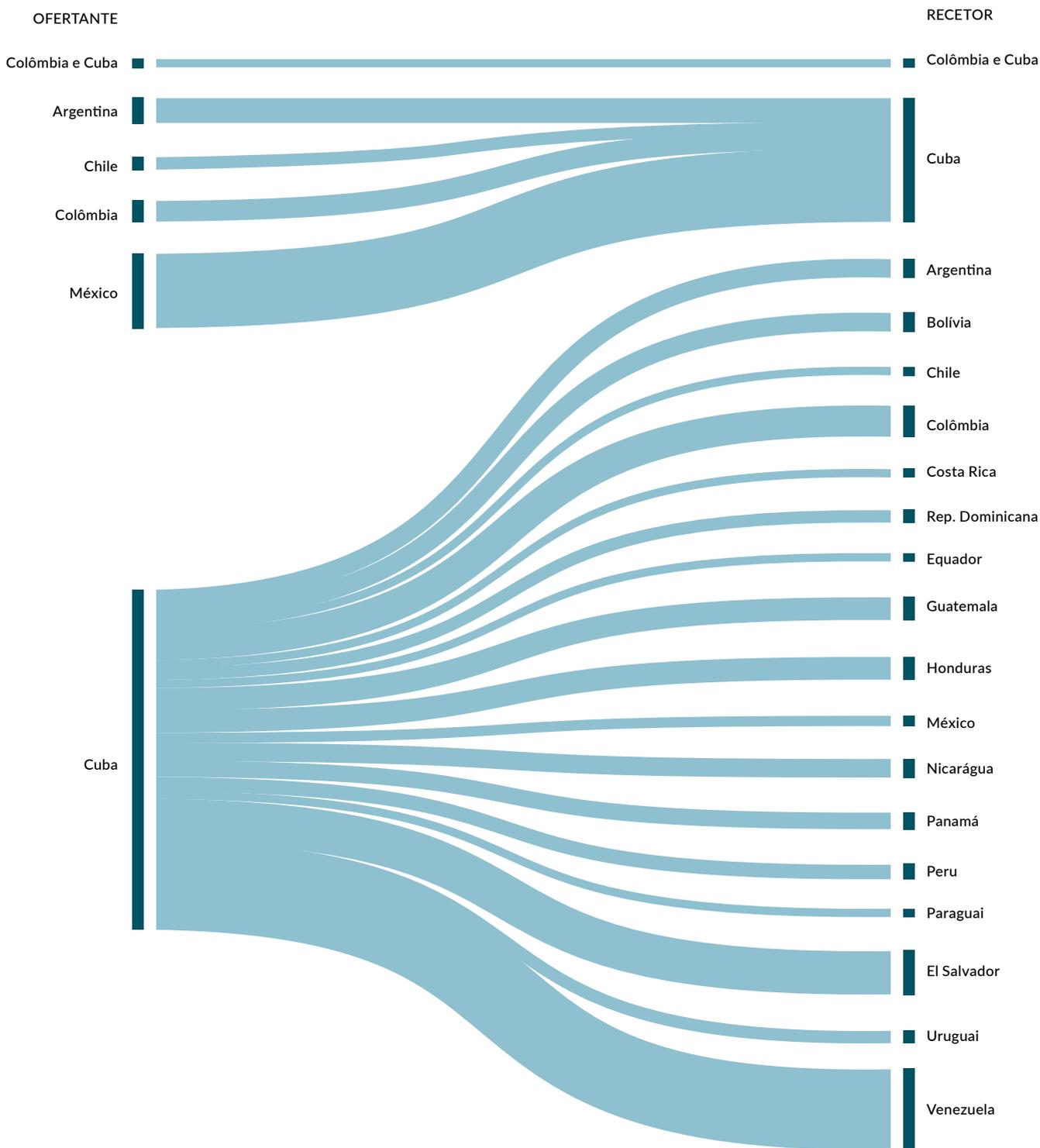
² Para identificar o exercício deste papel no fluxograma, optou-se por pôr os nomes dos países envolvidos, tanto sobre o fluxo que surge no caudal esquerdo (quando exercem o papel de ofertante) quanto naquele a que chega ao caudal direito (quando exercem o papel de recetor).

GRÁFICO II.9

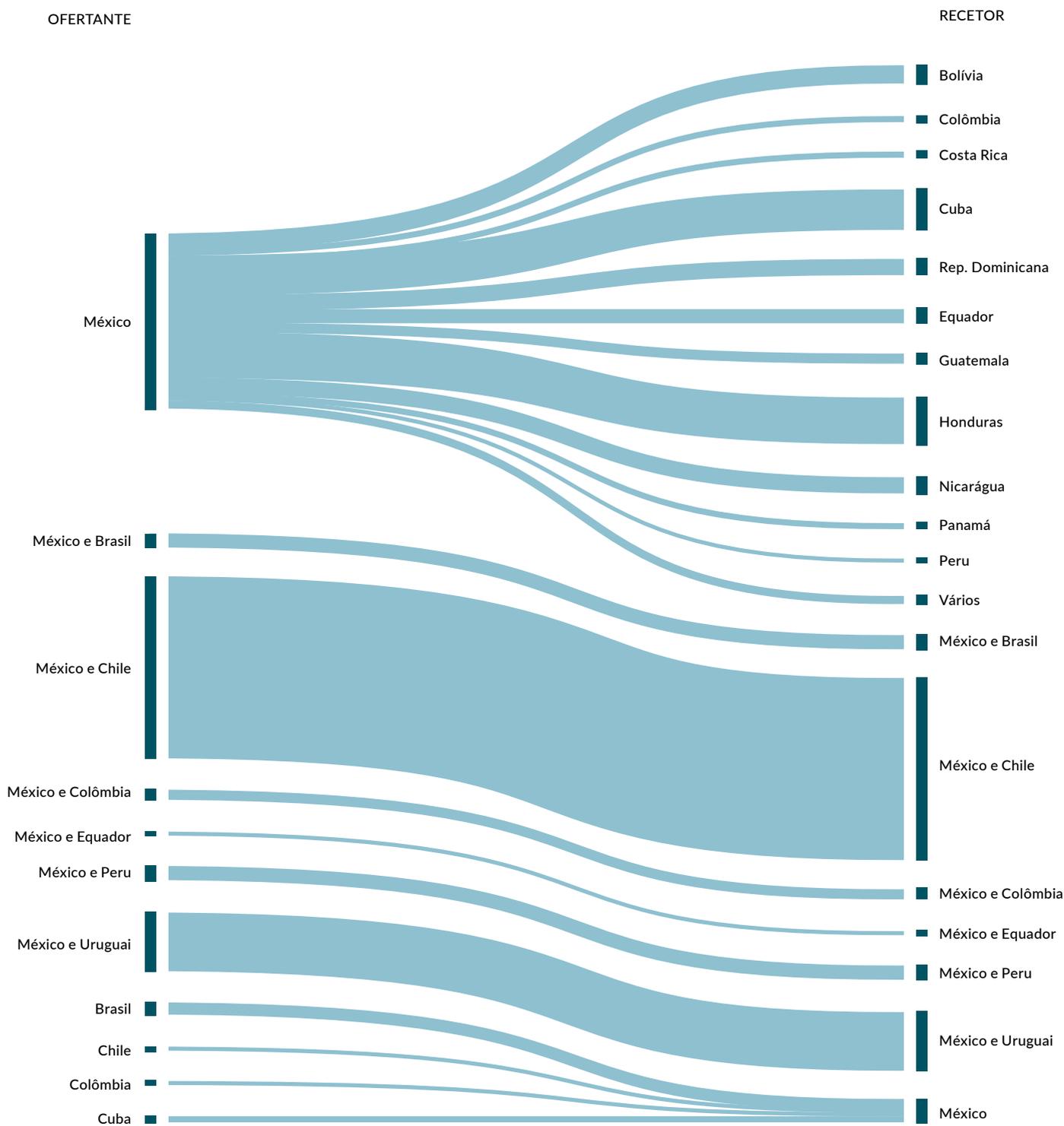
Distribuição dos projetos de CSS Bilateral de Cuba e México com parceiros ibero-americanos, conforme o papel. 2019

Em unidades

II.9.A. Cuba



II.9.B. México



Nota: Quando um projeto é "bidirecional" e os dois países exercem simultaneamente "ambos" os papéis, opta-se por assinalar os correspondentes fluxos com os dois nomes, tanto no caudal do "ofertante" quando no do "recetor".
 Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

II.3

Análise setorial da Cooperação Sul-Sul Bilateral de 2019

A presente secção focaliza-se nas capacidades que se fortaleceram através da CSS Bilateral, a partir de uma perspetiva dupla: a primeira, de alcance regional; e a segunda, com uma visão de país. Trata-se de identificar que pontos fortes foram partilhados pelos países quando exerceram o papel de ofertantes, que necessidades cobriram ou que

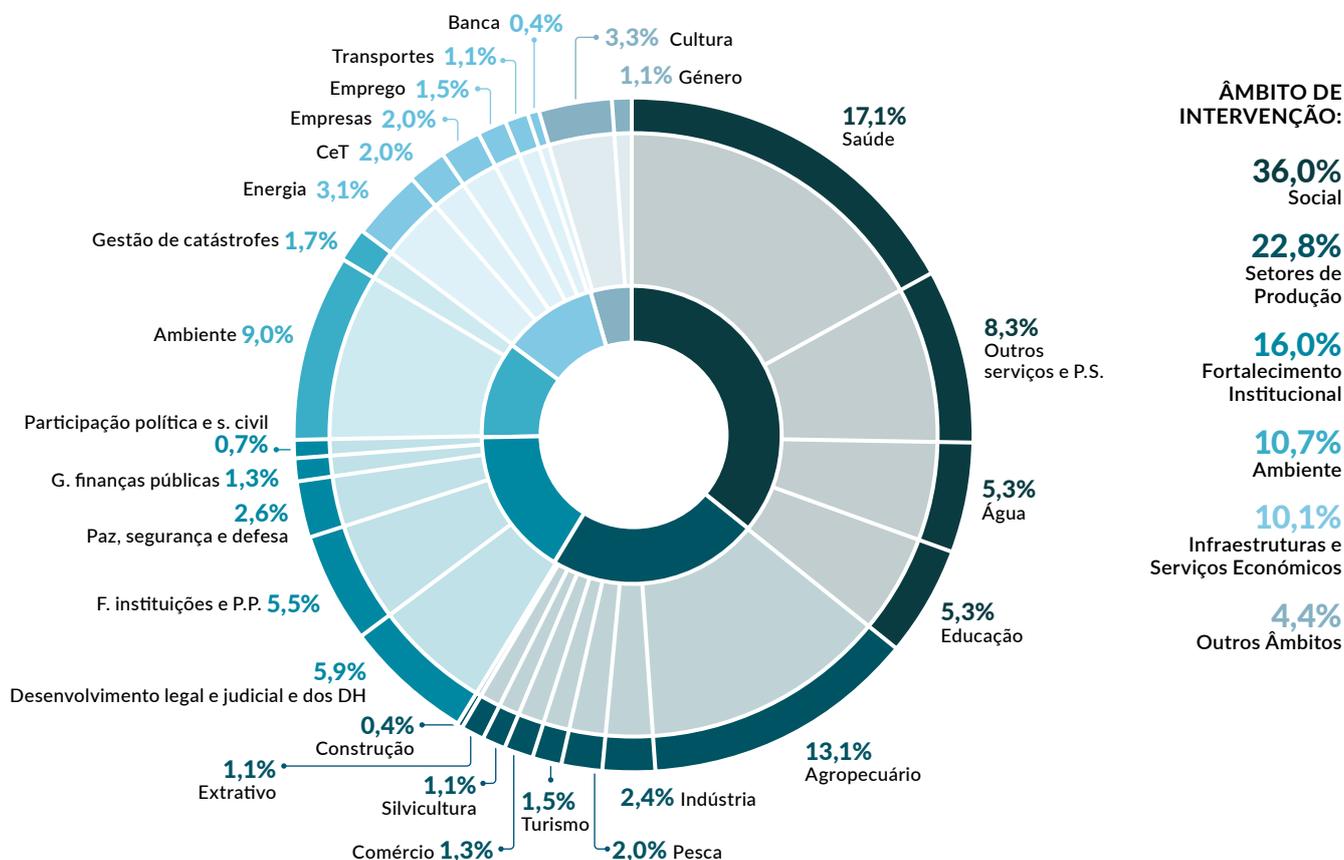
lacunas foram tentando colmatar quando participaram como recetores; e, em suma, como se reforçou o conjunto da região. Para orientar este exercício, analisa-se a CSS Bilateral de 2019 numa perspetiva setorial e de âmbitos de intervenção, conforme a classificação definida e concertada no espaço ibero-americano e que se inclui na Nota metodológica.

Para além disso, e no contexto da atual pandemia da COVID-19, este conhecimento das capacidades fortalecidas através da CSS Bilateral é também fundamental para extrair ensinamentos de experiências anteriores e tentar ver como a partir da cooperação se pode contribuir para a resposta sanitária, económica e social que a Ibero-América deve impulsionar perante este enorme desafio.

GRÁFICO II.10

Projetos de CSS Bilateral, por setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

II.3.1. Capacidades fortalecidas

O Gráfico II.10 distribui os 544 projetos de CSS Bilateral mantidos em execução na Ibero-América durante 2019, conforme o setor de atividade e o âmbito de intervenção que principalmente visaram. Os setores visualizam-se no círculo concêntrico externo e os âmbitos que os agrupam, no interno.

Numa primeira aproximação aos âmbitos de intervenção e tal como tem vindo a ser habitual, o Gráfico II.10 mostra como a maior parte dos projetos (mais de um terço) se dedicaram a fortalecer capacidades na área Social. Se a estes somarmos 22,8% e 16,0% dos intercâmbios que, respetivamente, visaram os Setores de Produção e o Fortalecimento Institucional, já se justificam 75% dos projetos de 2019. O apoio ao Ambiente (10,7%), às Infraestruturas e Serviços Económicos (10,1%) e, mais pontualmente, aos Outros âmbitos (4,4%), constitui os últimos 25%.

A distribuição anterior é determinada pela importância relativa que os diferentes setores registam. Neste sentido, e tal como já tinha vindo a acontecer em anos anteriores, ao longo de 2019 a atividade que concentrou um maior número de projetos (mais de 90, equivalentes a 17,1% do total) voltou a ser a da Saúde. Este dado é muito relevante, tendo em conta a grave crise sanitária provocada pela pandemia da COVID-19 a partir do início de 2020. Parar para pensar nos pormenores dos temas especificamente abordados por esses projetos, torna-se agora numa tarefa imprescindível para identificar os pontos

// A maior parte dos projetos (mais de um terço) se dedicaram a fortalecer capacidades na área Social //

QUADRO II.1

A Cooperação Sul-Sul da Ibero-América face à crise sanitária da COVID-19

No dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto de pneumonia inicialmente detetado em Wuhan (China), a partir do qual começaram a surgir casos noutras partes do mundo, constituía o que se denominou uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Um mês e meio depois, em 11 de março de 2020, os alarmantes níveis de propagação da doença e a sua gravidade levaram a OMS a determinar que a COVID-19 se podia caracterizar como pandemia (OMS, 2020).

Passado outro mês, em 14 de abril de 2020, a OMS publicou uma atualização da sua “Estratégia contra a COVID-19”. Este

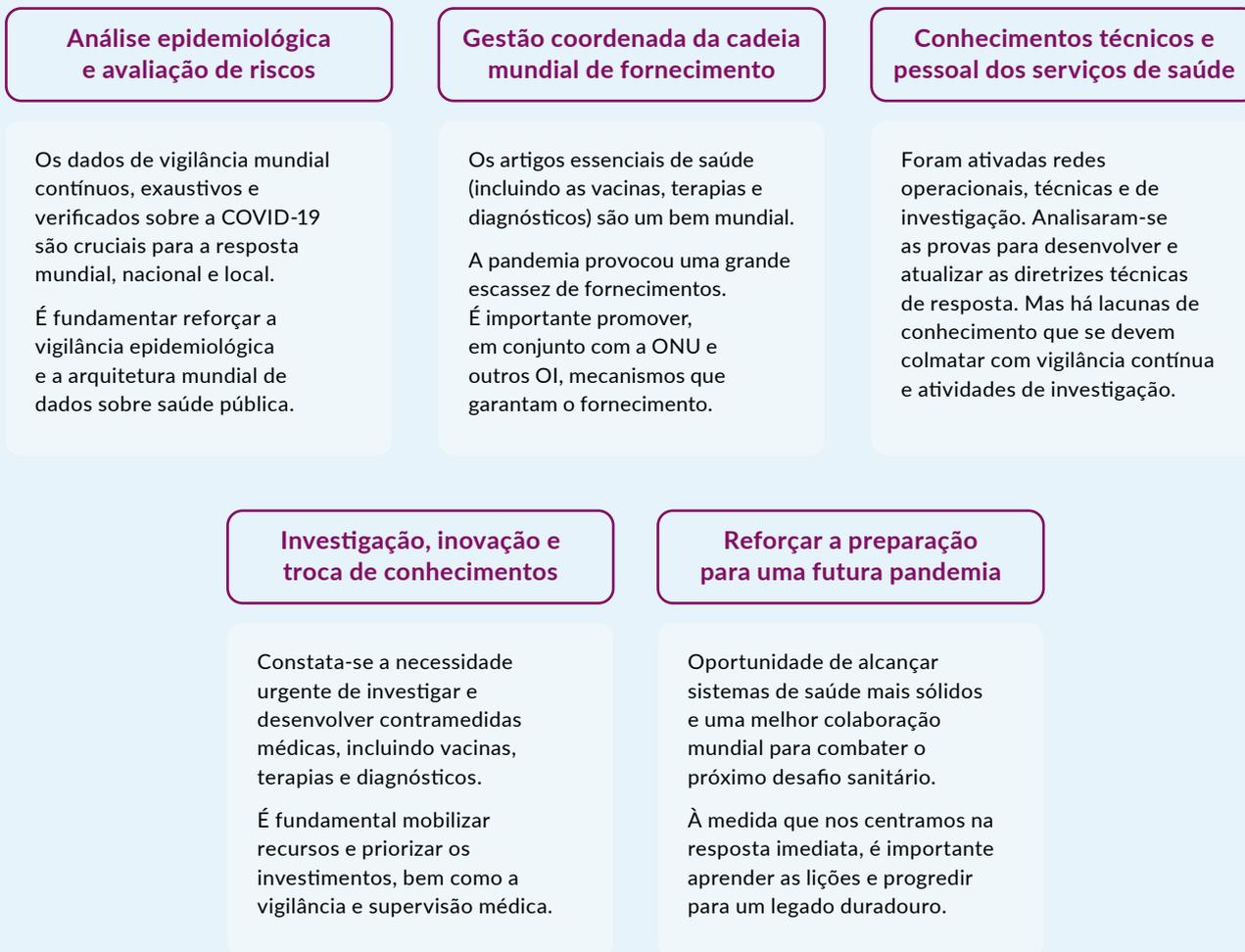
documento-guia alimenta-se do Plano Estratégico de Preparação e Resposta apresentado à comunidade internacional no dia 3 de fevereiro de 2020, bem como das suas aprendizagens e de outras recomendações técnicas que se foram elaborando à medida que a pandemia avançou. As principais linhas da estratégia de resposta proposta, atualizada em abril de 2020, apresentam-se, nas suas dimensões global e nacional, no primeiro esquema.

Tal como se pode ver, sempre segundo informações da OMS e no que se refere à ação internacional, é fundamental reforçar a vigilância epidemiológica, baseada na produção de dados essenciais para a tomada de decisões e para

a elaboração de medidas, diretrizes técnicas e estratégias de resposta à COVID-19. É também crítico tudo o que se relaciona com a colaboração e coordenação internacional para fazer avançar a investigação e o desenvolvimento de terapias e vacinas que permitam curar e imunizar a população mundial, bem como uma coordenação que garanta o fornecimento estável e seguro de medicamentos e de qualquer artigo essencial de saúde, incluindo essas mesmas terapias e vacinas. Proteger e dotar com recursos o pessoal dos serviços de saúde e reforçar os sistemas de saúde, torna-se numa necessidade para dar a melhor resposta aos desafios de hoje e a qualquer repto futuro.

Principais linhas da estratégia global e nacional da OMS para a COVID-19

ESTRATÉGIA GLOBAL



Fonte: SEGIB a partir da OMS (2020)

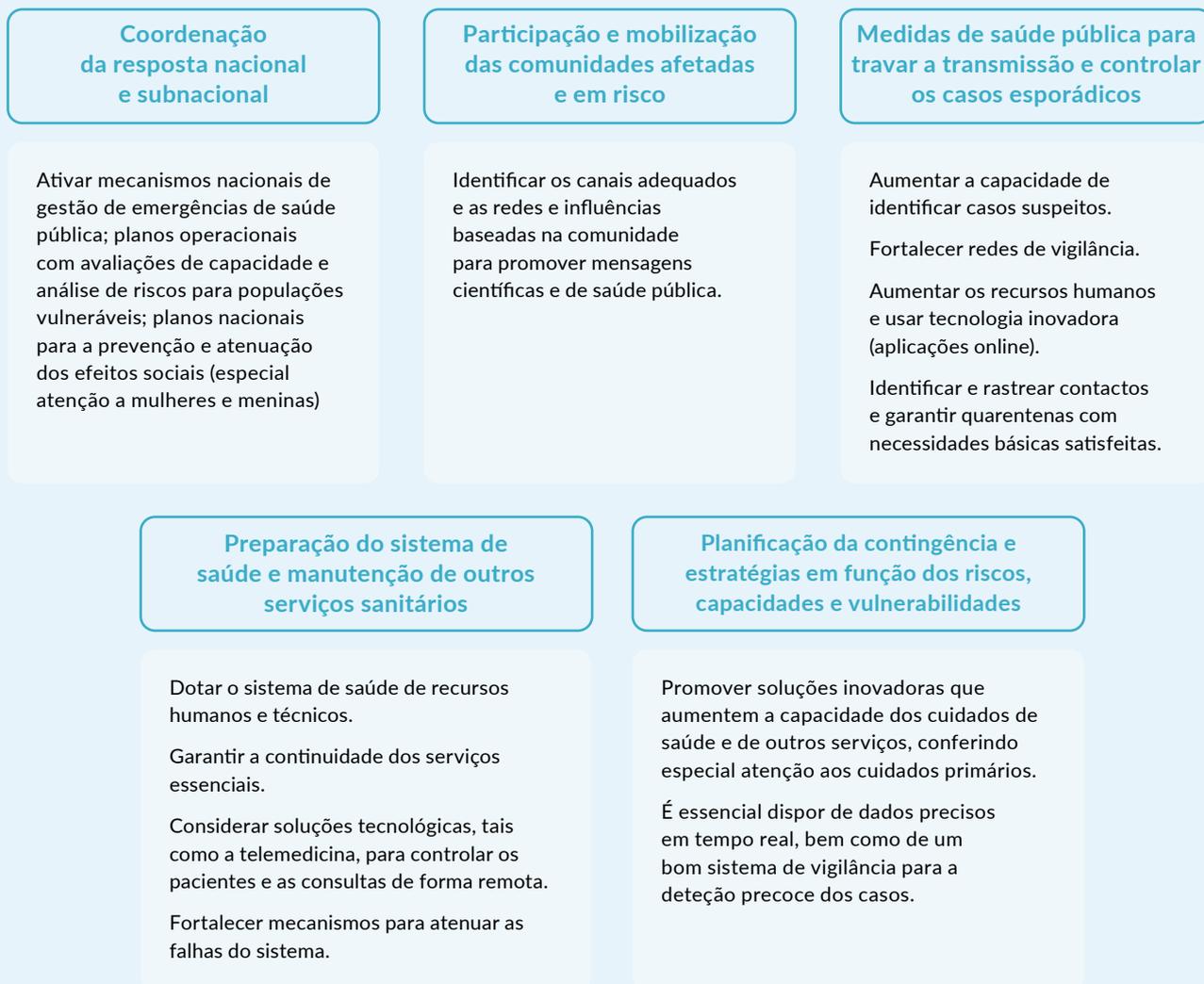


fortes da região na matéria, tentar aprender com as experiências do passado e assim poder contribuir para construir a resposta que a Ibero-América terá de dar a este desafio sem precedentes, não só a curto, mas também a médio e longo prazo. Com este espírito, elaborou-se o Quadro II.1, que analisa as experiências passadas a partir de um foco ampliado

aos anos 2018 e 2019 e a uma conceção mais integral da saúde (que permite incluir elementos não só classificados no seu setor),³ e que estuda o modo como a CSS pode contribuir para a resposta a esta grave crise, em sintonia com as recomendações da própria Organização Mundial da Saúde (OMS).

³ Tal como podemos observar no Quadro II.1, recorre-se a uma conceção mais integral da saúde, como a que é utilizada pelas organizações Mundial e Pan-Americana (respetivamente OMS e OPS). Esta conceção permite integrar na análise problemáticas relativas a esta matéria que são muito importantes para a luta contra a COVID e que, a priori, foram classificadas em outros setores, tal como o caso dos idosos (em geral classificados em *Outros serviços e políticas sociais*) e da segurança dos alimentos (em *Agropecuário*).

ESTRATÉGIA NACIONAL



Fonte: SEGIB a partir da OMS (2020)



Ainda no que se refere ao âmbito Social, para além do setor da *Saúde*, são de salientar os 45 projetos orientados para fortalecer os *Outros serviços e políticas sociais*, que justificam até 8,3% do total intercambiado na Ibero-América em 2019. Para isso, foi relevante a cooperação que fomentou o desporto como ferramenta para uma maior inclusão social, especialmente dos jovens; a dedicada à promoção de habitação social e reabilitação integral dos bairros; bem como os cuidados prestados a coletivos vulneráveis, entre os quais devemos sobretudo mencionar a primeira infância, idosos, pessoas com deficiência (há projetos específicos sobre

programas nacionais de comunicação para pessoas que sofram de surdez) e comunidades indígenas.

Completam o panorama Social, 10% dos projetos que, em partes iguais, se dedicaram a fomentar a *Educação* e o *Abastecimento e saneamento de água*. Identificam-se nestas categorias projetos dedicados, por um lado, à alfabetização, formação de profissionais, fomento da digitalização e adaptação curricular para garantir uma educação de qualidade às crianças com menos de quatro anos e às que se encontram em tratamento hospitalar; e, por outro lado, a uma melhor gestão dos recursos hídricos, recarga de aquíferos e introdução e gestão de tarifas

Para além de tudo isto, é recomendável que a resposta nacional envolva e coordene todos os níveis de governação, inclua mecanismos próprios da gestão de emergências e combine planos de contingência com outros planos a médio e longo prazo. Com o objetivo de travar a transmissão e controlar os casos, a OMS sugere que se disponha de dados precisos em tempo real e de um bom sistema de vigilância para a deteção precoce. O envolvimento de todos é fundamental: por um lado, da população, que deve ter acesso à informação e receber mensagens claras que contribuam para um bom exercício da responsabilidade pessoal; e, por outro lado, de um sistema de saúde que deve ser fortalecido para poder compatibilizar a resposta à pandemia com o exercício normal das suas funções. Para o efeito, será necessário dotá-lo de mais recursos e alargar as suas capacidades, especialmente no que se refere aos cuidados primários, podendo para isso recorrer a soluções inovadoras que, apoiadas na tecnologia, contribuam para aumentar a sua capacidade de resposta (aplicações de rastreio, consultas médicas remotas, tele-saúde e outras).

Neste cenário, é interessante identificar as contribuições que se podem realizar a partir da Cooperação Sul-Sul para responder a esta grave crise, quer imediatamente quer a médio e longo prazo. A região acumula uma notável experiência nesta área: com efeito, entre 2006 e 2019, o total das ações e projetos de CSS Bilateral que visaram o setor da Saúde elevaram-se a 835. De igual forma, e ano após ano, a Saúde é o setor para o qual se tendem a orientar a maior parte dos intercâmbios bilaterais: assim, só em 2018 e 2019, cerca de uma centena de projetos, equivalentes a 18% e 17% do total executado em cada exercício, visaram o fortalecimento em matéria sanitária.

Mas a experiência torna-se ainda mais rica se recorrermos a uma conceção mais integral da saúde, como a que utiliza a OMS e a OPS. Nesse caso, o leque de projetos alarga-se, pois permite integrar no estudo iniciativas que, classificadas noutros setores, também se orientam para problemáticas relativas a esta matéria. A modo de exemplo, os projetos de apoio integral classificados em *Outros serviços e políticas sociais*, multissetoriais, mas com

componentes sanitárias, ou os que visam aspetos mais vastos da saúde pública, tal como os que se ocupam da segurança dos alimentos, categorizados nos setores *Agropecuário* ou da *Indústria*.

Analisado sob esta nova perspetiva, o impacto é muito maior, pois conclui-se que cerca de um terço (29,6%) dos 766 projetos de CSS Bilateral que estiveram em execução em alguma altura dos anos 2018 e 2019 contribuíram de alguma forma para fortalecer as capacidades regionais na área da Saúde. O segundo gráfico distribui esses 227 projetos e aplica a categorização da OPS e OMS por áreas programáticas para distinguir os objetivos concretos visados: redução e inclusive eliminação de doenças transmissíveis (um em cada 10 projetos); prevenção e tratamento das não transmissíveis (15%); promoção de determinantes e condições de saúde ao longo de todo o ciclo de vida (praticamente 4 em cada 10); fortalecimento dos sistemas de saúde (a quarta parte); e todas as intervenções relacionadas com a redução de riscos, preparação, resposta e recuperação do possível impacto de epidemias, catástrofes, conflitos ou emergências ambientais (12,3%).



e preços, especialmente dos serviços ecossistémicos, a fim de fazer avançar, não só uma melhor preservação dos recursos, mas também modelos que universalizem o seu acesso. É importante salientar que uma grande parte destas experiências também serão muito valiosas para extrair ensinamentos sobre a pandemia da COVID-19, quer em resposta

à crise sanitária (Quadro II.1) quer também à crise económica e social, abordada mais em pormenor no Quadro II.2, incluído no fim desta secção.

Na mesma linha argumental, situaram-se os mais de 70 projetos orientados para fortalecer o setor *Agropecuário*. Com um peso relativo superior a 13%,

Projetos de CSS Bilateral (2018-2019) categorizados de acordo com a sua contribuição para uma conceção mais integral da saúde e dos quais se retiram aprendizagens para dar resposta à crise sanitária

Em unidades

227 projetos de CSS que fortalecem a Saúde a partir de uma conceção alargada



Projetos de CSS que oferecem aprendizagens para aplicação à estratégia sanitária de luta contra a COVID-19

Nota: Categorização dos projetos conforme as áreas programáticas da OMS e OPS. Fonte: SEGIB a partir da OPS-SEGIB (2017), OMS (2019) e Agências e Direções Gerais de Cooperação



o agro é o segundo setor mais importante de 2019 e o primeiro no âmbito dos Setores de Produção, muito diversificado em torno de outros 7, todos eles com participações pontuais e, em caso algum, superiores a 2,4%. Tal como tem vindo a ser habitual, houve numerosos intercâmbios impulsionados para reforçar as cadeias produtivas de culturas próprias

da região, tais como o cacau, café, batata e quinoa; de apoio à cadeia de criação de animais e laticínios; bem como outros, concebidos para adaptar as práticas agrícolas à ameaça da mudança climática e à proteção das colheitas. Mas, no contexto da pandemia da COVID-19, e tal como já se viu no Quadro II.1, há um bloco de experiências agropecuárias de

A análise pormenorizada dos projetos que se incluem em cada uma destas novas categorias também permite identificar experiências alinhadas com a estratégia proposta pela OMS e extrair ensinamentos que permitam reforçar capacidades essenciais para a luta contra a pandemia da COVID-19, tanto no que se refere à resposta imediata quanto às suas componentes a mais longo prazo.

Especificamente, emergem por exemplo projetos relativos ao controlo e gestão da saúde animal, zoonose e transmissão de doenças aos humanos, um aspeto sem dúvida importante na origem da atual pandemia, mas que sobretudo pode contribuir para a prevenção de futuras crises. A região também tem experiência na abordagem de outras doenças transmissíveis, entre as quais são de destacar a tuberculose que, tal como a COVID-19, tem um dos seus focos de transmissão no ar e concentra parte da sua grave afeção nos pulmões e no sistema respiratório.

Outras experiências com as quais podemos aprender, têm a ver com o desenvolvimento de terapias e de tratamentos imunológicos, neste caso contra o cancro. Aqui devemos acrescentar

o fortalecimento de técnicas de deteção e atenção precoce aplicadas a doenças específicas, e que se poderão vir a transferir para os casos próprios da COVID. Além disso, e dado o impacto psicológico que as medidas de distanciamento social e confinamento estão a ter em parte da população, são fundamentais as experiências relativas ao fortalecimento dos programas de saúde mental.

Pode também ser importante toda a experiência acumulada na região para reforçar as estratégias de saúde e apoio integral aos idosos, sem dúvida um dos grupos populacionais mais vulneráveis e afetados pela COVID-19. A proteção sanitária e social aos mais vulneráveis é precisamente uma das componentes da estratégia recomendada pela OMS, e nisso a América Latina também acumula experiências com as quais podemos aprender, tal como sugerem os projetos dedicados à inclusão de perspetivas etno-culturais, de Direitos Humanos e de cuidados à primeira infância e a migrantes internacionais, entre outras, na abordagem das políticas de saúde pública.

Por sua vez, é imprescindível aproveitar toda a aprendizagem

possível da cooperação que nos últimos anos se dedicou ao fortalecimento institucional do setor da saúde, à formação dos seus profissionais e ao reforço de um serviço crítico para esta pandemia, tal como o dos cuidados primários. É também relevante o caminho já percorrido no desenvolvimento da telemedicina, que contribui para alargar a capacidade de resposta do sistema em situações de especial pressão. Não nos devemos ainda esquecer de toda a cooperação realizada que contribui para o desenvolvimento de novos medicamentos, bem como para fazer avançar a melhoria da sua regulamentação e promover e garantir um acesso seguro.

Finalmente, há também experiências regionais relacionadas com a preparação, vigilância e resposta aos riscos sanitários, incluindo-se aqui a emergência de uma pandemia como a da COVID-19. Neste sentido, são de destacar os projetos que promoveram a aplicação de tecnologia para a vigilância epidemiológica, os dedicados à gestão dos riscos sanitários e também os que contribuíram para capacitar os profissionais da saúde no âmbito da epidemiologia de terreno.

Fonte: SEGIB a partir da OMS (2020), OMS (2019), OPS-SEGIB (2017), página digital da OMS (www.who.int) e Agências e Direções Gerais de Cooperação

CSS Bilateral especialmente relevantes: trata-se das dedicadas à segurança alimentar, vigilância epidemiológica e gestão das questões fitossanitárias e de saúde animal, essenciais numa crise cuja origem, a priori, resulta precisamente da transmissão de doenças de origem animal aos seres humanos.

Por sua vez, e no âmbito do Fortalecimento Institucional, destacaram-se os projetos dedicados ao *Desenvolvimento legal e judicial e dos Direitos Humanos*, ao *Fortalecimento das instituições e das políticas públicas* (cerca de trinta iniciativas em cada caso) e, em menor medida, a questões de *Paz, segurança pública, nacional e defesa* (14 intercâmbios).

/// **Praticamente cinquenta projetos visaram temas relativos ao Ambiente, o terceiro setor com maior peso relativo na Ibero-América em 2019** ///

Neste caso, a cooperação foi preferencialmente orientada para a melhoria dos sistemas judiciais e penitenciários, especialmente numa perspectiva de garantias e de fomento da reinserção de jovens e adolescentes, bem como para o tratamento de diferentes questões de Direitos Humanos, entre as quais se destacam as relativas às iniciativas de Memória, Verdade e Justiça, e à eliminação das piores formas de trabalho infantil. Também se identificaram projetos para apoiar os países no seu ordenamento territorial, dotando-os de ferramentas de planificação em muitas ocasiões baseadas no uso de informações geoespaciais; de profissionalização da função pública, aplicando, por exemplo, técnicas de avaliação de desempenho; e de incorporação das tecnologias da informação na gestão documental dos Governos.

Entretanto, praticamente cinquenta projetos visaram temas relativos ao *Ambiente*, o terceiro setor com maior peso relativo na Ibero-América em 2019. Coexistiram aqui experiências muito variadas, entre as quais se destacaram as dedicadas à conservação de vários tipos de ecossistemas, muito especialmente dos marinhos e costeiros, bem como aos próprios de algumas regiões, tais como a alto-andina ou a amazónica, e a espécies animais também concretas, tais como as araras vermelhas e verdes, cuja sobrevivência se encontra ameaçada pela progressiva desflorestação dos seus habitats naturais. De facto, a luta contra a desflorestação e a mudança climática foi outro dos objetivos visados por estes projetos, tudo isto conforme os compromissos assumidos pela região relativamente ao Acordo de Paris. Houve cooperação para a adoção de técnicas de avaliação ambiental, de medição de gases com efeito de estufa e de sistemas de monitorização florestal, algumas das quais baseadas no uso de dados via satélite. Também se deu prioridade à gestão de resíduos sólidos e muito especialmente dos microplásticos. Para completar este âmbito, registaram-se uma dezena de projetos dedicados à *Gestão de catástrofes*, a partir da introdução de sistemas de alerta e prevenção de riscos, sobretudo em matéria de sismos, inundações, incêndios e secas, com um foco preferencial nas zonas urbanas.

QUADRO II.2

A Cooperação Sul-Sul da Ibero-América face à crise económica e social da COVID-19

A crise sanitária provocada pela COVID-19 empurrou a economia mundial para uma nova recessão. As respostas de que esta emergência mundial necessita para proteger a saúde e a vida dos cidadãos, tais como medidas de distanciamento social, encerramento de atividades e restrições à mobilidade, conduziram a uma paralisia da economia mundial que, conforme

as últimas previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2021), representou, em 2020, uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) global de -3,5%.

O próprio FMI e outros organismos multilaterais, tais como a OCDE, Banco Mundial e CEPAL, concordam em referir que a queda da atividade foi inclusivamente mais grave nas denominadas

economias emergentes e/ou em desenvolvimento, entre as quais se encontra o conjunto da região latino-americana. Com efeito, caso se cumpram as previsões em 2020 e de acordo com a CEPAL, o PIB da América Latina virá a sofrer uma contração de -8%.

A gravidade da crise aumenta devido ao impacto que numa economia aberta como a da



América Latina têm fatores que, em princípio, são de origem exógena e entre os quais se destacam a forma como se ressentem os intercâmbios comerciais e financeiros com o resto do mundo —em especial com a China e os Estados Unidos—, bem como a paragem abrupta e posterior reativação lenta da atividade turística. Mas também pelo modo como a crise económica multiplica a crise social subjacente numa região que antes da COVID já se deparava com enormes desafios.

Conforme a OCDE (2020), vários fatores tornam a América Latina especialmente vulnerável à pandemia. Destacam-se a informalidade estrutural do mercado de trabalho (com taxas que, dependendo do país, oscilam entre 30% e 80%); a falta de redes universais de segurança social (com programas de apoio cada vez mais alargados, mas que ainda só englobam 62% dos trabalhadores formais e das suas famílias); a persistente desigualdade dos rendimentos, que atualmente também se traduz na possibilidade ou não de praticar medidas de

distanciamento social e/ou de confinamento, e inclusive de acesso aos serviços de saúde; e a existência de uma forte componente indígena e migrante (no primeiro caso, por se tratar de comunidades especialmente afetadas pelas elevadas taxas de prevalência de outras doenças transmissíveis como a hepatite B, tuberculose, malária e dengue, e, no segundo caso, pela vulnerabilidade que se deve ao facto de muitos deles viverem em casas e condições sanitárias precárias, não tendo acesso a serviços básicos e nem a proteção social).

Em março de 2020, a OMS já salientava a especial vulnerabilidade de regiões como a latino-americana. Através de uma declaração do seu Diretor-Geral, a OMS advertia que a pandemia da COVID-19 provocaria um maior impacto nas economias em desenvolvimento e recomendava que os governos implementassem um conjunto de políticas sociais para proteger as populações mais vulneráveis (OMS, 2020). De igual modo, e com o objetivo partilhado

de “*não deixar ninguém para trás*”, os países da região começaram a promover um conjunto de medidas económicas e sociais.

Tal como se pode ver no esquema, e conforme a CEPAL e a OCDE (2020), trata-se, por um lado, de medidas de política económica que, através de recursos fiscais e monetários, procuram preservar o emprego e/ou os rendimentos que o acompanham e a atividade empresarial, especialmente no caso dos pequenos empreendedores e das Micro e PME, bem como regulamentar preços e fornecimentos para desvincular o acesso a produtos e serviços básicos dos rendimentos; e, por outro lado, de medidas de política social centradas na proteção, com ênfase nas transferências em rendimentos e/ou em espécie para os mais vulneráveis, de um tratamento especial às mulheres e meninas (vítimas de uma situação que resultou numa maior violência intrafamiliar) e de garantir o acesso a uma educação que se teve de digitalizar e reinventar a si mesma para poder chegar a todos e a todas. →

No âmbito das Infraestruturas e Serviços Económicos, agruparam-se um total de 55 projetos que por sua vez se distribuíram em torno de seis setores de atividade. Salientou-se a área da *Energia*, na qual se promoveram experiências que procuraram transitar para um uso mais eficiente e sustentável a partir de uma aposta, por exemplo, em fontes mais limpas tais como a hidráulica e a geotérmica. Mas também, as da *Ciência e tecnologia*, *Empresas e Emprego*. Na realidade, as experiências no quadro deste tipo de atividades tornam-se especialmente relevantes num contexto

em que a forma como se teve de gerir a necessária resposta à crise sanitária provocada pela COVID-19, resultou numa paralisação da atividade que prejudicou gravemente os países de todo o mundo e os mergulhou numa profunda crise económica e social. O Quadro II.2 foi precisamente elaborado para abordar estas outras dimensões da crise da COVID-19, identificar as respostas promovidas pelos países da região e, mais uma vez, tentar aprender com experiências anteriores para ver como a partir da CSS Bilateral se pode contribuir para responder a este desafio.

Medidas económicas e sociais dos países da América Latina na luta contra a COVID-19



Fonte: SEGIB a partir da CEPAL (2020) e OCDE (2020)



Os últimos 24 projetos mantidos em execução na Ibero-América ao longo de 2019, distribuíram-se em torno de dois setores de atividade: *Cultura* e *Género*, numa proporção de 3 para 1. Mais concretamente, os países ibero-americanos trabalharam no sentido de reforçar as políticas de conservação do património cultural, entre outras coisas, através da restauração de murais e da digitalização de documentos. Outras experiências focalizaram-se na promoção das indústrias criativas, revalorização das culturas indígena e afrodescendente e recurso à arte cénica

do teatro, como ferramenta para favorecer a inclusão social, em especial dos mais jovens. Entretanto, houve numerosos projetos que centraram os seus esforços em apoiar as vítimas de violência contra as mulheres, em promover uma maior igualdade de género e em favorecer o seu empoderamento económico.

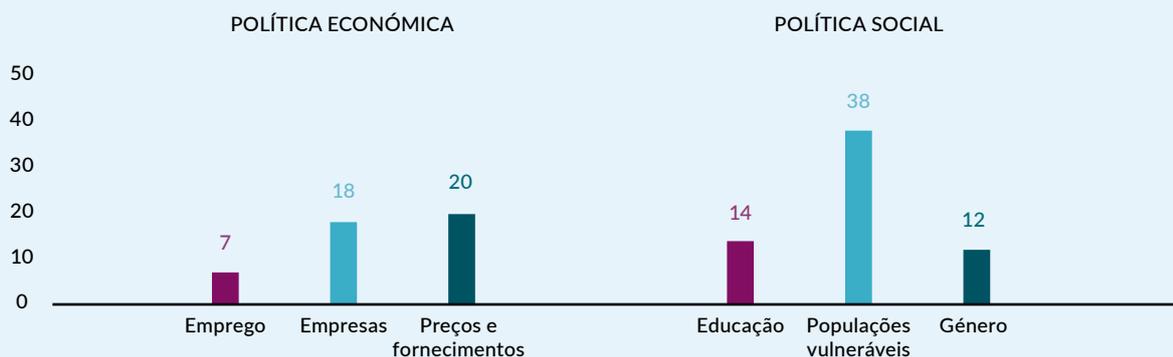
Tomando como referência estas medidas, uma recategorização dos 766 projetos de CSS Bilateral que os países ibero-americanos mantiveram em execução em

2018 e 2019, sugere que cerca de 15% desse total (109 iniciativas) se baseou em experiências que puderam contribuir para o impulso e fortalecimento das

políticas económicas e sociais de que a região necessita para dar resposta e enfrentar a COVID-19.

Projetos de CSS (2018-2019) que podem contribuir para a resposta económica e social à pandemia

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Assim, tal como se pode observar no segundo gráfico, 4 em cada 10 desses mais de uma centena de projetos identificados, referem-se a experiências de política económica que podem oferecer aprendizagens relativas a três dos grandes blocos de

medidas contempladas: as que protegem o emprego e os rendimentos resultantes do trabalho (7); as que estimulam a manutenção da atividade produtiva, em especial das empresas de menor tamanho (18); e as que estabelecem controlos

de preços e de fornecimentos que garantem o acesso a bens e serviços essenciais (20).

A título de exemplo, encontram-se aqui os projetos que os países intercambiaram para identificar e fortalecer os programas de emprego, especialmente



Finalmente, e para completar esta secção (relativa ao fortalecimento de capacidades a partir de uma perspetiva regional), devemos recordar que este panorama é dinâmico e que, nos últimos anos, se registaram alterações de tendência significativas. Com efeito, os Gráficos II.11 e II.12 mostram, respetivamente, a variação das participações relativas dos diferentes âmbitos de intervenção e setores de atividade no total dos projetos de 2010 e 2019.

A observação combinada de ambos os gráficos mostra, para a última década, uma significativa alteração de prioridades: do âmbito Social, que cai de 48% para 36% e perde mais de 12 pontos percentuais de participação, para uma cooperação que privilegia, de forma crescente, as experiências relativas ao Fortalecimento Institucional e ao Ambiente, duas áreas cujo peso relativo aumenta, em cada caso, mais de 5,5 pontos percentuais, o que origina um ganho conjunto de cerca de 12 pontos. Quando examinamos esta dinâmica em termos de setores, o que se obtém

os destinados aos jovens, num contexto que exige intervenções específicas que discriminem por fatores de vulnerabilidade, tais como a idade ou o facto de participarem no mercado de trabalho em condições regulamentadas ou de informalidade. Outro bloco de experiências é o que desde há vários anos aborda a promoção de tecidos microempresariais e incentiva o empreendedorismo de grupos de especial vulnerabilidade, uma ação que pode ser crucial no atual contexto da pandemia. Da mesma forma, são importantes as aprendizagens que se podem extrair da experiência acumulada na gestão de sistemas tarifários que assegurem o fornecimento e acesso à água e eletricidade, bem como as relativas à regulamentação da prestação destes serviços essenciais.

Por sua vez, praticamente 60% dos projetos de CSS Bilateral identificados visam objetivos de política social que são fundamentais para a gestão

que os países devem fazer da pandemia. Neste sentido, e num contexto em que garantir o direito à educação passa, entre outros, por uma digitalização do sistema educativo que permita uma frequência não presencial da escola, tornam-se críticos os 14 projetos que apostaram na progressiva integração de recursos tecnológicos, no desenvolvimento das denominadas aulas tecnológicas, nas assistências técnicas para promover a tele-escola, bem como na adoção de estratégias educativas flexíveis que permitam a adaptação curricular e do formato a circunstâncias que impedem uma escolarização tradicional, tal como está a acontecer durante a crise da COVID-19. Ainda no âmbito educativo, mas com um objetivo diferente, devem também acrescentar-se as experiências de CSS relativas às hortas e cantinas escolares, que se devem reinventar e substituir por outras modalidades que, compatíveis com a não frequência presencial da escola, garantam às famílias o acesso à alimentação.

Por último, as medidas de política social exigidas para atenuar o impacto da crise da COVID-19, também se inspiram em mais de uma dezena de experiências de programas de género, principalmente concebidos para lutar contra a violência de que as mulheres são alvo e promover a sua maior inclusão económica. No entanto, o bloco mais importante de medidas pode tomar como referência os cerca de 40 projetos que, de uma ou de outra forma, promovem a proteção efetiva dos grupos mais vulneráveis. Incluem-se aqui a cooperação relativa aos programas de combate à pobreza; as políticas de apoio integral à primeira infância, idosos, pessoas com deficiência, comunidades indígenas e migrantes internacionais; os projetos que reforçaram e contribuíram para a expansão dos sistemas de segurança social; bem como as experiências de gestão digital dos programas de transferências monetárias ou de subsídios à habitação, isto para mencionar apenas alguns.

Fonte: SEGIB a partir da CEPAL (2020) (2021), FMI (2021), OCDE (2020), página digital da CEPAL e Agências e Direções Gerais de Cooperação

é um deslocamento dos projetos orientados para a *Educação* e a *Saúde* (respetivamente com quedas de participação de 7,5 e 6,7 pontos percentuais), a favor, por um lado, do *Abastecimento e saneamento de água* (que, com um incremento de 3,1 pontos, compensa ligeiramente as quedas do próprio âmbito Social); e por outro lado, do *Ambiente* e do *Desenvolvimento legal e judicial e dos Direitos Humanos*, dois setores que na última década ganharam respetivamente mais de 5 e 3 pontos percentuais de participação.

/// Houve numerosos projetos que centraram os seus esforços em apoiar as vítimas de violência contra as mulheres, em promover uma maior igualdade de género e em favorecer o seu empoderamento económico ///

GRÁFICO II.11

Alteração na participação dos âmbitos de intervenção sobre o total dos projetos de CSS Bilateral. 2010-2019

Em pontos percentuais

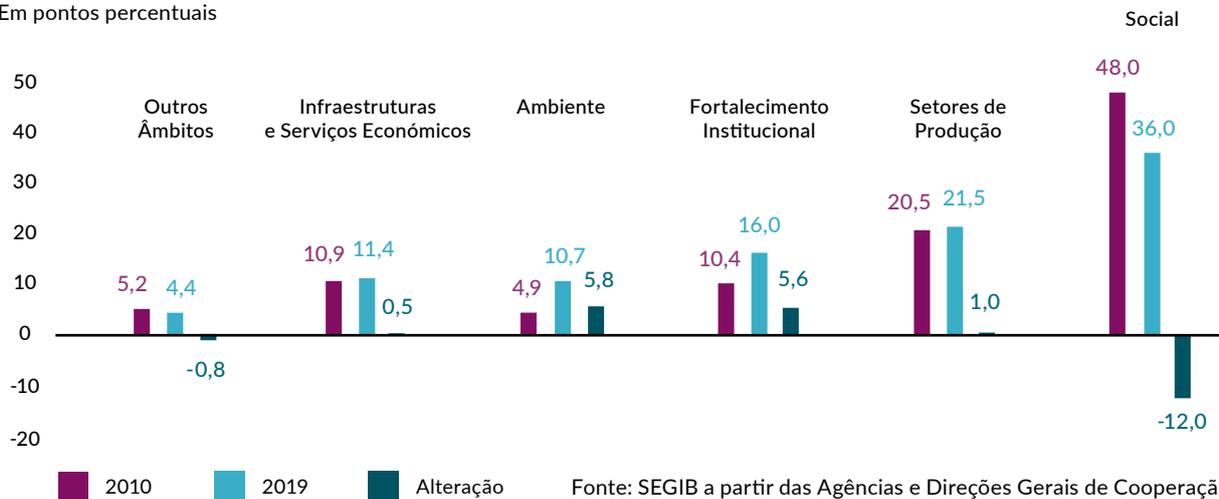
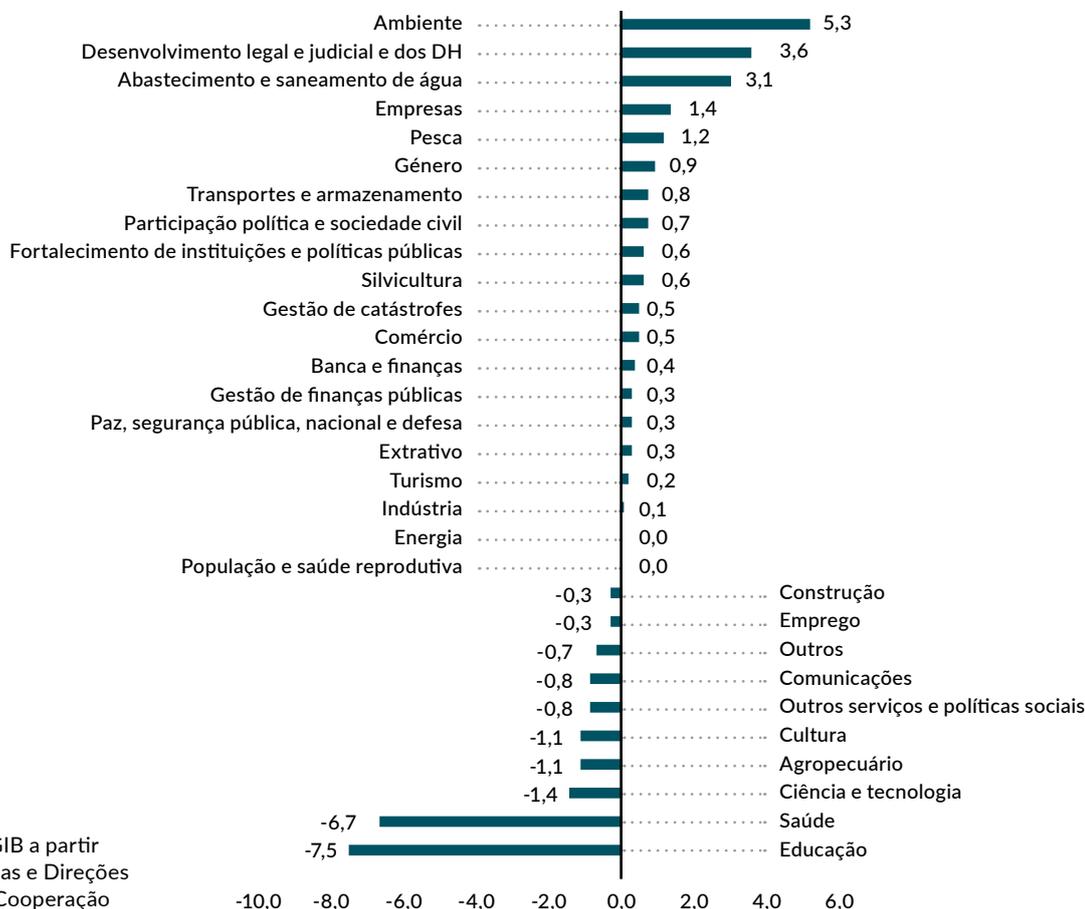


GRÁFICO II.12

Alteração na participação dos setores de atividade sobre o total dos projetos de CSS Bilateral. 2010-2019

Em pontos percentuais



II.3.2. Perfil dos países

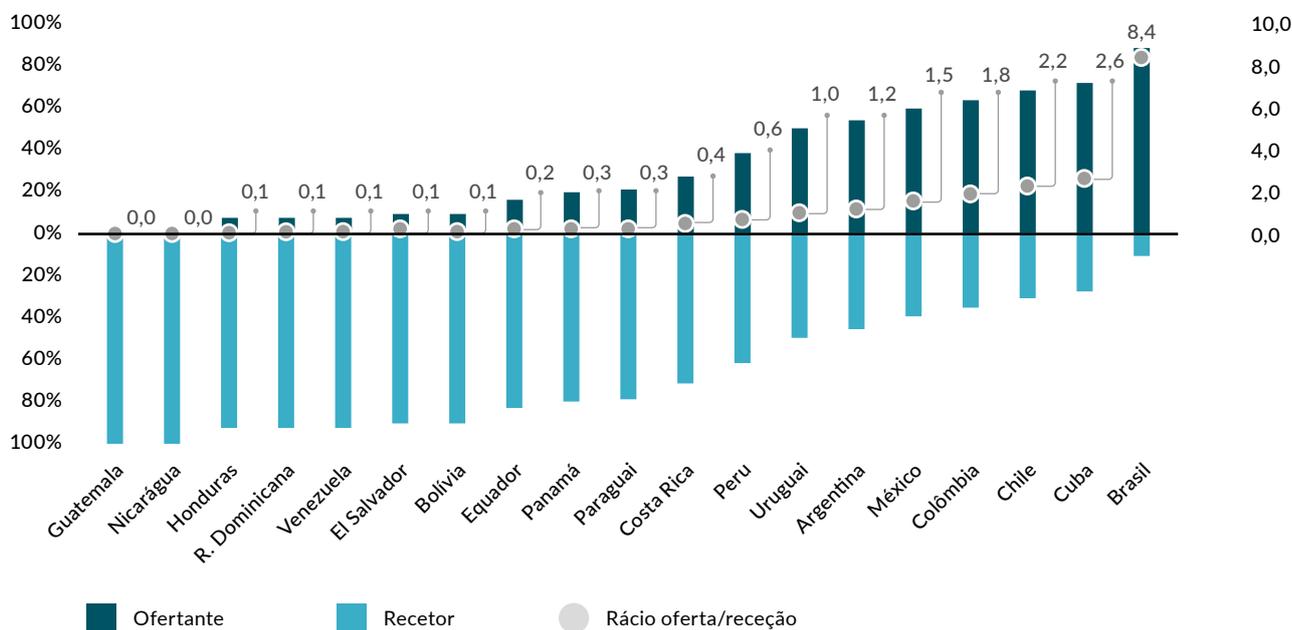
A visão regional das capacidades fortalecidas a partir da CSS Bilateral intercambiada em 2019 deve completar-se com uma análise da contribuição realizada por cada um dos seus protagonistas. Neste sentido, o resultado do conjunto é obviamente fruto do que foi feito pelos países no papel de ofertantes, transferindo para outros os seus principais pontos fortes, e no de recetor, colmatando lacunas.

Para este efeito, elaborou-se o Gráfico II.13, que permite visualizar os países conforme o seu perfil de ofertante e/ou de recetor de CSS e agrupá-los para tentar obter padrões de comportamento. Para isso, o gráfico combina dois tipos de informações para cada país. As primeiras, referenciadas no eixo vertical esquerdo, mostram o que representa o exercício a partir de cada papel sobre o total (100%) dos projetos, situando-se o peso do oferecido acima do eixo horizontal e o recebido abaixo. ⁴ As segundas informações, referenciadas no eixo vertical direito, mostram a relação entre o oferecido e o recebido por cada país, sendo a unidade o valor que designa uma distribuição igualitária entre países.

GRÁFICO II.13

Perfil dos países, conforme a sua participação nos papéis de ofertante e recetor. 2019

Contribuição relativa de cada papel, em percentagem; rácio, em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

⁴ Metodologicamente, cabe assinalar que, dado que o objetivo é distinguir bem os dois papéis, neste caso, os projetos em que os países participaram no papel "ambos" desdobram-se e contabilizam-se duas vezes, uma para o de papel "ofertante" e outra para o de "recetor".

Conforme este gráfico, os países centro-americanos e andinos, da Guatemala ao Peru, bem como a República Dominicana e o Paraguai, participaram nos projetos de CSS Bilateral de 2019 com um perfil proeminentemente recetor; a Argentina, México, Colômbia, Chile, Cuba e Brasil, fizeram-no exercendo maioritariamente o papel de ofertantes; por sua vez, o Uruguai manteve uma relação extremamente equilibrada entre o oferecido e o recebido. No entanto, no interior de cada grupo conviveram perfis muito diferentes. A modo de exemplo, a comparação da Guatemala com o Peru (de 100% recetor para uma relação de 2 para 1 entre o recebido e o oferecido), ou entre a Argentina e o Brasil (com rácios respetivos entre o oferecido e o recebido de 1,2 –muito compensado e próximo da unidade– e um elevado 8,4).

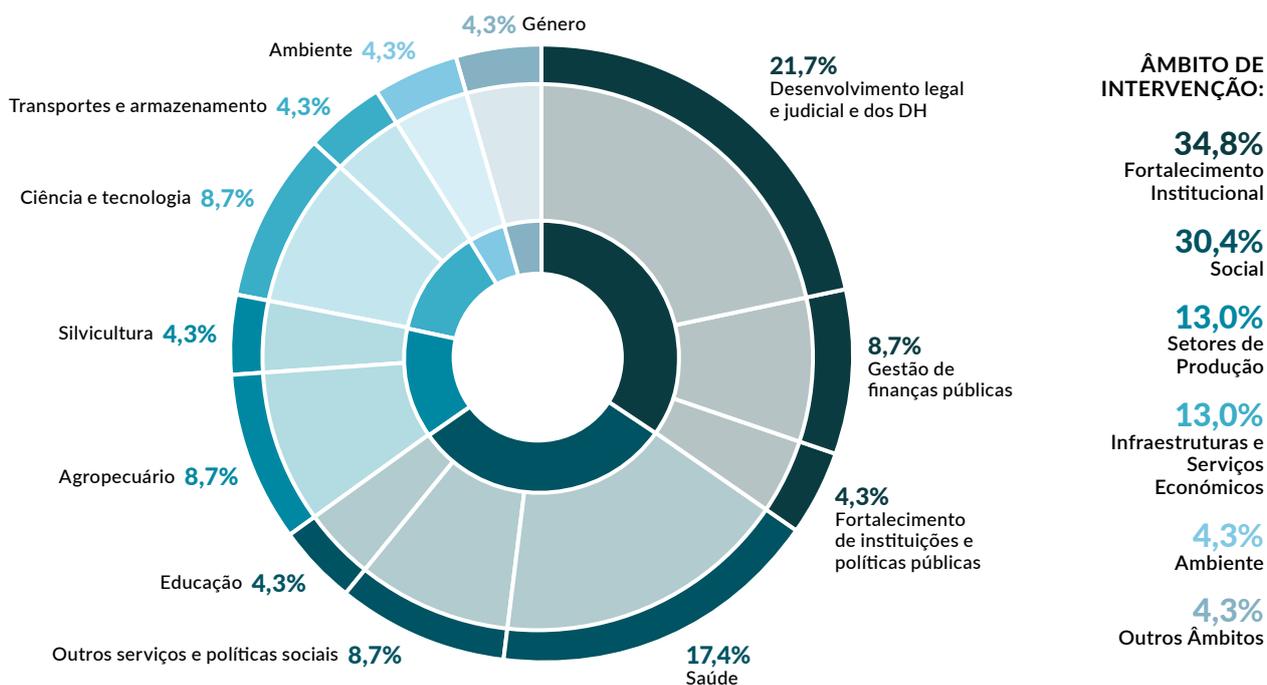
Neste sentido, e como exemplo do tipo de capacidades que os países que participam nos intercâmbios de projetos de CSS Bilateral num papel proeminentemente recetor podem tentar fortalecer, elaborou-se o Gráfico II.14, relativo ao

caso da Guatemala. A distribuição dos 23 projetos nos quais este país participou em 2019 conforme o âmbito de intervenção e o setor de atividade permite observar como cerca de dois terços dessa cooperação se focalizou em duas áreas: na do Fortalecimento Institucional (34,8%) e na Social (30,4%). Esta situação foi influenciada pela prioridade atribuída ao apoio a questões relativas ao *Desenvolvimento legal e judicial e dos DH* e à *Saúde*. De facto, a Guatemala aproveitou a CSS Bilateral para, por um lado, apoiar a modernização do sistema de justiça e procurar fórmulas que, focalizadas nos jovens, contribuíssem para os proteger da violência e em caso de entrarem em conflito com o sistema penal; e, por outro lado, fortalecer os serviços médicos, em especial apoiando a formação dos seus profissionais e promovendo o acesso da população com menores recursos a cirurgias oftalmológicas e à nutrição infantil (Bancos de Leite Materno). De forma complementar, a Guatemala também recebeu cooperação (em torno a 25%) orientada para reforçar diferentes aspetos da sua atividade produtiva e económica, sobretudo no âmbito agro.

GRÁFICO II.14

Distribuição dos projetos participados pela Guatemala como recetor, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

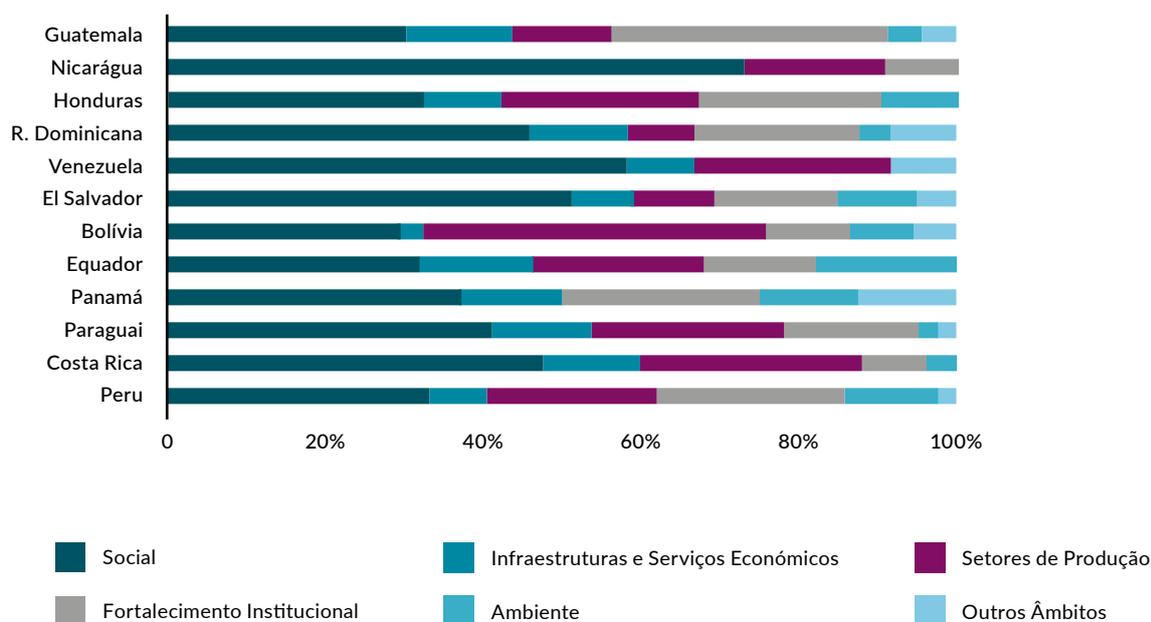
Por sua vez, o Gráfico II.15 distribui os projetos em que outros países ibero-americanos participaram como recetores, conforme o âmbito de intervenção visado. Tal como se pode observar, para os países centro-americanos e para a República Dominicana, a maior parte dos projetos tiveram por objetivo fortalecer capacidades no âmbito Social. No entanto,

a sua importância relativa oscilou consideravelmente, dos 32,7% das Honduras até aos 72,7% da Nicarágua. O segundo âmbito de maior relevância alternou entre o Fortalecimento Institucional (casos de El Salvador, Panamá e República Dominicana) e os Setores de Produção (mais importantes para a Costa Rica, Honduras e Nicarágua).

GRÁFICO II.15

Distribuição dos projetos participados pelos países com um perfil essencialmente recetor, conforme o âmbito de intervenção. 2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Entretanto, os países andinos e o Paraguai (à exceção da Bolívia) centraram a sua cooperação no âmbito Social, registando-se de novo pesos relativos muito díspares e oscilantes, entre os 32,1% do Equador e os 58,3% da Venezuela. Para todos eles, o segundo âmbito de intervenção de maior importância foi o dos Setores de Produção, sendo a exceção o Peru, para o qual se destacou o Fortalecimento Institucional. A Bolívia foi o país que apresentou um perfil mais desigual, com a proeminência dos Setores de Produção, diversificados em *Agropecuário, Indústria e Turismo*, seguidos do âmbito Social.

No caso dos países que exerceram maioritariamente o papel de ofertantes, o Gráfico II.16 mostra o exemplo do Brasil, que executou nesse papel quase 9 em cada 10 projetos de 2019. Segundo este, praticamente metade foram orientados para partilhar capacidades no âmbito Social, muito especialmente nos setores da *Saúde* (mais de um quinto de todos os projetos), *Abastecimento e saneamento de água* e, em menor medida, *Outros serviços e políticas sociais*. A outra metade da cooperação justificou-se principalmente por uma combinação de capacidades relacionadas com o Ambiente, os Setores de Produção e o Fortalecimento Institucional.

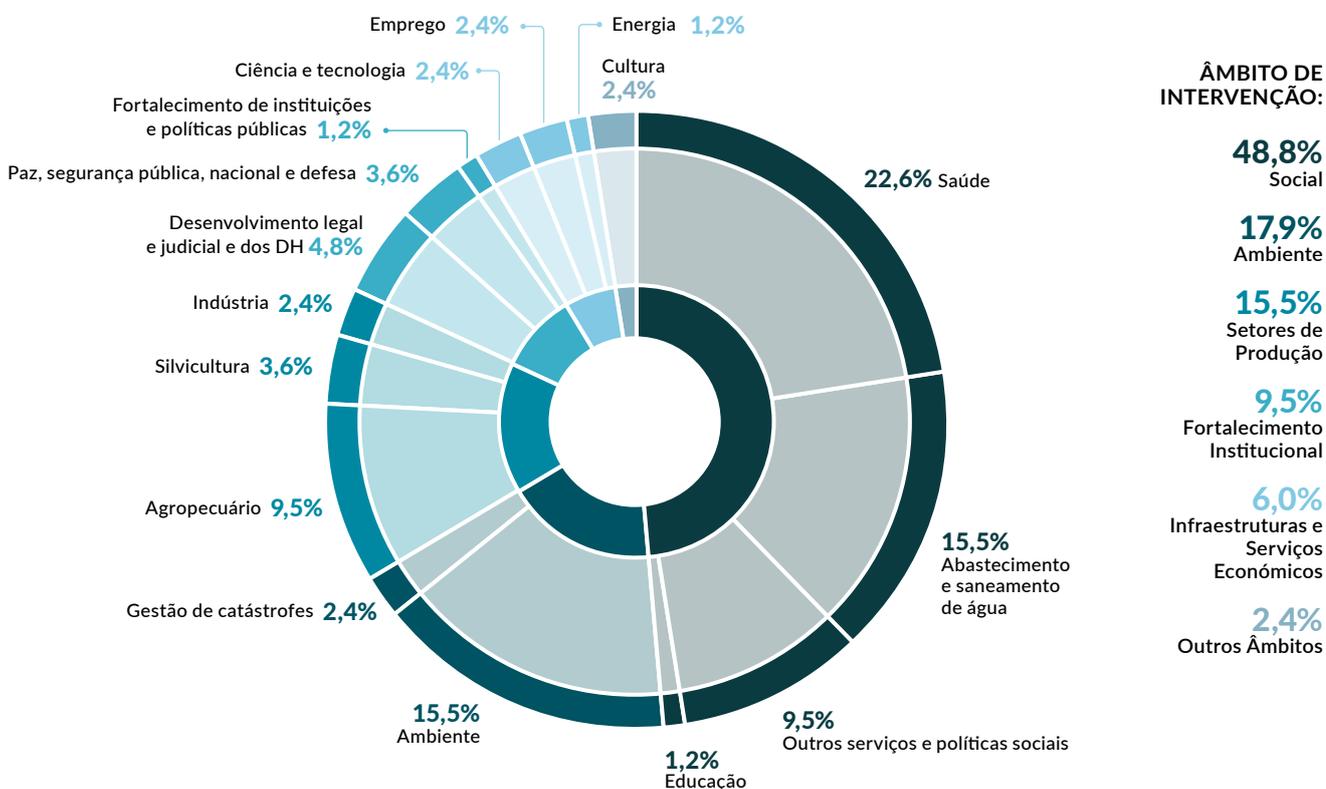
Nestes âmbitos, inclui-se a reconhecida experiência do Brasil em temas de nutrição infantil através do alargamento da rede de Bancos de Leite Humano; o fortalecimento de instituições que fazem parte do sistema nacional de saúde, tais como as dedicadas à vigilância epidemiológica e à regulamentação dos

medicamentos; a gestão integral dos recursos hídricos e de aproveitamento sustentável de cisternas pluviais; e a proteção à primeira infância, a partir sobretudo do impulso às cantinas escolares, como ferramenta para conciliar os direitos à educação e alimentação.

GRÁFICO II.16

Distribuição dos projetos participados pelo Brasil como ofertante, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Para os outros países ibero-americanos que também exerceram de forma preferencial o papel de ofertantes, foi elaborado o Gráfico II.17, que distribuiu os projetos oferecidos por cada um deles, de acordo com o seu âmbito de intervenção. Tal como nele se pode observar, a Colômbia e Cuba foram os

outros dois países com maior importância relativa na cooperação dedicada ao âmbito Social. Mas, apesar disso, apresentam perfis muito diferentes: extremamente diversificado no caso da Colômbia (sobretudo em torno de capacidades produtivas e institucionais); e muito concentrado no caso de

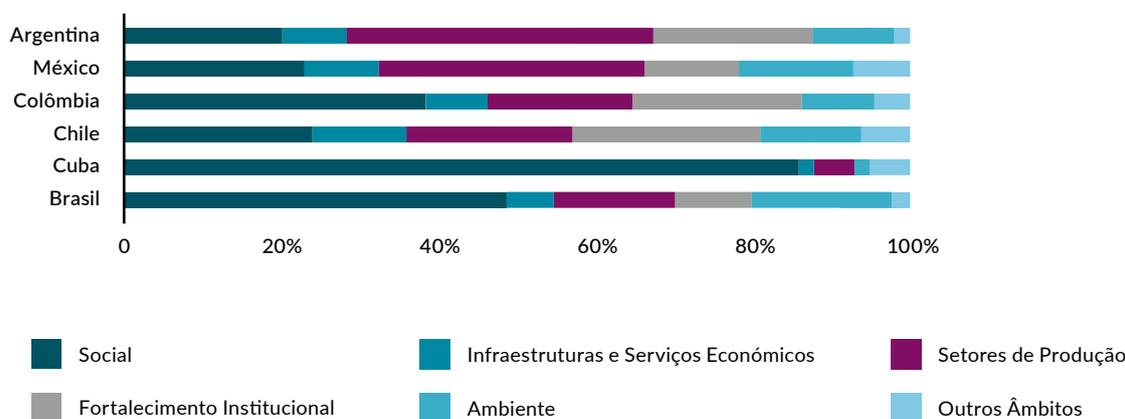
Cuba (mais de 85% dos projetos), partilhando a sua reconhecida experiência em setores como a *Educação* e a *Saúde*. Entretanto, a parte mais importante da CSS Bilateral da Argentina e México, a partir do papel de ofertantes, foi particularmente destinada a apoiar o desenvolvimento dos Setores de Produção.

Por último, o Chile registou sem dúvida o perfil mais diversificado, com cerca de 75% dos projetos em que participou no papel de ofertante orientados para partilhar experiências, em proporções todas elas muito próximas, nos âmbitos Social, do Fortalecimento Institucional e dos Setores de Produção.

GRÁFICO II.17

Distribuição dos projetos participados pelos países com um perfil essencialmente ofertante, conforme o âmbito de intervenção. 2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Para completar esta secção, apresentamos o caso do Uruguai, um país que em 2019 manteve uma relação praticamente paritária ao oferecer e receber os projetos de CSS Bilateral em que participou. Neste caso, o objetivo não só é identificar que tipo de capacidades se associaram a cada papel, mas sobretudo como se complementaram. De facto, esta complementaridade verifica-se até dentro de um mesmo tipo de capacidade, quando a diferença a partir de cada papel reside num perfil concreto de especialização, algo comum nos denominados projetos “bidirecionais”, em que os dois países exercem simultaneamente “ambos” os papéis, uma casuística que justifica metade dos intercâmbios do Uruguai.

Para tal, elaborou-se o Gráfico II.18, que distribui o total dos projetos de CSS Bilateral em que o Uruguai participou em conjunto com outros

parceiros ibero-americanos ao longo de 2019, conforme o âmbito de intervenção e o setor de atividade visados. No entanto, ao contrário dos gráficos anteriores, para este é também necessário distinguir o papel que o Uruguai exerceu em cada intercâmbio. Para acrescentar esta informação, optou-se por dividir o gráfico em duas metades, de modo a que os projetos nos quais o Uruguai exerceu o papel de recetor ficassem à esquerda; e aqueles nos quais foi ofertante, à direita.

Neste sentido, a distribuição de capacidades para cada um dos papéis exercidos é muito próxima, embora não exatamente igual. Na realidade, quer numa perspetiva quer na outra, a maior parte dos projetos (mais de metade) orientaram-se para fortalecer capacidades nos âmbitos Social e das Infraestruturas e Serviços Económicos. E embora

em termos setoriais a distribuição também tivesse sido extremamente coincidente, houve nuances: com efeito, o âmbito Social teve um peso maior na ótica da receção, aumentando devido a um maior número de projetos relativos nos setores

da *Saúde e Educação*; enquanto que a cooperação que apoiou a criação de melhores condições de funcionamento económico, teve uma importância relativa inclusivamente maior no caso da oferta, a partir de onde o Uruguai partilhou com outros parceiros a sua experiência no setor da *Energia*.

GRÁFICO II.18

Distribuição dos projetos participados pelo Uruguai nos papéis de ofertante e recetor, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019

Em percentagem

RECETOR

ÂMBITO DE INTERVENÇÃO:

35,6%
Social

20,0%
Infraestruturas e Serviços Económicos

15,6%
Setores de Produção

13,3%
Ambiente

11,1%
Fortalecimento Institucional

4,4%
Outros Âmbitos

OFERTANTE

ÂMBITO DE INTERVENÇÃO:

26,7%
Social

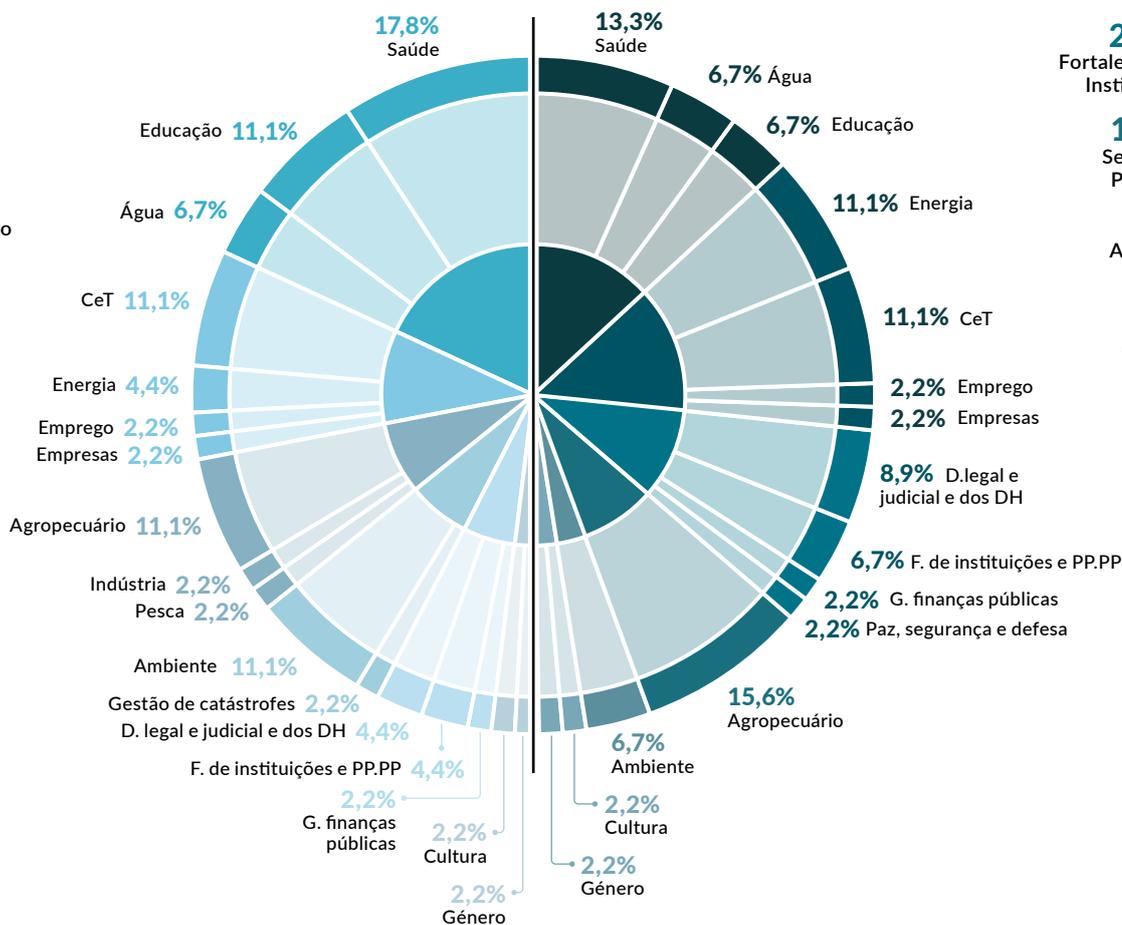
26,7%
Infraestruturas e Serviços Económicos

20,0%
Fortalecimento Institucional

15,6%
Setores de Produção

6,7%
Ambiente

4,4%
Outros Âmbitos



Nota metodológica: Neste caso, os projetos "bidirecionais", em que o Uruguai participou no papel "ambos", desdobram-se e contabilizam-se duas vezes, uma para o papel de "ofertante" e outra para o de "recetor". Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Nos restantes intercâmbios, a partir do lado da receção a diferença fundamental foi marcada pela possibilidade que o Uruguai teve de reforçar os seus conhecimentos no âmbito do Ambiente; e, do lado da oferta, pela forma como pôde partilhar os seus pontos fortes no que respeita ao Fortalecimento Institucional. Numa leitura setorial, o matiz encontra-se na receção das experiências e conhecimentos dedicados à proteção dos ecossistemas e áreas naturais e na oferta dos que contribuíram para fortalecer o *Desenvolvimento legal e judicial e dos DH*. Entretanto, o *Agropecuário* foi o principal setor na oferta e na receção dos intercâmbios realizados no âmbito dos Setores de Produção. Completando o ocorrido em ambos os papéis, registaram-se projetos pontuais e “bidirecionais” em *Cultura* e *igualdade de Género*, dois setores incluídos em Outros Âmbitos de intervenção.

Para ilustrar a complementaridade entre os projetos, mas também entre os papéis executados na CSS Bilateral do Uruguai, bem como a elevada componente de especialização que contêm, será suficiente analisar os temas concretos em torno dos quais se desenvolveram estes intercâmbios num setor como o da *Saúde*. Neste sentido, nos projetos em que o Uruguai participou nos dois papéis, a cooperação focalizou-se no desenvolvimento conjunto de tecnologias aplicadas a aspetos muito diversos, entre os quais são de destacar as terapias para a luta contra o cancro de mama e o desenvolvimento de biofilmes que permitem vencer alguns tipos de bactérias multirresistentes. Entretanto, nos intercâmbios em que maioritariamente exerceu o papel de recetor optou, por exemplo, por fortalecer as suas capacidades na luta contra doenças negligenciadas, tais como a Leishmaniose, transmitida de animais para pessoas, ou por melhorar a sua reconhecida experiência na área da transplantação, apoiando-se nos seus parceiros para estabelecer um banco de tecidos e um registo de doadores.

/// **Registaram-se projetos pontuais e “bidirecionais” em *Cultura* e *igualdade de Género*** ///

II.4. A Cooperação Sul-Sul Bilateral e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Em março de 2019, no contexto da Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul, mais conhecida por PABA+40, os países ibero-americanos subscreveram uma declaração final que, no seu artigo 8º, reconhecia a “importância, as diferenças históricas e as particularidades” desta modalidade de cooperação e reafirmava a sua opinião de que estavam perante:

... uma expressão de solidariedade entre os povos e países do Sul que contribui para o seu bem-estar nacional, a sua autossuficiência nacional e coletiva e para alcançar os objetivos de desenvolvimento internacionalmente acordados, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em conformidade com as prioridades e os planos nacionais (ONU, 2019, p.2).

O compromisso dos países mantém-se firme, mas apenas um ano depois, o impacto da pandemia da COVID-19 pôs em risco a concretização do Desenvolvimento Sustentável. Na realidade, a própria Organização das Nações Unidas (2020) reconheceu que esta crise afastou o mundo dos objetivos da Agenda 2030, mas simultaneamente apostou numa solidariedade que demonstrou ser indispensável para “não deixar ninguém para trás”.

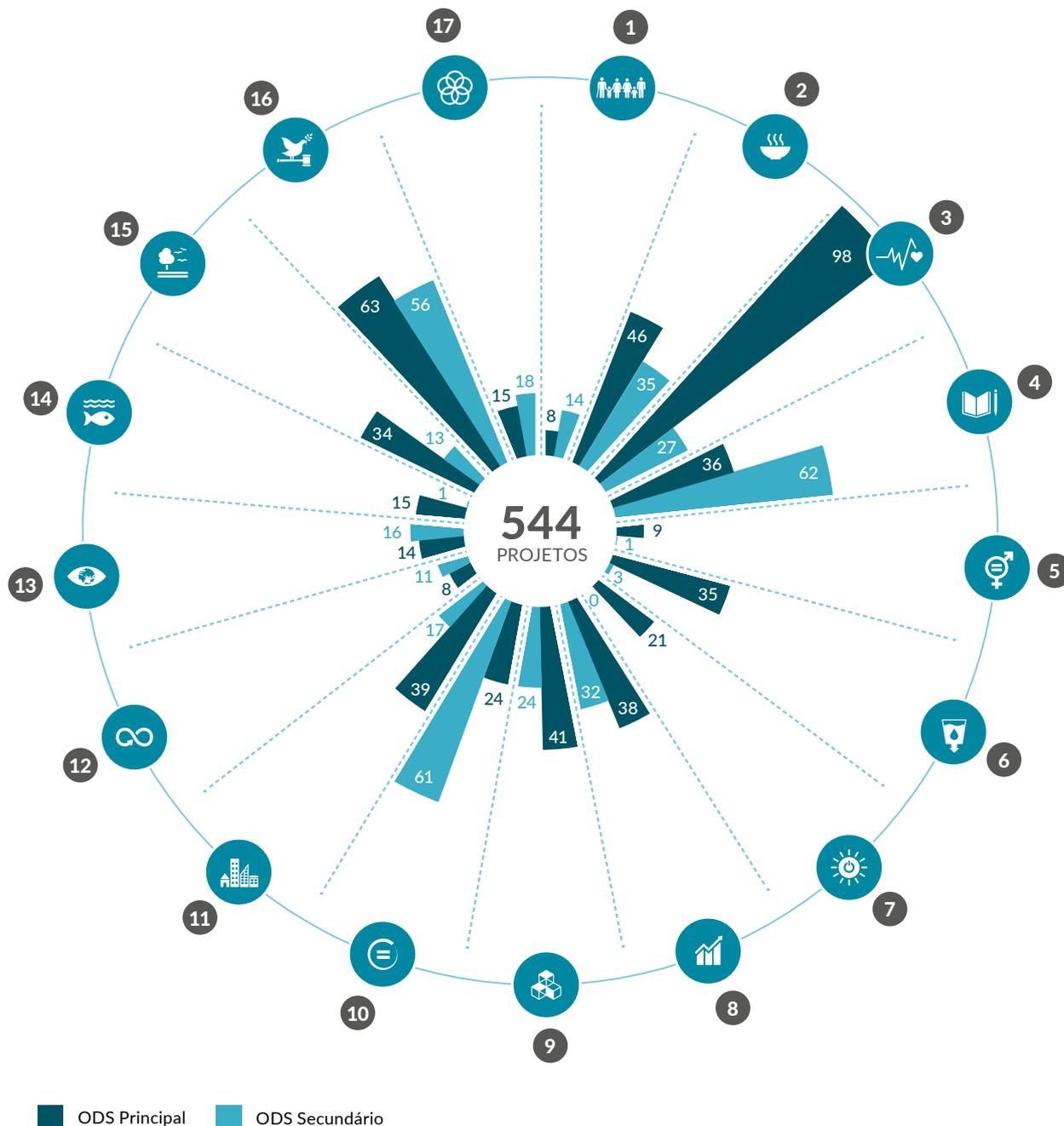
Neste cenário, analisar o que aconteceu no contexto da CSS Bilateral promovida pelos países ibero-americanos ao longo de 2019 e reler tudo isto em termos dos progressos alcançados (e dos que estão pendentes) relativamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), torna-se numa tarefa fundamental para orientar os próximos esforços no sentido de uma CSS que contribua para ultrapassar a crise e para o fazer de forma inclusiva.

Para este efeito, elaborou-se o Gráfico II.19, que distribui os 544 projetos de CSS Bilateral mantidos em execução na Ibero-América durante 2019, conforme dois critérios: o primeiro, refere-se ao ODS principal com que potencialmente se alinham (o que acontece em 100% dos projetos), enquanto que o segundo, se relaciona com o ODS para o qual, com carácter “secundário”, também podem estar a contribuir (um facto que se verifica em 70% das ocasiões).

GRÁFICO II.19

Distribuição dos projetos de CSS Bilateral na Ibero-América, conforme o potencial alinhamento com o ODS principal e secundário. 2019

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

A observação do referido gráfico mostra como, de forma coerente com a própria distribuição setorial e tal como tem vindo a ocorrer em anos anteriores, a maior parte (praticamente uma centena) dos projetos de CSS Bilateral realizados na Ibero-

América durante 2019 se orientaram para fazer avançar a realização do ODS 3 (Saúde e bem-estar). Quando se acrescentam os 63 projetos que se alinharam com o ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), justificam-se 30% do total dos 544.

A certa distância seguiram-se, por ordem de importância relativa, com 30 a 50 projetos em cada caso, mais de meia dúzia de ODS que, na sua diversidade de propósitos, permitem confirmar que a região apostou numa CSS que permite progredir para o Desenvolvimento Sustentável de um modo integral, abordando cada uma das suas múltiplas dimensões. Assim, numa perspetiva mais social, destacaram-se os esforços para avançar na obtenção do ODS 2 (Erradicar a fome), ODS 4 (Educação de qualidade) e ODS 6 (Água potável e saneamento); com um tipo mais económico, apostou-se no ODS 8 (Trabalho digno e crescimento económico) e ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas); e com uma dimensão que favorece mais o tema ambiental, toda a cooperação dirigida à realização do ODS 15 (Vida dos ecossistemas terrestres) e ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis). Os restantes ODS (até oito diferentes) encontram-se alinhados a partir de um número menor de projetos, evidenciando também o esforço adicional que ainda é necessário realizar para colocar num lugar mais prioritário da agenda regional alguns objetivos fundamentais, tais como o ODS 5 (Igualdade de género), ODS 1 (Erradicar a pobreza) e ODS 12 (Produção e consumo responsáveis).

Em muitas ocasiões, os projetos contribuem simultaneamente para mais de um Objetivo. Este facto é muitas vezes favorecido pela transversalidade dos aspetos em que tenta incidir. O resultado é que alguns Objetivos, frequentemente não destacados como ODS principais, acabam por emergir com força quando se categorizam como ODS secundários. Um exemplo habitual é o do ODS 10 (Redução das desigualdades), imprescindível num contexto como o da América Latina e que aparece alinhado, com carácter principal, em 24 projetos, um número que, quando se abordam os secundários, aumenta para 61. Outros exemplos são os do ODS 4 (Educação de qualidade) e ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), o que está em coerência com a realidade de uma cooperação que, de forma recorrente, aposta na formação, na capacitação técnica e profissional, e no fortalecimento das instituições públicas.

Neste mesmo sentido, e para terminar, é interessante identificar que dois ODS tenderam a aparecer com maior frequência relacionados entre si e por que motivo isto aconteceu: ou seja, que tipo de projetos tendem a relacioná-los. Para tal, elaborou-se o Gráfico II.20. Trata-se da variante de um gráfico de rede que situa os 17 ODS, por ordem crescente num círculo externo, seguindo o sentido das agulhas do relógio e situando o ODS 1 nas 12 horas. Quando

dois ODS (independentemente da hierarquia que lhes foi dada, principal ou secundária) se conectam através de um mesmo projeto, isto fica refletido na corda que os une, a modo de rede, sendo além disso a espessura desse conector proporcional ao número de projetos que relaciona cada par de Objetivos.

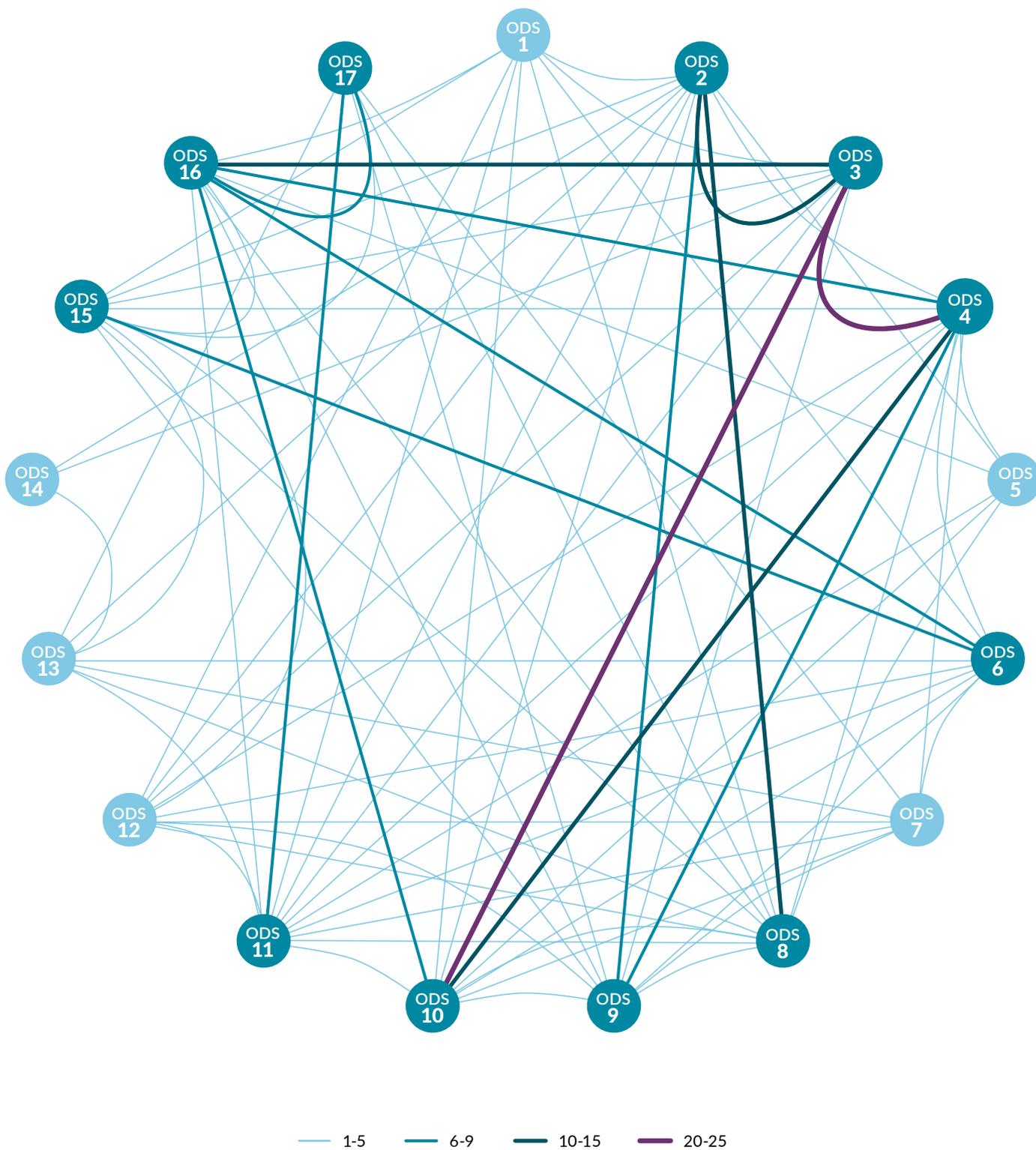
Esta coincidência é comum, por exemplo, em toda a cooperação dedicada a promover a segurança alimentar ou a melhorar a gestão dos temas de saúde animal e vegetal, em geral desenvolvida na atividade agropecuária e que por sua vez incide noutros aspetos tais como na nutrição e na segurança alimentar. Outro exemplo destacado é o que resulta da associação frequente entre o ODS 3 (Saúde e bem-estar) e ODS 4 (Educação de qualidade). Neste caso, a relação justifica-se principalmente devido aos numerosos projetos dedicados à capacitação e formação, geral ou específica, em temas médicos; mas outros casos, são intercâmbio especiais, tal como o que se enuncia no Quadro II.3, dedicado a adaptar metodologias inovadoras de pedagogia para tentar conciliar o direito à Educação e à Saúde dos meninos e meninas em tratamento hospitalar.

Outras associações destacadas envolveram maioritariamente os ODS que emergem com mais força no seu carácter secundário. É de mencionar a frequência com que o ODS 4 (Educação de qualidade) e o ODS 3 (Saúde e bem-estar) aparecem relacionados com o ODS 10, o que é coerente já que se trata de projetos que, tendo um impacto positivo no seu objetivo principal, incidem favoravelmente na redução das desigualdades. O mesmo se pode dizer num contexto em que a cooperação é intergovernamental, com a frequente associação do ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) com o ODS 3 e até com o ODS 17 (Parcerias para a implementação dos Objetivos), para os quais se tendem a orientar os projetos que fortalecem a própria cooperação. Finalmente, destacam-se o ODS 8 (Trabalho digno e crescimento económico) e ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas) que, dada a sua dimensão económica, emergem com força em projetos que, por sua vez, apontam para o ODS 2 (Erradicar a fome), ao reforçar as cadeias de produção ou promover a agricultura familiar.

GRÁFICO II.20

Distribuição dos projetos de CSS Bilateral na Ibero-América, conforme a relação entre os ODS. 2019

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

QUADRO II.3

Educação de qualidade para menores em tratamento hospitalar: os ODS 3 e 4

A saúde e a educação são direitos humanos fundamentais e indicadores essenciais do desenvolvimento humano sustentável, reconhecidos por instrumentos internacionais tais como a “Convenção dos Direitos da Criança” (art 28 e 29) e as “Regras Gerais sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência”, respetivamente aprovadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e 20 de dezembro de 1993. Além disso, ambos os direitos estão intimamente relacionados, já que a falta de saúde não só limita as oportunidades económicas e aumenta a pobreza, mas também ameaça o direito dos meninos, meninas e jovens a uma educação que lhes permita adquirir conhecimentos e assim alcançar uma vida social plena. Ao facilitar a mobilidade socioeconómica, a educação também é essencial para sair da pobreza.

Dada a sua importância, os direitos à educação e à saúde são parte fundamental das agendas globais de desenvolvimento e muito especialmente da Agenda 2030, a qual responde a uma abordagem integral do desenvolvimento. De facto, um exemplo paradigmático desta integralidade, no que especialmente se refere aos ODS 3 e 4, é a abordagem da educação no contexto da hospitalização, que se encontra no foco da experiência que aqui se apresenta.

Com efeito, uma situação que habitualmente se verifica e que reduz ou interrompe o processo educativo, é a de muitos meninos, meninas e jovens que se encontram hospitalizados ou em período de convalescença ou que frequentemente têm de realizar tratamentos médicos. Para favorecer a educação contínua destas crianças, é fundamental

trabalhar na pedagogia hospitalar, uma área da pedagogia social. É a esse fortalecimento que se refere o projeto “Implementação da Conceção Universal para a Aprendizagem (DUA) no processo educativo das pessoas menores de idade hospitalizadas”, executado entre 2018 e 2019 entre dois hospitais infantis da Costa Rica e do Chile.

O projeto permitiu a partilha de experiências entre a Costa Rica e o Chile, através do intercâmbio técnico entre dois hospitais de referência para este tema: o Hospital Nacional Infantil Dr. Carlos Sáenz Herrera, em São José da Costa Rica e o Hospital chileno Dr. Exequiel González Cortés.

Em 1996, a Costa Rica adotou a “Lei 7600 de Igualdade de Oportunidades para as pessoas com deficiência”, cujo Regulamento estabelece, nos seus artigos 21 e 51, a obrigatoriedade de garantir aos alunos o direito à educação em caso de hospitalização ou convalescença. No entanto, as primeiras ações no país datam de há quase quatro décadas, tendo-se iniciado em 1955 no Departamento de Pediatria do Hospital San Juan de Dios. Um pouco mais tarde, em 1964, inaugurou-se o Hospital Nacional de Crianças Dr. Carlos Sáenz Herrera da Costa Rica, que, consciente da problemática, logo desde o seu início impulsionou trabalhos de Pedagogia Hospitalar.

Por sua vez, o Hospital chileno Dr. Exequiel González Cortés, fundado em 1991 graças à iniciativa de pais e mães de crianças doentes de cancro, é um dos dois hospitais do Chile que alberga escolas hospitalares reconhecidas pelo Ministério da Educação. A sua inauguração coincidiu com a altura em que se começou a aplicar a abordagem

didática DUA no Centro de Tecnologia Especial Aplicada (CAST, na sigla em inglês), organização educativa norte-americana sem fins lucrativos. O Hospital promoveu esta prática consciente do seu potencial.

A aplicação do DUA na sala de aula baseia-se num quadro teórico que inclui os últimos avanços de neurociência aplicada à aprendizagem, investigação educativa, tecnologias e meios digitais. Este quadro serve para orientar a configuração de ambientes de aprendizagem acessíveis e desafiadores para todos e tem por objetivo mudar a configuração do ambiente em vez de mudar o aluno. Quando os ambientes são concebidos intencionalmente para reduzir as barreiras, todos os alunos podem participar numa aprendizagem rigorosa e significativa, e isto torna-os muito adequados às necessidades dos meninos, meninas e jovens em situação de doença.

Partindo de ambas as experiências, o projeto teve como objetivo principal fortalecer as práticas pedagógicas do Hospital Nacional de Crianças Dr. Carlos Sáenz Herrera da Costa Rica, para que, a partir da experiência chilena, este pudesse adotar a abordagem do DUA e aplicá-las às disciplinas dos menores que frequentam o primeiro e segundo ciclos. O intercâmbio permitiu ao hospital costa-riquense dar um passo mais no seu esforço contínuo para garantir o direito à igualdade de oportunidades e ao acesso a uma educação de qualidade dos meninos e meninas em situação de doença, nesta ocasião, contando também com o apoio e a colaboração dos Departamentos de Educação Especial e do Primeiro e Segundo Ciclos do Ministério da Educação Pública da Costa Rica.



CAPÍTULO III

A Cooperação Triangular na Ibero-América

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL E TRIANGULAR NA
IBERO-AMÉRICA 2020

sulsul

CAPÍTULO III

A Cooperação Triangular na Ibero-América

A firme aposta da Ibero-América na Cooperação Triangular (CT), modalidade a que se dedica este capítulo, evidenciou-se a partir da primeira edição deste relatório, altura em que se começaram a sistematizar as primeiras iniciativas. A partir desse ano, registaram-se mais de 1.200 experiências. Em consonância com o que está a ocorrer no panorama mundial, a sua crescente importância também se reflete na recente inclusão no título desta publicação que, a partir de 2020, se passa a chamar *Relatório da Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América*.

III.1 Introdução

Nos últimos anos, a Cooperação Triangular foi-se consolidando internacionalmente como uma ferramenta inovadora na qual os parceiros unem esforços no sentido de encontrar soluções para os problemas do desenvolvimento. Em 2015, esta modalidade foi reconhecida como um meio de implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um reconhecimento que foi reafirmado em 2019 no contexto da Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul, conhecida como PABA+40. Nela também se declarou que “a cooperação triangular complementa a Cooperação Sul-Sul e lhe acrescenta valor, ao permitir aos países em desenvolvimento que o solicitem aceder a uma maior quantidade e variedade de recursos, conhecimentos especializados e capacidades” (ONU, 2019, p.2).

Dentro do mesmo espírito e conscientes do valor acrescentado desta modalidade, bem como do seu potencial como ferramenta para unir regiões e contribuir para um desenvolvimento que “não deixe ninguém para trás”, a SEGIB e a União Europeia (UE), aproveitando a experiência acumulada de cada uma destas instituições ao longo dos anos, decidiram associar-se para trabalhar em conjunto na construção de um modelo inovador de Cooperação Triangular. O Quadro III.1 resume o projeto SEGIB-UE que surgiu no final de 2018, dando uma atenção especial ao objetivo que o justifica e à forma como a sua articulação, como exercício técnico-político, permitirá aproveitar a enorme complementaridade que existe entre as experiências acumuladas por ambas as regiões. Neste sentido, o projeto contribuirá para reforçar a Cooperação Triangular entre a Europa e a América Latina, facilitando simultaneamente o progresso para a obtenção da Agenda 2030.

QUADRO III.1

O Acordo SEGIB-UE para uma Cooperação Triangular inovadora

Em novembro de 2019, no contexto da reunião de ministros das relações exteriores que teve lugar em Andorra para preparar a próxima XXVII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, a Secretária-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e a União Europeia (UE) —esta última através da Direção-Geral da Cooperação Internacional e do Desenvolvimento (DEVCO)— subscreveram um Acordo que procura promover “Uma Cooperação Triangular Inovadora para a nova Agenda de Desenvolvimento”.

Através desse acordo, a SEGIB e a UE unem os seus esforços e experiências no âmbito da Cooperação Triangular, uma modalidade através da qual há anos que os países da Europa e da América Latina e do Caribe se articulam para encontrar soluções comuns para os problemas do desenvolvimento. Neste sentido, e embora sendo verdade que o tipo de experiências que as duas regiões acumulam relativamente à Cooperação Triangular seja diferente, tal como se reflete no teor específico deste acordo, trata-se de experiências altamente complementares e enquadradas numa visão partilhada da Cooperação Triangular e do seu potencial no sentido de contribuir para fazer avançar um desenvolvimento sustentável.

Por um lado, a SEGIB acumula mais de uma década de experiência no âmbito da sistematização e gestão das informações relativas à Cooperação Triangular, um tipo de experiência fundamental em qualquer processo de tomada de decisões e que, no contexto da

crise provocada pela COVID-19, demonstrou ser essencial. Com efeito, o espaço ibero-americano conta com a única plataforma de dados online sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular que existe para uma região do mundo (SIDICSS), e há mais de uma década que os resultados da sua sistematização se traduzem neste mesmo *Relatório da Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América*, que foi pela primeira vez publicado em 2007.

Por outro lado, há mais de uma década que a União Europeia tem vindo a desenvolver esforços para promover o trabalho conjunto com a América Latina e o Caribe através da Cooperação Triangular. Uma parte destes esforços são ilustrados pelas experiências realizadas no quadro de outros programas europeus de assistência técnica a países e que reproduzem o mesmo esquema de colaboração entre ambas as regiões, tais como, entre outros, o EuroSocial (coesão social), Paccto (luta contra o crime transnacional organizado) e Euroclima (atenuação e adaptação à mudança climática). No entanto, apenas há quatro anos, a aposta intensificou-se, quando a UE lançou o que viria a ser o seu programa emblemático para a Cooperação Triangular com a América Latina e o Caribe, o programa *Adelante*, que entre os anos de 2016 e 2020 disponibilizou mais de 10 milhões de euros para cofinanciar 8 projetos de Cooperação Triangular.

Neste contexto, o projeto “Uma Cooperação Triangular Inovadora para a Nova Agenda de Desenvolvimento”, cuja duração prevista é de dois anos, procura juntar a experiência e o esforço da SEGIB e da UE no sentido de

contribuir para a construção de um modelo inovador de Cooperação Triangular UE-América-Latina. Trata-se de um modelo que, alinhado com a Agenda 2030 e no contexto de uma conceção multidimensional, integral e dinâmica dos processos de desenvolvimento, contribua para a criação de ferramentas inovadoras para uma melhor gestão da cooperação em geral e dos projetos triangulares em particular, com a convicção de que o trabalho em ambas as direções permitirá fazer avançar uma Cooperação Triangular mais eficiente como meio de implementação da Agenda 2030.

Para esse efeito, implementou-se uma estratégia de construção coletiva que combina a investigação e a gestão do conhecimento com a ação, bem como o diálogo técnico com a discussão e negociação política. De facto, o projeto estrutura-se com base em dois pilares nos quais se trabalha de forma simultânea:

1. O primeiro, denominado *Mais e melhor cooperação triangular* centra-se na investigação e análise para compreender melhor as características e potencialidades da Cooperação Triangular. Assim, focaliza-se na produção de conhecimentos e na transferência desses conhecimentos para ferramentas concretas que possam ser aplicadas, por exemplo, na geração de CT por parte das cidades ou no uso que se lhes pode dar para melhorar os processos de desenvolvimento dos povos indígenas.

2. O segundo, intitulado *Para um modelo inovador de cooperação triangular*, consiste na criação de um *policy relevant knowledge* que, sintetizado num documento final, reunirá as experiências e visões de todos os que participam na cooperação triangular, independentemente do papel que exerçam. Este documento também será elaborado com base num diálogo político e técnico, um método de trabalho que garantirá que as conceptualizações e propostas resultantes contem com os necessários sentidos de consenso e apropriação, dois princípios que contribuirão para

que efetivamente se levem à prática. A título de exemplo, um dos aspetos a aprofundar será a identificação das transformações institucionais que serão necessárias para uma adaptação eficaz ao novo contexto, já que o dinamismo deste tipo de cooperação continuará a exigir respostas inovadoras em termos do design institucional das entidades responsáveis pela cooperação para o desenvolvimento, quer nacionais quer por parte dos organismos regionais.

Em síntese, este Acordo torna-se numa ferramenta essencial a nível global para, juntando experiências diferentes, mas complementares, contribuir para fortalecer a Cooperação Triangular e assim fazer avançar o desenvolvimento sustentável. Neste sentido e no atual contexto de pandemia, a SEGIB e a UE renovaram o seu compromisso e reafirmaram o potencial da CT como ferramenta capaz de contribuir para uma saída da crise que reúna todos e todas e que reforce o caminho para a sustentabilidade do desenvolvimento.

Fonte: SEGIB e DEVCO (UE)

O projeto SEGIB-UE está alinhado com a Agenda para o Desenvolvimento e com os objetivos contidos na Declaração do PABA+40. Do mesmo modo, o presente capítulo também tenciona contribuir para o progresso desta declaração e, em concreto, para o objetivo incluído na alínea d) do ponto número 28, que reconhece como premissa para melhorar o seu apoio ao desenvolvimento, a necessidade de “compreender melhor a cooperação triangular e de proporcionar mais provas e informações rigorosas sobre a sua grandeza, alcance e efeitos” (p. 9). Nessa base e tal como tem vindo a ser feito desde a primeira edição de 2007, este capítulo analisará os aspetos que permitam conhecer melhor esta modalidade, destacando a evolução das iniciativas de Cooperação Triangular, a participação dos diferentes agentes, as capacidades que se reforçam e os ODS com que se alinham. Além disso, ao longo do texto ilustram-se casos concretos que permitirão avançar para uma compreensão mais integral desta modalidade.

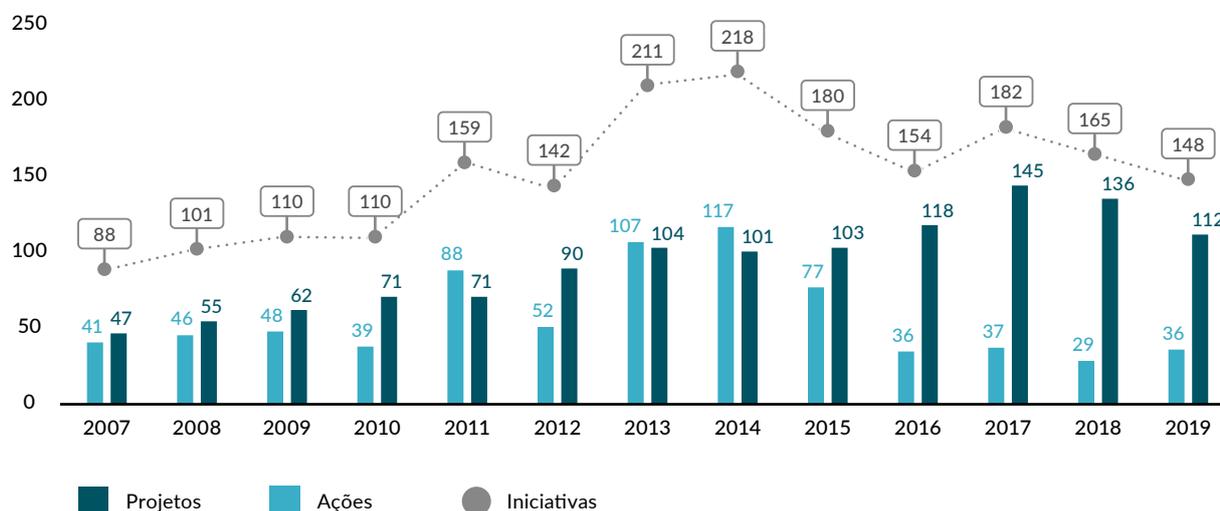
III.2 Iniciativas de Cooperação Triangular em 2019

Entre 2007 e 2019, os países ibero-americanos participaram num total de 1.250 iniciativas de Cooperação Triangular (520 projetos e 730 ações). No Gráfico III.1 essas iniciativas distribuem-se conforme o ano de execução. A sua observação mostra como esta modalidade passou por duas etapas de crescimento muito diferentes: uma primeira, de 2007 a 2014, com um aumento médio significativamente intenso, superior a 15,0%, o que permitiu que o número de iniciativas se multiplicasse das 88 para um máximo próximo das 220; e, uma segunda, na qual a queda média anual de -6,7% levou o valor final até às 148 de 2019.

GRÁFICO III.1

Evolução das ações, projetos e iniciativas de Cooperação Triangular da Ibero-América com todos os parceiros. 2007-2019

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

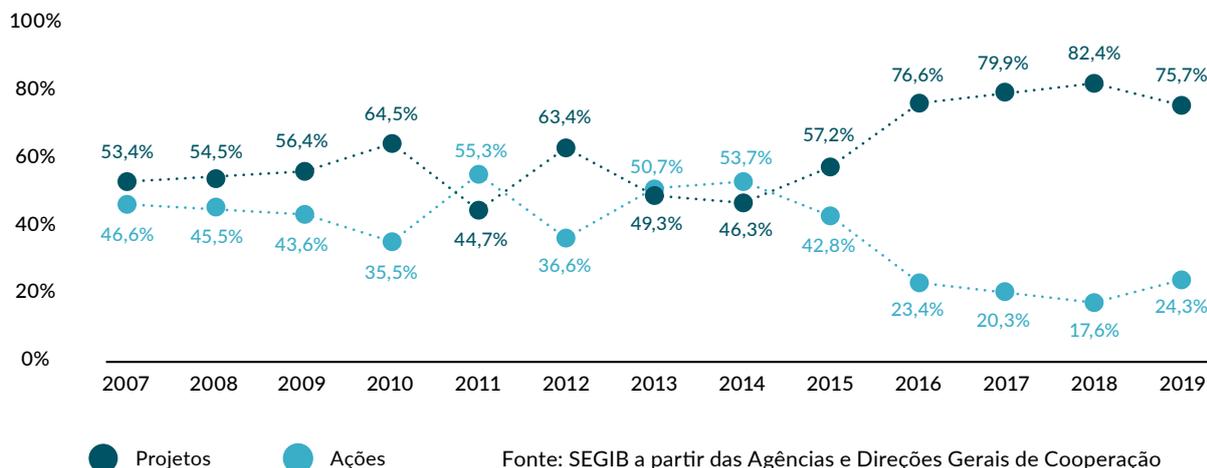
No entanto, uma análise completa exige observar o Gráfico III.2, que ilustra a evolução da participação das ações e dos projetos no total das iniciativas de CT. Tal como se pode observar, entre 2007 e 2014, a relação entre as ações e os projetos registou algumas oscilações, o que não impediu que tanto no início quanto no final desse período, a proporção entre ambos os instrumentos se

mantivesse em torno a 50-50. Contudo, entre 2015 e 2019 o panorama mudou substancialmente e o que se regista é um deslocamento progressivo das ações a favor dos projetos. Esta dinâmica explica que em 2019 por cada uma das ações realizadas (36) se executassem 3 vezes mais projetos (112).

GRÁFICO III.2

Evolução da participação dos projetos e das ações no total das iniciativas de Cooperação Triangular da Ibero-América com todos os parceiros. 2007-2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Tal como já mencionado em edições anteriores deste relatório, as conclusões anteriores sugerem que a queda do total das iniciativas registadas entre 2014 e 2019 é plenamente compatível com um processo de fortalecimento da Cooperação Triangular, pois deteta-se uma aposta crescente dos países numa cooperação mais robusta, baseada em projetos de maior alcance, em detrimento de atividades pontuais e isoladas.¹ Na realidade, entre 2007 e 2017, o crescimento dos projetos foi praticamente uma constante. A única redução significativa afeta precisamente o biénio 2018-2019, e ainda é cedo para pensar numa alteração de tendência, mas sobretudo em algo conjuntural e influenciado por um possível sub-registo, pois devemos considerar que, neste ano de 2020 foi a primeira vez que o levantamento de dados correspondeu ao ano imediatamente anterior e que isto se fez em circunstâncias difíceis provocadas pela crise sanitária.

Para terminar, uma nota metodológica que afeta o tratamento das iniciativas de Cooperação Triangular, que constituem o núcleo de estudo

deste capítulo. É que as secções que o compõem analisarão a Cooperação Triangular que ocorreu principalmente em 2019 e que além disso tem a particularidade de ter acontecido na Ibero-América: dito de outro modo, neste capítulo não se estudarão todas as iniciativas participadas *pela* Ibero-América (148), mas apenas aquelas (130) nas quais o intercâmbio de capacidades, o que se produz entre os que exercem os papéis de primeiro ofertante e recetor, é executado por países da região.

Trata-se de um critério para diferenciar outras casuísticas que serão abordadas no capítulo IV, uma parte do qual se dedica à cooperação a par de outras regiões. Tal como se pode observar no Gráfico III.3, no referido capítulo serão incluídas as 30 iniciativas nas quais, para além dos países ibero-americanos, também participaram países em desenvolvimento de outras regiões. Entender este facto é importante para compreender *como* se juntam e o *que* se está a incluir em cada ocasião.

GRÁFICO III.3

Distribuição das iniciativas de Cooperação Triangular intercambiadas na Ibero-América e juntamente com países em desenvolvimento de outras regiões. 2019

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

¹ Uma forma de ilustrar o diferente alcance de cada tipo de iniciativa é através de uma comparação do tempo em que cada uma tende a manter-se em execução. Neste sentido, podemos afirmar que os projetos que estiveram em funcionamento nalguma altura de 2019 tiveram uma duração média de dois anos e quatro meses, enquanto que as ações se executaram num tempo médio de apenas 22 dias.

III.3

Participação dos países e dos seus parceiros na Cooperação Triangular na Ibero-América

Tal como a Declaração do PABA+40 reconhece no seu ponto número 28, a Cooperação Triangular “é uma modalidade que fomenta as alianças e a confiança entre todos os parceiros e que combina diversos recursos e capacidades”. Por sua vez, o documento afirma que:

Contribui com um valor acrescentado através do aproveitamento e da mobilização de recursos técnicos e financeiros adicionais, do intercâmbio de uma gama mais vasta de experiências, da promoção de novas esferas de cooperação e da combinação de soluções de desenvolvimento acessíveis e adaptadas a cada contexto. (ONU, 2019, p.12).

Neste espírito, a presente secção focaliza-se, por um lado, na identificação dos protagonistas da Cooperação Triangular que teve lugar em 2019 na Ibero-América e, por outro lado, no tipo de alianças que se estabeleceram entre eles para combinar recursos e capacidades que permitam à região avançar um pouco mais na obtenção de um desenvolvimento sustentável.

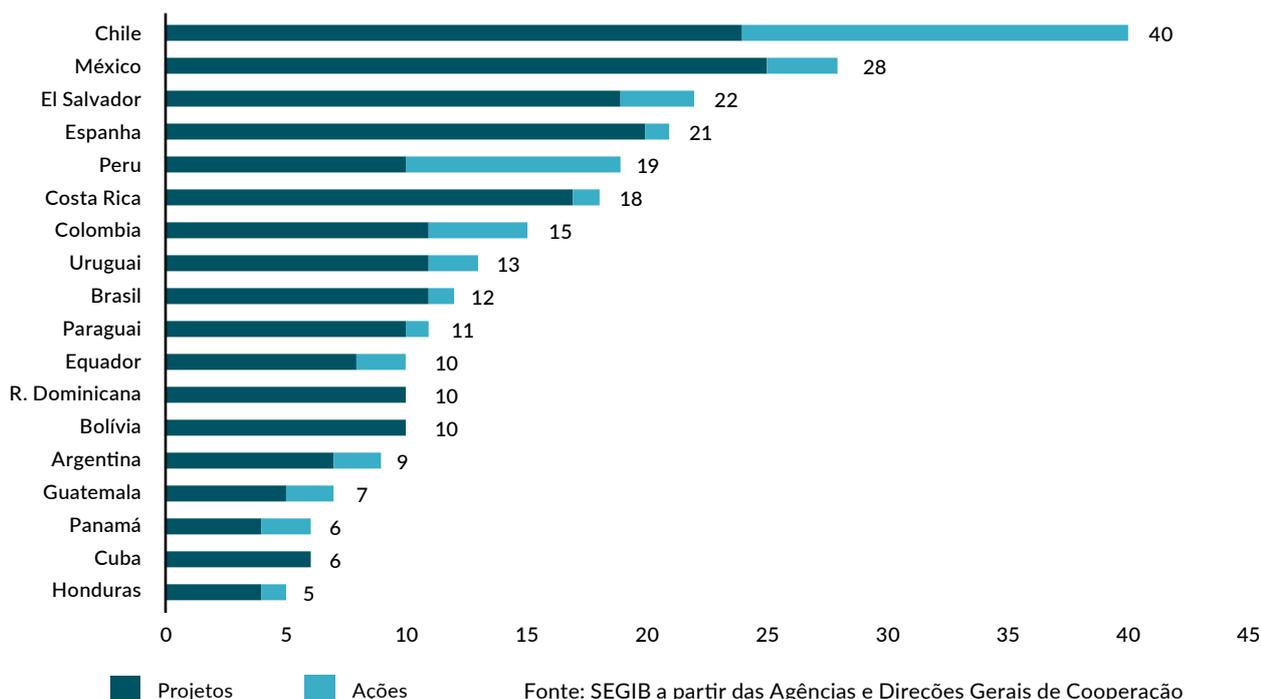
III.3.1 Países, organismos e papéis

O Gráfico III.4 mostra como se desenrolou a participação dos países ibero-americanos no total das ações, projetos e iniciativas de Cooperação Triangular que estiveram em execução nalguma altura de 2019.² Como se pode observar, destaca-se em primeiro lugar o Chile, que esteve ativo em 40 iniciativas. Este dado reflete o profundo empenhamento que o país mantém há já mais de duas décadas relativamente a esta modalidade de cooperação.

GRÁFICO III.4

Participação dos países ibero-americanos na Cooperação Triangular, conforme as ações e os projetos. 2019

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

² Em termos metodológicos, devemos aqui especificar que, para cada país, se contabilizam as iniciativas nas quais participam num mesmo papel, quer a título individual, quer em conjunto com, no máximo, outro parceiro, mas não aquelas em que coincidem com mais de dois países, uma casuística muito habitual para a qual se recorre ao termo “vários”, quando exercem, por exemplo, o papel de receção.

Segue-se o México, participando em cerca de 30 iniciativas de Cooperação Triangular. Como veremos mais adiante, uma parte da participação do México justifica-se, de facto, pela sua associação com o próprio Chile, através do Fundo Conjunto de Cooperação que os dois países promoveram no contexto do Acordo de Associação Estratégica subscrito em 2006 e com o qual o Chile e o México se dotaram de uma ferramenta para o financiamento e a execução tanto de projetos e de ações bilaterais, quanto de triangulações de ambos a par de um país terceiro em desenvolvimento.

/// Há mais de uma década, os três países ibero-americanos quem lideram a participação como primeiros ofertantes são o Chile, México e Brasil ///

Entretanto, em 2019 Espanha e El Salvador ultrapassaram a barreira das 20 iniciativas. Seguiram-nos, de muito perto, o Peru e a Costa Rica, cada um deles participando em 19 e 18 projetos e ações.

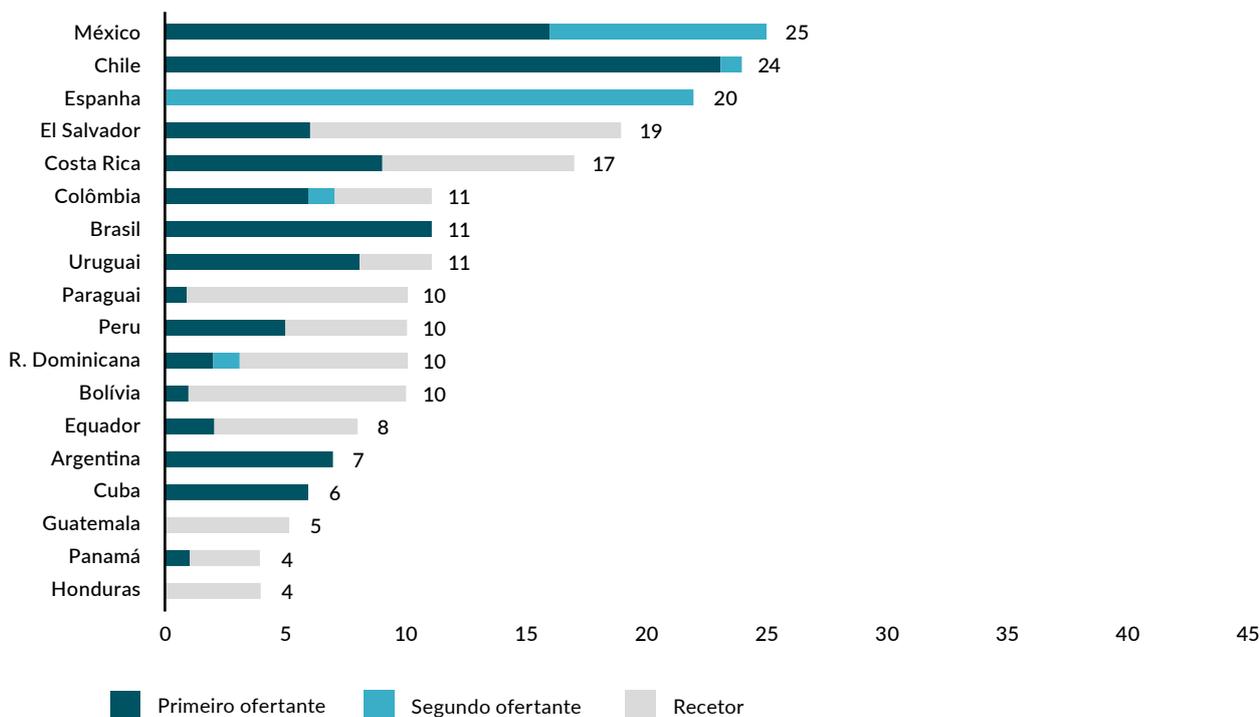
No padrão de cooperação destes 6 países prima a instrumentalização através de projetos, sendo as ações uma ferramenta praticamente residual. As únicas exceções são o Chile e o Peru: no primeiro, a execução de 24 projetos combinou-se com 16 ações; e no segundo, a relação é próxima da unidade, combinando 10 projetos com 9 ações.

Também com a prevalência de projetos, completam este cenário doze países. Metade deles (Colômbia, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Equador) contribuíram, a partir do Sul do continente americano, com 10 a 15 iniciativas de CT. A outra metade, refere-se à Argentina, bem como ao Panamá, Honduras e Guatemala na América Central e a Cuba e República Dominicana no Caribe, os quais participaram respetivamente com 5 e 9 iniciativas triangulares.

GRÁFICO III.5

Participação dos países ibero-americanos nos projetos de Cooperação Triangular na Ibero-América, conforme o papel (primeiro ofertante, segundo ofertante e recetor). 2019

Em unidades



Nota: O número de iniciativas atribuídas a cada país inclui aquelas nas quais o país exerceu qualquer dos papéis de forma independente e aquelas nas quais aparece associado com, no máximo, outro país (uma casuística habitual no papel de primeiro ofertante). No entanto, não se contabilizam aquelas em que há 3 ou mais países a exercer o mesmo papel (algo comum na receção). Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

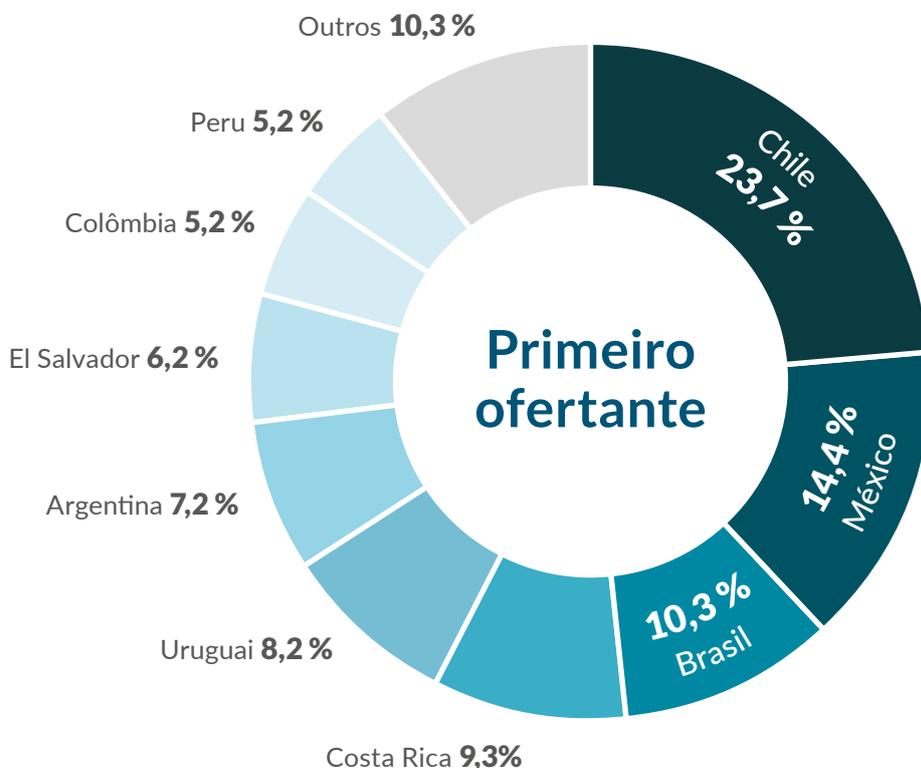
Por sua vez, o Gráfico III.5 complementa o anterior, mostrando a combinação de papéis (primeiro ofertante, segundo ofertante e recetor) nos quais os países ibero-americanos participaram nos projetos de Cooperação Triangular intercambiados em 2019. Neste sentido e numa primeira aproximação, os países que participaram em mais de 15 iniciativas tenderam a apresentar um perfil proeminentemente “ofertante” que contrastou com o daqueles que estiveram ativos em menos de uma dezena de ações e projetos, para os quais o papel que prevaleceu foi o de recetor. Entretanto, os países que executaram em torno a 10 iniciativas responderam a qualquer dos possíveis padrões (maiormente ofertante, recetor ou ambos os papéis). Contudo, as exceções analisam-se em pormenor a partir da participação em cada papel em concreto.

Com efeito, o Gráfico III.6 mostra quais foram os países que com maior frequência participaram no exercício do papel de primeiro ofertante nos praticamente 100 projetos de Cooperação Triangular em execução na Ibero-América em 2019. Tal como se pode observar, a partir deste papel o Chile, México e Brasil justificaram quase metade dos 97 projetos registados em 2019, sendo o Chile o país mais destacado, na medida em que exerceu o papel de primeiro ofertante em quase um em cada 4 projetos finais.

GRÁFICO III.6

Distribuição dos projetos de Cooperação Triangular na Ibero-América, conforme o primeiro ofertante. 2019

Em percentagem

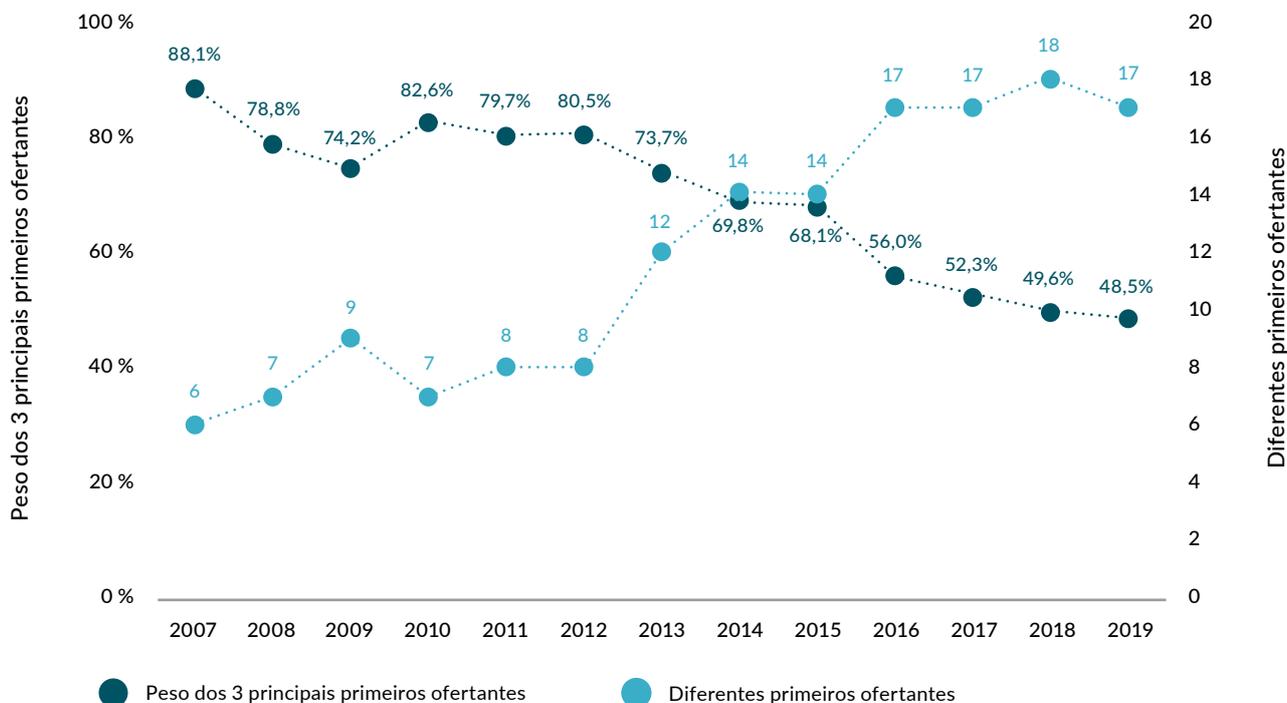


Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

GRÁFICO III.7

Evolução da participação dos primeiros ofertantes nos projetos de Cooperação Triangular. 2007-2019

Peso dos três principais, em percentagem; número de diferentes primeiros ofertantes, em unidades



Nota: os diferentes primeiros ofertantes incluem tanto os países que de forma individual exerceram esse papel quanto as associações que se verificaram entre dois deles (caso, por exemplo, do México e da Colômbia). Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Trata-se de três países que lideram a participação como primeiros ofertantes há mais de uma década. No entanto, o Gráfico III.7 sugere que o peso relativo destes três atores sobre o total dos projetos triangulares em execução todos os anos, tendeu a reduzir-se substancialmente: assim, em 2007, o Chile, México e Brasil justificaram praticamente 9 em cada 10 projetos mantidos em execução, ao passo que em 2019 essa proporção se reduziu para um em cada 2.

O mesmo Gráfico III.7 mostra como essa queda dos três principais primeiros ofertantes na participação total, se produziu de forma simultânea ao crescente aparecimento de países que, de forma individual ou associando-se com outros, exerceram esse papel: com efeito, em 2007 apenas outros três países ibero-americanos acompanharam o Chile, México e Brasil como primeiros ofertantes de CT; enquanto que, pouco mais de uma década depois, em 2019, foram mais de uma dezena.

Assim, entende-se que em 2019 e tal como mostra o Gráfico III.6, até 6 países (Argentina, Uruguai, Costa Rica, Colômbia, El Salvador e Peru) justificaram, em cada caso, entre 5% e 10% do total de praticamente cem projetos mantidos em execução durante esse ano. E que os restantes 10% se justificassem quer pela associação de alguns dos anteriores (México e Colômbia, por exemplo), quer pela participação pontual, mas muito significativa, de países tradicionalmente recetores, tais como a Bolívia, Equador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai e República Dominicana. Um bom exemplo do atrás mencionado é precisamente o deste país caribenho, cuja especial aproximação à oferta de CT fica ilustrada no Quadro III.2.

QUADRO III.2

A República Dominicana dá os primeiros passos como ofertante na Cooperação Triangular transferindo a sua experiência em compras públicas

Uma das atividades mais importantes dentro da administração governamental é a relativa às compras públicas. Estas definem-se como “o processo de aquisição de bens, serviços e infraestruturas para fins públicos” (IISD, 2015). Da sua boa gestão depende parte da eficiência e transparência no uso dos recursos públicos. Além disso, são instrumentos indispensáveis para a implementação das políticas públicas. Por exemplo, sob a noção de compras públicas sustentáveis “os governos tentam realizar aquisições nas melhores condições sociais, económicas e ambientais possíveis, apoiando as estratégias nacionais de desenvolvimento.” (IISD, 2015)

De acordo com o BID (Izquierdo, Pessino e Vuletín, 2018, pp. 55-56): “Em 2016, os governos da América Latina e do Caribe gastaram cerca de 450.000 milhões de dólares em compras públicas, o que inclui a aquisição de bens e serviços e de equipamentos de capital (...). Em média, as compras públicas representaram 32,5% da despesa do governo geral nos países da OCDE (14% do PIB) e 29,8% nos países da América Latina e do Caribe (8,6% do PIB)”.

A este respeito, em 2019 teve início o projeto triangular *Apoio à implementação de uma iniciativa piloto de cooperação triangular da República Dominicana como ofertante para ajudar os sistemas de compras públicas nacionais de El Salvador e Costa Rica*, com Espanha como segundo ofertante. O projeto tem um grande potencial para a gestão

inovadora das compras públicas e para acrescentar outras políticas públicas integrando dois elementos importantes: o apoio às Micro e PME e a abordagem de género.

Com efeito, originalmente esta iniciativa enquadra-se na Convenção de Cooperação Bilateral entre a República Dominicana e Espanha e faz parte do processo de fortalecimento do Vice-Ministério de Cooperação Internacional e do apoio da cooperação espanhola à implementação da Política de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da República Dominicana (MEPYD, 2020). Foi neste contexto, em 2018, quando Espanha e a República Dominicana promoveram um intercâmbio que teve por objetivo identificar o potencial da cooperação do país caribenho e contribuir para articular a sua oferta (Direção Geral de Contratações Públicas da República Dominicana, 2019).

Um dos pontos fortes identificados refere-se à forma como a República Dominicana inclui a abordagem de género na sua política de compras públicas. Assim, por exemplo, a nível institucional, a Direção Geral de Contratações Públicas criou um catálogo de informações atualizadas de 11.235 mulheres e de empresas lideradas por estas, inscritas no Registo de Fornecedores do Estado. Este proporciona informações que facilitam o progresso no sentido da concretização efetiva das quotas mandatadas na Lei nº. 488-08, a qual estipula que 15% dos orçamentos de compras devem ser destinados às Micro

e PME, uma percentagem que aumenta para 20% quando estas são dirigidas ou lideradas por mulheres (DGCPRD, 2019).

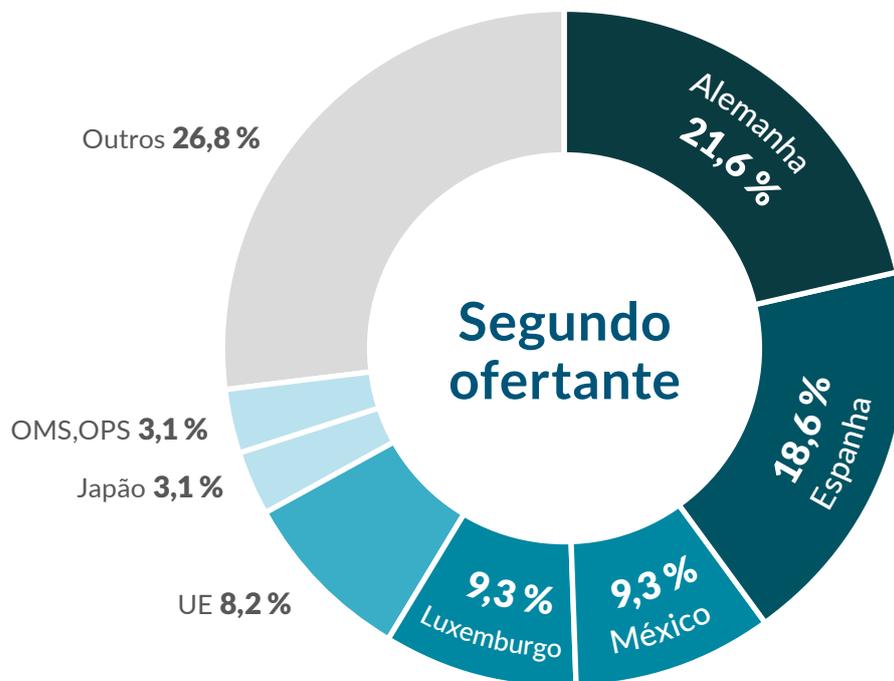
Na realidade, o projeto inspira-se numa experiência prévia, executada em 2017, na qual a própria República Dominicana, também com o apoio de Espanha, partilhou com El Salvador a sua experiência para promover políticas de compras públicas com abordagem de género em micro e pequenas empresas. O projeto final alarga o alcance desta ação e inclui a receção da Costa Rica.

Com esta fórmula, o fortalecimento de capacidades do projeto proporcionará aprendizagens significativas: por um lado, porque permitirá a projeção da República Dominicana como ofertante de CT diversificando o seu perfil dentro da cooperação ibero-americana e, por outro lado, porque contribuirá para a inclusão social e económica das mulheres nos processos estatais e a sua maior incidência no âmbito público.

GRÁFICO III.8

Distribuição dos projetos de Cooperação Triangular na Ibero-América, conforme o segundo ofertante. 2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

O Gráfico III.8 resume a participação dos diferentes agentes que, dada a sua natureza (país ibero-americano, não ibero-americano ou organismo multilateral), exerceram o papel de segundos ofertantes na CT realizada na Ibero-América em 2019. Destacam-se aqui a Alemanha e Espanha (à volta de um em cada 5 projetos, respetivamente), para além do México (um em cada 10). Trata-se de três países que, em conjunto, justificaram praticamente metade dos projetos de 2019. A Alemanha e Espanha também lideraram esse papel em 2017, ano de referência da edição anterior deste Relatório, mas o caso do México é uma novidade que surge com força e que não se pode desligar do já referido Fundo Conjunto de Cooperação que este país mantém com o Chile e que explica que, nos 9 projetos registados pelo país norte-americano como segundo ofertante, o parceiro que exerce o papel de primeiro ofertante seja precisamente o país andino.

Seguem-se, por ordem de importância relativa, o Luxemburgo, União Europeia, Japão e Organização Mundial da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde, quatro agentes que justificam outra quarta parte dos projetos de 2019. No caso do Luxemburgo, trata-se dos projetos que o país apoia e financia através do Fundo Salvadorenho de Cooperação Sul-Sul e Triangular (FOSAL) e nos quais o país centro-americano exerce o papel de primeiro ofertante. Quanto à União Europeia, quase todos os projetos em que é ofertante correspondem ao instrumento *Adelante*, já mencionada no Quadro III.1.

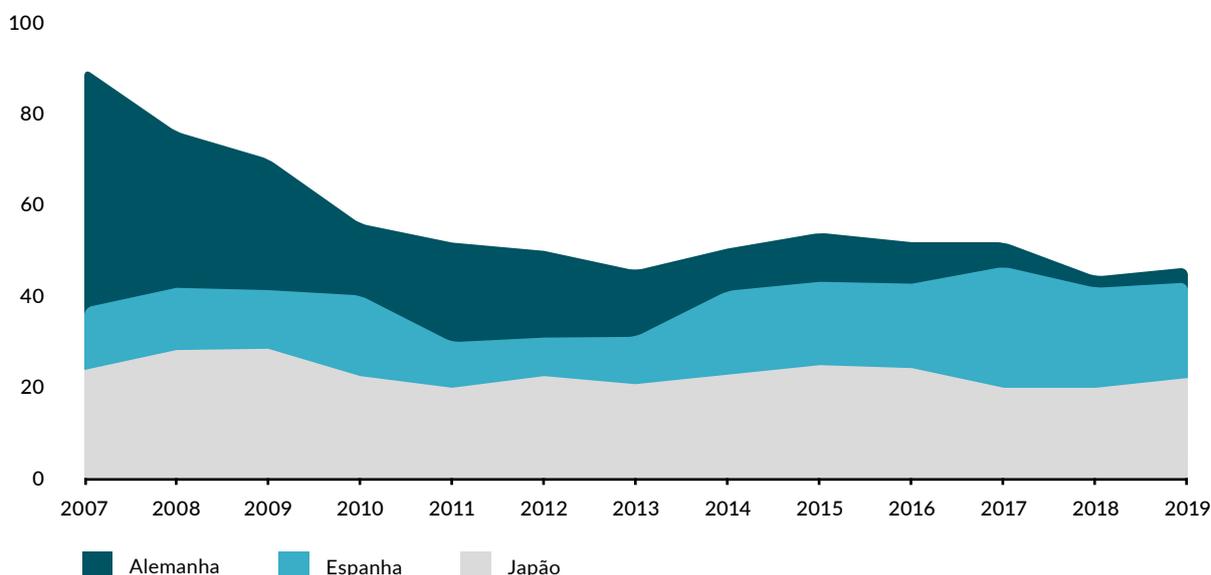
O caso do Japão merece uma atenção especial. O Gráfico III.9 apresenta a trajetória registada pela participação relativa que, entre 2007 e 2019 e sobre o total dos projetos de CT, teve precisamente o Japão a par dos dois países que lideraram 2019: Alemanha e Espanha. Assim, tal como se pode observar no referido gráfico, os três países passaram a representar, de forma conjunta, de 90,5% dos projetos

em 2007 para menos de 50% em 2019. E quem fez com que este dado baixasse foi precisamente o Japão, ao reduzir a sua participação relativa de 52,4% para 3,1%. A Alemanha registou algumas oscilações, mas manteve-se estável em torno dos 23%, ao passo que Espanha ganhou peso (de 14,3% para 20,6%). O espaço cedido pelo Japão não foi coberto por estes dois países europeus, mas pelos que se vão incorporando no exercício desse papel.

GRÁFICO III.9

Evolução do peso relativo da Alemanha, Espanha e Japão no papel de segundo ofertante, sobre o total dos projetos de Cooperação Triangular na Ibero-América. 2007-2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

O atrás mencionado combina-se com outro dado importante para o comportamento do Japão: é que, em 2019, esse país foi o que mais ações promoveu no papel de segundo ofertante, participando em mais de metade (17) das 33 ações em execução. Acompanharam-no nessas ações, como primeiros ofertantes, países como o Chile, Argentina e México, com os quais o Japão mantém acordos estratégicos de cooperação que apoiam workshops e formações com países terceiros. A combinação de ambos os factos apoia a ideia de que o Japão não se está a retirar da Cooperação Triangular na Ibero-América, mas antes que está a mudar a sua fórmula de participação: do apoio aos projetos para o acompanhamento às ações de formação.

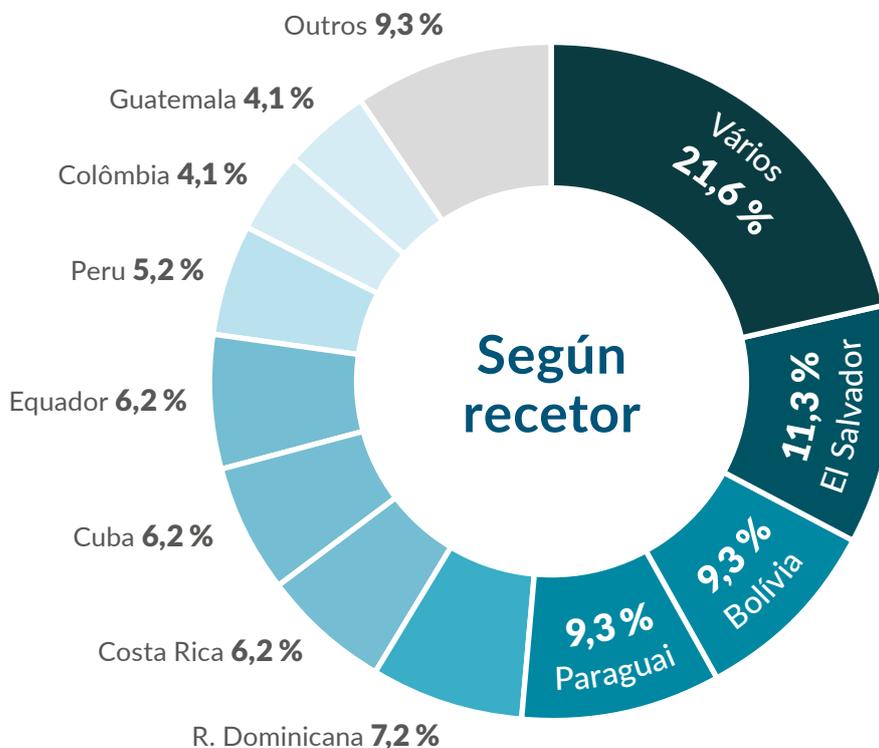
Finalmente, o Gráfico III.10 distribui os 97 projetos de CT que estiveram em execução na Ibero-América em 2019, conforme os países recetores. Tal como

tem vindo a ser habitual, a casuística mais frequente foi a de vários países a exercer simultaneamente o papel de recetor: de facto, este tipo de associações justificou pelo menos um em cada 5 projetos, mas também mais de metade das ações (18 de 33). Dentro desta variante, podem identificar-se praticamente todos os países da região. Já de forma individual, os países mais ativos no exercício do papel de recetor foram El Salvador, Bolívia e Paraguai, cada um deles participando em cerca de um décimo dos projetos recebidos e representando 30% do total. Com pesos relativos menores, mas superiores a 4%, destacaram-se, por ordem de importância relativa, a República Dominicana, Costa Rica, Cuba, Equador, Peru, Colômbia e Guatemala. Os últimos 9,3% justificaram-se pela contribuição agregada das Honduras, Panamá e Uruguai.

GRÁFICO III.10

Distribuição dos projetos de Cooperação Triangular na Ibero-América, conforme o recetor. 2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

III.3.2 Parcerias para a Cooperação Triangular

Ao longo de 2019, a execução das 130 iniciativas de Cooperação Triangular registadas na Ibero-América foi possível no âmbito de 103 combinações diferentes de parcerias entre aqueles que exerceram o papel de primeiros ofertantes, segundos ofertantes e recetores. Este único dado dá a ideia de quão diversas podem chegar a ser as parcerias que se estabelecem para alcançar o desenvolvimento.

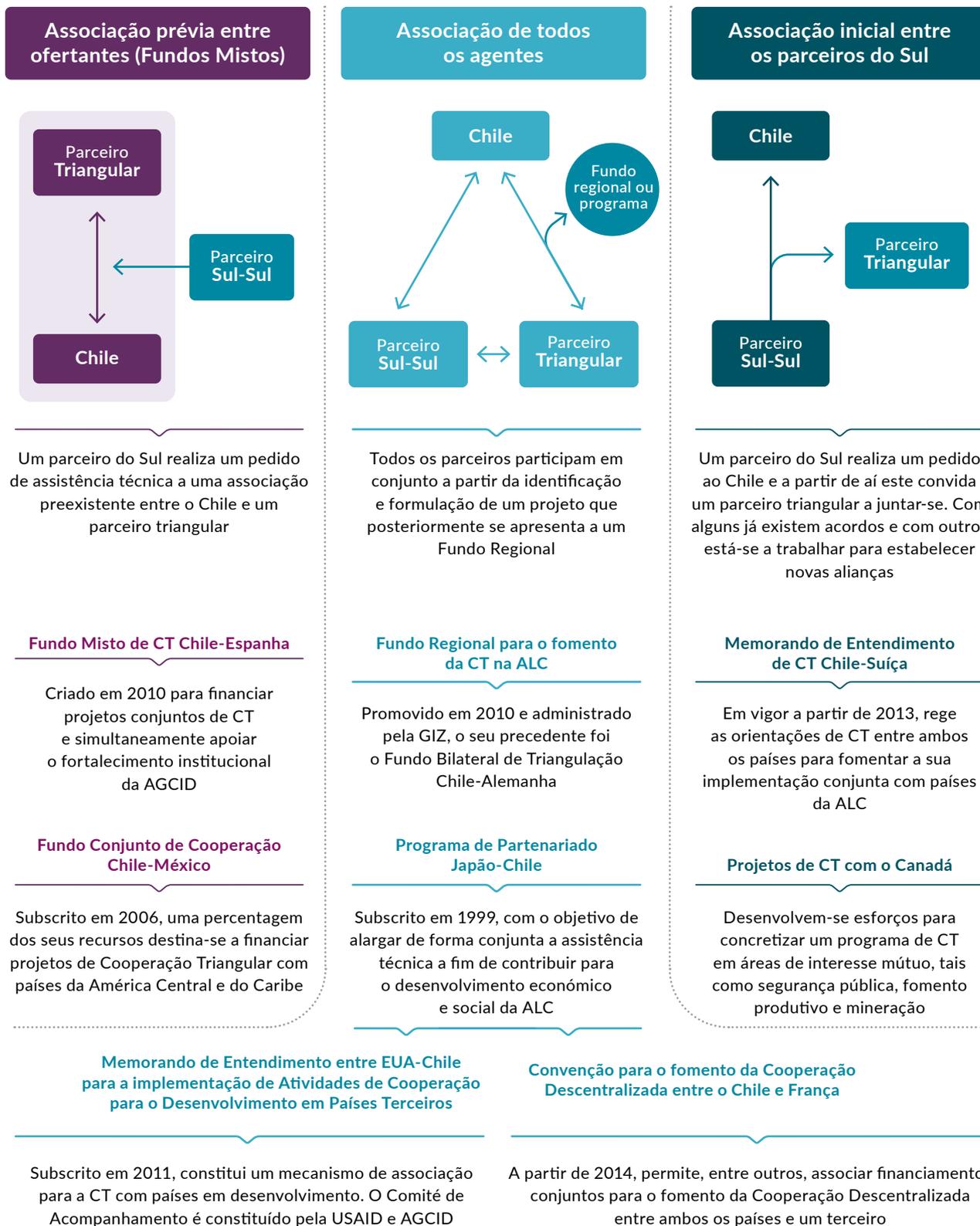
No entanto, em numerosas ocasiões, essa mais de uma centena de combinações diferentes a 3, podem ter em comum algumas associações a 2, que tendem a coincidir com a que se estabelece entre os que exercem o papel de primeiro e segundo ofertante. A prevalência deste tipo de parcerias não costuma acontecer por acaso e tende a estar institucionalizada e amparada pela aplicação de quadros ou acordos de

parceria estratégica, concebidos precisamente entre os parceiros envolvidos para promover o lançamento de iniciativas de CT dirigidas a países terceiros.

Para o ilustrar, analisa-se o caso do país mais ativo em 2019, o Chile, presente em 40 iniciativas que envolvem mais de trinta agentes diferentes, incluindo quase todos os países ibero-americanos. Também se trata de um país que entende a Cooperação Triangular como um instrumento através do qual “reafirma(r) e aprofunda(r) o seu compromisso para com todos os parceiros estratégicos” (Estudos Internacionais, 2020, p.163). Para potenciar a sua implementação ao longo destes anos, o Chile realizou uma série de acordos que lhe permitiram dispor de uma arquitetura institucional para fomentar a Cooperação Triangular em conjunto com parceiros estratégicos e para países terceiros.

GRÁFICO III.11

Mecanismos de Associação Triangular: o caso do Chile



Fonte: SEGIB a partir da AGCID (2015)

O Gráfico III.11 resume essa arquitetura institucional, conforme o estabelece a própria Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AGCID). Para isso, descrevem-se os três tipos de mecanismos de associação através dos quais o Chile se relaciona com os restantes parceiros que participam na Cooperação Triangular, bem como exemplos concretos dos acordos.

A modo de síntese, identificam-se três mecanismos de associação:

- a) Através do primeiro, um país em desenvolvimento pede ao Chile uma assistência técnica à qual se responde através de um acordo preexistente, em geral entre aqueles que vão exercer o papel de primeiro e de segundo ofertante (ele próprio e outro agente). Os Fundos Mistos que o Chile promove há mais de uma década com o México e Espanha respondem a esta dinâmica.
- b) Na segunda modalidade, a identificação e formulação inicial do projeto envolve todos os parceiros, que a seguir o apresentam a um Fundo Regional que financia a sua implementação final. Enquadram-se aqui as iniciativas triangulares em que o Chile participa em conjunto com a Alemanha e o Japão, com os quais constitui os seus acordos mais emblemáticos, mas também outros mais recentes promovidos com os Estados Unidos e a França.
- c) A terceira dinâmica contemplada surge de um pedido do país do Sul ao Chile, o qual, por sua vez, e atendendo às características do projeto, convida um terceiro parceiro a implementar a Cooperação Triangular. Neste caso, há duas variantes: a que se produz com países e/ou organismos com os quais o Chile já subscreveu algum acordo (caso da Suíça ou do Programa Mundial de Alimentação - PMA -), e a que se verifica com parceiros com os quais o referido acordo ainda não se concretizou, mas com quem já se partilharam algumas experiências (Austrália, Canadá, Coreia do Sul e Singapura, apenas para nomear alguns).

Conhecendo estas possibilidades, é mais fácil entender quais foram as associações a partir das quais o Chile participou na CT que intercambiou na Ibero-América em 2019. Para este efeito, o Gráfico III.12 mostra, através de dois diagramas de fluxo, quem acompanhou o Chile (caudal esquerdo) na execução das 16 ações (III.12.A) e 24 projetos (III.12.B), no exercício dos papéis de segundo ofertante (caudal central) e de recetor (caudal direito).

/// O Chile realizou uma série de acordos que lhe permitiram dispor de uma arquitetura institucional para fomentar a Cooperação Triangular em conjunto com parceiros estratégicos e para países terceiros ///

Neste sentido, tal como se pode observar na versão A do Gráfico III.12, duas em cada três das 16 ações em que o Chile participou em 2019 produziram-se no contexto do Programa de Partenariado que mantém com o Japão como segundo ofertante e que foi concebido para promover a formação simultânea de vários países da América Latina e do Caribe, os quais partilharam o papel de recetor. Na realidade, um dos instrumentos de formação mais destacados neste âmbito é o denominado Projeto Kizuna, que se centra em temas relacionados com a gestão de catástrofes e ao qual nos iremos referir no Quadro III.4, incluído numa secção posterior. Os restantes intercâmbios justificam-se pela associação pontual do Chile com organismos multilaterais que contribuem para fortalecer simultaneamente vários recetores (IIDH e PNUMA) ou um único país (caso das Honduras e Peru na CT com o BID, BM e OCDE).

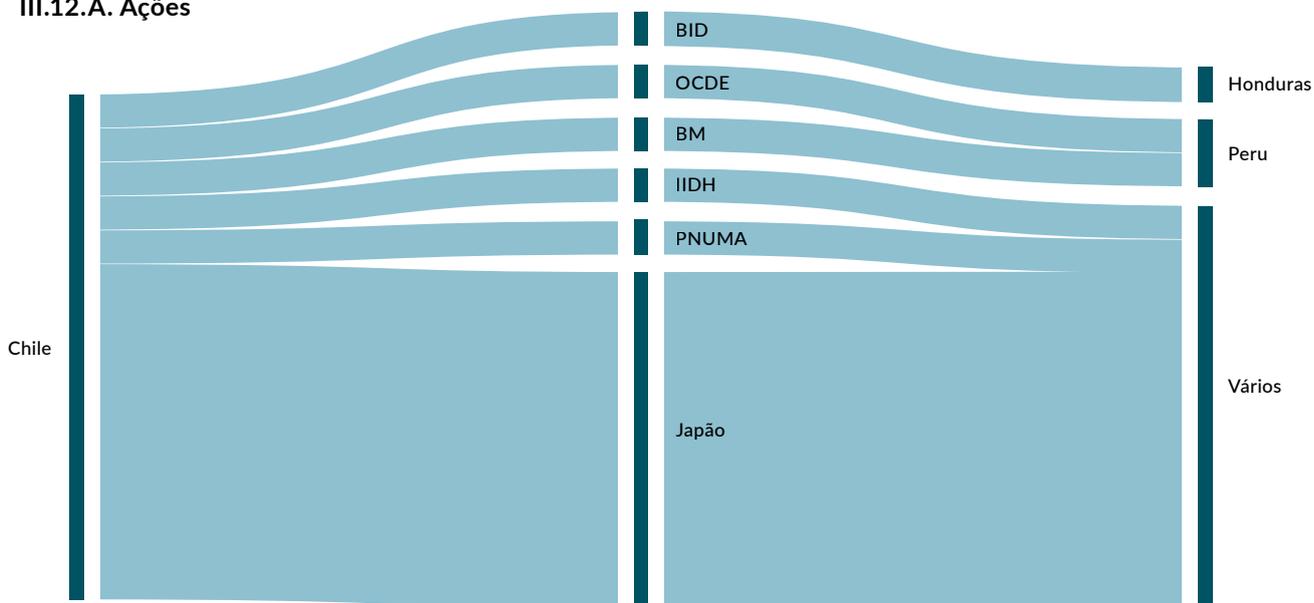
No que respeita aos 24 projetos de Cooperação Triangular, a observação do Gráfico III.12.B sugere que os principais parceiros do Chile no exercício do papel de segundo ofertante foram o México (até 9 projetos), Espanha (5) e Alemanha (4). Na parceria com o México, o foco da receção é colocado no conjunto dos países centro-americanos e caribenhos, enquanto que na CT que se estabelece com a Alemanha e a Espanha se tende a centrar num recetor, entre os quais se destacam o Peru, Paraguai e República Dominicana. O Quadro III.3 apresenta uma das interessantes experiências que se obtêm com este tipo de associações, neste caso através de um projeto de CT entre o Chile, Espanha e Paraguai para melhorar a convivência.

GRÁFICO III.12

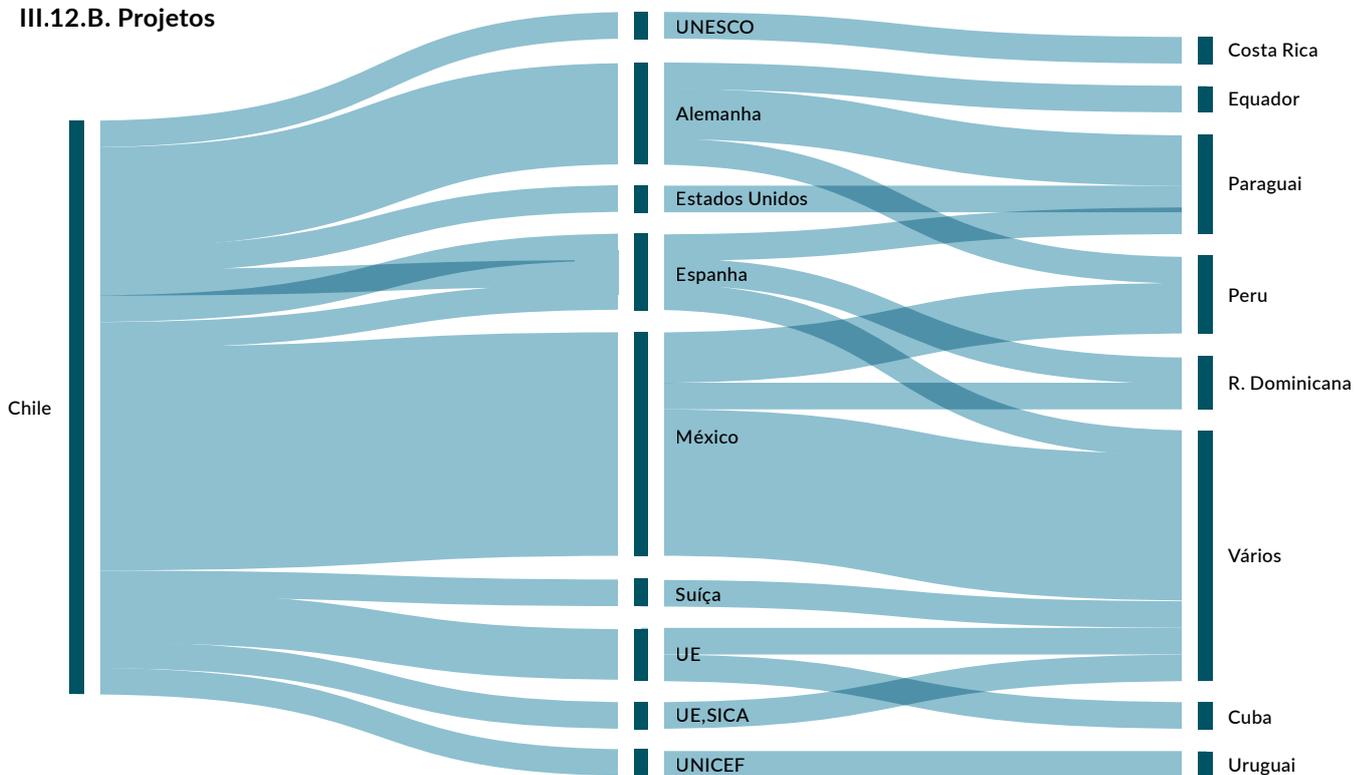
Distribuição das iniciativas de Cooperação Triangular do Chile no papel de primeiro ofertante, conforme o segundo ofertante e o recetor. 2019

Em unidades

III.12.A. Ações



III.12.B. Projetos



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Os dados anteriores também confirmam que praticamente 7 em cada 10 associações que o Chile estabelece quando promove projetos de Cooperação Triangular se apoiam nalgum dos mecanismos (Fundos Regionais e/ou Fundos Conjuntos) estabelecidos com a Alemanha, Espanha e México e que se especificam no Gráfico III.11. Se acrescentarmos a estes os projetos executados em parceria com os Estados Unidos e a Suíça, concluímos que 80% das triangulações em que o Chile participou em 2019,

foram amparadas e fomentadas na engrenagem institucional que este país construiu estrategicamente ao longo dos anos. Completam este panorama 20% dos projetos que se justificam pelo relacionamento pontual com outros agentes, destacando-se os pertencentes ao sistema das Nações Unidas (UNESCO e UNICEF) e à União Europeia, através do Instrumento promovido por esta a partir de 2014.

QUADRO III.3

Chile, Espanha e Paraguai: o futebol como ferramenta para o fortalecimento da convivência

É já muito conhecido o papel do desporto na conquista da saúde física e mental dos indivíduos, mas nos últimos anos também se alargou o seu reconhecimento como ferramenta de intervenção social para a melhoria da convivência e a consecução da paz. Existe, por exemplo, um Plano de Ação das Nações Unidas sobre Desporto para o Desenvolvimento e a Paz que também é nomeado com esse papel pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável:

Reconhecemos que o desporto contribui cada vez mais para tornar realidade o desenvolvimento e a paz, promovendo a tolerância e o respeito, e que também apoia o empoderamento das mulheres, jovens, pessoas e comunidades, bem como os objetivos em matéria de saúde, educação e inclusão social. (ONU, 2015, p. 11)

Há exemplos a nível internacional do uso do desporto como instrumento para a mudança social em contextos frágeis, entre os quais podemos destacar as experiências da Colômbia, Brasil, Haiti, África do Sul e Índia (Badia, 2017), bem como no âmbito da cooperação sul-sul e triangular.

Neste sentido, em 2019 deu-se início ao projeto “Fortalecimento dos Processos de Convivência Saudável no Bairro de San Francisco” entre o Chile (primeiro ofertante), Espanha (segundo ofertante) e Paraguai (recetor), com o objetivo de prevenir a violência e de, através do futebol, fortalecer a convivência das crianças e adolescentes entre os 6 e os 15 anos. Esta iniciativa enquadra-se na Fase II do Fundo Misto de Cooperação Triangular Espanha-Chile, criado em 2009, para reforçar a cooperação técnica entre o Chile e Espanha e promover o desenvolvimento na América Latina e no Caribe.

O projeto responde à necessidade de ir ao encontro dos membros das famílias afetadas pelas inundações dos *Bañados* de Assunção em 2014, uma das maiores inundações sofridas pelo Paraguai nos últimos anos e que afetou mais de 6.000 famílias. Essas famílias foram instaladas nas zonas mais vulneráveis da capital paraguaia. Pouco depois, surgiram alguns problemas de reinstalação e adaptação, que por vezes resultaram em conflitualidade entre os seus habitantes.

O projeto tem por objetivo fomentar a resiliência dos beneficiários, um processo fundamental tanto entre os habitantes do bairro como dentro das escolas. Neste contexto, desenvolvem-se esforços para que as crianças e os adolescentes se possam formar para assim contarem com ferramentas que favoreçam a convivência saudável e a liderança comunitária. Através de workshops sociodesportivos ministrados por equipas de profissionais em ciências do desporto e ciências sociais, também se vinculam outros agentes-chave, tais como pais de família, professores, jovens da comunidade e outros.

Esta iniciativa conta com a participação da *Fútbol Más*, uma fundação que realiza processos de formação e convivência há mais de 10 anos, promovendo o bem-estar de crianças e adolescentes que vivem em contextos de vulnerabilidade social ou que foram afetados por catástrofes naturais ou crises humanitárias (*Fútbol Más*, 2020). Neste sentido, a tecla dinamizadora da iniciativa é o desporto como instrumento pedagógico, mas também como um espaço adequado para a resolução pacífica de conflitos e controvérsias.

III.4

Análise setorial da Cooperação Triangular de 2019

A análise da Cooperação Triangular numa perspetiva setorial permite saber como a região contribuiu para reforçar as suas capacidades e alargar os seus conhecimentos. Para isso, em primeiro lugar identificaram-se os setores para os quais se orientaram os 97 projetos e as 33 ações mantidas em execução em 2019 e, em segundo lugar, aprofundou-se o perfil setorial de alguns dos agentes que participaram mais ativamente nesta modalidade de cooperação.

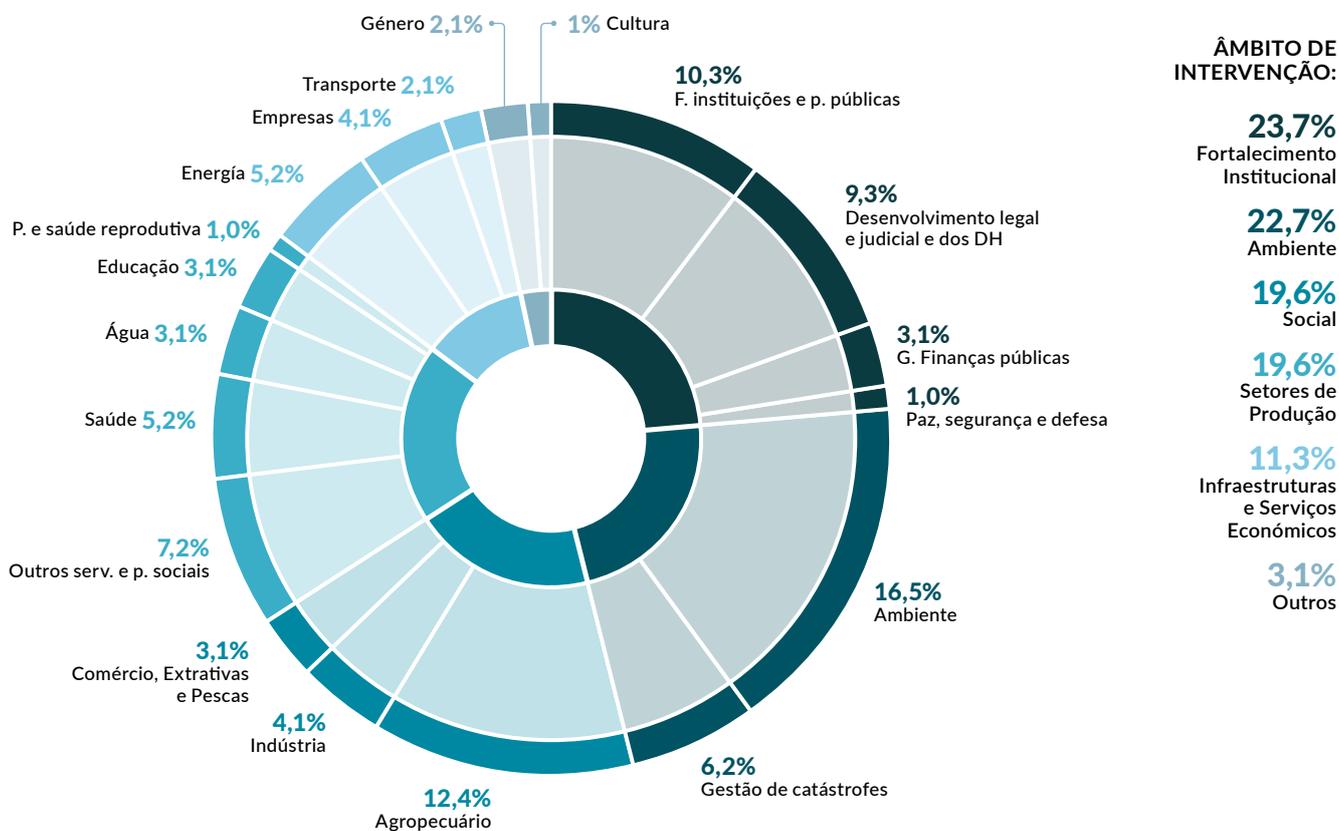
III.4.1. Capacidades fortalecidas

O Gráfico III.13 distribui os praticamente 100 projetos de Cooperação Triangular que estiveram em execução na Ibero-América em 2019, conforme o setor de atividade e o âmbito de intervenção a que cada um deles deu resposta. Como se pode observar numa primeira aproximação, uma grande parte (mais de 45%) dessa cooperação teve por objetivo reforçar capacidades relacionadas com o Fortalecimento Institucional (23,7% dos projetos) e o Ambiente (22,7%). Uma proporção muito próxima, de praticamente outros 40%, foi registada pelos intercâmbios que, com participações também próximas, procuraram apoiar um maior desenvolvimento Social e o Setor de Produtivo (em torno a 20% em cada caso). Menos relevante foi a CT dedicada à promoção de Infraestruturas e Serviços Económicos (11,3%) e a Outros âmbitos (3,1%).

GRÁFICO III.13

Projetos de Cooperação Triangular na Ibero-América, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Mais em pormenor, em 2019 destacaram-se os projetos de CT que procuraram fortalecer o *Ambiente* (16,5% dos intercâmbios finais) e o *setor Agropecuário* (12,4%). Neste sentido, a região apostou numa cooperação que melhorasse as capacidades dos países na luta contra a mudança do clima, proteção da biodiversidade e redução da degradação ambiental e poluição, neste caso através de projetos que fortalecessem a gestão integral de diferentes tipos de resíduos. Por sua vez, a Ibero-América centrou-se na agricultura familiar, com projetos que melhoraram o acesso ao financiamento dos pequenos agricultores, bem como a gestão das diferentes componentes da cadeia de valor de produtos tradicionais, tais como o abacate, algodão, gergelim, cacau e outros.

/// Em 2019 destacaram-se os projetos de CT que procuraram fortalecer o Ambiente (16,5% dos intercâmbios finais) e o setor Agropecuário (12,4%) ///

Seguiram-se, por ordem de importância relativa, os 20% que, no seu conjunto, representaram os projetos de CT destinados ao *Fortalecimento de instituições e políticas públicas e ao Desenvolvimento legal, judicial e dos direitos humanos*. Destacam-se aqui os intercâmbios para apoiar o ordenamento territorial, a modernização dos processos administrativos, a produção de dados estatísticos e a estrutura institucional do próprio sistema de cooperação internacional. Foram também particularmente relevantes os projetos dedicados à proteção da população migrante e, dentro desta, aos menores não acompanhados, bem como os impulsionados para promover a equidade racial, dando uma especial atenção aos direitos das pessoas afrodescendentes.

Quando aos atrás mencionados se acrescentam as contribuições para os setores dos *Outros serviços e políticas sociais* (7,2%) e da *Saúde* (5,2%), já se justificam 6 em cada 10 dos projetos de Cooperação Triangular mantidos em execução na Ibero-América ao longo de 2019. Entre os projetos que abordam este tipo de temas, incluem-se os dedicados à proteção e prestação de cuidados à população mais vulnerável (idosos e sem-abrigo); promoção da convivência e intervenções em povoamentos precários; atendimento pediátrico em cardiologia infantil; luta contra a subnutrição; e apoio às autoridades reguladoras dos medicamentos.

Por sua vez, quatro setores de atividade justificaram outros 20% dos projetos de CT registados em 2019. Trata-se de intercâmbios que visaram o fortalecimento de capacidades relativas, por um lado, à *Gestão de catástrofes* e, por outro lado, às próprias de áreas económicas como a *Energia, Empresas e Indústria*. Neste sentido, a prioridade dada à *Gestão de catástrofes* não só se manifestou na implementação de até 6 projetos de Cooperação Triangular, mas também se complementou com a execução de 8 ações que justificaram a maior parte (até 25%) do total das realizadas em 2019. No contexto de um ano de 2020 marcado pela pandemia global da COVID-19, as aprendizagens que se retirem deste tipo de iniciativas podem ser especialmente importantes, na medida em que afetam a gestão de uma emergência sanitária de dimensão mundial. Por esse motivo, elaborou-se o Quadro III.4, dedicado a identificar com mais rigor o conjunto das experiências de CT relativas a este setor.

QUADRO III.4

Gestão de catástrofes e construção de uma região mais resiliente face à crise da COVID-19

Os sistemas nacionais de gestão de risco de catástrofes e as organizações com experiência nesta questão têm muito a dizer na elaboração de respostas para a crise do novo coronavírus, já que estão preparadas para analisar o risco de forma multidimensional e os pontos fortes e fracos dos diferentes setores (Burón, 2020). A sua experiência acumulada permite fortalecer a resiliência e a preparação contra a crise. A própria OMS (2020), na sua estratégia contra a COVID-19, diz que “para proporcionar uma gestão coordenada de preparação e resposta à COVID-19, devem ativar-se mecanismos nacionais de gestão de emergências de saúde pública” e acrescenta que “em alguns contextos, isto pode realizar-se com o apoio da autoridade nacional de gestão de catástrofes ou de outras autoridades de gestão de crises.”

Nesta mesma linha, um estudo do Banco Mundial (2020) sobre a experiência da Ásia-Pacífico na resposta à COVID-19, identifica três grandes modalidades de coordenação intergovernamental: liderança direta da autoridade

máxima do Governo, do Ministério da Saúde ou do Sistema Nacional de Gestão de Catástrofes (SNGD). E embora cada uma delas tenha vantagens comparativas, no caso da terceira, o estudo demonstra que as respostas lideradas ou coordenadas pelos SNGD podem favorecer um rápido ajuste das medidas de preparação, que levem em conta diferentes tipos de risco.

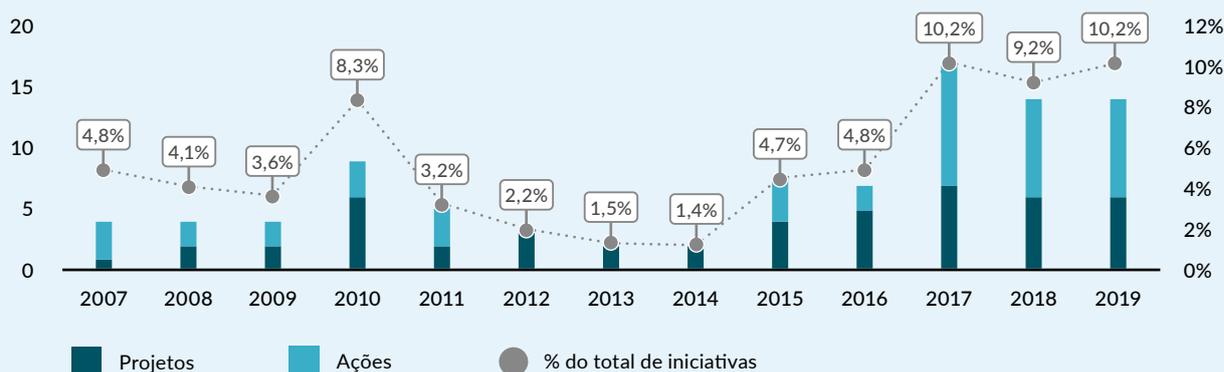
De facto, o papel que estas experiências podem desempenhar é muito importante não só na primeira fase, coincidindo com a necessária atenção dada à emergência, mas também em etapas posteriores para a recuperação, e inclusive para a prevenção e previsão de futuras pandemias. Os riscos de catástrofes naturais também se combinam com a emergência sanitária, uma complexidade que é necessário abordar focalizando-nos nas pessoas, especialmente nas mais vulneráveis. Exemplo disso foi a devastadora passagem dos furacões Eta e Iota pelas regiões da América Central e do Caribe durante o mês de novembro de 2020, em plena crise da COVID-19. Nesse mesmo sentido,

o Escritório Europeu da Cruz Vermelha (2020) salienta que, nesta época, a boa gestão do risco de catástrofes é mais importante do que nunca para assegurar que ninguém fique para trás, tal como defende a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Neste contexto, é de salientar a crescente importância das iniciativas promovidas para fortalecer capacidades relativas à *Gestão de catástrofes* no quadro da Cooperação Triangular. Com efeito, tal como sugere o gráfico seguinte, nos últimos anos o número de ações e projetos triangulares dedicados à *Gestão de catástrofes* ganhou terreno, aumentando tanto em termos relativos quanto absolutos, sobretudo de 2014 até 2019, período em que as iniciativas deste tipo quadruplicaram. Na realidade, em 2019 a *Gestão de catástrofes* agrupou 8 ações e 6 projetos, o que representa quase um décimo das iniciativas que estavam em execução nesse ano.

Evolução dos projetos e ações no setor da Gestão de catástrofes. 2007-2019

Em unidades e como percentagem do total das iniciativas em execução em cada ano



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções gerais de cooperação



Para aprofundar um pouco mais o conteúdo concreto da CT da região em *Gestão de catástrofes*, a seguir descrevemos alguns dos projetos e ações de 2019 executados neste setor.

Por um lado, encontram-se as ações do Kizuna, uma iniciativa de cooperação entre o Japão e o Chile, na qual os dois países potenciam a sua experiência e as aprendizagens adquiridas na redução do risco de catástrofes, bem como nos mais de trinta anos de trabalho conjunto, para fortalecer as capacidades técnicas dos profissionais da América Latina e do Caribe. Funciona desde 2015 e, através de cursos, seminários, mestrados e licenciaturas, aborda temas tais como os tsunamis, terremotos e incêndios florestais a fim de

construir uma região mais resiliente e de melhorar, entre outras coisas, a preparação da população, os tempos de resposta e os processos de reconstrução. Além disso, o projeto Kizuna coloca uma ênfase especial na criação de uma rede regional para a redução do risco de catástrofes. (AGCID, 2020).

Quanto aos projetos de 2019, as parcerias estabelecidas e os temas abordados são muito diversos. Dois deles contam com o Brasil e a OEA como ofertantes no contexto do *Fundo Brasileiro de Cooperação da OEA (FBC/OEA)*: um sobre resgate de pessoas e outro sobre incêndios urbanos. Por sua vez, outros dois são apoiados pelo *Fundo Regional da Alemanha para a Cooperação Triangular na América Latina e no Caribe*. Em particular, um deles

procura fortalecer o Sistema de Alerta Precoce (SAT) da República Dominicana, especialmente na comunicação interinstitucional e na missão de alertas sobre eventos hidrometeorológicos.

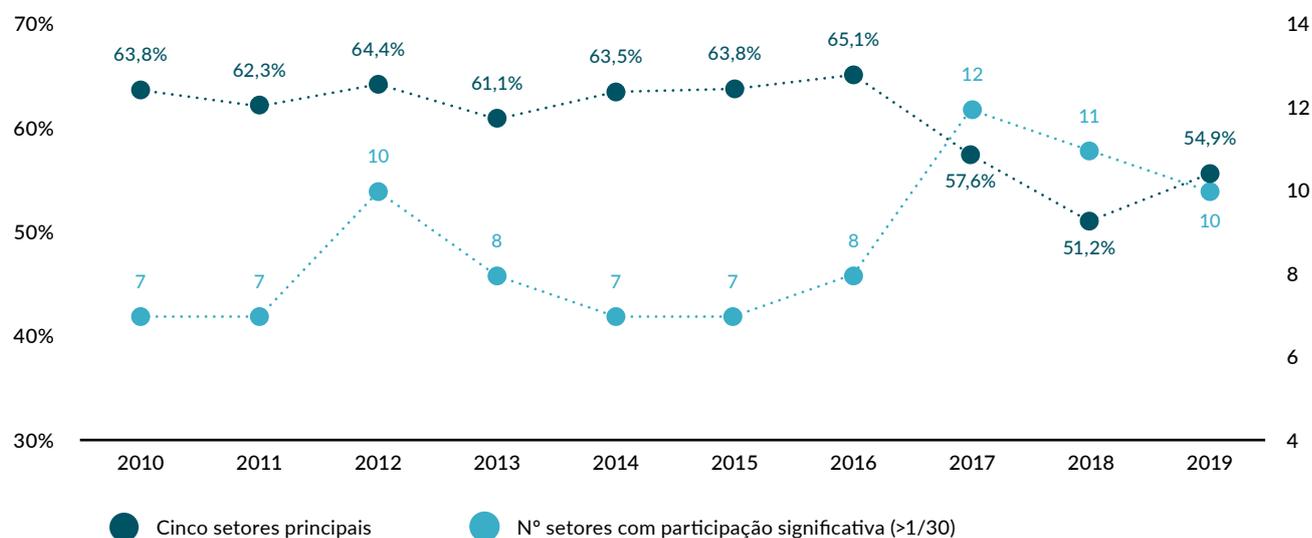
Este último projeto é um bom exemplo, que serve para ilustrar como nos últimos anos as capacidades partilhadas pelos países em *Gestão de catástrofes* através da cooperação também podem ter reforçado a resposta da nossa região contra a pandemia da COVID-19, já que muitos aspetos fundamentais, tais como a coordenação intersectorial e a comunicação adequada, são comuns às catástrofes de origem natural e às emergências sanitárias.

Fonte: SEGIB a partir de Burón (2020), Escritório Europeu da Cruz Vermelha (2020), OMS (2020), Banco Mundial (2020) e página web da AGCID (2020).

GRÁFICO III.14

Evolução da participação dos setores de atividade nos projetos de Cooperação Triangular. 2010-2019

Peso dos cinco principais, em percentagem; número de setores com participação significativa, em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Para completar o panorama das capacidades fortalecidas setorialmente através dos projetos de CT promovidos na região ao longo de 2019, deve acrescentar-se que os últimos 20% visaram objetivos muito diferentes, relacionados com um máximo de 11 setores de atividade. Este dado sugere que há uma tendência para a diversificação setorial da Cooperação Triangular, gerada em torno da progressiva introdução de novos tipos de capacidades. Para o corroborar, elaborou-se o Gráfico III.14, que combina dois tipos de informações relativas ao período 2010-2019: a primeira refere-se à percentagem de participação acumulada anualmente pelos cinco setores mais importantes; e a segunda, ao número de setores que, todos os anos, têm uma presença suficientemente significativa no conjunto da Cooperação Triangular.³ Assim, efetivamente o gráfico

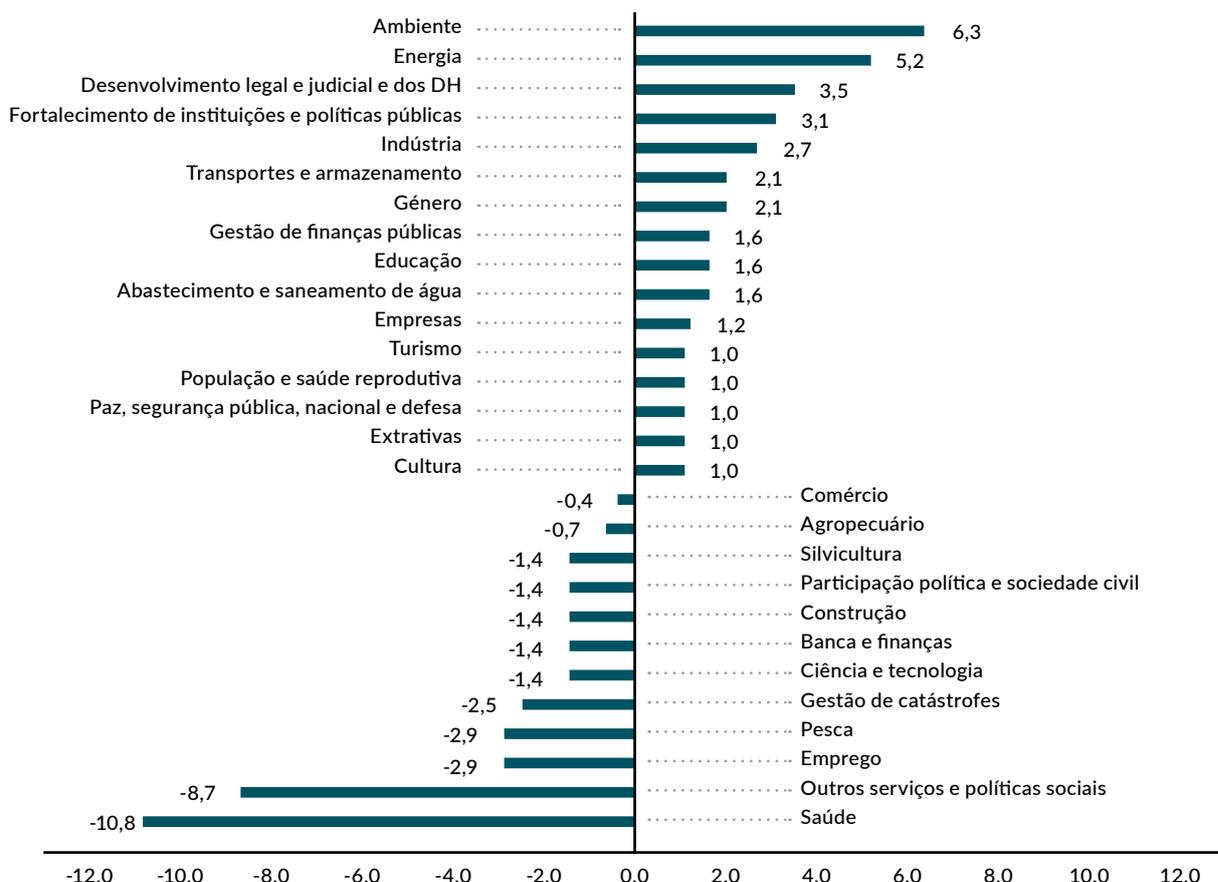
mostra como nestes 10 anos os cinco principais setores perderam cerca de 10 pontos percentuais de participação (de 64% para 55%), ao passo que os setores que participam na CT com um número significativo de projetos aumentaram de 7 para 10.

No entanto, as alterações verificadas na última década não só se limitam à diversificação em torno do fortalecimento de novas capacidades, mas também a uma modificação de prioridades. Com efeito, o Gráfico III.15 compara o peso relativo de cada um dos setores de atividade com o total dos projetos de Cooperação Triangular em execução nos anos de 2010 e 2019, bem como a variação absoluta registada nesse período. O Gráfico III.16 apresenta a mesma situação quanto aos diferentes âmbitos de intervenção visados pelos projetos nesses mesmos anos.

GRÁFICO III.15

Alteração na participação dos setores de atividade sobre o total dos projetos de Cooperação Triangular. 2010-2019

Em pontos percentuais



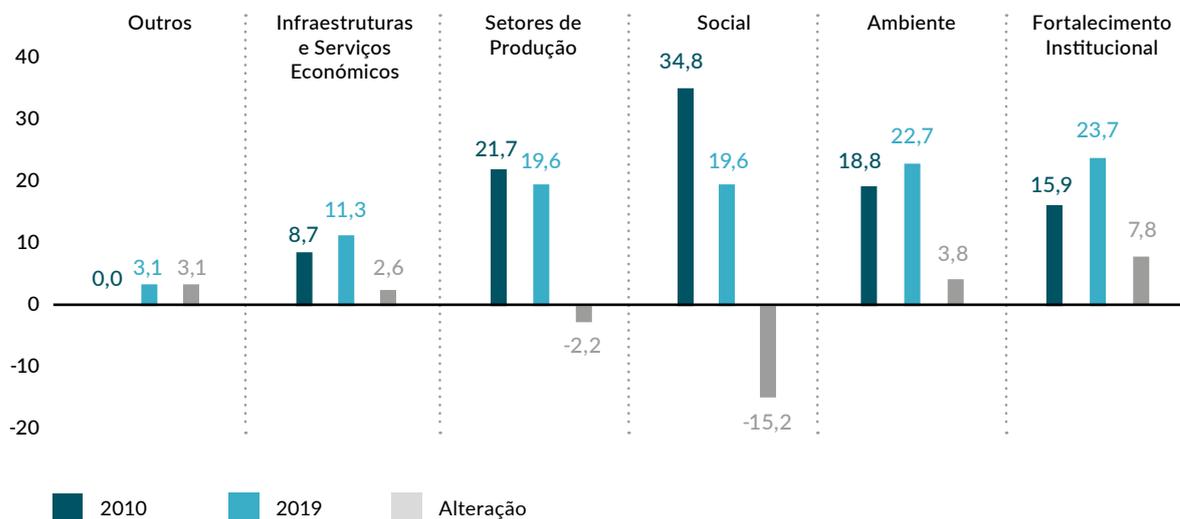
Nota: não se incluem os setores *Outros* e *Comunicações*, pois estes não registaram projetos em nenhum dos dois anos tidos em conta. Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

³ Como indicador, calcula-se para cada setor a sua representação relativa sobre o total dos projetos em execução em cada ano e contabilizam-se os que registam uma participação superior a 3,33%. A barreira situa-se nessa percentagem porque, numa distribuição plenamente equitativa, a cada projeto corresponde 1 setor dos 30 reconhecidos no espaço ibero-americano (1/30). Em consequência, considera-se que um setor se integra de forma relativamente significativa no conjunto da CT quando a participação dos projetos que visam esse setor cria um valor superior a 1/30; enquanto que quando se situa abaixo desse valor, se considera uma integração pontual e não significativa.

GRÁFICO III.16

Alteração na participação dos âmbitos de intervenção sobre o total dos projetos de Cooperação Triangular. 2010-2019

Participação, em percentagem; alteração, em pontos percentuais



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Neste sentido, quando a observação do Gráfico III.15 se centra nos seis principais setores de atividade de 2019, constata-se a importante alteração registada na última década. Assim, o *Ambiente*, o *Fortalecimento das instituições e das políticas públicas* e o *Desenvolvimento legal, judicial e dos DH*, aumentaram significativamente a sua participação no total dos projetos executados: entre 3 e 6 pontos percentuais em cada caso, apenas numa década. Esse ganho produziu-se à custa de uma queda significativa dos setores *Outros serviços e políticas sociais* e *Saúde*, cuja participação regista respetivamente quase 9 e 11 pontos percentuais menos. A única atividade relevante que se mantém estável ao longo de todo o período é a *Agropecuária* (-0,7 pontos). Estas alterações produzem-se ao mesmo tempo que a região também dá mais prioridade ao fortalecimento das capacidades relativas ao setor da *Energia*, cujo peso aumentou 5 pontos.

Neste cenário, a leitura em termos de âmbitos de intervenção é compreensível. Com efeito, entre 2010 e 2019, os projetos de Cooperação Triangular orientados para fortalecer o domínio Social perderam 15 pontos percentuais de participação. Trata-se de uma queda significativa na ordem de prioridades da região, compensada pelo incipiente aumento da cooperação destinada

ao Fortalecimento Institucional (quase 8 pontos), Ambiente (cerca de 4) e, em menor medida, criação de Infraestruturas e Serviços Económicos (2,6).

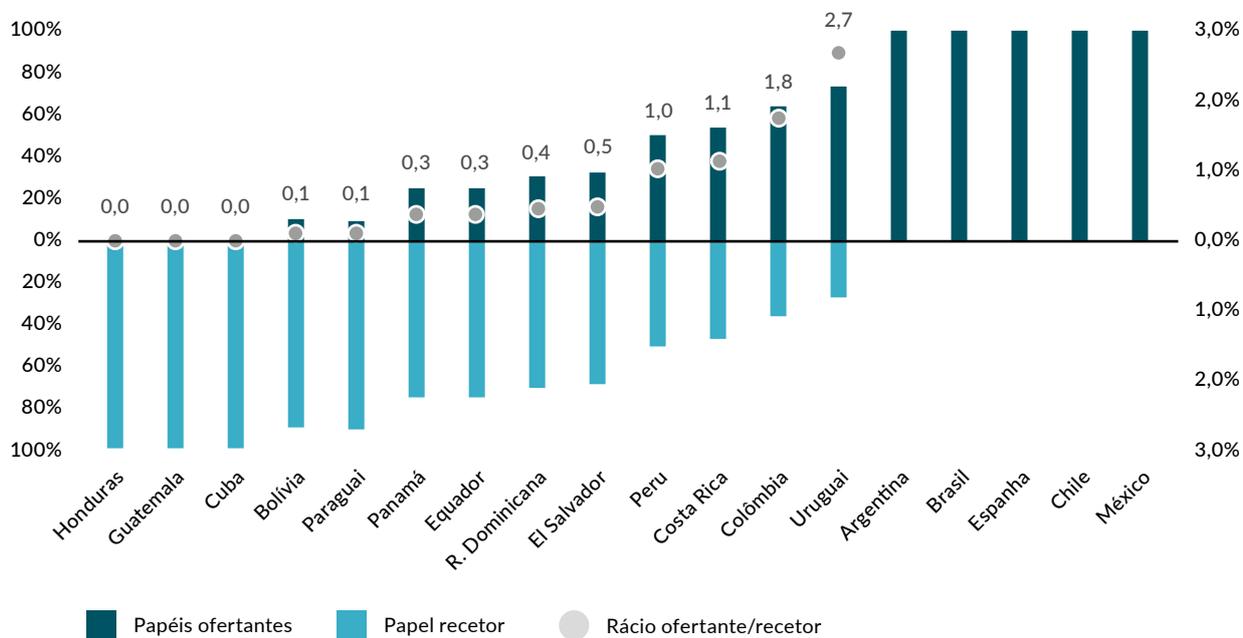
III.4.2. Perfil dos principais agentes

Outra leitura sobre como a Cooperação Triangular contribuiu para o fortalecimento de capacidades, pode realizar-se estudando os perfis setoriais dos países, diferentes conforme o papel exercido. Para isso, em primeiro lugar elaborou-se o Gráfico III.17, o qual distribui cada país conforme a contribuição relativa que os papéis de recetor e, de forma agregada, os de primeiro e segundo ofertante, representaram sobre o total dos projetos de CT em que cada um deles participou. Além disso, acrescenta-se um dado relativo ao rácio que os projetos em que interveio como ofertante representaram sobre aqueles em que o fez como recetor.

GRÁFICO III.17

Perfil dos países, conforme a sua participação nos papéis de ofertante e recetor. 2019

Contribuição relativa de cada papel, em percentagem; rácio, em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

A sua observação permite distinguir até três grupos de países com perfis diferentes. Em primeiro lugar, os países centro-americanos, caribenhos e andinos (Guatemala, Honduras, Panamá e El Salvador; Cuba e República Dominicana; e Bolívia e Equador) juntamente com o Paraguai, cuja participação na CT de 2019 esteve principalmente orientada para a receção de capacidades. Em segundo lugar, com um perfil preferencialmente ofertante, transferindo capacidades e/ou apoiando essa transferência, situaram-se o México, a par da Colômbia, Brasil, Argentina, Uruguai e Chile na América do Sul, e Espanha. A maior parte deles (à exceção da Colômbia, Uruguai e, dada a sua natureza, Espanha), limitara a sua participação como recetores a projetos onde partilharam o exercício desse papel com vários parceiros. Merecem uma menção especial o Peru e a Costa Rica, os quais combinaram os dois papéis em proporções praticamente iguais, tal como sugerem os respetivos rácios entre o oferecido e o recebido, ambos em torno da unidade.

projetos segundo o setor de atividade e domínio de intervenção. Tal como se pode observar, os perfis diferem. No caso da Bolívia (III.18), um terço dos projetos visou o fortalecimento do *Ambiente* (gestão de diferentes resíduos e monitorização de glaciares). Se acrescentarmos a cooperação relativa à *Gestão de catástrofes* (previsão de ameaças) no mesmo âmbito, justificamos praticamente metade do intercambiado. Outro terço tem uma orientação Social, destacando-se o fortalecimento de capacidades para o *Abastecimento e saneamento de água* (prestação de serviços, sobretudo em áreas rurais, e capacitação de profissionais).

Para ilustrar o tipo de capacidades que os países tendem a reforçar quando exercem o papel de recetores, escolheram-se dois dos países que participaram num maior número de intercâmbios: a Bolívia e o Paraguai, cada um deles com 9 projetos. Os Gráficos III.18 e III.19 distribuem os respetivos

GRÁFICO III.18

Distribuição dos projetos de CT em que a Bolívia participou como recetor, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019

Em percentagem

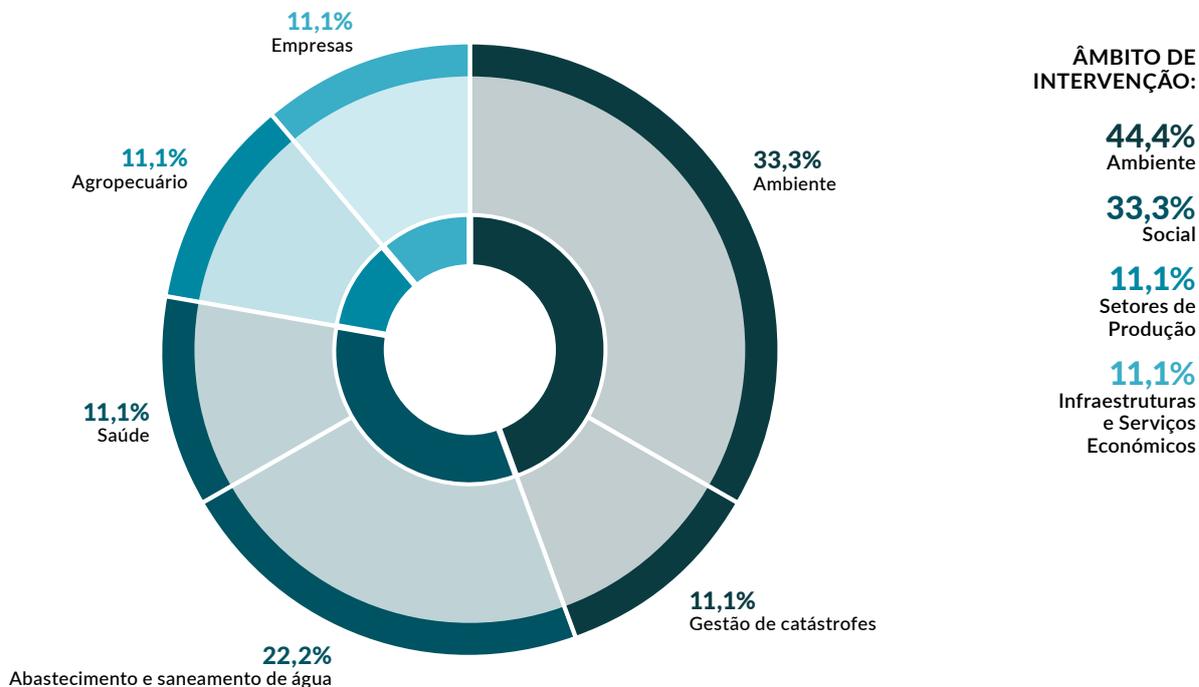
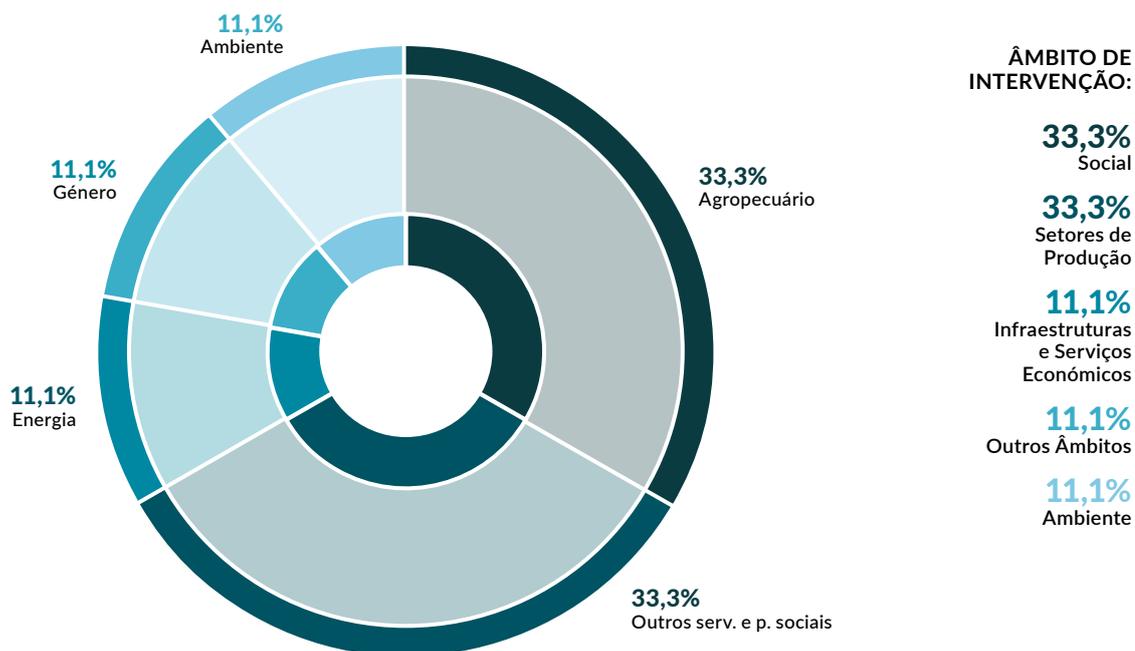


GRÁFICO III.19

Distribuição dos projetos CT em que o Paraguai participou como recetor, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

/// No que se refere ao resto dos países com um perfil proeminentemente recetor, tratou-se de uma cooperação muito diversificada, que afetou inclusive El Salvador (máximo recetor de 2019), o qual distribuiu os seus 13 projetos de CT em praticamente uma dezena de setores diferentes ///

Entretanto, dois terços dos projetos que o Paraguai recebeu (Gráfico III.19) centraram-se em apoiar os âmbitos Social e dos Setores Produtivos, em proporções equivalentes. Destacaram-se as experiências que reforçaram os *Outros serviços e políticas sociais*, através do apoio aos sistemas de atendimento às famílias, às intervenções em povoados precários e à promoção da melhoria da convivência, explicada no Quadro III.3. Também se salientaram as relacionadas com o âmbito *Agropecuário* e as dedicadas a promover

a inclusão financeira dos produtores rurais, bem como a capacitação em técnicas de cultivo e de produção hidropónica de hortaliças.

No que se refere ao resto dos países com um perfil proeminentemente recetor, tratou-se de uma cooperação muito diversificada, que afetou inclusive El Salvador (máximo recetor de 2019), o qual distribuiu os seus 13 projetos de CT em praticamente uma dezena de setores diferentes. As especializações mais marcadas verificaram-se por parte do Equador, com mais de metade dos projetos (4 sobre 6) dedicados à promoção do *Ambiente*, em especial através do fortalecimento de capacidades relativas à gestão do fogo na conservação do património natural e da biodiversidade; bem como de Cuba, que concentrou a maior parte da cooperação recebida (5 sobre 6) no apoio a questões de tipo económico. Sublinha-se aqui o projeto para promover o uso da energia sustentável, também recebido pela República Dominicana e que, tal como especifica o Quadro III.5, contou com o México e a Alemanha nos papéis de primeiro e segundo ofertante.

QUADRO III.5

Energias renováveis e Infraestruturas de qualidade: o caso de Cuba e da República Dominicana

Todos os países do mundo estão mandatados no sentido de transitar para o uso de energias mais sustentáveis. Para combater com eficácia a mudança climática, será portanto necessário reduzir as emissões de CO₂ a um ritmo semelhante àquele com que aumentaram no último meio século e promover uma transformação do modelo energético.

Um dos instrumentos colocados à disposição dos países para realizar essa transformação denomina-se Infraestrutura da Qualidade (IC). Este constitui-se em torno do conjunto das

disposições legislativas e dos organismos criados por um Estado para, de acordo com os cânones internacionalmente estabelecidos, poder certificar a qualidade da produção criada pela sua indústria. Na medida em que se estabelece com base em padrões de comparabilidade, a IC torna-se num elemento essencial para garantir a qualidade dos produtos e serviços de um país e a sua inserção nos mercados nacionais e internacionais. Embora o seu objetivo seja mais amplo, a IC pode contribuir para a transformação do modelo energético subjacente à produção de bens e serviços.

Ambos os elementos, transição energética e IC, são combinados no projeto *Fortalecimento da Infraestrutura da Qualidade para Energias Renováveis e Eficiência Energética*, uma experiência de Cooperação Triangular que envolve o México e a Alemanha a partir dos papéis ofertantes, e Cuba e a República Dominicana no de recetor. Nos antecedentes deste projeto triangular, lançado em 2018, encontra-se um programa de colaboração bilateral entre a Alemanha e o México em vigor a partir de 2013 e denominado *Energia sustentável*. Através de múltiplos intercâmbios de

cooperação técnica, o Instituto Nacional de Metrologia da Alemanha (PTB) e várias entidades mexicanas trabalham para fazer avançar a transição do México para energias mais sustentáveis. Trata-se de um objetivo que está em conformidade com o Programa de Desenvolvimento do Sistema Elétrico Nacional Mexicano (PRODESEN) e com a sua Lei de Transição Energética (LTE) de 2015, e que estabelece como finalidade uma participação mínima de energias limpas na produção elétrica de 30% em 2021 e de 35 % em 2024 (Câmara de deputados do H. Congresso da União, 2015, p. 37).

A introdução da componente triangular no projeto responde ao objetivo de transferir para Cuba e para a República Dominicana as capacidades existentes em matéria de Infraestrutura da Qualidade, por forma a apoiar a sua transição

energética. Ambos os países têm também um roteiro definido: mais concretamente, Cuba pretende aumentar a percentagem de energias renováveis no seu cabaz energético de 4,3% em 2014 para 24% em 2030 (Conselho de Estado da República de Cuba, 2019, p.1) e, conforme a Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA, 2017), até 2030, a República Dominicana quer aumentar a quota de energias renováveis no seu cabaz energético de 9% para 27%.

Neste sentido, o projeto de Cooperação Triangular que o México e a Alemanha promovem em Cuba e na República Dominicana facilita aos dois países caribenhos a introdução e a crescente aplicação das energias fotovoltaica e termo-solar no fornecimento de água quente à população. Para esse efeito, o projeto concretiza-se no desenvolvimento de mecanismos

e ferramentas de rastreabilidade metrológica, certificação de produtos e sistemas, adoção e adaptação de regulamentações internacionais, e fortalecimento de laboratórios de ensaios e organismos avaliadores da conformidade da qualidade dos aquecedores solares.

Fonte: SEGIB a partir da IRENA (2017), Gazeta Oficial da República de Cuba (2019) e Congresso Geral dos Estados Unidos Mexicanos (2015).

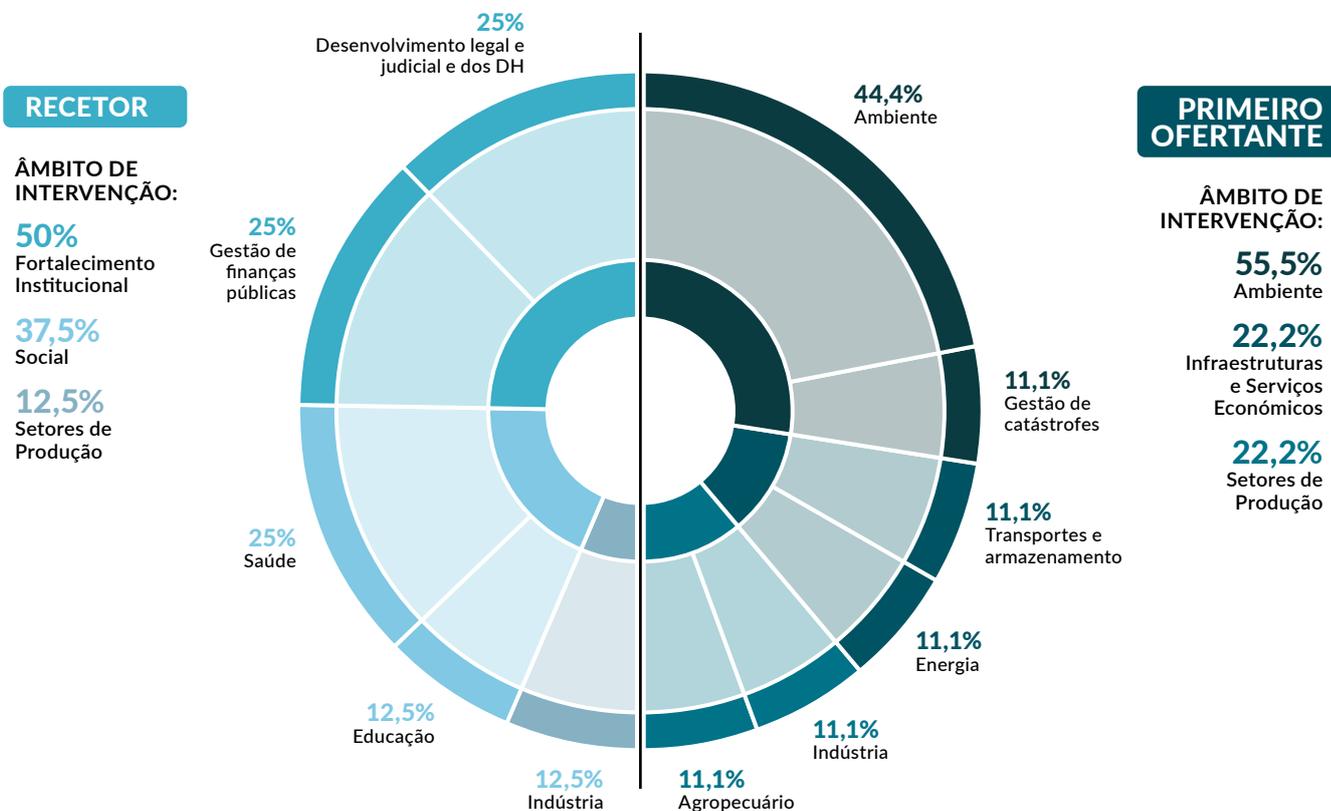
/// A gestão das políticas públicas, sobretudo a nível local, foi um dos pontos fortes da cooperação uruguaia, ao passo que a Colômbia favoreceu a transferência de capacidades mais económicas, relacionadas com o empreendedorismo e as empresas ///

Por sua vez, o Peru e a Costa Rica foram os dois países que combinaram de forma mais proporcional os papéis de ofertante e recetor: em 5 projetos relativamente a outros 5, no caso peruano; e em 9 relativamente a 8, no costa-riquense. Neste sentido, a participação do Peru na Cooperação Triangular de 2019 permitiu-lhe reforçar as suas capacidades no que respeita ao *Ambiente* (4 em 5 dedicados ao consumo sustentável e pagamento de serviços ambientais), e simultaneamente transferir a sua experiência no domínio *Social* (*Educação*, especialmente nas áreas rurais e da água), e no do *Género*, neste caso a partir de um projeto claramente ibero-americano, apresentado no Quadro III.6, no qual o Peru e Espanha acompanharam El Salvador na institucionalização de um sistema de informações que contribui para analisar e travar o fenómeno da violência contra as mulheres.

GRÁFICO III.20

Distribuição dos projetos de CT em que a Costa Rica participou como recetor e primeiro ofertante, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

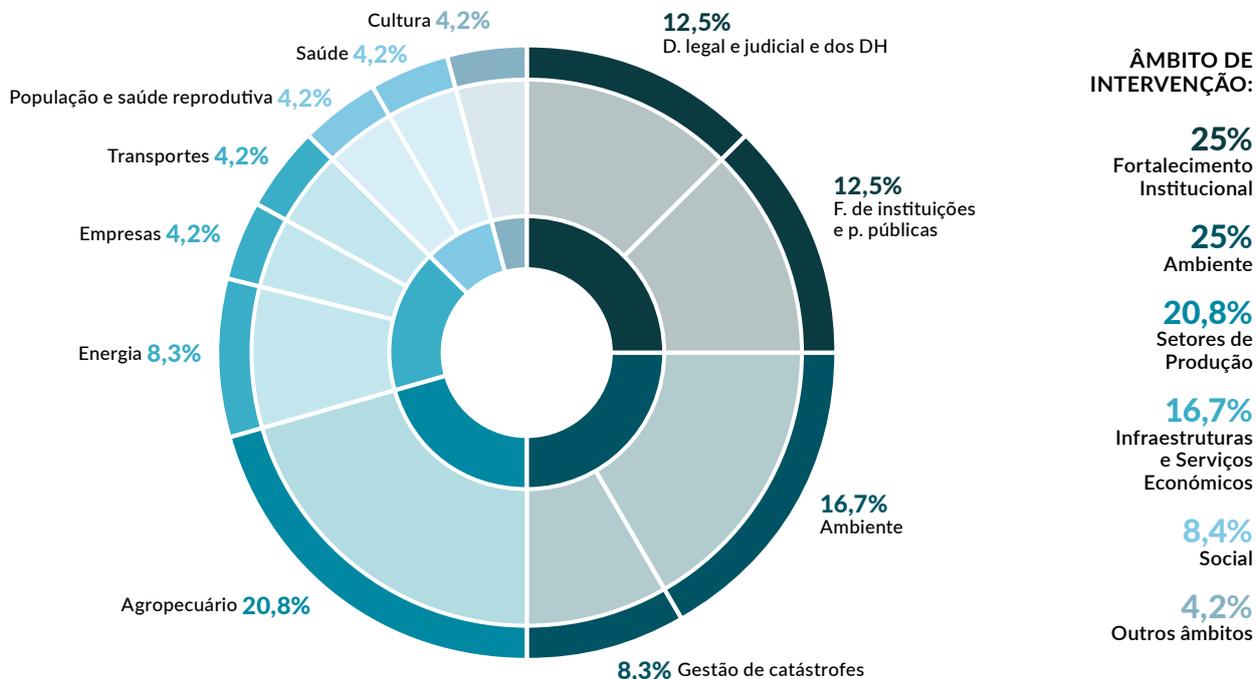
Tal como acontece com o Peru, o perfil da Costa Rica também apresenta uma forte complementaridade. Pelo menos isso é o que sugere o Gráfico III.20, que distribui os projetos nos quais a Costa Rica participou em 2019 nos papéis de recetor e primeiro ofertante, conforme o setor de atividade e o âmbito de intervenção. Assim, o país aproveitou a CT recebida para fortalecer, de forma preferencial, as suas políticas públicas em matéria legal, judicial e de Direitos Humanos (adoção do Sistema de Monitorização de Recomendações –SIMORE PLUS– e fortalecimento da Justiça Reparadora), e de *Gestão de Finanças Públicas*, a par de outras do domínio Social, tais como as de *Saúde* (regulamentação

dos processos de dádiva e transplantação, medicamentos e tecnologias de saúde) e de *Educação* (guias pedagógicos para a primeira infância). Em contrapartida, desempenhou o papel de primeiro ofertante em projetos que lhe permitiram partilhar com os seus parceiros a reconhecida experiência nas áreas do *Ambiente* (conservação de recifes e do património natural) e da *Gestão de catástrofes* (gestão integral do fogo em áreas naturais), bem como em outras com clara orientação económica, combinando a cooperação nos setores *Agropecuário*, *Indústria*, *Energia* e *Transportes e armazenamento*.

GRÁFICO III.21

Distribuição dos projetos de CT em que o México participou como primeiro e/ou segundo ofertante, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

No que se refere aos países com um perfil maioritariamente ofertante, o Gráfico III.21 ilustra o exemplo do México, que alternou os papéis de primeiro e segundo ofertante em 25 projetos de CT. Neste caso, 70% dos intercâmbios permitiram ao país transferir para os seus parceiros capacidades relacionadas com três âmbitos de intervenção: Fortalecimento Institucional (25% dos projetos), Ambiente (outros 25%) e Setores Produtivos (20%, que se justificam exclusivamente pela *Agropecuária*, a atividade mais relevante de 2019). Em concreto, o México partilhou as suas experiências para reforçar a cadeia de valor de produtos tradicionais, tais como o gergelim, figueira-da-índia, cacau e abacate, através de iniciativas que abordaram todo o ciclo de produção, desde a colheita até à comercialização, para além de pontualmente apoiar os processos de Certificação Eletrónica Fitossanitária e de Proteção da Saúde Animal. Quanto ao *Ambiente* e à *Gestão de catástrofes*, este país contribuiu para o diagnóstico da situação dos recicladores de resíduos sólidos urbanos, a promoção do consumo sustentável e a gestão de Big Data aplicada à conservação de ecossistemas; para a além de partilhar a sua experiência na prevenção de riscos e Sistemas de Alerta Precoce (SAT). Finalmente, focou parte das intervenções em apoiar o desenvolvimento das

políticas públicas dos seus parceiros, centrando-se nas relativas aos Direitos Humanos e à melhoria das condições da passagem de população migrante, em especial, dos menores não acompanhados.

A frequente associação do Chile com o México, alternando os papéis de primeiro e segundo ofertante, explica que o perfil setorial de ambos tenha muitos elementos em comum. No caso chileno, o aspeto diferencial é dado pelo peso dos projetos de CT de tipo Social, resultantes das associações com a Alemanha e Espanha como segundos ofertantes. Destacam-se os projetos para o desenvolvimento inclusivo, a implementação de metodologias para a intervenção em povoamentos precários e a melhoria da convivência, bem como aqueles que, numa perspectiva de *Saúde*, procuraram reduzir a subnutrição crónica e fazer avançar a segurança alimentar.

O perfil dos restantes países maioritariamente ofertantes foi mais diversificado, mas, mesmo assim, puderam destacar-se algumas componentes setoriais. De facto, na CT de Espanha tiveram uma participação relevante os projetos ambientais, mas também os relativos ao *Abastecimento e saneamento de água* e à *Gestão das finanças públicas* (compras e práticas fiscais), para além dos de *Género*, especificados no Quadro III.6. Entretanto, os projetos da área do *Ambiente*,

dedicados à conservação da biodiversidade, luta contra a desertificação e mudança climática, e gestão do fogo para conservar o património natural, fazem parte da experiência partilhada pelo Brasil. A CT da Argentina centrou-se na transferência de capacidades nos setores *Agropecuário* e da *Indústria*, em ambos os casos com uma forte componente pecuária, e no dos *Outros serviços e políticas sociais*, com uma ênfase

especial no atendimento aos idosos. Finalmente, a gestão das políticas públicas, sobretudo a nível local, foi um dos pontos fortes da cooperação uruguaia, ao passo que a Colômbia favoreceu a transferência de capacidades mais económicas, relacionadas com o empreendedorismo e as empresas.

QUADRO III.6

A experiência do Peru, Espanha e El Salvador no combate à violência exercida contra as mulheres

A morte violenta de mulheres por razões de género constitui a forma mais extrema de violência contra as mulheres. Embora existam especificidades que dependem dos diferentes contextos socioculturais, o femicídio ou feminicídio¹ é um fenómeno global que tem vindo a alcançar proporções alarmantes em todo o mundo. De acordo com as informações mais recentes do Observatório da Igualdade de Género da América Latina e do Caribe da CEPAL (2020), que inclui informações oficiais de 15 países da América Latina e 4 do Caribe, 4.555 mulheres foram vítimas de feminicídio ou femicídio em 2019. No entanto, a dimensão real pode ser muito maior devido, entre outros motivos, ao sub-registo dos casos que não são adequadamente tipificados.

Neste sentido, prevenir e reduzir a impunidade da violência feminicida exige tanto tipificar corretamente os casos de feminicídio, quanto contar com um sistema de informações que permita uma análise qualitativa e quantitativa do fenómeno, e contribuir com dados fiáveis a partir dos quais conceber, implementar e avaliar as políticas públicas mais adequadas.

Neste contexto, o projeto *Institucionalização de um Sistema de Informações que contribua para a análise qualitativa e quantitativa do fenómeno da Violência feminicida em El Salvador com base na experiência do Peru e de Espanha*, é particularmente relevante. A iniciativa surgiu precisamente da necessidade de criar em El Salvador um Registo Único de Vítimas de Violência Feminicida que ofereça dados padronizados que contribuam para melhorar a tomada de decisões em matéria de políticas públicas para a prevenção, atendimento, proteção e punição da violência contra as mulheres, bem como os serviços das instituições que intervêm em cada um destes âmbitos.

Para abordar este desafio, em 2018 o Instituto Salvadorenho para o Desenvolvimento da Mulher (ISDEMU) promoveu um projeto com o objetivo de fomentar o trabalho de institucionalização de um sistema de informações que contribuísse para a análise qualitativa e quantitativa do fenómeno da violência feminicida e que proporcionasse informações estatísticas ao Sistema Nacional de Dados e Estatísticas de Violência

contra as Mulheres. Assim, o projeto desenvolveu-se com base em duas linhas de trabalho:

- a) A primeira, relaciona-se com a produção de informações que constituam dados oficiais reais e fiáveis que alimentem um registo único de vítimas de feminicídios. Para isso, o projeto promoveu a coordenação e cooperação entre as três instituições que até 2018 alimentavam o registo de casos de homicídios, mas sem um critério homogéneo, o que dificultava a disponibilização de dados fiáveis: a Procuradoria-Geral da República (FGR), o Instituto de Medicina Legal (IML) e a Polícia Nacional Civil (PNC).
- b) A segunda, aborda a análise aplicada das informações resultantes para assim melhorar a configuração de políticas públicas. Com efeito, o projeto pretende conceber um modelo metodológico de análise criminológica que permita o acompanhamento de casos de mortes violentas de mulheres e a conceção de políticas específicas que contribuam para travar este fenómeno.

¹ De acordo com a definição de Diana Russell, que adota o termo nos anos 70, femicídio são todas as formas de assassinato sexista. Posteriormente, e como desenvolvimento deste conceito, Marcela Lagarde adota o termo feminicídio, conferindo ao ato de matar uma mulher pelo simples facto de ser mulher um significado político, ao acrescentar à sua definição a falta de resposta do Estado a estes casos e o incumprimento das suas obrigações de investigar e punir. Para Lagarde, o feminicídio é portanto um crime de Estado. No entanto, em muitos casos ambos os termos são utilizados como sinónimos (Atencio e Laporta, 2012).

III.5

A Cooperação Triangular e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A partir da aprovação da Agenda 2030 no ano de 2015, os países ibero-americanos têm estado extremamente comprometidos com os progressos realizados para a concretização de um desenvolvimento sustentável. Em 2019, a região ratificou esse compromisso, bem como a sua aposta de apoiar através da CSS e Triangular. Juntaram-se assim à declaração da Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul, realizada em Buenos Aires, Argentina, e conhecida por PABA+40, que, no seu artigo 6, reconhece a contribuição que ambas as modalidades de cooperação fazem para “implementar a Agenda 2030 e alcançar o objetivo geral de erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões” (ONU, 2019, p.2).

A manifestação desse compromisso também se reflete no modo como a Cooperação Triangular se tem vindo a alinhar com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para este efeito, elaborou-se o Gráfico III.22, que distribui os 97 projetos de Cooperação Triangular conforme o ODS principal e secundário com o qual potencialmente se alinharam, usando para isso a metodologia construída e acordada no espaço ibero-americano e já abordada no capítulo dois. Neste sentido, cabe assinalar que se identificou um ODS principal para cada um dos 97 projetos, ao passo que o secundário emergiu em pouco mais de metade (49).

Tal como se pode observar, 3 em cada 10 projetos podem potencialmente contribuir para a obtenção do ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) e ODS 2 (Fome zero). Quando a estes se acrescenta a cooperação orientada para a concretização do ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 13 (Ação climática), já se justificam praticamente metade desses 97 projetos. Com contribuições relativamente menores, mas relevantes (de 5 e 7 iniciativas), encontram-se os que apontam para o ODS 3 (Saúde e bem-estar) e ODS 10 (Reduzir as desigualdades), onde prevalece a dimensão social do desenvolvimento; ODS 7 (Energia acessível e não poluente), ODS 8 (Trabalho digno e crescimento económico) e ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas), de tipo mais económico; e ODS 15 (Proteger a vida terrestre), a partir de uma dimensão mais ambiental.

A complementaridade entre todos estes ODS aponta para uma aposta efetiva da região em avançar na direção de um desenvolvimento mais integral.

Por sua vez, o ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) volta a ser o que também mais se destaca quando se coloca o foco no tipo de ODS secundário para o qual os projetos apontam. Trata-se de uma casuística frequente, por exemplo, nos intercâmbios concebidos para fortalecer o sistema de cooperação internacional e as suas instituições participantes, cujo objetivo principal encaixa nas finalidades visadas pelo ODS 17 (Parcerias para a implementação dos objetivos) e, de forma secundária, no melhor desempenho e eficácia das instituições envolvidas (ODS 16).

/// 3 em cada 10 projetos podem potencialmente contribuir para a obtenção do ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) e ODS 2 (Fome zero) ///

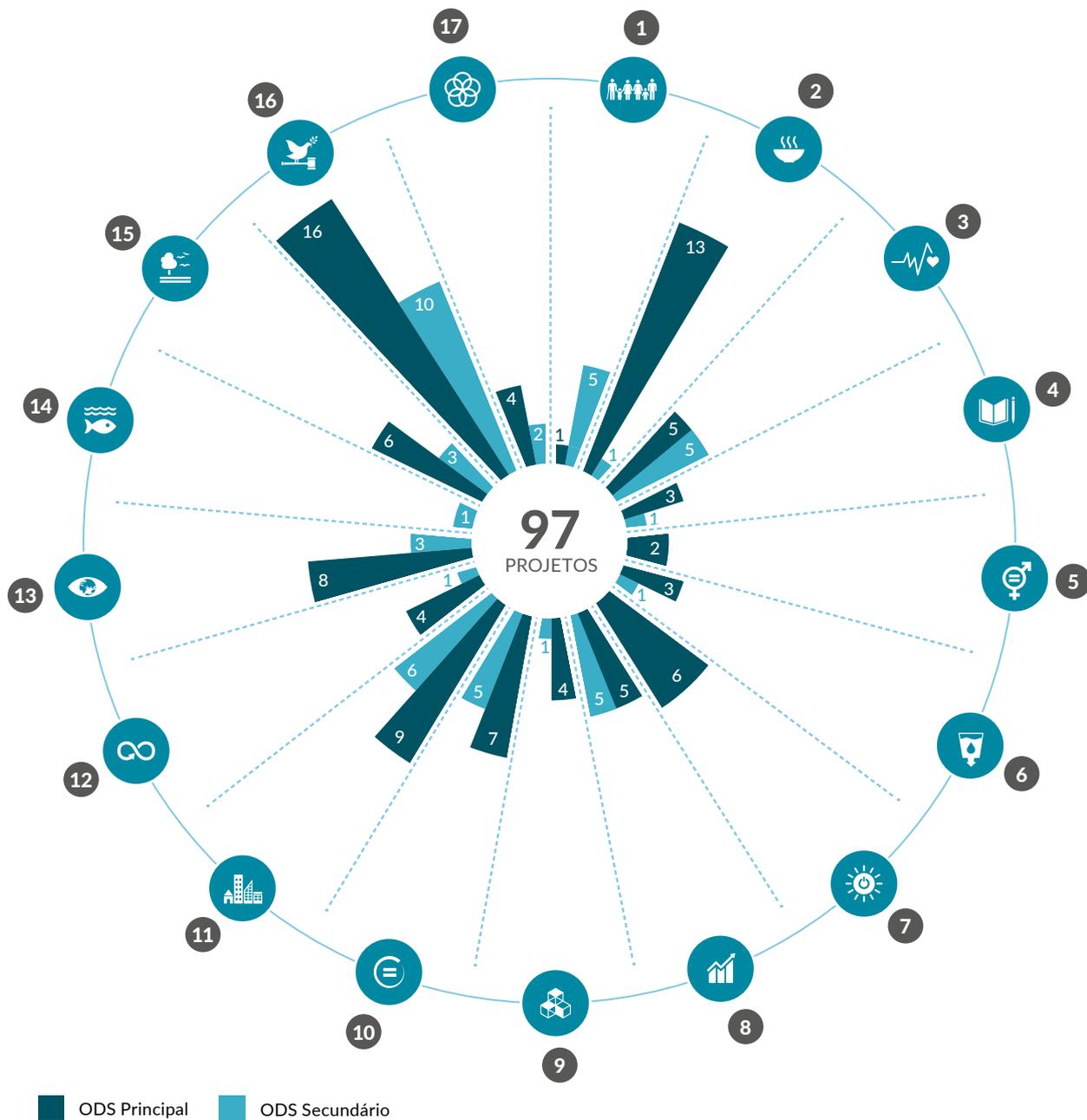
Também se destacam, como secundários, os ODS que de alguma forma têm uma componente transversal, tais como o ODS 8 (Trabalho digno e crescimento económico) e ODS 10 (Reduzir as desigualdades). O primeiro caso, emerge em geral em projetos que visam objetivos económicos e que por sua vez reforçam os processos de produção e criação de emprego; e, o segundo, na cooperação de tipo mais social que simultaneamente favorece, por exemplo, a implementação de políticas a favor da equidade racial.

Produz-se um efeito semelhante quando os que emergem como secundários são o ODS 3 (Saúde e bem-estar) e ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis). No primeiro caso, trata-se de projetos de CT concebidos para garantir a segurança alimentar e o saneamento e tratamento de água (principal transmissor de doenças víricas), principalmente categorizados sob o ODS 2 (Fome zero) e ODS 6 (Água potável e saneamento), mas cuja implementação tem claros efeitos positivos nos determinantes da saúde. No segundo caso, estamos basicamente face a projetos que focam a sua principal contribuição para o ODS 15 (Proteger a vida terrestre) e que contribuem para a conservação do património natural, um objetivo explicitamente contido na Meta 11.4 (“proteger e salvaguardar”) do ODS 11.

GRÁFICO III.22

Distribuição dos projetos de Cooperação Triangular na Ibero-América, conforme o potencial alinhamento com o ODS principal e secundário. 2019

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Merece uma menção especial o ODS 1 (Erradicar a pobreza). Tal como se pode observar no Gráfico III.22, trata-se de um ODS que quase não se destaca como principal, mas que justifica 10% dos 49 projetos aos que se associou um Objetivo secundário. Neste caso, são projetos que se centram principalmente em reduzir as desigualdades (ODS 10), mas que têm impacto na proteção de grupos especialmente

vulneráveis à pobreza, tais como os que se dedicam ao atendimento de pessoas sem-abrigo; bem como os que, visando a agricultura familiar (ODS 2), pretendem favorecer a inclusão financeira dos pequenos produtores, apoiando o acesso aos recursos e evitando o seu empobrecimento.



CAPÍTULO IV

A Ibero-América e a **Cooperação Sul-Sul** intra- e inter-regional

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL E TRIANGULAR NA
IBERO-AMÉRICA 2020

sulsul

CAPÍTULO IV

A Ibero-América e a Cooperação Sul-Sul intra- e inter-regional

Este novo capítulo foi redigido para dar a conhecer a CSS da Ibero-América sob um ponto de vista renovado, que coloca o foco num interveniente-chave do desenvolvimento: a região. Para isso, adotaram-se duas perspetivas: a primeira, dá continuidade ao trabalho já realizado e continua a referir-se à CSS *intrarregional*, mas centrando-se nas ações que a Ibero-América exerce como conjunto, através da modalidade Regional; e a segunda, dá um salto para o *inter-regional*, para se dedicar ao intercâmbio de experiências entre a Ibero-América e outras regiões em desenvolvimento e incidir na necessária resposta coletiva a problemas e desafios globais, que ultrapassam as fronteiras.

IV.1 Introdução

Em março de 2019, a comemoração do 40º aniversário do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), um dos marcos basilares da Cooperação Sul-Sul, permitiu à comunidade internacional renovar o seu compromisso para com esta modalidade de cooperação. Nesse sentido, no ponto número 16 do documento final da sua Conferência comemorativa, os países constataram alguns progressos realizados pela CSS nas últimas décadas, numa perspetiva que coloca o ponto de referência numa unidade de ação: a que a região permite. Com efeito, os países observaram como a Cooperação Sul-Sul “alargou o seu alcance” e “facilitou a integração regional, sub-regional e inter-regional”, proporcionando “abordagens inovadoras para a adoção de medidas coletivas” que contribuem para o “desenvolvimento sustentável” (ONU, 2019, p.3).

De facto, o ponto número 7 desse mesmo documento, reconhece que esta modalidade de cooperação “pode ter lugar em contextos bilaterais, regionais ou inter-regionais” que, em qualquer dessas fórmulas, permite que os países “alcancem os seus objetivos de desenvolvimento através de esforços concertados, tendo em conta os princípios desta cooperação” (ONU, 2019, p.2).

Neste contexto, o protagonismo que a região, como agente para o desenvolvimento, adquire na Cooperação Sul-Sul, convida a reexaminar o que ocorreu na Ibero-América em 2019 a partir de uma nova perspetiva. Na verdade, a região, entendida como unidade, emerge em torno de um grupo de países (ou de partes destes) que, ao partilhar uma circunstância ou uma característica (étnica, histórica,

linguística, climática, cultural ou topográfica, para referir apenas alguns dos possíveis exemplos), passam a formar uma “porção de território” à volta do qual todas as suas partes se identificam.¹

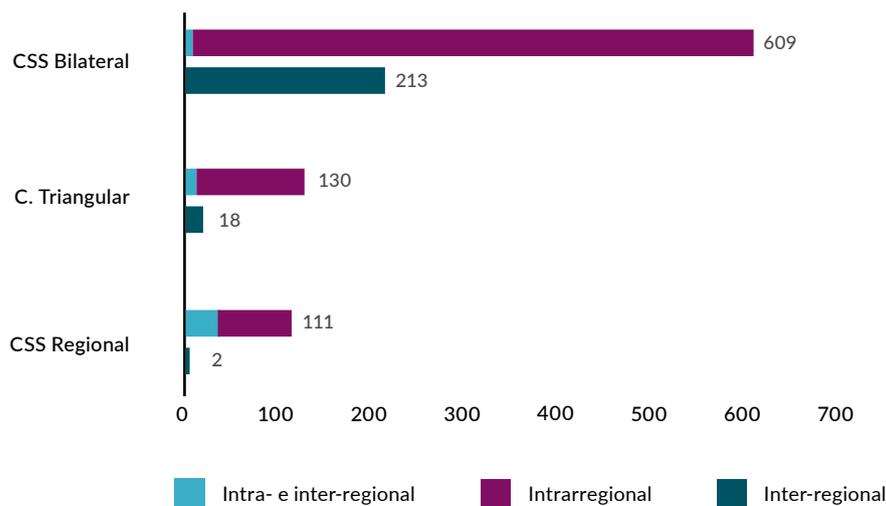
A fim de compreender melhor a forma como esta abordagem se concretiza, para elaborar o presente capítulo realizou-se o Gráfico IV.1. O referido gráfico distribui as cerca de 1.100 iniciativas de CSS em que a Ibero-América participou ao longo de 2019 a partir de um critério duplo: a modalidade na qual se executaram (Bilateral, Triangular, Regional) e o tipo de alcance, intrarregional (dentro da Ibero-América) ou inter-regional (em conjunto com países em desenvolvimento de outras regiões).²

Conforme essa distribuição, a primeira parte deste capítulo centra-se na CSS intrarregional em que a ação de execução recai na Ibero-América. Favorece esta abordagem o facto de que se trate de 111 iniciativas de CSS Regional, uma modalidade definida no espaço ibero-americano que tende a ser acompanhada e apoiada institucionalmente por algum organismo regional. Convém recordar que o resto da CSS intrarregional em que a Ibero-América participou em 2019, executada através das modalidades Bilateral e Triangular, já foi analisada nos dois capítulos anteriores.

GRÁFICO IV.1

A CSS intra- e inter-regional da Ibero-América, conforme a modalidade. 2019

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Num segundo bloco, este capítulo dá o salto para a CSS inter-regional, preferencialmente instrumentalizada a partir das modalidades Bilateral e Triangular. A sua análise permite conhecer em

maior profundidade como a Ibero-América e os países em desenvolvimento de outras regiões puderam partilhar a sua experiência e unir-se no sentido de um desenvolvimento mais sustentável.

¹ Esta conceptualização toma como referência a usada pela Real Academia da Língua Espanhola (RAE): <https://dle.rae.es/regi%C3%B3n>

² Na realidade, há uma terceira casuística que combina as anteriores, pois uma parte da cooperação é por sua vez intra- e inter-regional.

IV.2

Um pouco mais acerca da CSS Intrarregional na Ibero-América

A Cooperação Sul-Sul dentro da Ibero-América encontrou uma das suas expressões no impulso das 111 iniciativas que em 2019 foram executadas na modalidade Regional. A presente secção centra-se nestas iniciativas e aborda três aspetos: analisa o modo como a CSS Regional se foi consolidando ao longo destes anos; identifica e caracteriza os seus vários protagonistas (país, organismo, região); e interpreta como a ação unitária de todos estes agentes contribuiu para o fortalecimento de capacidades e para fazer avançar a Agenda 2030.

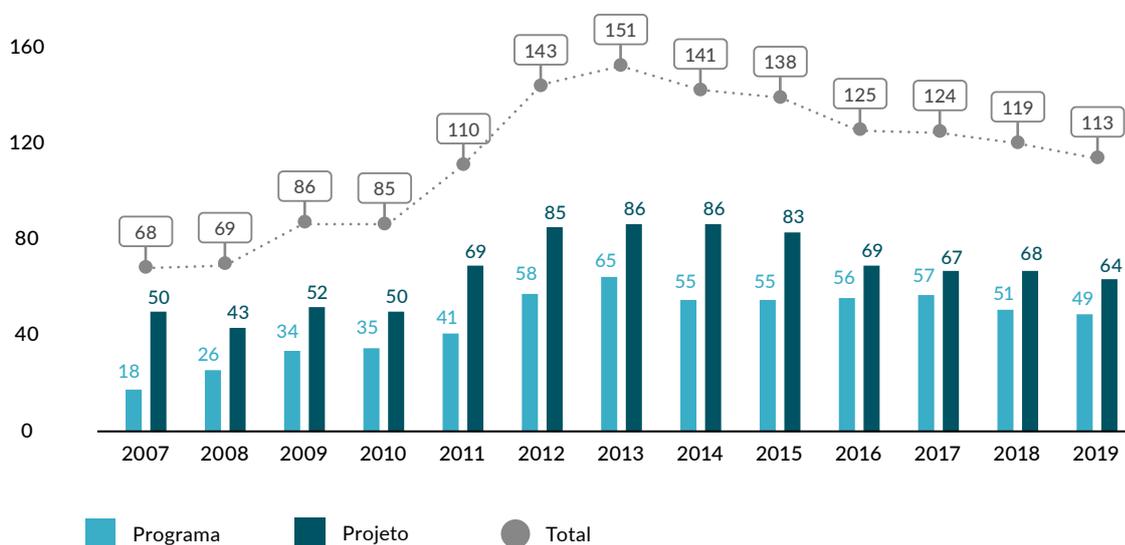
IV.2.1 O papel de uma modalidade: a CSS Regional

O Gráfico IV.2 mostra a evolução das iniciativas de CSS Regional nas quais a Ibero-América participou entre os anos 2007 e 2019, sem ainda distinguir as que tiveram lugar no âmbito intrarregional (111 em 2019) ou inter-regional (apenas 2). Assim, e conforme se pode observar, nesse período identificam-se duas etapas com diferentes dinâmicas de comportamento: a primeira, entre 2007 e 2013, caracteriza-se por uma taxa de crescimento médio consideravelmente elevada, de 15%, que eleva o número total de iniciativas das 68 iniciais para um máximo histórico de 151; a segunda, até 2019, é marcada por uma lenta mas progressiva diminuição, em que a taxa média anual de crescimento de -4,7% leva o valor final das iniciativas até às 113.

GRÁFICO IV.2

Evolução dos projetos, programas e iniciativas de CSS Regional da Ibero-América com todos os parceiros. 2007-2019

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Além disso, durante a primeira etapa registou-se um processo de crescente substituição dos projetos pelos programas: assim, ao passo que em 2007 a relação entre programas e projetos era praticamente de 25%-75%, em 2013 as proporções aproximaram-se dos

43%-57%. Na segunda etapa, esta relação manteve-se estável e a queda das iniciativas não modificou a composição por instrumentos que, em 2019, continuou a ser ligeiramente favorável aos projetos.

A manutenção de um volume de iniciativas de CSS Regional acima da centena e a crescente importância dos programas, sugerem uma aposta da Ibero-América nesta modalidade, uma percepção que se reafirma quando se evidencia que se está perante

// A Cooperação Sul-Sul dentro da Ibero-América encontrou uma das suas expressões no impulso das 111 iniciativas que em 2019 foram executadas na modalidade Regional //

uma cooperação de longa data, cuja execução costuma alargar-se no tempo. De facto, mais de 40% dos projetos e de 90% dos programas que estiveram em execução em 2019 tiveram início em alguma altura anterior a 2018, podendo a data de início retrair-se, respetivamente, até 2014 e inclusivamente 2001. Um bom exemplo disso é o próprio Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), aprovado em 2008, mas cuja atividade se iniciou em 2010. O Quadro IV.1 analisa o que ocorreu durante esses dez anos a partir do lema comemorativo “partilhar capacidades, construir conhecimentos”, que reflete a importância da contribuição do Programa para os seus países membros.

QUADRO IV.1

“Partilhar capacidades, construir conhecimentos”: comemorando o 10º aniversário do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS)

A elaboração da primeira edição do *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América* em 2007 mostrou, entre outras coisas, a necessidade de construir um quadro conceptual e metodológico comum para a Cooperação Sul-Sul da região, para além de reforçar as capacidades dos países para a sistematização das informações (SEGIB, 2018).

Neste contexto, durante a XVIII Cimeira Ibero-Americana de São Salvador de 2018, as Agências e Direções Gerais de Cooperação promoveram a criação do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), com o objetivo de:

- (a) fortalecer as instâncias nacionais que coordenam a cooperação;
- (b) promover a adoção de posições regionais comuns em diversos fóruns de diálogo;
- (c) contribuir para o desenvolvimento de sistemas de informação, monitorização e avaliação;

e (d) identificar, sistematizar e reproduzir boas práticas, aprendizagens adquiridas e casos de sucesso. (SEGIB, 2008)

O Programa iniciou as suas atividades em 2010, com a instalação na Colômbia da primeira unidade técnica. Constituído inicialmente por 14 países, o PIFCSS foi reunindo apoios na região até estar atualmente integrado por 21 países ibero-americanos. A sua sede também se foi alternando, passando pelo Uruguai, El Salvador e Argentina, país este onde a partir de 2018 se encontra a unidade técnica e que exerce a presidência do seu Conselho Intergovernamental.

Dez anos após o seu lançamento, o PIFCSS comemora este décimo aniversário sob um lema que o define extremamente bem: “partilhar capacidades, construir conhecimentos”. E pode afirmar-se com toda a certeza que os objetivos inicialmente definidos foram

cumpridos. Durante este tempo, o PIFCSS contribuiu para fortalecer a CSS ibero-americana a partir do trabalho desenvolvido a nível político e técnico.¹ Por sua vez, conseguiu ligar de forma virtuosa esses dois níveis, já que “as decisões tomadas pelos responsáveis de cooperação encontram o seu correlato no âmbito técnico para se concretizarem em ações eficazes” e “os problemas de natureza técnica que são identificados pelos gestores da cooperação podem ser canalizados até encontrarem a vontade política para produzir as soluções necessárias” (PIFCSS, 2020).

O Programa conseguiu construir visões partilhadas sobre a CSS e a CT, elaborar agendas comuns de trabalho e posicionar a região neste tema a nível internacional (um exemplo deste consenso político alcançado em alguns temas reflete-se nos capítulos 1 dos sucessivos relatórios da CSS na

¹ Ver página web do PIFCSS: <https://cooperacionsursur.org/>



Ibero-América e que são elaborados pelos próprios Responsáveis da Cooperação Ibero-Americana).

Ao mesmo tempo, reforçou as capacidades dos organismos de coordenação da cooperação nos países e dotou-os de ferramentas para melhorarem a cooperação que realizam. A modo de exemplo, é de salientar o Mecanismo Estruturado para o Intercâmbio de Experiências de CSS (MECSS),² que facilitou o fortalecimento mútuo de capacidades entre as Agências e Direções Gerais de Cooperação dos países. Por sua vez, em termos de formação, nestes 10 anos capacitaram-se mais de 1.000 funcionários (PIFCSS, 2020) e realizaram-se quatro edições do “Curso de Cooperação Internacional com ênfase na CSS”. É também importante mencionar que se elaboraram metodologias e instrumentos para melhorar a gestão da CSS e da CT, entre os quais se destacam o *Guia de orientação para a gestão da cooperação triangular na Ibero-América* e o Sistema Integrado de Dados da Ibero-América sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular (SIDICSS), produtos estes que envolveram muitíssimas horas de trabalho coletivo. Também em matéria de gestão do conhecimento,

o PIFCSS apoiou a elaboração e divulgação das diferentes edições do *Relatório da CSS na Ibero-América* e publicou 17 documentos de trabalho sobre essa questão.

Para além destes resultados, talvez a maior contribuição do Programa tenha sido a de aprofundar os laços de amizade e confiança entre os países da região e, particularmente, a de ter criado redes de trabalho entre funcionários que desenvolveram as suas funções em temas afins e reforçado a rede de responsáveis de cooperação (PIFCSS, 2020).

O atual contexto é muito diferente daquele em que se criou o PIFCSS e, no entanto, o seu objetivo principal, que é o de fortalecer a CSS na Ibero-América, continua plenamente em vigor. Ao contrário do que acontecia em 2010, “atualmente todos os países ibero-americanos institucionalizaram a gestão desta modalidade de cooperação e a grande maioria transitou para um papel dual em matéria de cooperação, posicionando-se simultaneamente como recetores e ofertantes” (PIFCSS, 2020). Por sua vez, embora já se tenha vindo a analisar no Relatório desde o seu início, durante estes anos irrompeu com mais força

a cooperação triangular, uma modalidade estreitamente ligada à a CSS. Por outro lado, a aprovação em 2015 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável posicionou a CSS como um dos meios fundamentais para alcançar os objetivos globais. Atualmente, estes dois aspetos marcam a missão do PIFCSS: fortalecer a CSS e a CT na Ibero-América, promovendo os seus valores e princípios, em sintonia com a obtenção dos ODS.

Para terminar, é importante referir que o Programa constitui um exercício de CSS em si mesmo, no qual ocorre um intercâmbio horizontal de experiências e capacidades entre países com diferentes desafios de desenvolvimento e diferentes trajetórias no âmbito da cooperação. Num mundo em que alguns agentes questionam o valor do multilateralismo, o PIFCSS demonstrou que era um espaço privilegiado “para trocar pontos de vista e articular respostas coletivas que ultrapassam os esforços nacionais” (PIFCSS, 2020) e assim melhorar o impacto da cooperação que se realiza para alcançar um desenvolvimento sustentável e igualitário para todas as pessoas.

² Ver, por exemplo, o Quadro IV. 2 do Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2019 “O PIFCSS e o desenvolvimento de ferramentas inovadoras para o fortalecimento institucional da cooperação sul-sul: o caso do mecanismo estruturado para a troca de experiências” (SEGIB, 2020, pp. 148-149).

Fonte: SEGIB a partir da SEGIB (2008), SEGIB (2018), SEGIB (2020), PIFCSS (2020) e página web do PIFCSS: <https://cooperacionsursur.org/>

Finalmente, tal como já se referiu, as 113 iniciativas de CSS Regional em que os países ibero-americanos participaram em 2019 podem por sua vez desagregar-se de acordo com a forma como nelas participaram tanto a Ibero-América quanto as outras regiões em desenvolvimento. Com efeito, e tal

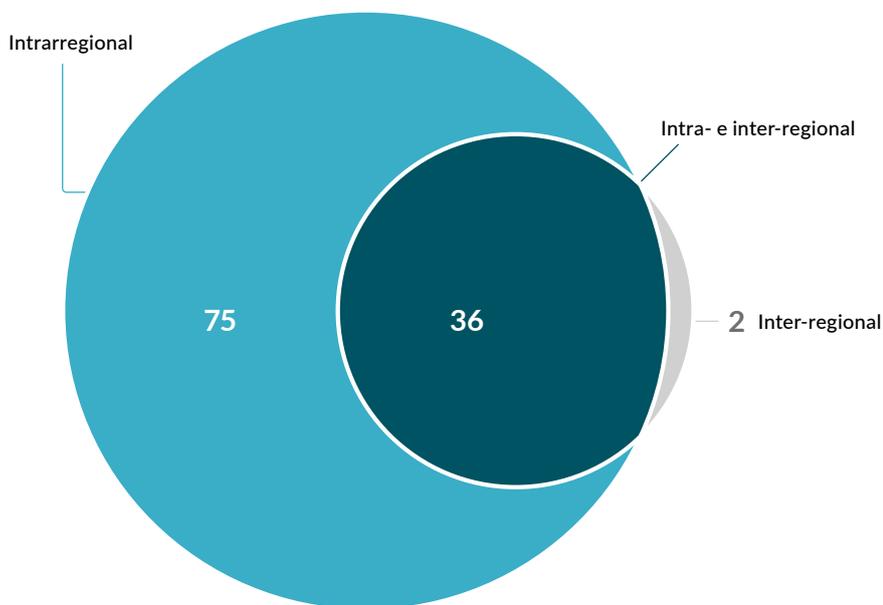
como se pode observar no Gráfico IV.3, distinguem-se as seguintes casuísticas: iniciativas com alcance intrarregional, apenas participadas por países ibero-americanos (75); iniciativas classificadas como inter-regionais, em que participam a Ibero-América e outras regiões e a partir de diferentes papéis (2); e iniciativas que podem incluir elementos quer intra- quer inter-regionais (36).³

³ A nuance é dada pela forma como as regiões participam nos possíveis papéis (ofertante, recetor, ambos) da CSS Regional. Na verdade, nas inter-regionais, cada região ocupa um papel, ficando claramente diferenciadas; nas iniciativas que são simultaneamente inter- e intrarregionais, as várias regiões participam nas iniciativas e além disso tendem a coincidir no exercício do pelo menos algum dos possíveis papéis.

GRÁFICO IV.3

Distribuição das iniciativas de CSS Regional (intra- e inter-regionais) intercambiadas na Ibero-América e em conjunto com países em desenvolvimento de outras regiões. 2019

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

IV.2.2. Países, organismos e regiões

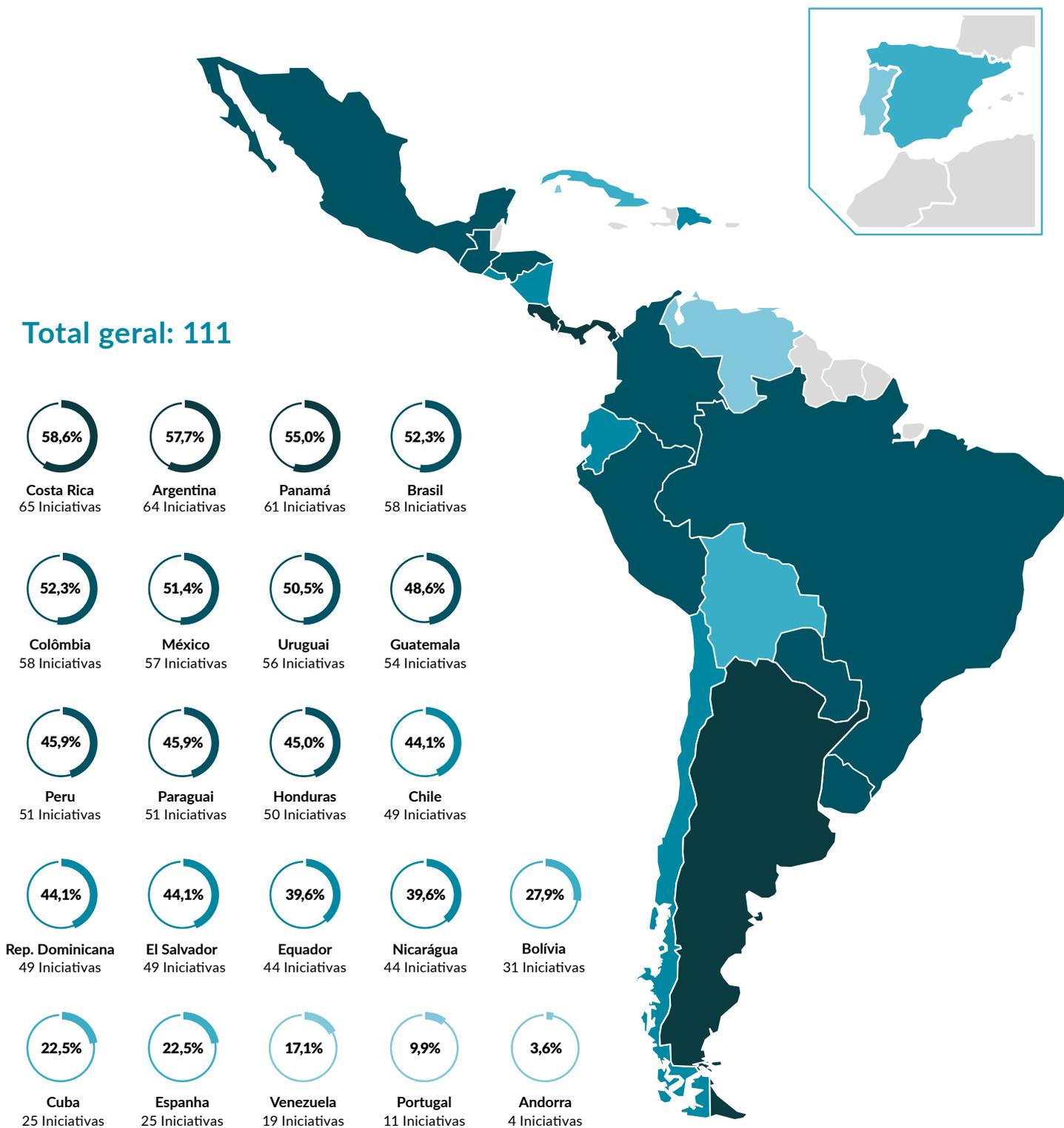
Um dos valores acrescentados da CSS Regional reside na possibilidade de reunir um maior número de países para encontrar soluções inovadoras para problemas comuns. Mas este valor multiplica-se devido a que esses esforços podem ser acompanhados por um organismo multilateral, em muitas ocasiões, setorialmente especializado. A sua participação reforça a cooperação já que a dota de um quadro institucional e de regras de funcionamento, mas também, ao proporcionar o seu conhecimento e experiência num determinado âmbito de intervenção. Neste sentido, o Plano de Ação da Cimeira da CELAC, realizada em Havana em 2014, já apelava para uma CSS que “mediante a articulação das instâncias de cooperação existentes, a nível regional e sub-regional” contribuísse para “a redução das assimetrias regionais e das lacunas do desenvolvimento nacional e para a promoção do desenvolvimento sustentável” (FAO, 2014, p.1).

O interesse em saber mais acerca da Cooperação Sul-Sul que teve lugar na Ibero-América em 2019 a partir desta perspetiva regional, aprofundando o papel da própria região como unidade de ação, levou à elaboração dos Gráficos IV.4, IV.5 e IV.6. Os dois primeiros ilustram, respetivamente, sobre a intensidade de participação dos países ibero-americanos e dos organismos multilaterais nas 111 iniciativas de CSS Regional registadas em 2019. O terceiro, complementa os anteriores mostrando que alianças tenderam a repetir-se com maior frequência, para assim identificar que sub-regiões foram mais ativas na hora de cooperar.

GRÁFICO IV.4

Participação dos países ibero-americanos em iniciativas de CSS Regional. 2019

Em unidades



Legenda. Intervalos de intensidade, conforme o número de iniciativas de CSS Regional em que cada país participou em 2019

- 60 ou mais
- Entre 50 e 59
- Entre 40 e 49
- Entre 20 e 39
- Menos de 20
- Não se registam iniciativas

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Com efeito, e tal como se pode observar no Gráfico IV.4, elaborado a partir de um mapa que associa a cada país uma cor conforme o seu grau de participação nas iniciativas de CSS Regional de 2019, houve sete países especialmente ativos na CSS Regional de 2019: tratou-se, por um lado, da Costa Rica, Panamá e México, no centro do continente e, por outro lado, da Colômbia, Argentina, Brasil e Uruguai, na parte Sul. Todos eles participaram em pelo menos metade dos 111 programas e projetos mantidos em execução ao longo de 2019. De facto, o intervalo de valores oscilou entre as 56 iniciativas do Uruguai e o máximo de 65 registado pela Costa Rica.

Entretanto, outros sete países também foram consideravelmente ativos, participando em cada um dos casos em cerca de cinquenta programas e projetos de CSS Regional. Destacam-se aqui de novo os países centro-americanos e caribenhos (Guatemala, Honduras, El Salvador e República Dominicana) e da América do Sul (Peru, Chile e Paraguai). Seguiram-se de muito perto a Nicarágua e o Equador, presentes em cerca de 45 iniciativas. Os outros seis países (Bolívia, Cuba e Venezuela a par dos três da Península Ibérica, Espanha, Portugal e Andorra) mantiveram uma presença relativa menor, que mesmo assim oscilou entre os 4 programas e projetos de Andorra e os mais de 30 da Bolívia. De qualquer modo, tal como se pode observar, todos os países ibero-americanos, sem exceção, participaram nesta cooperação.

/// Houve sete países especialmente ativos na CSS Regional de 2019: a Costa Rica, Panamá e México, no centro do continente, e a Colômbia, Argentina, Brasil e Uruguai, na parte Sul ///

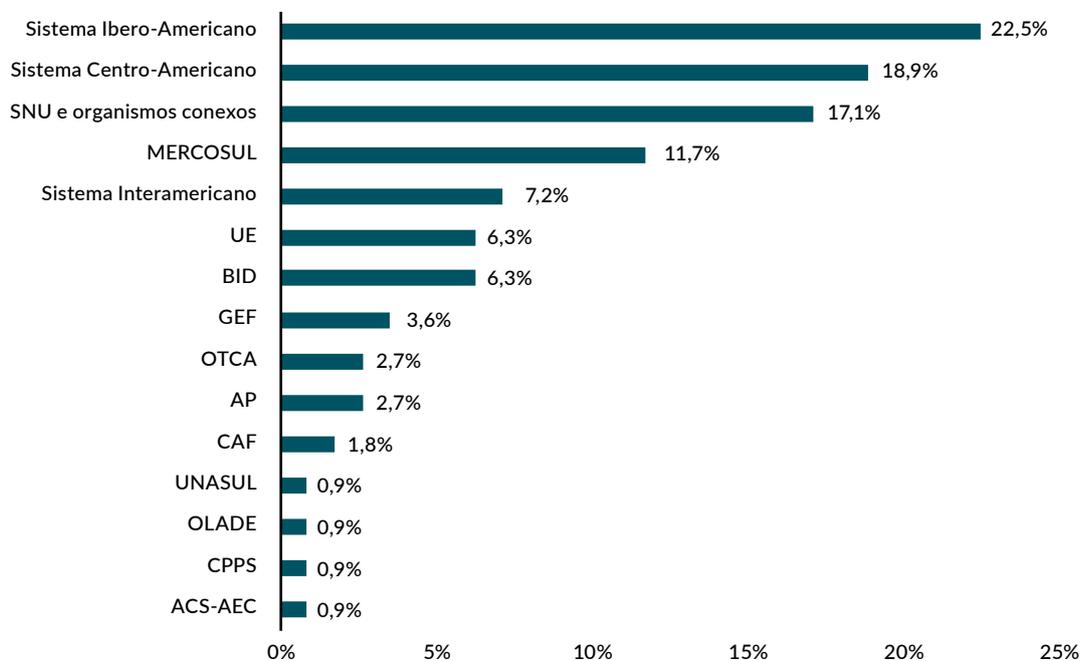
Por sua vez, o Gráfico IV.5 mostra o grau de participação dos mais de 40 organismos multilaterais que acompanharam a CSS Regional de 2019, apresentados de forma individual (MERCOSUL, UE e BID, por exemplo) ou agrupados no Sistema ao qual pertencem (Ibero-Americano, Centro-Americano, Interamericano e das Nações Unidas). Tal como já se referiu, este dado é muito importante para a CSS, não só pela institucionalidade que proporciona, mas também pela forma como “os diferentes esquemas de integração regional (...) e sub-regional” contribuem para somar e “reunir esforços capazes de enfrentar os problemas do desenvolvimento” (FAO, 2014, p.2).

Assim, e tal como se pode ver no Gráfico IV.5, os organismos do Sistema Ibero-Americano participaram num total de 25 iniciativas de CSS Regional, equivalentes a 22,5% das totais. Em todas essas ocasiões, a instituição participante foi a própria SEGIB, que além disso em duas delas foi acompanhada pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e pela Organização Ibero-Americana de Segurança Social (OISS), respetivamente especializadas em educação e segurança social. Seguiram-se de perto os organismos do Sistema Centro-Americano, presentes em praticamente uma em cada cinco das iniciativas mantidas em execução ao longo de 2019. Em geral, esta cooperação justifica-se pelo grande envolvimento do SICA, a segunda instituição com maior participação na CSS Regional de 2019 (20 iniciativas) e a mais ativa (até 82 programas e projetos) caso a série temporal se alargue aos anos 2006-2019.

GRÁFICO IV.5

Participação dos organismos multilaterais nas iniciativas de CSS Regional. 2019

Em percentagem



Nota metodológica: Para cada um dos organismos (tanto de forma individual como quando se agrupam com os do sistema ao qual pertencem) contabiliza-se o número de iniciativas em que cada um deles participa e o seu peso sobre o total. Neste sentido, e dado que numa mesma iniciativa podem participar simultaneamente vários organismos, na série do gráfico há iniciativas contabilizadas várias vezes. Isto significa que as percentagens associadas a cada organismo e/ou grupo não se podem agregar e, em nenhum caso, o total pode alcançar 100%.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Em terceiro lugar, é de salientar o papel desempenhado pelos organismos que fazem parte (ou se consideram conexos) do Sistema das Nações Unidas,⁴ presentes em 17,1% das iniciativas. Na realidade, trata-se de cerca de outros vinte programas e projetos distribuídos entre um máximo de sete organismos diferentes, entre os quais são de destacar a CEPAL (5), FAO (4), OIT (3) e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (3) e as intervenções mais pontuais da UNESCO (2), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

(FIDA) (1) e Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) (1).

Entretanto, o MERCOSUL emergiu como um agente regional muito poderoso, tal como sugere o facto de em 2019 ter acompanhado os seus países membros num total de 13 iniciativas de CSS Regional. Uma participação pouco menor registaram as instituições que integram o Sistema Interamericano, o qual participou através do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) (3 iniciativas), a OEA (3) e a OPS (2).⁵

⁴ Um organismo conexo é, por exemplo, o Organismo Internacional de Energia Atómica (OIEA). Para conhecer a estrutura completa de quem é quem no sistema da ONU, ver https://www.un.org/en/pdfs/un_system_chart.pdf

⁵ Segundo consta na sua própria página web, “a Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) utiliza dois “chapéus” institucionais: é a agência especializada em saúde do Sistema Interamericano e funciona como escritório regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde (OMS)” (<https://www.paho.org/es/quienes-somos>). Neste sentido, e para efeitos da análise que se está a realizar, tomou-se a decisão de incluir a OPS dentro do Sistema Interamericano, independentemente do seu papel como escritório regional da OMS.

QUADRO IV.2

O BID, os bens públicos globais e o desenvolvimento dos sistemas de informação

Contar com sistemas de informação sólidos, fiáveis e integrados é um elemento fundamental para fortalecer as políticas públicas. A política de cooperação não é alheia a esta máxima. Dispor de dados adequados, não só é fundamental para a tomada de decisões, mas também para prestar contas à cidadania sobre a gestão pública.

Os países da Ibero-América têm diferentes capacidades para sistematizar a informação da cooperação internacional em que participam. Alguns têm sistemas de longa data, outros, sistemas mais recentes, e uns poucos ainda não possuem este tipo de ferramentas. Por sua vez, alguns sistemas nacionais, constituídos há anos, defrontam-se com novos desafios, tais como integrar num único espaço a cooperação que o país recebe e oferece e as diferentes modalidades de cooperação em que participa (entre outras, tradicional, Sul-Sul, Triangular), ou registar todas as iniciativas realizadas pelas instituições setoriais e locais e não só as geridas pela principal entidade de cooperação.

Para elaborar este “Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América” é imprescindível contar com informações de qualidade. Por isso, há mais de uma década que a SEGIB, com o apoio do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), tem vindo a trabalhar no reforço das capacidades de registo dos países. O PIFCSS tornou-se um espaço de frutuoso intercâmbio técnico de boas práticas sobre esta matéria, centrado logicamente na Cooperação Sul-Sul, mas cujas aprendizagens também se podem aplicar às restantes modalidades de cooperação em que os países da Ibero-América estão envolvidos.

Tal foi o crescimento desta área na região nos últimos anos que em 2015 se colocou em funcionamento a primeira plataforma integral de dados online sobre Cooperação Sul-Sul, o nosso “Sistema Integrado de Dados da Ibero-América sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular” (SIDICSS), que é periodicamente alimentada pelos países e proporciona os dados com que se elabora o presente Relatório.

Neste contexto de fortalecimento de capacidades, surgiu o projeto “Sistema de Informação para a Cooperação Internacional (SICI)”, apresentado pelo Chile, Costa Rica e Panamá ao concurso “Bens Públicos Regionais” do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Com ele, os países procuram obter dados atualizados, em devido tempo e de qualidade, sobre a cooperação internacional na que participam. Mas isso exige unificar e encontrar critérios mínimos comuns para a informação a registar.

Desta forma, trata-se de melhorar o diálogo e a articulação entre os agentes para a tomada de decisões.¹ Por sua vez, o software contribuirá para o conhecimento e a transparência na gestão dos recursos da cooperação internacional. Está previsto que no futuro a iniciativa se possa alargar a outros países da região.

As instituições participantes são o Ministério das Relações Exteriores do Panamá, o Ministério da Planificação Nacional e Política Económica da Costa Rica e a Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AGCID), que funciona como entidade executora e administradora dos recursos do projeto.

Antes da configuração do Sistema, o projeto realizou um estudo para identificar boas práticas de registos nacionais de informação sobre cooperação internacional que, para além do SIDICSS, incluiu os três países participantes e outros seis de dentro e fora da região (Colômbia, El Salvador, México, Uruguai, Espanha e França). O levantamento englobou aspetos tais como o apoio regulamentar para a atualização das informações, o modelo de dados e as estratégias tecnológicas. Em meados de 2020, os resultados foram partilhados com agentes nacionais e regionais. Daí se depreendem uma série de recomendações, que serviram de base para a configuração do Sistema de Informação da Cooperação Internacional (Guadatel e Track, Workshop “*Estudo de registos nacionais*”, comunicação do evento, 19 de junho de 2020).

O projeto foi assinado em maio de 2017 e ainda se encontra em execução. Conta com uma contribuição do BID de 500.000 dólares a cargo da *Facilidade para a Promoção de Bens Públicos Regionais*, aos que se acrescentam contribuições locais até alcançar 786.000 dólares de orçamento (BID, 2017, p.3).

A Facilidade destina-se a apoiar os processos de criação de bens públicos regionais que tenham elevado impacto potencial para o desenvolvimento e efeitos significativos num grande número de países (BID, 2017). Surge do entendimento de que os países da América Latina e do Caribe partilham desafios e oportunidades, e que em numerosas ocasiões podem ser abordados de forma mais eficiente e eficaz através de uma ação conjunta e da cooperação regional (BID, s.f.).

¹ Para mais informações, ver a ficha do projeto disponível na página web da AGCID: https://www.agci.cl/images/Insumos_IMG/cooperacion/proyectos/desnac/BID/BID%20%20SICI.docx

Por sua vez, o BID (instituição que, embora tenha surgido no espaço interamericano, não faz parte integrante dele) e a UE, acompanharam os países em respetivamente 6,3% das iniciativas de CSS Regional de 2019. Outros 8 organismos participaram de forma pontual, oscilando a sua presença entre uma (Associação dos Estados do Caribe (AEC), Comissão Permanente do Pacífico Sul (CPPS), Organização Latino-Americana de Energia (OLADE) e União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e até 4 iniciativas (caso do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (FMAM)). Neste sentido, e para ilustrar o trabalho apoiado por estes organismos, elaborou-se o Quadro IV.2, relativo a um projeto no qual o BID acompanhou o Chile, a Costa Rica e o Panamá na construção de um bem público global, tal como o seu sistema de informações de cooperação para o desenvolvimento.

Finalmente, quando se leva em conta que países e organismos multilaterais participaram nesta cooperação e com que intensidade, entende-se melhor quais foram as associações que com mais frequência se repetiram e, em suma, que sub-regiões participaram mais ativamente, como unidade, na CSS Regional de 2019. Este tipo de informações são precisamente as que se depreendem do Gráfico IV.6. Trata-se de um mapa de calor que distribui os 22 países ibero-americanos na vertical e na horizontal da matriz resultante. A ordem (a mesma nos dois casos) situa os países conforme o seu padrão de relacionamento com os restantes possíveis parceiros. Para além disso, a cor associada a cada célula aumenta de intensidade conforme o número de iniciativas em que cada par de parceiros coincide, tal como se especifica na legenda.

Assim, e tal como se pode observar no Gráfico IV.6, dois grupos de países tenderam a associar-se de forma preferencial para promover iniciativas de CSS Regional. Trata-se, por um lado, dos países centro-americanos e da República Dominicana, México e Colômbia (os dois últimos com um grau de coincidência ligeiramente inferior aos do resto do grupo); e por outro lado, dos países situados mais ao Sul do continente (Argentina, Brasil, Paraguai, Chile, Uruguai, Equador e Peru), com a única exceção da Bolívia. De facto, entre estes últimos a aliança mais frequente estabeleceu-se entre aqueles que por sua vez integram o Cone Sul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai).

Também se identificam cruzamentos extremamente intensos entre esses dois blocos de países e, em especial, entre a Nicarágua, Honduras e El Salvador e os países do Cone Sul, por um lado; e entre a Colômbia e México e o bloco integrado pelo Equador, Peru, Chile e Argentina, por outro. Entretanto, os três países da Península Ibérica e a Bolívia, Cuba e Venezuela registaram um grau de associação menor, coerente com o facto de serem os que também tiveram uma participação relativamente inferior no conjunto das iniciativas de CSS Regional de 2019.

Os resultados apresentados no Gráfico IV.6 são consequentes com o que vimos anteriormente. Neste sentido, é fácil visualizar a intensa atividade de algumas das sub-regiões que integram a Ibero-América, em especial das que se constituíram em torno do centro e sul do continente americano, também com forte presença dos organismos multilaterais de que estes países são membros (caso do SICA e MERCOSUL). No entanto, visualmente fica esbatido o papel das regiões mais vastas, tais como a Ibero- e a Interamericana, cujas atividades tendem a afetar de forma mais homogénea todos os países que as integram.

Tal como já se mencionou no início deste capítulo, em 36 destas iniciativas de CSS Regional, também participaram países do Caribe não Ibero-Americano, que juntaram as suas forças aos ibero-americanos para encontrar soluções inovadoras para problemas comuns. Um exemplo de como e por que motivo isto ocorreu, refere-se aos projetos de cooperação que foram surgindo em torno da procura de uma gestão sustentável para os recursos hídricos da Amazônia. Nestes projetos concentraram-se os esforços, pelo lado ibero-americano, da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela e, por outro lado, da Guiana e Suriname, os quais por sua vez foram acompanhados por um organismo sub-regional especializado, a Organização do Tratado de Cooperação Amazónica (OTCA). O Quadro IV.3 resume estas interessantes experiências.

QUADRO IV.3

Cooperação Sul-Sul para uma gestão sustentável dos recursos hídricos da Bacia Amazônica

A Bacia Amazônica é a rede hidrográfica mais extensa do mundo; equivale a 44% da área terrestre da América do Sul. Em termos de volume, esta Bacia descarrega no oceano 70% da água doce da América Latina e quase 20% da mundial (Agência Nacional de Águas do Brasil - ANA, 2017). É o único sistema hidrológico que atravessa as fronteiras nacionais de oito países (OTCA, 2018a).

No contexto da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) – organismo intergovernamental criado em 1978 –, destacam-se pela sua contribuição para o desenvolvimento sustentável duas iniciativas de Cooperação Sul-Sul Regional de gestão dos recursos hídricos: o Projeto Amazonas e o chamado Projeto GEF Amazonas.

O *Projeto Amazonas: A Ação Regional na Área dos Recursos Hídricos*, que já se encontra na sua segunda fase (OTCA, 2018), tem por objetivo fortalecer a gestão sustentável dos recursos hídricos e promover a integração e a cooperação técnica entre os países amazônicos neste tema. Pretende reforçar as capacidades das instituições responsáveis por esta questão nos países membros da OTCA. Entre outras coisas, procura fortalecer os sistemas de informação e constituir uma rede regional de monitorização.

Na primeira fase (2012-2017), realizaram-se progressos na integração e disponibilidade de dados hidrometeorológicos e da qualidade da água (ANA, 2017). Na segunda, ainda em execução, espera-se, entre outros, prosseguir os trabalhos nesta linha, bem como difundir os conhecimentos sobre a realidade amazônica e aperfeiçoar a capacidade técnica das instituições responsáveis pela gestão dos recursos hídricos dos países.

O projeto é uma iniciativa da Agência Nacional de Águas do Brasil e da Agência Brasileira de Cooperação e é executado pela OTCA com as agências nacionais de água dos seus países membros (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela).

Por sua vez, no quadro do mesmo organismo e com o envolvimento dos mesmos países, entre 2012 e 2018 desenvolveu-se o projeto *Gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos transfronteiriços da bacia do rio Amazonas considerando a variabilidade e a mudança climática* (também conhecido por *Projeto GEF Amazonas*) (OTCA, 2016). Na mesma linha do anterior, procurou-se a proteção e gestão sustentável dos recursos hídricos da bacia Amazônica - incluindo as águas subterrâneas - face à mudança climática, através de “*fortalecer o quadro institucional para a planificação e execução de atividades estratégicas concertadas*” (OTCA, 2016).

Neste sentido, destacam-se três resultados fundamentais alcançados pelo projeto: uma visão partilhada da Bacia Amazônica (para o que foi necessário analisar os contextos institucionais e legais de cada um dos países e uma vasta investigação qualitativa e quantitativa, em conjunto com os principais agentes da bacia), uma Análise de Diagnóstico Transfronteiriça Regional (ADT) e um Programa de Ações Estratégicas (PAE) (OTCA, 2016). Transversalmente, salienta-se o processo participativo de implementação de projetos-piloto, estudos, capacitações e workshops com mais de 1.170 participantes e a produção de dados científicos sobre diversos aspetos relacionados com esse tema (OTCA, 2016). Em concreto, a ADT, realizada a partir de um vasto processo de consulta (OTCA, 2018a), proporcionou a base

factual e a análise dos principais problemas transfronteiriços, bem como dos seus impactos e causas, para a definição do PAE (OTCA, 2018b). Este último, tecnicamente aprovado pelos membros da OTCA em janeiro de 2016, constituiu um marco muito importante, já que se trata de uma estratégia conjunta e concertada entre os países e um instrumento orientador para a ação destes e da cooperação regional (OTCA, 2018b). Incluiu 19 ações estratégicas, entre as quais se encontra, por exemplo, a criação de um Sistema Regional de Monitorização da Qualidade da água dos rios da Bacia Amazônica, o desenvolvimento de um Programa para a proteção e uso de águas subterrâneas para o abastecimento público nesta região, a criação de um sistema de prognóstico e alerta para fenómenos hidroclimáticos extremos (secas e inundações) e o estabelecimento de uma Plataforma Regional Integrada de Informações sobre os Recursos Hídricos da Bacia.

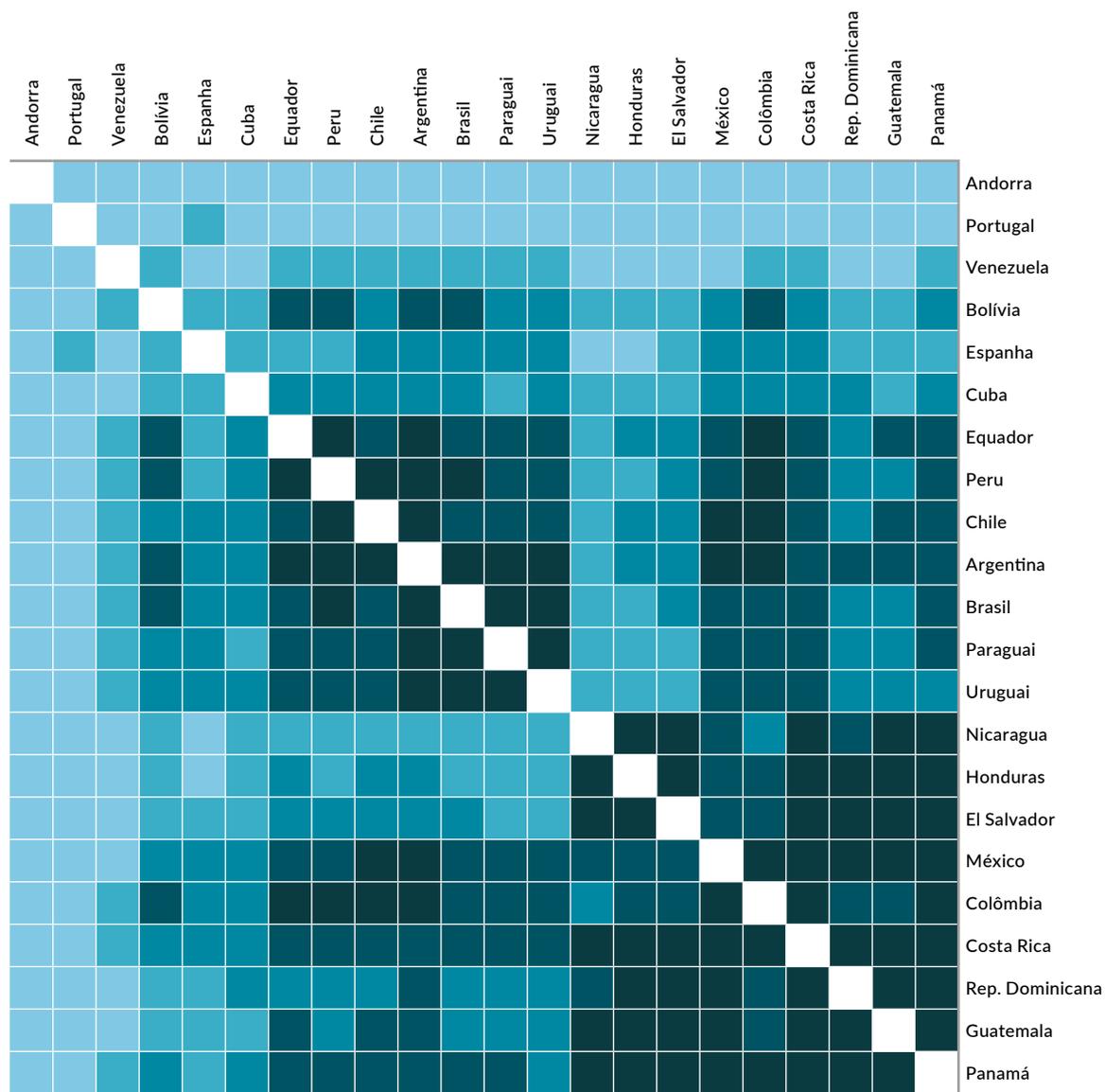
Finalmente, o projeto produziu um Atlas de Vulnerabilidade Hidroclimática, fortaleceu a capacidade de adaptação e resposta dos governos locais face a fenómenos extremos e desenvolveu um Sistema Integrado de Informação (SII) dos recursos hídricos transfronteiriços da bacia Amazônica (OTCA, 2016). Como exemplo de inovação, destaca-se que o projeto fomentou o uso coordenado das águas superficiais e subterrâneas nos centros urbanos de Leticia (Colômbia) e Tabatinga (Brasil), cidades que partilham o mesmo aquífero.

O projeto foi financiado pelo GEF, com contribuições dos países e de outros doadores, implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e executado pela OTCA.

GRÁFICO IV.6

Intensidade da relação entre países ibero-americanos, conforme o número de iniciativas de CSS Regional nas quais cada par de parceiros coincide. 2019

Em unidades



Legenda: Intervalos de intensidade, conforme o número de iniciativas de CSS Regional nas quais cada par de países coincidiu em 2019.

- De 35 a 55
- De 24 a 34
- De 18 a 23
- De 11 a 17
- De 0 a 10

Nota metodológica: A atribuição dos intervalos de valor e das cores corresponde à distribuição por quintis que vai do número mínimo de iniciativas em que um par de parceiros pode coincidir (0) até ao máximo registado em 2019 (55).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

IV.2.3. Problemas comuns, soluções partilhadas

A concertação de esforços dos países da Ibero-América através da CSS Regional de 2019 permitiu aos países avançar para soluções partilhadas que promovam a superação de problemas comuns, alcançando simultaneamente um desenvolvimento mais sustentável. Para saber com mais pormenor quais foram estes progressos, a presente secção identifica tanto as capacidades que se fortaleceram quanto os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para os quais puderam contribuir.

Assim, o Gráfico IV.7 distribui as 111 iniciativas de CSS Regional mantidas em execução na Ibero-América em 2019, conforme o setor de atividade e o âmbito de intervenção. Tal como se pode ver, três em cada quatro orientaram-se para reforçar questões relacionadas com os seguintes âmbitos: Ambiente (mais de 20% do total das iniciativas de 2019); Social e Infraestruturas e Serviços

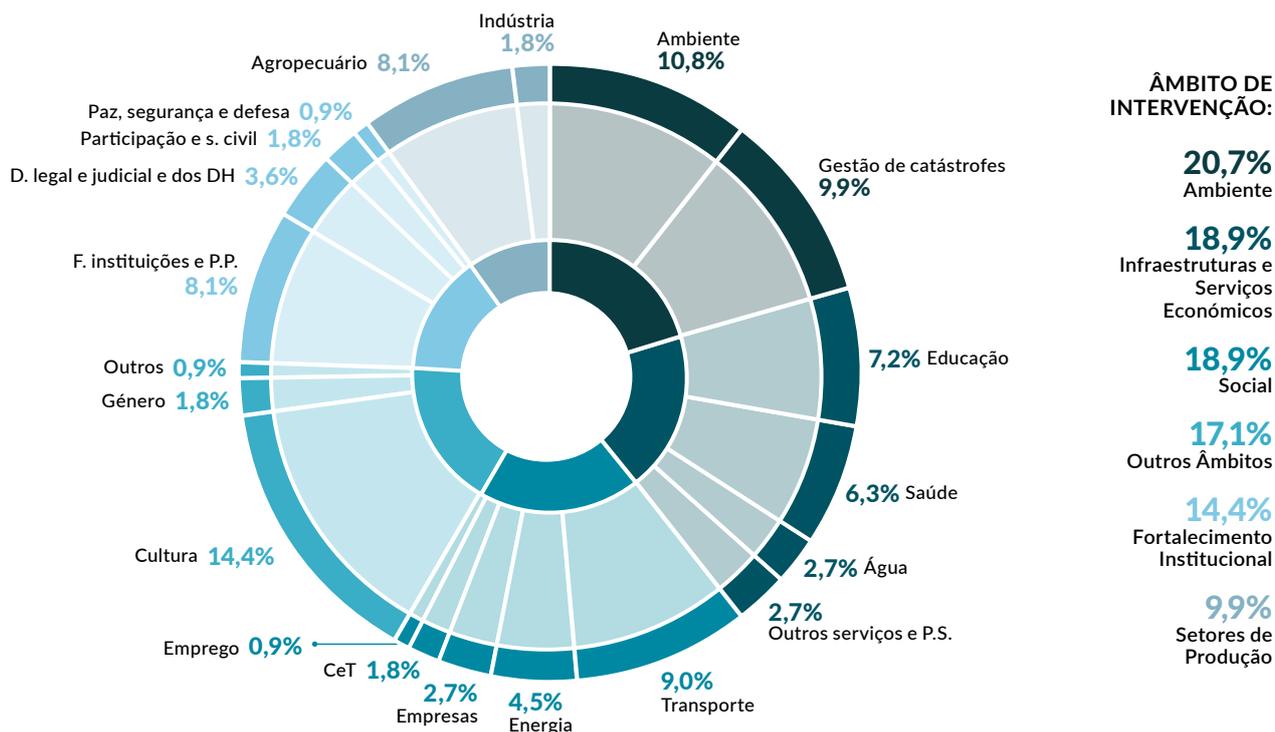
Económicos (cerca de 19% em cada caso); e o heterogéneo Outros âmbitos (com uns destacados 17,1%). Completaram os restantes 25%, as iniciativas orientadas para o Fortalecimento Institucional (14,4%) e os Setores de Produção (praticamente 10%).

Por sua vez, esta distribuição foi determinada pelos pesos relativos registados pelos setores de atividade em torno dos quais cada um dos âmbitos se define. Neste sentido, e tal como se pode observar no Gráfico IV.7, o facto de que uma em cada cinco iniciativas visasse o ambiente, justifica-se, em proporções praticamente iguais, pelos programas e projetos que pretenderam fortalecer tanto o *Ambiente* quanto a *Gestão de catástrofes*. Combinam-se neste caso iniciativas dedicadas à luta contra a mudança climática; ao fortalecimento da gestão de riscos face a este fenómeno e a aumentar a resiliência perante os seus efeitos mais perniciosos, tais como as secas, incêndios e inundações; à gestão integral de diferentes tipos de resíduos e, dentro destes, dos denominados Poluentes Orgânicos Persistentes

GRÁFICO IV.7

Distribuição das iniciativas de CSS Regional, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

/// **A experiência acumulada em matéria sanitária é muito diversa e pode, sem dúvida, contribuir para a resposta que a região deve dar ao desafio da COVID-19** ///

(POP); e a tudo o que respeita à conservação da biodiversidade e, neste contexto, das espécies de fauna e flora ameaçadas pelo comércio. Tendo em conta a natureza deste tipo de cooperação, os países que se juntam tendem a partilhar um traço topográfico, geográfico e inclusive climático, pelo que habitualmente se trata de ações focalizadas em sub-regiões concretas, tais como a América Central, Mesoamérica, Caribe, Amazônia ou Pacífico Sudeste, para mencionar apenas alguns exemplos.

Por sua vez, tanto o âmbito Social quanto o das Infraestruturas e Serviços Económicos, encontram-se substancialmente diversificados em termos setoriais. Na realidade, em matéria Social, destacaram-se os programas e projetos dedicados à *Educação* (7,2%) e à *Saúde* (6,3%), e com um carácter mais pontual, os relativos ao *Abastecimento e saneamento de água* e a *Outros serviços e políticas sociais* (2,7% em cada caso). Trata-se de uma cooperação maioritariamente orientada para promover a mobilidade académica de estudantes, a formação de docentes e a universalização de uma educação que deve ser inclusiva. A experiência acumulada em matéria sanitária também é muito diversa e pode, sem dúvida, contribuir para a resposta que a região deve dar ao desafio da COVID-19: inclui iniciativas para fortalecer o sistema de saúde pública, desenvolver novas aplicações de biotecnologia, regulamentar a produção e o mercado de medicamentos e promover um plano de emergência para outra epidemia, tal como a da SIDA. Finalmente, salienta-se a cooperação dedicada à gestão dos recursos hídricos e da qualidade da água, especialmente na Bacia Amazónica, bem como ao saneamento urbano.

Entretanto, praticamente metade da cooperação que apoiou a produção das melhores Infraestruturas e Serviços Económicos justifica-se pelo grande peso relativo do setor dos *Transportes e armazenamento* (9,0% das iniciativas de CSS Regional de 2019). Destacam-se aqui o recentemente aprovado Programa Ibero-Americano de Segurança Rodoviária, bem como as cinco iniciativas fomentadas no quadro do Fundo para a Convergência Estrutural (FOCEM) do MERCOSUL para a reabilitação de

troços de estradas e vias férreas que ligam os seus países membros. Completam este âmbito, as iniciativas orientadas para a promoção de *Energia renovável* e para o seu uso racional e eficiente.

No entanto, no heterogéneo Outros âmbitos, encontra-se o setor com maior peso relativo de 2019: o da *Cultura*, que justifica 14,4% dos 111 registos finais. Influenciam para isso as 13 iniciativas de cooperação impulsionadas no espaço ibero-americano para fortalecer, entre outras, as artes cénicas e audiovisuais, a música, a proteção e digitalização de arquivos históricos e diplomáticos, e as bibliotecas, para mencionar apenas algumas. Embora o trabalho sobre o *Género* seja ainda residual, é de salientar aqui, pelas diferentes componentes de vulnerabilidade que tenta enfrentar, a estratégia promovida no contexto do MERCOSUL para favorecer o acesso das mulheres afrodescendentes e indígenas ao desenvolvimento sustentável.

Finalmente, as experiências nos setores do *Fortalecimento das instituições e políticas públicas*, *Agropecuário* (8,1% das iniciativas em cada caso) e *Desenvolvimento legal e judicial e dos DH* (uns menores 3,6%), justificaram grande parte do que ocorreu com os últimos 25% das iniciativas de 2019, distribuídas em torno do Fortalecimento Institucional e dos Setores de Produção. A este propósito, salientam-se os esforços concertados para fortalecer os sistemas estatísticos e de gestão da informação (alguns aplicados à cooperação para o desenvolvimento); a melhoria da planificação e gestão do âmbito local e urbano; o fomento da segurança alimentar; e a melhoria genética de culturas tradicionais, tais como a batata, trigo, café e soja. Também se destacaram as experiências que, numa perspetiva de direitos, tentaram fazer avançar uma maior inclusão social. Um bom exemplo disto é o novo Programa Ibero-Americano sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, cuja trajetória se apresenta no Quadro IV.4.

O panorama descrito para 2019 apresenta, no entanto, alterações significativas relativamente ao registado há apenas uma década, o que sugere uma modificação de prioridades no conjunto da região. Com efeito, os Gráficos IV.8 e IV.9 mostram qual foi a variação registada na importância relativa dos diferentes âmbitos de intervenção e setores de atividade no total das iniciativas de CSS Regional realizadas na Ibero-América nos anos 2010 e 2019. Ao compará-los, constata-se um progressivo deslocamento da cooperação orientada para o âmbito Social (que mesmo assim se mantém muito

QUADRO IV.4

A Ibero-América une-se pelos direitos das pessoas com deficiência

Conforme se depreende das últimas informações disponíveis (CEPAL, 2013), 12% da população da América Latina tem alguma deficiência. A prevalência é mais elevada nas mulheres e noutros coletivos em situação de vulnerabilidade sob o ponto de vista económico e social (meninos e meninas, idosos, habitantes de zonas rurais, povos indígenas e afrodescendentes e pessoas com menos rendimentos).

De igual forma, e embora nos últimos anos se tenham verificado progressos a nível regulamentar na proteção das pessoas com deficiência, a maior parte delas continua excluída da vida política, económica e social. Pelo menos isso é o que sugere que os índices de alfabetização, escolarização, acesso ao mercado de trabalho, salários e indicadores de saúde sejam sensivelmente inferiores aos do resto da população, ao mesmo tempo que os relativos à incidência da pobreza sejam superiores (SEGIB, 2018).

Tudo isto dá uma ideia da dimensão do problema na região, face ao qual a Ibero-América não se tem mostrado indiferente, tal como se encontra registado, há quase duas décadas, nas sucessivas declarações das Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo. De entre os seus principais êxitos, são de salientar o reconhecimento da necessidade de integrar a perspetiva de deficiência de forma transversal a fim de garantir a inclusão e proteção social (Panamá, 2013), e o mandato à SEGIB e OISS, com base na experiência acumulada, para preparar uma iniciativa ou

programa sobre os direitos das pessoas com deficiência (Programa de Ação, ponto A.3, Cartagena das Índias, Colômbia, 2016),¹ embrião do programa que aqui se apresenta (SEGIB, 2016).

No fim de 2017 e início de 2018, trabalhou-se na formulação do programa encomendado juntamente com as autoridades nacionais de deficiência dos países promotores. Para tal, contou-se com o apoio de destacados peritos das áreas das políticas públicas, academia e organismos internacionais, e com a assessoria técnica especializada da Organização Nacional de Cegos de Espanha (ONCE).

O Programa Ibero-Americano sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi finalmente aprovado na XXVI Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada em La Antigua Guatemala em novembro de 2018 e iniciou as suas atividades em 2019. Fazem atualmente parte do Programa: Andorra, Argentina, Chile, Costa Rica, Equador, Espanha, Guatemala, México, República Dominicana e Uruguai, tendo o Paraguai aderido em fevereiro de 2021 na qualidade de convidado. Todos trabalham em conjunto no sentido de contribuir para a inclusão das pessoas com deficiência na vida económica e social, promovendo políticas que garantam o pleno usufruto e exercício dos seus direitos de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e a Agenda 2030.

Através, entre outros instrumentos, de assistências técnicas entre os países participantes, formação, trocas de experiências e de recursos e identificação de boas práticas, o Programa trabalha em torno de seis objetivos estratégicos:

1. [Dados e estatísticas] Consolidar um sistema de recompilação e gestão de dados sobre as pessoas com deficiência. Isto não só está em sintonia com as disposições da CDPD, mas é também fundamental para a configurar políticas públicas em matéria de deficiência e monitorizar os progressos dos ODS.
2. [Igualdade e não discriminação] Garantir o acesso à justiça e o reconhecimento igualitário perante a lei a todas as pessoas com deficiência.
3. [Educação] Assegurar o acesso, permanência e sucesso de um sistema geral de ensino inclusivo a todos os níveis e respeitador da identidade cultural da comunidade surda.
4. [Emprego e proteção social] Garantir o pleno usufruto dos direitos laborais e sindicais das pessoas com deficiência no âmbito público e privado.
5. [Empoderamento] Fortalecer as organizações de pessoas com deficiência.
6. [Saúde] Garantir o direito das pessoas com deficiência à saúde e melhorar o acesso aos serviços de promoção, prevenção e atendimento especializado permanente e prioritário.

¹ A OISS lidera desde 2012 o "Programa sobre o Emprego das Pessoas com Deficiência na Ibero-América", ao qual aderiram 16 países da região. Para mais informações, consultar: <https://oiss.org/discapacidad/programa-para-el-empleo-de-personas-con-discapacidad/>

GRÁFICO IV.8

Alteração na participação dos âmbitos de intervenção sobre o total das iniciativas de CSS Regional. 2010-2019

Participação, em percentagem; alteração, em pontos percentuais

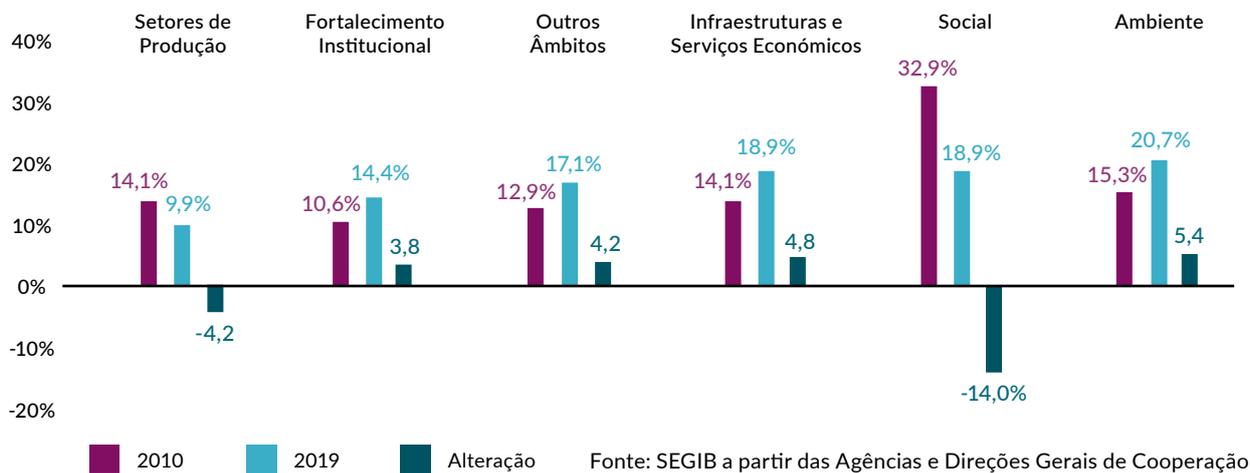
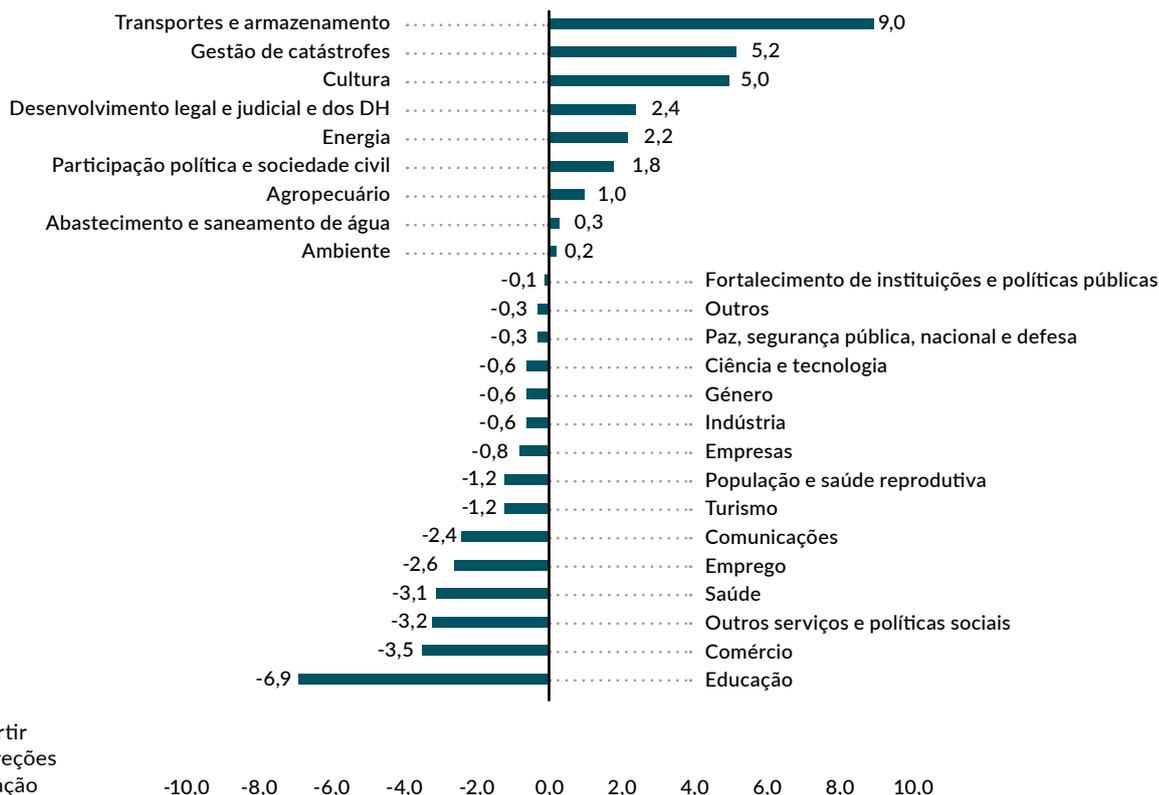


GRÁFICO IV.9

Alteração na participação dos setores de atividade sobre o total das iniciativas de CSS Regional. 2010-2019

Em pontos percentuais



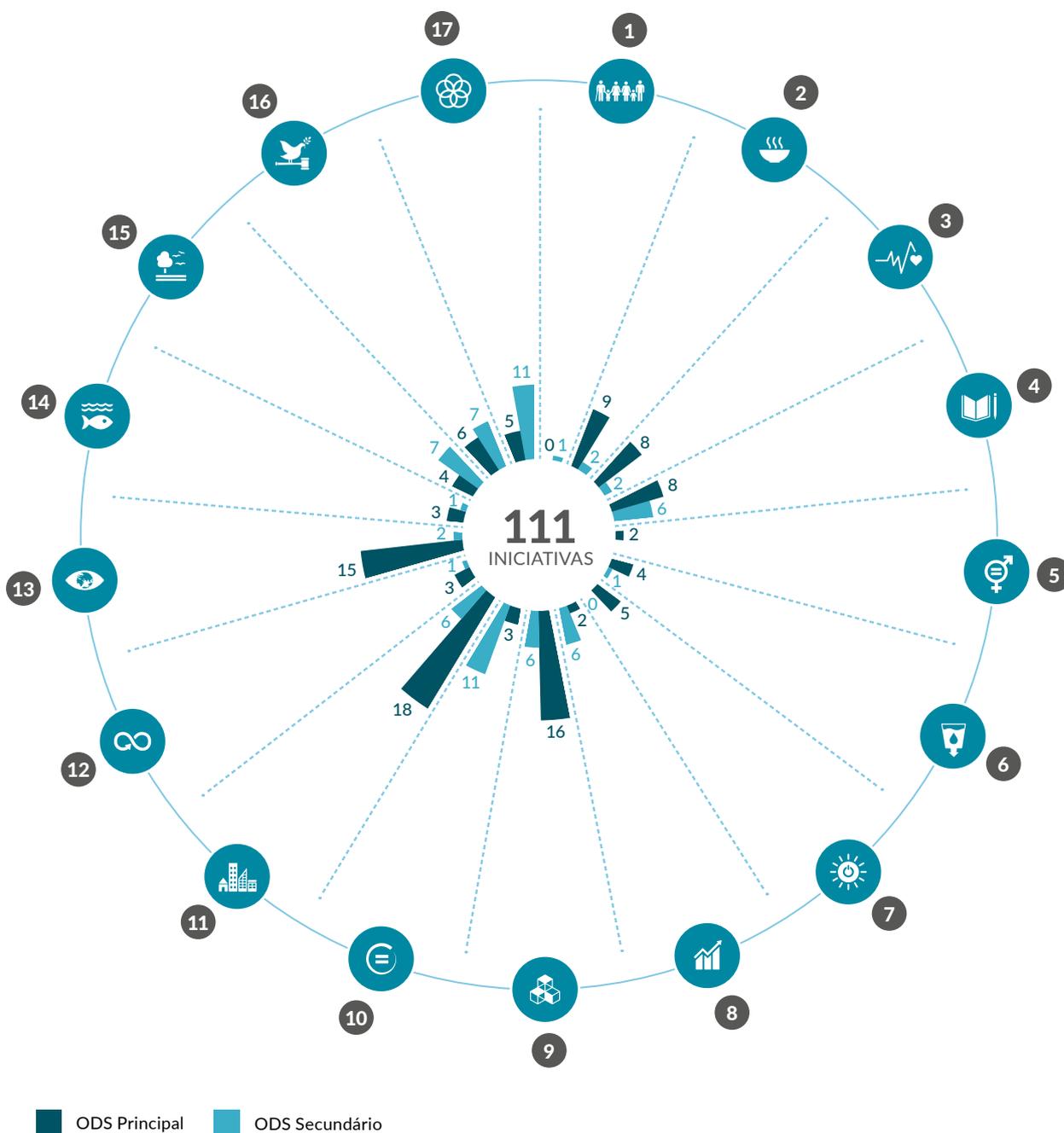
relevante) e para os Setores de Produção (com perdas de participação respetivas de 14 e 4,2 pontos percentuais), a favor da abordagem de problemas relacionados com o Ambiente, as Infraestruturas e Serviços Económicos e, em menor medida, os Outros âmbitos e o Fortalecimento Institucional.

Isto reflete-se na promoção de uma cooperação que reforça a *Gestão de catástrofes* (que regista um aumento de participação de 5,2 pontos percentuais); que procura soluções para problemas estruturais no âmbito dos *Transportes e armazenamento* (até 9 pontos de crescimento); e que promove

GRÁFICO IV .10

Distribuição das iniciativas de CSS Regional, conforme o potencial alinhamento com o ODS principal e secundário. 2019

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

QUADRO IV.5

A cultura como eixo transversal na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

A cultura é um fenómeno complexo e multidimensional, tal como evidencia a Declaração do México sobre as Políticas Culturais de 1982, que constitui um marco conceptual nesta direção:

No seu sentido mais lato, atualmente a cultura pode ser considerada como o conjunto das características distintivas, espirituais, materiais, intelectuais e afetivas que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Além disso, esta engloba das artes e letras aos modos de vida, direitos fundamentais do ser humano, sistemas de valores, tradições e dá ao homem capacidade para refletir sobre si mesmo. É ela que nos torna seres especificamente humanos, racionais, críticos e eticamente comprometidos. Através dela discernimos os valores e definimos opções. Por meio dela o homem expressa-se, toma

consciência de si mesmo, reconhece-se como um projeto inacabado, põe em causa as suas próprias realizações, procura incansavelmente novas significações e cria obras que o transcendem. (Mundiacult, 1982, p. 1).

Em consequência, a cultura é reconhecida como uma ferramenta para a transformação individual e social e, por conseguinte, como um mecanismo transversal para a abordagem de problemas relacionados com o desenvolvimento. De facto, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2020) insta a:

Ancorar a cultura em todas as políticas de desenvolvimento relacionadas com a educação, ciências, comunicação, saúde, ambiente e turismo, bem como apoiar o desenvolvimento do setor

cultural através de indústrias criativas: assim, ao mesmo tempo que contribui para reduzir a pobreza, a cultura constitui um instrumento de coesão social.

Esta visão lata da cultura e do desenvolvimento alinha-se com a da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Embora não exista um ODS específico dedicado à cultura, na Agenda 2030 há um reconhecimento transversal do seu papel como amplificadora das políticas sociais, económicas e ambientais e, deste modo, como veículo para um desenvolvimento sustentável que não deixe ninguém para trás. Neste sentido, já na introdução do documento se faz uma menção ao respeito pela diversidade cultural, à que se acrescentam as referências à cultura realizadas no contexto de vários ODS.

A mais destacada surge no ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e refere-se ao património (meta 11.4). Destaca-se →

a *Cultura* como elemento de coesão (outros 5 pontos). Simultaneamente, perdem participação relativa (quase 7 pontos) as iniciativas dedicadas à *Educação*, que, no entanto, e tal como acontece com o conjunto do âmbito Social, continuam a representar uma das prioridades da região.

A análise das capacidades fortalecidas ao longo de 2019 deve complementar-se com uma outra que permita identificar como tudo isto pôde contribuir para fazer avançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para tal, elaborou-se o Gráfico IV.10, que distribui as 111 iniciativas de CSS Regional em execução na Ibero-América em 2019, conforme

o ODS principal e o ODS secundário com que potencialmente se alinham. Acresce que o ODS principal se atribui a 100% das iniciativas, enquanto que o secundário apenas se atribui a 63% delas.

Da sua observação depreende-se que, praticamente 45% das 111 iniciativas de CSS Regional realizadas na Ibero-América durante 2019, apontaram para a principal obtenção do ODS 11 Cidades e comunidades sustentáveis (visado por 16,2% dos programas e projetos), ODS 9 Indústria, inovação e infraestruturas e ODS 13 Ação climática (cerca de 14% em cada caso). Entretanto, 22,5% puderam contribuir para fazer avançar a concretização do

assim a associação entre a cultura e as cidades, representadas como espaços físicos e simbólicos, fundamentais para a conservação dos bens materiais e imateriais que se encontram ameaçados pela mudança climática, conflitos sociais e/ou desigualdades económicas.

No que respeita ao binómio cultura e cidades, já em 2013 a UNESCO tinha realizado progressos significativos no Congresso *Situar a cultura no centro das políticas de desenvolvimento sustentável*:

[...] reafirmamos o potencial da cultura como motor de desenvolvimento sustentável, através das contribuições específicas que pode fazer, como capital do conhecimento e setor de atividade, para o desenvolvimento social, cultural e económico inclusivo, a harmonia, a sustentabilidade ambiental, a paz e a segurança. (UNESCO, 2013, p.6)

O mesmo aconteceu na Conferência Habitat III de 2016, onde se adotou

a Nova Agenda Urbana das Nações Unidas e que se tornou no roteiro para orientar o desenvolvimento urbano sustentável e transformar as cidades do mundo nos próximos 20 anos (UNESCO, 2020).

Por sua vez, o ODS 4 (Educação de qualidade), especificamente na sua meta 4.7 propõe que até 2030 todos os alunos possam adquirir os conhecimentos teóricos e práticos necessários para promover o desenvolvimento sustentável, entre outras coisas, através de uma cultura de paz e da valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento.

Por outro lado, Hosagrafar (2017, p. 12) refere que “o turismo cultural representa 40% das receitas turísticas mundiais”, o que tem efeitos positivos em termos laborais e económicos. A partir desta perspetiva, a cultura pode relacionar-se com o ODS 8 (Trabalho digno e crescimento económico) e ODS 12 (Padrões de consumo e produção responsáveis),

especificamente com as suas metas 8.9 e 12.b, que ligam a promoção do turismo ao fortalecimento da cultura. A potencial contribuição destes ODS também se pode dar através do impacto da cultura na promoção de indústrias criativas.

A Ibero-América não é alheia a esta discussão e a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) está atualmente a trabalhar na Estratégia de Cultura e Desenvolvimento Sustentável, através da qual se realiza um exercício de transversalidade da cultura tendo em conta as metas da Agenda 2030 na perspetiva ibero-americana. Por outro lado, e em parceria com o Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (FILAC), está-se a trabalhar na criação do Instituto Ibero-Americano de Línguas Indígenas, cujo objetivo é preservar e proteger o património representado pelas línguas indígenas faladas na América Latina, principalmente pelas que se encontram em risco de desaparecer.

Fonte: SEGIB a partir de Hosagrahar (2017), MUNDIACULT (1982), ONU (2015), UNESCO (2013) (2020) e da Agências e Direções Gerais de Cooperação.

ODS 2 Erradicar a fome, ODS 3 Saúde e bem-estar e ODS 4 Educação de qualidade. O último terço das iniciativas de 2019 alinhou-se com um máximo de 10 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável diferentes, sendo o mais destacado o ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes. Além disso, tal como se pode observar, nenhum programa ou projeto teve como ODS principal o de Erradicar a pobreza (ODS 1).

A importância relativa destes Objetivos mantém uma clara correlação positiva com os setores que, por sua vez, foram maioritariamente fortalecidos, destacando-se as iniciativas de CSS Regional que visaram o *Ambiente*, a *Gestão de catástrofes* e a

Cultura. Neste último caso, cabe ainda assinalar que a cooperação relativa à *Cultura* costuma atribuir-se ao ODS 11 (o mais destacado) pois este inclui uma meta específica sobre património cultural. No entanto, o seu potencial como ferramenta para o desenvolvimento faz com que o seu tratamento na Agenda 2030 seja muito transversal. Por sua vez, essa transversalidade (pormenorizadamente contemplada no Quadro IV.5) explica que a cooperação na área da *Cultura* possa estar a contribuir para a obtenção de outros ODS com carácter secundário, tais como o ODS 10 Redução das desigualdades, ODS 8 Trabalho digno e crescimento económico e ODS 4 Educação de qualidade, todos eles destacados no Gráfico IV.10.

No entanto, a cooperação no âmbito da *Cultura* apenas explica uma parte da importância que o ODS 10 Redução das desigualdades tem, por exemplo, como Objetivo secundário (11 iniciativas). Outra grande parte é determinada pela CSS Regional, que principalmente contribuiu para fazer avançar o ODS 3 Saúde e bem-estar e ODS 4 Educação de qualidade, ambos essenciais para garantir o acesso a direitos básicos, bem como para a construção de uma sociedade mais justa.

Finalmente, e numa perspectiva secundária, o ODS 17 Parcerias para a implementação dos Objetivos também emergiu com força (outras 11 iniciativas). Trata-se de outro ODS muito transversal, que acompanha Objetivos principais diversos, entre os quais se destacam o ODS 5 Igualdade de género e ODS 13 Ação climática. Nestes casos, a ligação com o ODS 17 estabelece-se, por exemplo, através da construção de sistemas de informação e estatística aplicados aos seus respetivos temas. Como resultado, fomenta-se a produção e uma melhor gestão do conhecimento, e favorece-se que os múltiplos agentes envolvidos nas iniciativas de CSS possam coordenar de forma mais eficaz as suas respostas aos problemas do desenvolvimento.

/// Metade da cooperação Inter-regional de 2019 deve-se à participação dos países do Caribe não Ibero-Americano ///

IV.3

A Cooperação Sul-Sul Inter-Regional da Ibero-América

Tal como se pôde observar no Gráfico IV.1, ao longo de 2019 a Cooperação Sul-Sul entre a Ibero-América e outras regiões em desenvolvimento concretizou-se na execução de cerca de 290 iniciativas, preferencialmente instrumentalizadas a partir da modalidade Bilateral. A presente secção realiza uma primeira aproximação ao que ocorreu em torno desta CSS, a fim de identificar que papel desempenharam os países no desenvolvimento em todo o mundo, bem como nas sub-regiões a que pertencem, para além de tratar de algo fundamental: a potencial contribuição que esses intercâmbios representaram para a solução de problemas que são globais e que ultrapassam os limites das fronteiras e da geografia, promovendo simultaneamente um desenvolvimento mais sustentável.

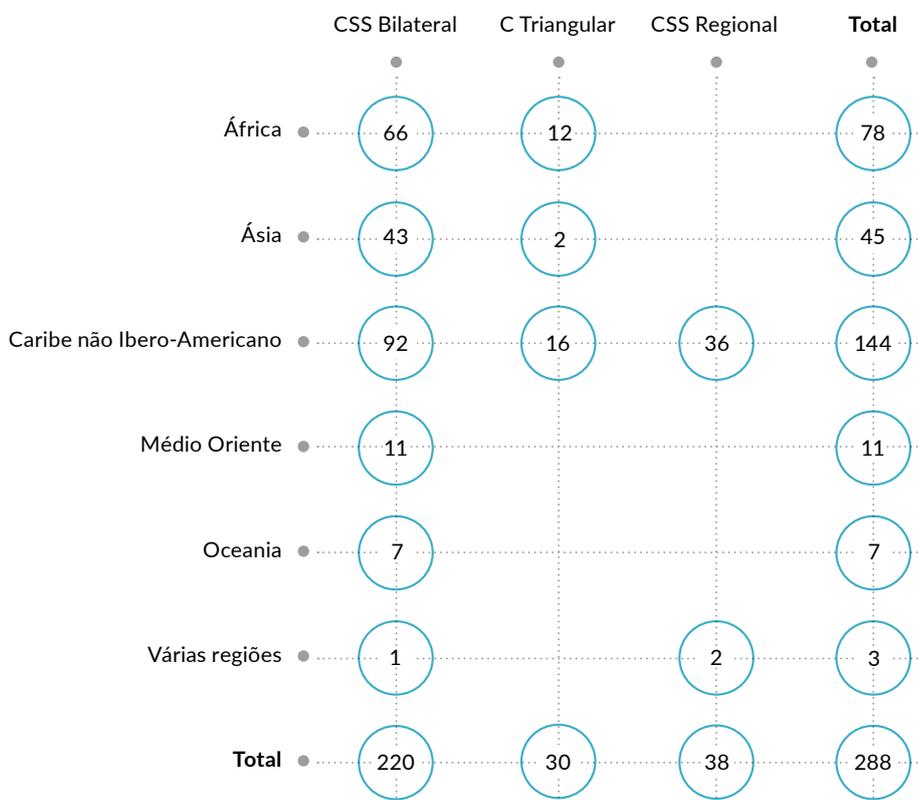
IV.3.1. Uma primeira aproximação

O Gráfico IV.11 distribui as 288 iniciativas de CSS em que a Ibero-América e outras regiões em desenvolvimento participaram em 2019, conforme dois critérios: a pertença geográfica e a modalidade. Tal como se pode ver, metade da cooperação de 2019 deve-se à participação dos países do Caribe não Ibero-Americano. Seguem-se, a certa distância, a África (27,1% das iniciativas) e a Ásia (15,6%). Entretanto, o Médio Oriente e a Oceania registaram intercâmbios com carácter mais pontual e com participações que oscilaram respetivamente entre 2,5% e 4%.

GRÁFICO IV.11

Iniciativas da Ibero-América em conjunto com países em desenvolvimento de outras regiões, conforme a modalidade. 2019

Em unidades



Nota: (*) Nesta região incluem-se sete países do Médio Oriente (Irão, Líbano, Omã, Palestina, Síria, Iémen e Catar), para além de outros três, categorizados na parte europeia, tais como a Turquia, Moldávia e Roménia.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Trata-se de uma distribuição semelhante à acumulada entre 2006 e 2019. Para esse período, o número de iniciativas de CSS e Triangular em que a Ibero-América participou em conjunto com países em desenvolvimento de outras regiões, situou-se acima das 1.450. Seis em cada 10 (880) justificaram-se pelo elevado peso relativo do Caribe não Ibero-Americano, enquanto que as iniciativas partilhadas com a África e a Ásia se situaram respetivamente nuns consideráveis 20,9% e 12,6%. As restantes, a par da possibilidade de que várias regiões coincidissem num mesmo intercâmbio, justificaram os últimos 6,4%.

Por sua vez, o mesmo Gráfico IV.11 confirma a preponderância da modalidade de CSS Bilateral, na qual se executaram 3 em cada 4 das 288 iniciativas registadas em 2019, em contraste com os 13,2% e 10,4% correspondentes à Regional e à Triangular.

Devemos acrescentar que, de um modo consequente com o atrás mencionado, os intercâmbios bilaterais foram os que prevaleceram na cooperação da Ibero-América com qualquer das outras regiões consideradas. No entanto, a Cooperação Triangular foi principalmente realizada com o Caribe não Ibero-Americano (16 ações e projetos) e a África (12) e, de forma mais pontual, com a Ásia (2).

Merecem uma menção especial as 38 iniciativas de CSS Regional registadas em 2019: tal como já se referiu, apenas duas destas iniciativas foram classificadas como inter-regionais, enquanto que a maior parte (36) cumprem ao mesmo tempo critérios próprios de uma perspetiva inter- e intrarregional. Em qualquer caso, trata-se fundamentalmente de uma CSS Regional com participantes da Ibero-América e do Caribe não Ibero-Americano e só de forma pontual, da África.

IV.3.2. Países, organismos e regiões

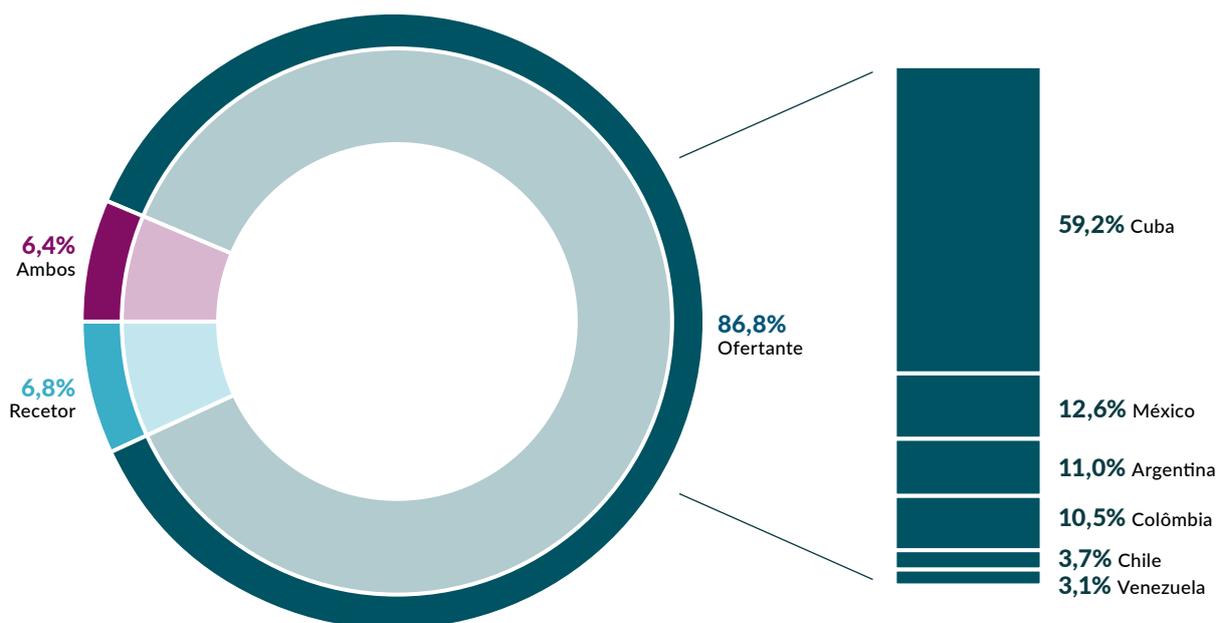
Para identificar com mais pormenor que países da Ibero-América e das outras regiões em desenvolvimento participaram mais ativamente na CSS inter-regional de 2019, bem como que organismos foi possível acompanhar, a cooperação desagrega-se por modalidades. Deste modo, podem aprofundar-se outros aspetos, entre os quais se destacam o papel em que tenderam a participar e/ou o tipo de associações que com mais frequência se estabeleceram.

Assim, e no que respeita às iniciativas de CSS Bilateral intercambiadas em 2019 entre a Ibero-América e os países em desenvolvimento de outras regiões, o Gráfico IV.12 proporciona dois tipos de informações: a primeira, refere-se ao papel no qual os países ibero-americanos participaram nas 220 iniciativas em execução durante esse ano; e a segunda, centra-se no papel maioritário (o de ofertante), e identifica os países ibero-americanos que o exerceram, ordenando-os em função da sua importância relativa.

GRÁFICO IV.12

Iniciativas de CSS Bilateral com países em desenvolvimento de outras regiões, conforme o papel e nível de participação dos países ibero-americanos. 2019

Em percentagem



Nota: No papel Ambos incluem-se as iniciativas em que pelo menos um país ibero-americano tem esse papel, mas também aquelas em que coincidem “os dois papéis”, ou seja, iniciativas com pelo menos dois países ibero-americanos, um deles a exercer o papel de ofertante e o outro o de recetor. Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Com efeito, o Gráfico IV.12 mostra como os países ibero-americanos exerceram o papel de ofertantes em 86,8% das iniciativas de CSS Bilateral registadas em 2019. Consequentemente, a participação a

partir de outros papéis teve um caráter pontual: assim, no de recetor apenas justifica 6,8% dos intercâmbios, enquanto que a coincidência de ambos os papéis se verifica em 6,4% do total.⁶

⁶ Tal como se explica na nota metodológica do Gráfico IV.12, nesses 6,4% categorizam-se duas casuísticas diferentes: a primeira, refere-se a iniciativas nas quais pelo menos um país ibero-americano exerceu o papel ambos; e a segunda, a casos em que coincidiram “os dois papéis”, pois participaram pelo menos dois países ibero-americanos, um exercendo o papel de ofertante e o outro o de recetor.

QUADRO IV.6

Argentina e África: um processo de aproximação através da Cooperação Sul-Sul

Em 2016 o Governo da Argentina lançou o Plano de Cooperação com a África 2016-2019, cujo objetivo era “contribuir para reforçar os vínculos bilaterais e regionais com os países africanos através de ações de cooperação em áreas estratégicas, tais como a agroindustrial, ciência, tecnologia e turismo” (Lechini, 2018, p.153). Para esse efeito, foram previstas três etapas: a primeira, até 2017, na qual se concretizariam 18 projetos já em execução; a segunda, que compreendia os anos 2017 e 2018, e em cujo quadro se lançariam 12 novos programas com países com os quais até essa data não houvesse qualquer convenção; e uma terceira, entre 2018 e 2019, na qual seriam promovidos mais 12 projetos com países com os quais previamente se tivesse cooperado (Sputnik News, 2016).

Graça a este Plano, a Argentina pôde aproximar-se de forma mais ativa a diferentes países do continente africano e partilhar as suas experiências no contexto da CSS, fortalecendo capacidades em diversas áreas, dando uma especial ênfase à agricultura, ao desenvolvimento pesqueiro e à ciência e tecnologia. Assim, e

conforme se depreende do primeiro balanço do Plano “ponderam-se as ações implementadas entre 2016 e 2019 no quadro de 29 projetos de cooperação, que incluem iniciativas bilaterais, triangulares e regionais, mobilizando 150 profissionais argentinos e africanos altamente qualificados” (Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da República Argentina, 2019).

A este respeito, três das principais instâncias que apoiaram este Plano foram: a nível técnico, o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) e o Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (INTI); e, a nível financeiro, o Fundo Argentino de Cooperação Internacional (FO.AR).

Quanto aos dois primeiros, é importante salientar a sua contribuição para o desenvolvimento do setor agroindustrial na Argentina, o crescimento das PME através da inovação, e a transferência tecnológica e subsequente experiência que puderam partilhar com outros países. Neste sentido, no contexto do Plano de Cooperação com a África

2016-2019, promoveu-se um dos primeiros esquemas de cooperação público-privada, que envolveu o INTI, a Câmara Argentina de Fabricantes de Maquinaria Agrícola (CAFMA), o Centro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (CIDETER) e o consórcio de empresas sul-africanas GRAIN SA, que realizaram “mais de 10 missões à África do Sul a fim de promoverem a produção sustentável de grãos através da técnica argentina de *sementeira direta*” (MRECIC, 2020, p. 77).

Relativamente ao FO.AR, destaca-se que este fundo é uma das plataformas de financiamento mais visíveis da CSS e Triangular da região. A partir da sua fundação na década de noventa, permitiu ao governo argentino criar associações com diversos países de dentro e fora da Ibero-América, através do envio de especialistas nacionais, do acolhimento de profissionais estrangeiros e da realização de seminários e workshops de trabalho. No que respeita ao continente africano, o FO.AR comunica que do total da sua cooperação até 2018, 11% se realizou com países da África → (MRECIC, 2018, diapositivo 5).

Por sua vez, tal como mostra o mesmo gráfico, foram apenas seis os países ibero-americanos que participaram nesta cooperação exercendo o papel de ofertantes. Destaca-se o caso de Cuba, que justificou 6 em cada 10 das iniciativas de CSS Bilateral intercambiadas em 2019 com outras regiões em

desenvolvimento. Seguiram-se, a certa distância, o México, Argentina e Colômbia, cada um deles com participações relativas iguais ou ligeiramente superiores a 10%. O Chile e a Venezuela justificaram, em cada caso, menos de 3% das iniciativas totais.

Como resultado de todo este esforço institucional, em 2016 delegados do governo argentino realizaram missões de exploração ao Quênia e a Moçambique para identificar novas oportunidades de cooperação e trabalho. A intenção foi a de “concentrar a ação da cooperação argentina, focando-a tematicamente para melhorar a sua eficácia nas áreas em que o país tem capacidades, vantagens comparativas e uma trajetória reconhecida” (Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da República Argentina, 2020). Além disso, contribuiu-se para o fortalecimento do caráter institucional da cooperação bilateral através, entre outros, da assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica e de Memorandos de Entendimento com Moçambique e a República do Congo.

Em suma, o impulso da cooperação do país sul-americano com países do continente africano obteve grandes resultados. Com efeito, entre 2018 e 2019 e no papel de ofertante, a Argentina manteve em execução 21

iniciativas de cooperação com países em desenvolvimento da África (14 de CSS Bilateral e 7 de Triangular). Mais de metade (62%) corresponde ao âmbito dos Setores de Produção, especialmente no fortalecimento de capacidades no setor *Agropecuário* (52%) e em menor percentagem no da *Indústria*. Quanto a estes temas, destacam-se os projetos relacionados com a melhoria da produção de animais e de leite, bem como a implementação de modelos de agricultura sustentável partilhados com o Botsuana, Etiópia, Quênia, Moçambique, África do Sul e Tunísia. Cabe aqui uma referência especial às quatro iniciativas do âmbito das Infraestruturas e Serviços Económicos, todas elas realizadas na modalidade de Cooperação Triangular com a participação de Portugal ou do Japão como segundos ofertantes. Nestes casos, promoveu-se um intercâmbio para reforçar as capacidades dos sistemas de ciência, tecnologia e inovação e das tecnologias para a gestão da produção de pequenas e médias empresas.

Por sua vez, foram significativas as iniciativas que visaram o Fortalecimento Institucional e, mais especificamente, as políticas públicas (gestão de projetos de cooperação internacional), a *Participação política e a sociedade civil* (capacitações eleitorais) e o *Desenvolvimento legal e judicial e dos DH* (ciências forenses). Finalmente, também se contribuiu para a promoção do âmbito Social, através de dois projetos: um, sobre a gestão de recursos hídricos, realizado com Moçambique, onde se capacitaram profissionais em administração da água em zonas áridas e no aproveitamento de águas residuais para rega; e outro, implementado com a Tunísia, através do qual se transferiu o modelo de atribuição universal por filho, cuja abordagem é dar resposta e proteger as necessidades de um segmento vulnerável da população.

Fonte: SEGIB a partir do Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da República Argentina (MRECIC) (2018) (2019) (2020), Lechini, G. (2018), Sputnik News (2016) e Agências e Direções Gerais de Cooperação.

No entanto, o contraste dos dados deste último exercício com os acumulados para o período 2006-2019 exige uma certa cautela na sua interpretação. Assim, entre 2006 e 2019, os países ibero-americanos participaram, em conjunto com outras regiões em desenvolvimento, num total de 1.122 iniciativas de CSS Bilateral. Novamente, em cerca de 85% dos casos, os países da região exerceram o papel de ofertantes. No entanto, para este período a participação envolveu um máximo de 17 países diferentes: seis (os mesmos destacados em

2019) justificaram 77,2% dos intercâmbios; dez, participaram pontualmente, representando, de modo agregado, apenas 3,7% das iniciativas finais; e a diferença mais significativa, foi estabelecida pelo Brasil, que justificou uns consideráveis 19,1% dos registos finais, um valor que contrasta com a sua ausência de participação na CSS de 2019.

Isto pode ser simplesmente explicado por uma questão metodológica, relativa à forma como se realiza o registo. Neste sentido, distinguem-se

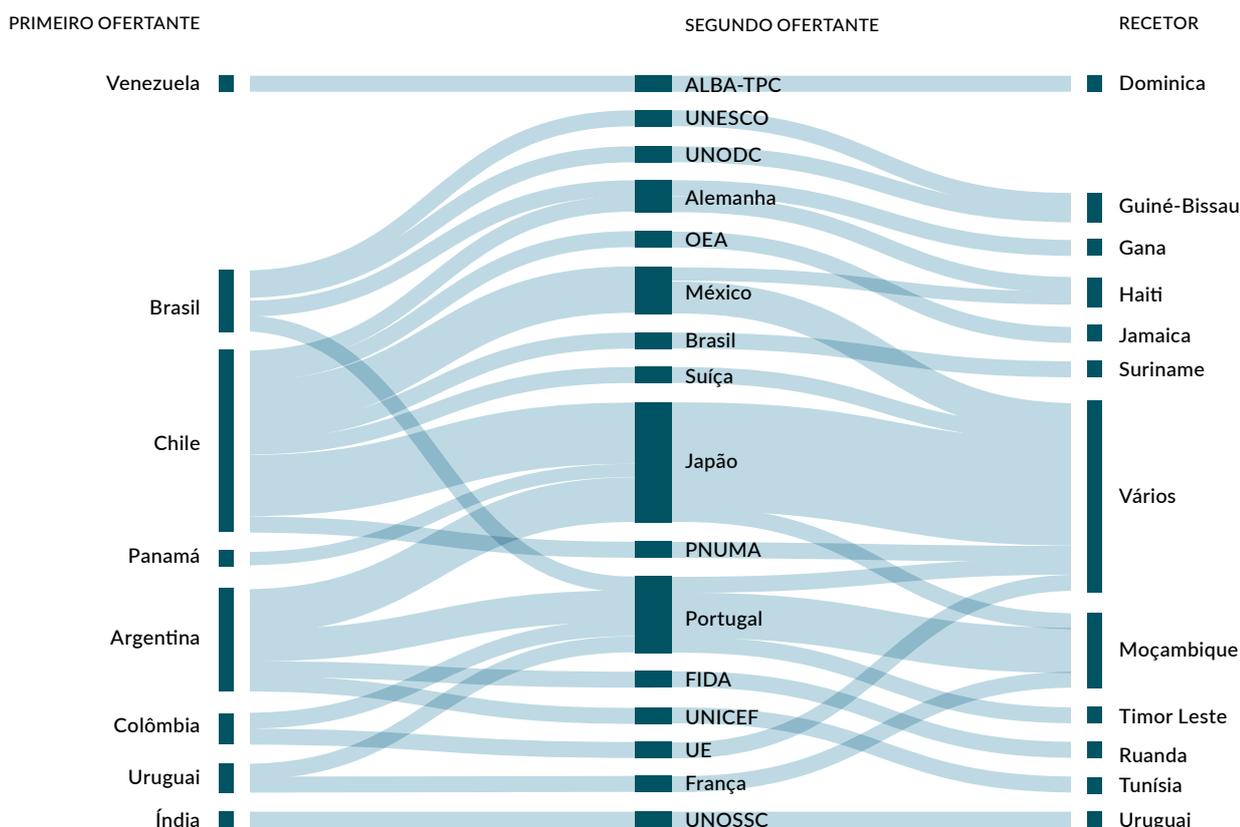
duas etapas com um ponto de viragem em 2015: em concreto, e antes dessa data, os países ibero-americanos apenas registavam as suas experiências com o Caribe não Ibero-Americano;⁷ e só depois desta data passaram a fazê-lo com todas as regiões em desenvolvimento. Mas nem todos o efetuaram com a mesma regularidade: assim, por exemplo, enquanto que a Argentina, México e Colômbia optaram por atualizar as informações relacionadas com esta cooperação todos os anos, outros, tais como o Brasil e Cuba, decidiram fazê-lo apenas em alguns exercícios, uma decisão que pode estar a distorcer os resultados que se obtêm.

Finalmente, nos intercâmbios bilaterais e conforme se depreende das informações de 2019, a Ibero-América tendeu a relacionar-se com as outras regiões, especialmente com o Caribe não Ibero-Americano, África e Ásia a partir do papel de ofertante. Um exemplo da forma como estes se concretizaram, pode observar-se no Quadro IV.6, que apresenta a associação preferencial que a Argentina estabeleceu com a África durante estes anos. A exceção é marcada pelo relacionamento com a Ásia, região com uma participação mais dual e que funcionou como ofertante em 14 das 15 iniciativas de CSS Bilateral nas quais os países ibero-americanos declararam ter participado a partir do papel de recetor.

GRÁFICO IV.13

Iniciativas de CT entre a Ibero-América e outras regiões, conforme o participante e o papel. 2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

⁷ Este facto explica-se principalmente pelo foco que a Ibero-América colocou no Caribe após os devastadores efeitos do terramoto sofrido pelo Haiti em 2010. Consequentemente, o peso relativo desta região sobre o conjunto dos intercâmbios registados entre 2006 e 2019 é de 60%, um valor superior aos 50% correspondentes ao exercício de 2019.

QUADRO IV.7

Portugal e a construção de um quadro institucional que promove a CT da Ibero-América com as regiões em desenvolvimento

De acordo com o Instituto Camões (2020), a cooperação portuguesa tem por objetivo principal “a erradicação da pobreza extrema e o (progresso para um) desenvolvimento sustentável dos países colaboradores, devendo entender-se como um investimento e não como uma despesa, como desenvolvimento e não como ‘assistencialismo’”. Nessa base, a cooperação de Portugal centra-se nas seguintes áreas: educação para o desenvolvimento; género; segurança alimentar e nutricional;

desenvolvimento rural; direitos humanos e boa governação; migrações e refugiados; segurança e desenvolvimento; justiça; ambiente e energia; e saúde.

Para alcançar este objetivo, Portugal subscreveu instrumentos de cooperação com diferentes parceiros e em diversas áreas, diversificando assim os agentes e as alianças preestabelecidas.¹ Entre eles, são de destacar os subscritos com outros países da Ibero-América, com a finalidade de

promover Cooperação Triangular, esta entendida como forma de alavancar recursos adicionais, partilhar experiências e acrescentar o valor de diferentes agentes a favor do desenvolvimento. O seguinte esquema resume o quadro institucional construído por Portugal para esse efeito, a partir da sucessão cronológica das assinaturas dos memorandos de entendimento sobre CT subscritos com a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Peru e Uruguai (Instituto Camões, 2020).

Instrumentos de cooperação em matéria de CT subscritos por Portugal e alguns países ibero-americanos



Fonte: SEGIB a partir do Instituto Camões (2020)

¹ Exemplos disto são, por um lado, a assinatura em novembro de 2019 do Acordo entre Portugal e a SEGIB através do qual se estabeleceu um mecanismo de financiamento do Fundo Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento, que estará à disposição do Instituto Camões e da SEGIB; e, por outro lado, a assinatura em 2020 de um memorando de entendimento com a OCDE para fortalecer a cooperação em áreas que contribuam para melhorar a governação.



Por seu turno, o Gráfico IV.13 apresenta informações relativas à Cooperação Triangular. Com efeito, e a partir de um fluxograma, as 30 iniciativas distribuem-se conforme os países e os organismos que exerceram o papel de primeiro ofertante (caudal esquerdo), segundo ofertante (intermédio) e recetor (à direita). Tal como se pode ver, transferindo capacidades no exercício de primeiro ofertante, destacaram-se o Chile (40% das

iniciativas), Argentina e Brasil, três países que, de forma conjunta, justificaram 75% das ações e projetos finais. De um modo mais pontual, participaram também a Colômbia e o Uruguai, em conjunto com o Panamá, Venezuela e Índia, esta a partir da Ásia.

Esta Cooperação Triangular teve por destino preferencial os países em desenvolvimento do Caribe não Ibero-Americano e da África. Em concreto, e tal

Este contexto permitiu promover numerosas iniciativas de CT, algumas das quais com a Ásia, mas a maior parte delas com a África e, quase sempre, com nações que fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Com efeito, Portugal deu prioridade a Estados lusófonos, tais como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Como parte do esforço para estabelecer a arquitetura institucional anteriormente descrita, os recursos financeiros que possibilitam esta cooperação contam com um “fundo especial alimentado com contribuições voluntárias de entidades públicas e privadas para apoiar ações concretas (...)” (Instituto Camões, 2020).

O fortalecimento desta cooperação, bem como o interesse em relacionar a Ibero-América com outras regiões e em alargar os laços de colaboração no interesse dos países em desenvolvimento, traduzem-se num crescente registo de experiências no SIDICSS: assim, no período 2018-2019, Portugal partilhou com outros

países ibero-americanos o papel de ofertante num total de 5 iniciativas triangulares com a Ásia e a África.

Mais concretamente, são de salientar as seguintes ações e projetos de Cooperação Triangular:

a) Primeiro, e contribuindo para o fortalecimento de capacidades no setor *Agropecuário*, identificam-se, por um lado, o projeto de CT com o Brasil como primeiro ofertante e Moçambique como recetor² em produção sustentável de café e, por outro lado, uma ação para reforçar a cadeia de produção do cacau, com a Colômbia como primeiro ofertante e o Gana e São Tomé e Príncipe como recetores.

b) Outros dois projetos também tiveram por objetivo apoiar o desenvolvimento de Moçambique. O primeiro, no setor da *Saúde*, dedicou-se à prestação de cuidados a pacientes oncológicos e contou com o Uruguai como primeiro ofertante. Esta iniciativa contribuiu para a deteção

e tratamento de doenças oncológicas hematológicas, através da formação de profissionais e técnicos moçambicanos em matéria de Citometria de Fluxo. O segundo, foi realizado no setor da *Ciência e tecnologia*, com a Argentina como primeiro ofertante, e permitiu unir forças nas áreas da biotecnologia, biossegurança, tratamento e reutilização da água e produção de estatísticas e indicadores.

c) Finalmente, deve acrescentar-se a iniciativa promovida por Portugal com a Argentina para fortalecer a formação de jornalistas de Timor Leste. Através da referida iniciativa, abordaram-se várias áreas técnicas do jornalismo (crónica, reportagem, entrevista, redes sociais e rádio), contemplando-se a possibilidade de, no futuro, alargar o intercâmbio de experiências a temas como o design gráfico para jornais e publicações online e o desenvolvimento de bases de dados com vocação jornalística.

² Para mais informações sobre esta iniciativa, consultar o “Quadro V.3 Portugal e Brasil congregam esforços para apoiar a produção sustentável de café em Moçambique”, do Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2019.

Fonte: SEGIB a partir do Instituto Camões (2020) e das Agências e Direções Gerais de Cooperação

como tem vindo a ser habitual nesta modalidade, a casuística mais comum (43% das ocasiões) foi que “vários” recetores (maioritariamente caribenhos) participassem na mesma iniciativa. De forma individual, um terço da cooperação justificou-se pela ação de Moçambique (recetor num máximo de 5 iniciativas), bem como de outros quatro países em desenvolvimento de África (Gana, Guiné-Bissau, Ruanda e Tunísia). Completaram a receção, outras

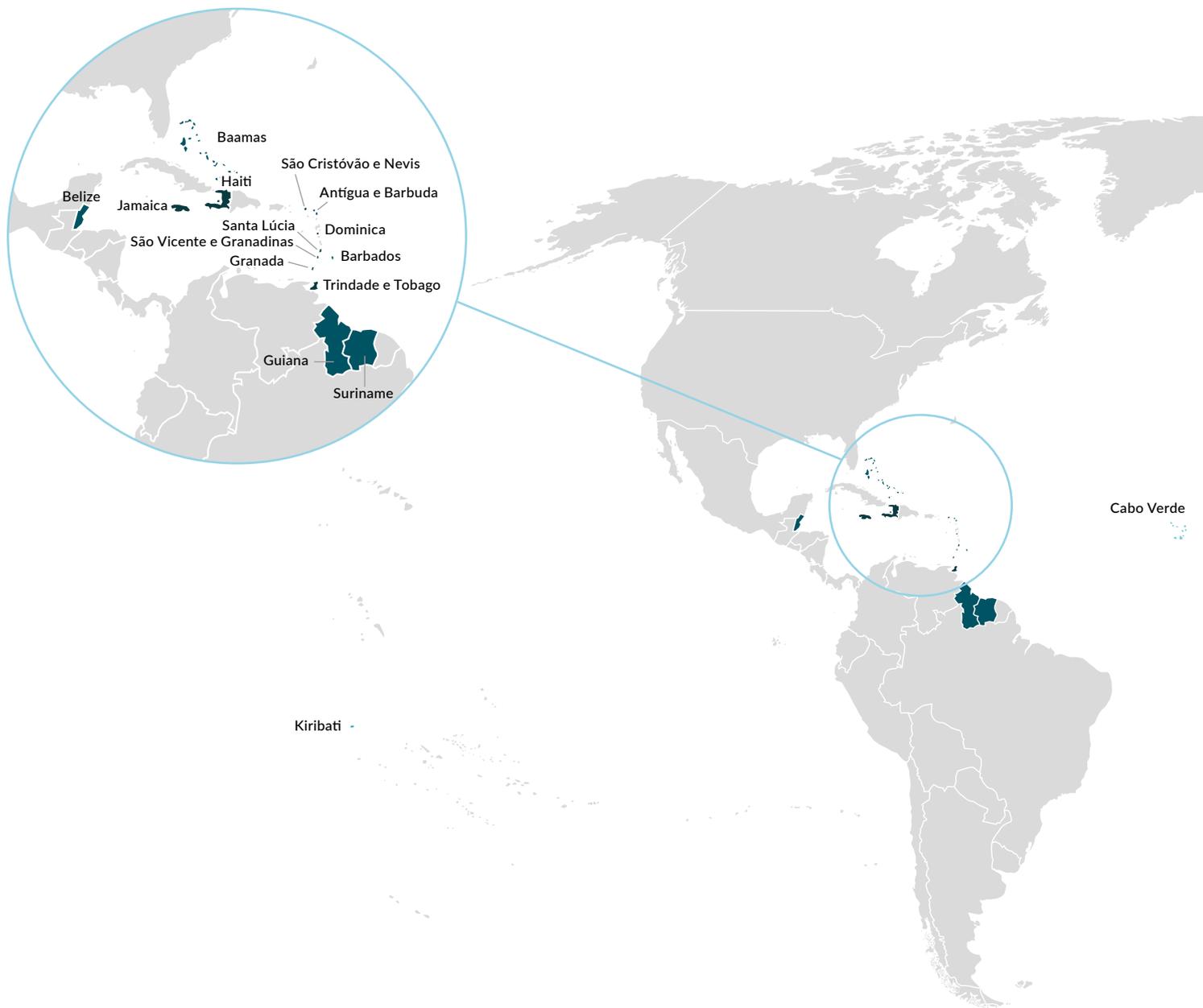
quatro nações caribenhas (Dominica, Haiti, Jamaica e Suriname), a par de Timor Leste, no continente asiático, e de um país ibero-americano (Uruguai).

No que se refere aos organismos multilaterais que apoiaram a Cooperação Triangular que a Ibero-América realizou com outras regiões em desenvolvimento ao longo de 2019, é de salientar dois grandes grupos: por um lado, os pertencentes

GRÁFICO IV.14

Participação dos países em desenvolvimento de outras regiões na Cooperação Sul-Sul inter-regional da Ibero-América. 2019

Em unidades



Legenda: Países conforme o número de iniciativas em que participaram em 2019, independentemente da modalidade e do papel

- Mais de 16
- 5-15
- 3-4
- 2
- 1
- Não se registam projetos

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

ao sistema das Nações Unidas, uma parte deles com especialização setorial (UNESCO, UNICEF, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Escritório das Nações para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) e FIDA); e, por outro lado, os que respondem a uma natureza própria dos esquemas de integração e mecanismos de concertação política, tais como a UE, Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) e OEA.

Finalmente, os dados atrás expostos, bem como os já conhecidos relativos à CSS Regional que, em 2019, se concentrou no intercâmbio de experiências entre os países da Ibero-América e os do Caribe não Ibero-Americano, justificam a distribuição que se obtém no Gráfico IV.14. Na verdade, o mapa resultante distribui os países em desenvolvimento de todo o mundo, conforme a sua participação no total das 288 iniciativas de CSS promovidas em 2019 em conjunto com a Ibero-América, isto independentemente da modalidade e do papel exercido. A diferente importância relativa de cada um deles distingue-se pela cor que lhe é associada, de intensidade crescente à medida que também aumenta o número de iniciativas em que participa, tal como se pode ver na legenda.

/// Todas as regiões aparecem representadas, destacando-se o Caribe não Ibero-Americano, a África e a Ásia ///

Tal como se pode observar, em 2019 envolveram-se nesta CSS um total de 89 países em desenvolvimento não ibero-americanos. De forma coerente com o atrás mencionado, todas as regiões aparecem representadas, destacando-se o Caribe não Ibero-Americano, a África e a Ásia. De facto, até onze nações caribenhas se situam na faixa de valores mais elevada possível, oscilando o número de iniciativas em que participaram entre as 16 de Granada, 33 do Haiti e 56 de Belize. O notável protagonismo de Belize, muito ativo nas três modalidades, mas sobretudo na CSS Regional (27 iniciativas), explica-se pela sua pertença ao SICA e à sub-região da Mesoamérica.

Por sua vez, outros dez países destacados foram os que participaram entre 5 e 15 iniciativas de CSS. Dentro deste grupo, voltaram a surgir países do Caribe não Ibero-Americano, mas emergiram com força outros, pertencentes à África e Ásia, tendo estes últimos em comum terem principalmente participado no papel de ofertantes. Mais concretamente, destacaram-se, por um lado, e em conjunto com os já mencionados Moçambique, Gana, Guiné-Bissau e África do Sul e, por outro lado, com a China, Vietname e Índia.

IV.3.3. Problemas comuns, soluções partilhadas

Durante o ano de 2019, a Ibero-América e outras regiões em desenvolvimento apostaram em trocar experiências de CSS e unir forças para assim tentar enfrentar problemas de desenvolvimento que são globais e que ultrapassam as fronteiras. Neste cenário, e para identificar as prioridades que foram visadas, o Gráfico IV.15 distribui as 288 iniciativas de CSS de 2019 conforme o âmbito de intervenção e o setor de atividade em que cada uma delas se categorizou.

Assim, e tal como se pode observar no referido gráfico, mais de metade (52,8%) da CSS inter-regional de 2019 destinou-se a fortalecer o âmbito Social. Entretanto, uma em cada cinco iniciativas respondeu ao objetivo de apoiar um maior desenvolvimento dos Setores de Produção (19,4%). A restante CSS diversificou-se em torno do Ambiente (10,1%), Fortalecimento Institucional (8,0%), Infraestruturas e Serviços Económicos (7,3%) e criação de Infraestruturas e Serviços Económicos (7,3%); registando um carácter residual a dedicada a Outros âmbitos de intervenção (2,4%).

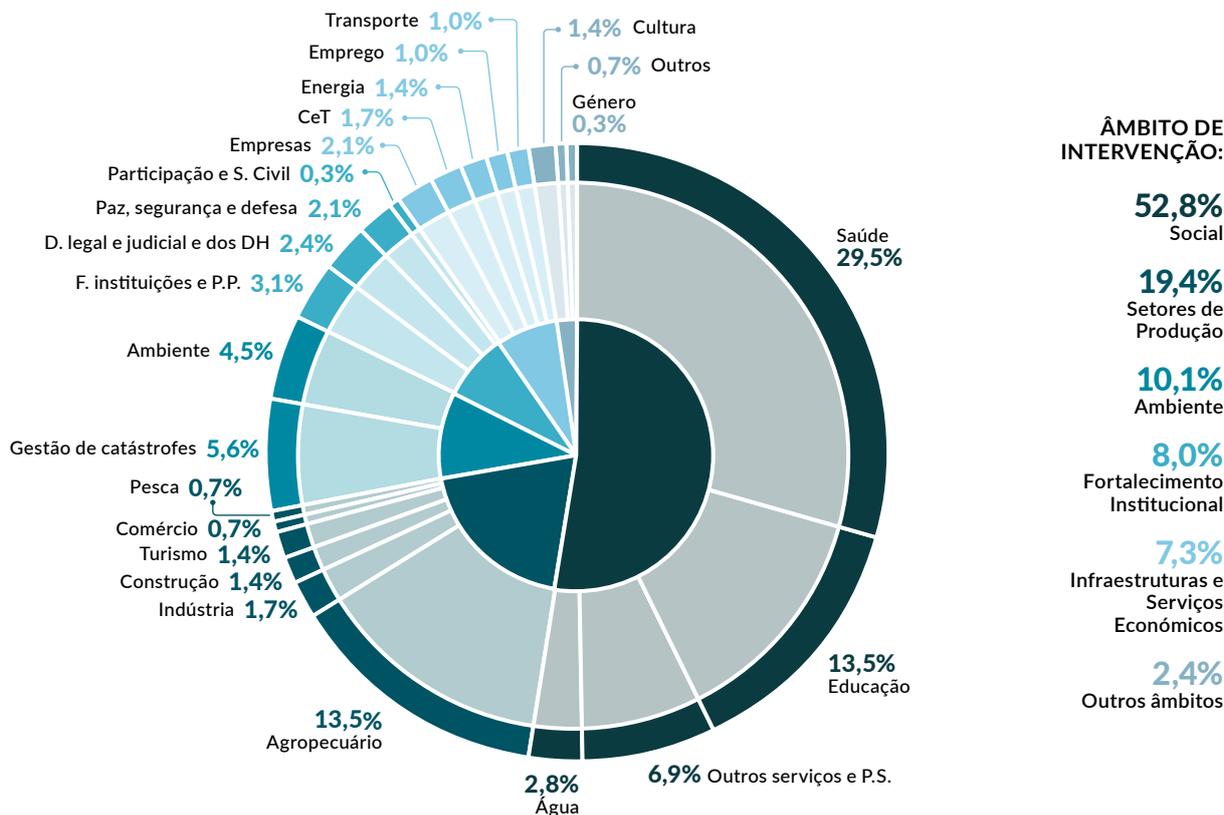
(8,0%) e criação de Infraestruturas e Serviços Económicos (7,3%); registando um carácter residual a dedicada a Outros âmbitos de intervenção (2,4%).

Numa leitura desagregada, entende-se que três dos quatro setores mais importantes de 2019 visaram precisamente problemas sociais, destacando-se o da *Saúde* (3 em cada 10 iniciativas) e, a certa distância, o da *Educação* (13,5%) e o dos *Outros serviços e políticas sociais* (6,9%). Acresce que uma grande parte desta distribuição é determinada pelo impacto do perfil de especialização de Cuba, que durante esse ano foi o principal ofertante de CSS Bilateral a outras regiões. De qualquer modo, e tal como mostra o Quadro IV.8, a solidariedade de Cuba, unida à da Colômbia, Chile, México, Uruguai e Venezuela, contribuiu para fortalecer os sistemas públicos de saúde de muitos outros países em desenvolvimento, melhorando a possibilidade de resposta à crise global provocada pela COVID-19.

GRÁFICO IV.15

Iniciativas da Ibero-América com países em desenvolvimento de outras regiões, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção (todas as modalidades). 2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

QUADRO IV.8

CSS e fortalecimento dos sistemas de saúde: essencial na luta global contra a COVID-19

A pandemia da COVID-19 pôs à prova os sistemas sanitários de todos os países. A saturação dos serviços médicos, inclusive nos países que têm um nível de desenvolvimento relativo maior, evidenciou, uma vez mais, a importância e necessidade de implementar políticas públicas sanitárias mais robustas, contribuir para investir mais capital tecnológico e financeiro e, evidentemente, contar com pessoal médico e sanitário capaz de enfrentar este tipo de desafios em circunstâncias muito adversas. O repto ainda é maior para os países em desenvolvimento, com deficits estruturais nos seus respetivos sistemas.

Neste contexto, é importante salientar o dinamismo da Cooperação Sul-Sul em matéria de *Saúde* entre a Ibero-América e os países em desenvolvimento de outras regiões, reforçando capacidades que foram, sem dúvida, de grande ajuda para enfrentar o desafio da emergência sanitária. Na realidade, em 2019 a *Saúde* foi o setor onde se concentraram mais intercâmbios (quase 30% do total). Trata-se de 85 iniciativas, implementadas em diferentes modalidades, que

facilitaram essa transferência de apoio e conhecimentos da Ibero-América para vários países em desenvolvimento, preferencialmente do Caribe não Ibero-Americano e da África.

Mais especificamente:

- a) Dez destas iniciativas apresentam um perfil realmente diverso, não só em termos de modalidade, mas também de protagonistas. No entanto, destacou-se o papel desempenhado, do lado ibero-americano, pela Colômbia, Chile, México, Uruguai e Venezuela, juntamente com todos os países centro-americanos e, no Caribe e África, pelo Haiti, Dominica, Granada, São Vicente e Granadinas e Santa Lúcia, para além de Moçambique. Trata-se de experiências também diferentes, mas que partilham uma característica: a de contribuírem para fortalecer os sistemas de saúde e consequentemente poderem proporcionar aprendizagens de enorme utilidade para a resposta sanitária à COVID-19. Neste contexto, foram particularmente significativas as experiências explicitamente

fomentadas para reforçar os sistemas públicos de saúde; as que melhoraram o registo, acesso e utilização de toda a população de medicamentos de qualidade; as que se focalizaram na vigilância sanitária e nas redes de laboratórios; e as que estabeleceram um Plano de Emergência que aliviasse uma outra epidemia, a do VIH/SIDA.

- b) No entanto, a maior parte das iniciativas (um total de 75) justificam-se pela aposta realizada há já décadas por Cuba para partilhar a sua reconhecida experiência em matéria de *Saúde* com outros países em desenvolvimento. Esta CSS articula-se em torno de três grandes programas, que são: o Programa Integral de Saúde, as múltiplas bolsas de estudo de licenciatura e a Operação Milagre. Mais concretamente:

- O *Programa Integral de Saúde* teve início em 1998 em resposta ao desastre social e humanitário provocado por outra emergência: a causada pela passagem dos Furacões George e Mitch na América Central. A partir desse ano, o →

Outro setor relevante, o terceiro em importância relativa, foi o *Agropecuário*, para o qual se orientaram 39 iniciativas de CSS, equivalentes a 13,5% das registadas em 2019. Nesta matéria, o intercâmbio de experiências procurou fortalecer as cadeias de produção e comercialização de produtos como o cacau e o arroz, bem como os de origem animal; avançar na direção de uma agricultura sustentável,

desenvolvendo tecnologias bioinoculantes; melhorar a gestão da saúde animal e vegetal e conseguir uma maior segurança alimentar; para além de contribuir para a luta contra a mudança climática e os seus piores efeitos (destacando-se os provocados pelas secas), a partir de um reforço das competências técnicas e, em particular, da biossegurança.

programa beneficiou mais de 164 países de todo o mundo. O Programa foi concebido com uma visão integral da saúde como um direito e um bem que deve ser proporcionado e garantido pelo Estado aos seus cidadãos. Envolve o envio de brigadas médicas aos países para formar recursos humanos e simultaneamente prestar serviços em zonas rurais ou afetadas por diferentes formas de vulnerabilidade. Nas palavras de Jiménez (2009):

O Programa está organizado para responder às necessidades determinadas pelo país que recebe a assistência, oferecendo não só apoio médico à população, mas também ajudando os países recetores a melhorar a organização dos serviços e a preparar o pessoal médico e paramédico que enfrentará e dará continuidade ao trabalho iniciado pelas brigadas médicas cubanas, com uma visão futurista e sustentável. (p.7)

- Por sua vez, as bolsas de licenciatura foram fundamentais para apoiar a formação de milhares de estudantes procedentes de diferentes partes do mundo em diversas áreas da saúde, particularmente na *Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM)*, um campus universitário impulsionado por Cuba no final dos anos noventa e com sede no próprio país.¹ Assim, de acordo com o Anuário Estatístico de Saúde de 2019, no ano letivo 2019-2020 Cuba formou 7.726 estudantes estrangeiros em diferentes cursos de saúde; 7.147 no Programa de Medicina e 579 em licenciaturas relacionadas com especialidades que vão da nutrição até à higiene e epidemiologia (p.188).
- Entretanto, a partir de 2005 Cuba tem vindo a promover o Programa Operação Milagre, que oferece cuidados médicos a populações vulneráveis com patologias oculares e que não podem ser atendidas nos sistemas nacionais de saúde. Uma vez mais, dá apoio à formação de profissionais da saúde

no campo da oftalmologia por forma a garantir o conhecimento apropriado que posteriormente é reproduzido. No final de 2019, tinham beneficiado deste Programa mais de 3.144.000 de pacientes provenientes de mais de 30 países (Díaz, 2020).

Finalmente, e num contexto tão excecional como o provocado pela pandemia da COVID-19, não podemos deixar de mencionar que, durante o ano 2020, a reconhecida experiência de Cuba (não só relacionada com a Saúde mas também com a resposta à emergência), explica que este país não duvidasse em enviar um grande número de pessoal dos serviços de saúde a países de América Latina e do Caribe (Venezuela, Nicarágua, Granada, Suriname, Jamaica, Haiti, Belize, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda, Santa Lúcia e São Cristóvão e Nevis), e também a outros como a Andorra e Itália (Somos Ibero-América, 2020). Trata-se de um exercício de solidariedade que transcende as modalidades habituais de cooperação e que evidencia a importância de unir forças, de todos e para todos, a fim de ultrapassar o desafio com que o mundo se confronta.

Fonte: SEGIB a partir de Díaz (2020), Jiménez (2009), Ministério da Saúde Pública de Cuba (2020), Somos Ibero-América (2020) e Agências e Direções Gerais de Cooperação

¹ É de salientar que na ELAM não só se formam estudantes na área da saúde, mas também nos âmbitos desportivo, pedagógico e cultural.

Merecem uma menção especial as cerca de 30 iniciativas que, em proporções semelhantes, se dedicaram à *Gestão de catástrofes* e ao *Ambiente*. Em grande parte delas volta a estar presente a luta contra a mudança climática e a gestão integral de riscos contra os seus efeitos mais nocivos, bem como tudo o que se relaciona com a preservação da biodiversidade. É de acrescentar que o facto

de que uma grande parte das problemáticas abordadas neste âmbito tivesse uma natureza transfronteiriça, explica que muitas destas iniciativas se executassem na modalidade de CSS Regional e contassem com a participação de países em desenvolvimento da América Latina e do Caribe.

Finalmente, a conjugação de esforços para encontrar soluções partilhadas para problemas comuns, ajuda a fazer avançar o Desenvolvimento Sustentável, de acordo com os compromissos assumidos com a Agenda 2030. A pandemia da COVID-19 põe em risco a sua obtenção e por isso torna-se ainda mais importante tentar identificar até onde se tinha avançado antes da crise sanitária, económica e social com que o mundo se depara. Para este efeito, elaborou-se o Gráfico IV.16, que distribui as 288 iniciativas em torno das quais se executou a CSS inter-regional de 2019, conforme o seu potencial alinhamento com um ODS principal (100% dos casos) e, eventualmente (em cerca de 80% dos intercâmbios), com um ODS secundário.

Tal como se pode observar no Gráfico IV.16, o alinhamento dos ODS é coerente com o perfil de capacidades fortalecidas, especialmente nos âmbitos Social e dos Setores de Produção e, em menor medida, do Ambiente. Com efeito, um total de 86 iniciativas, equivalentes a mais de um terço das totais, puderam potencialmente contribuir para fazer avançar a obtenção do ODS 3 Saúde e bem-estar. Seguiram-se, a certa distância, com cerca de outros 30% das iniciativas, as contribuições para o ODS 4 Educação de qualidade e ODS 2 Erradicar a fome. A restante cooperação esteve substancialmente diversificada, destacando-se, no entanto, a contribuição conjunta (de 23,3%) para quatro Objetivos: o ODS 8 Trabalho digno e crescimento económico, ODS 9 Indústria, inovação e infraestruturas, ODS 13 Ação climática e ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes.

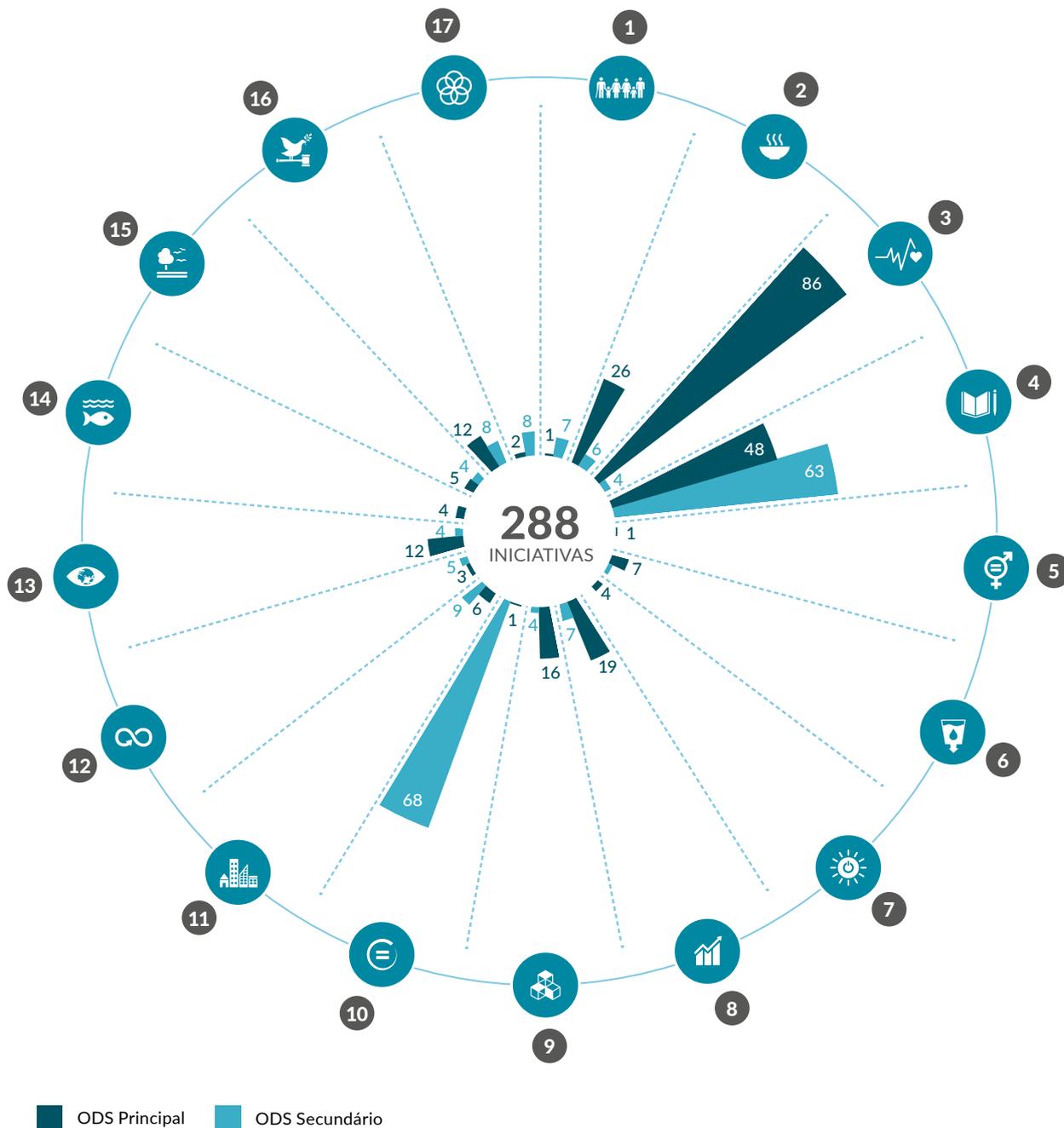
Por sua vez, os Objetivos de Desenvolvimento que emergem com mais força em termos secundários, relacionam-se com o impacto que, a partir da ação principal, se provoca a favor de sociedades mais igualitárias, bem como com a possibilidade oferecida pela ligação entre cooperação e formação para proporcionar à população maiores capacidades técnicas e profissionais, especialmente no âmbito da saúde. Assim se entende que mais de metade das iniciativas de 2019 tenham visado, num segundo nível, o ODS 10 Redução das desigualdades e ODS 4 Educação de qualidade.

*/// Mais de um terço das totais,
puderam potencialmente
contribuir para fazer
avançar a obtenção do
ODS 3 Saúde e bem-estar ///*

GRÁFICO IV.16

Iniciativas da Ibero-América com países em desenvolvimento de outras regiões, conforme o ODS principal e ODS secundário (todas as modalidades). 2019

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação



FICHAS-PAÍS

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL E TRIANGULAR NA
IBERO-AMÉRICA 2020

sulsul

ARGENTINA

200

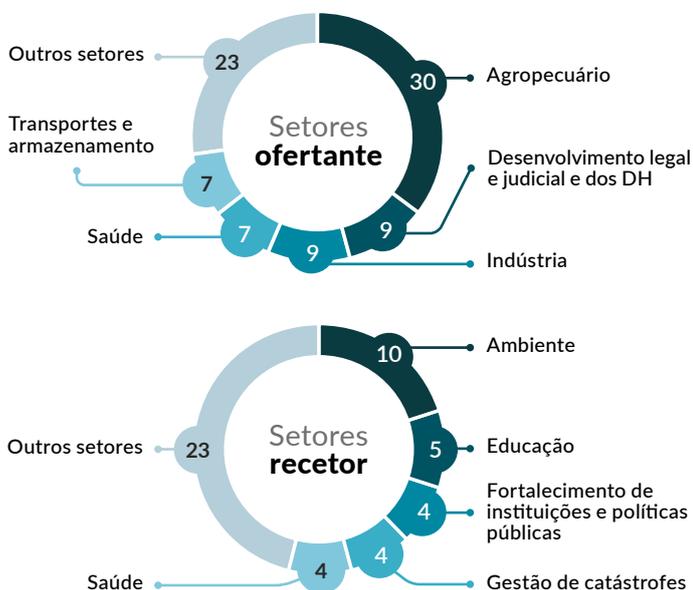
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 2, 11 e 9



PRINCIPAIS PARCEIROS



Em 2019, a Argentina manteve em execução 200 ações, projetos e programas de cooperação. A maior parte destas iniciativas foi desenvolvida no contexto da CSS Bilateral (53,5%), enquanto que 32% corresponderam à CSS Regional e os restantes 14,5% à Cooperação Triangular. Nas iniciativas bilaterais, a Argentina participou principalmente no papel de ofertante, enquanto que nas triangulares, combinou o exercício de primeiro ofertante transferindo capacidades, com o de recetor.

Através destes intercâmbios, a Argentina pôde partilhar com os seus parceiros experiências em matérias relacionadas com os setores da Agropecuária, Desenvolvimento legal e judicial e dos DH, Indústria, Saúde e Transportes e armazenamento. Por sua vez, o intercâmbio com

outros países contribuiu para fortalecer as capacidades argentinas em questões relacionadas com o Ambiente, Educação, Fortalecimento de instituições e políticas públicas, Gestão de catástrofes, Saúde e outras.

Ao longo de 2019, a Argentina realizou intercâmbios com outros parceiros regionais e extra-regionais, entre os quais se destacaram o Chile, Brasil, Paraguai e Uruguai. A participação do país na CSS e Triangular desse ano, contribuiu principalmente para a obtenção do ODS 2 (Fome zero), ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

BOLÍVIA

106

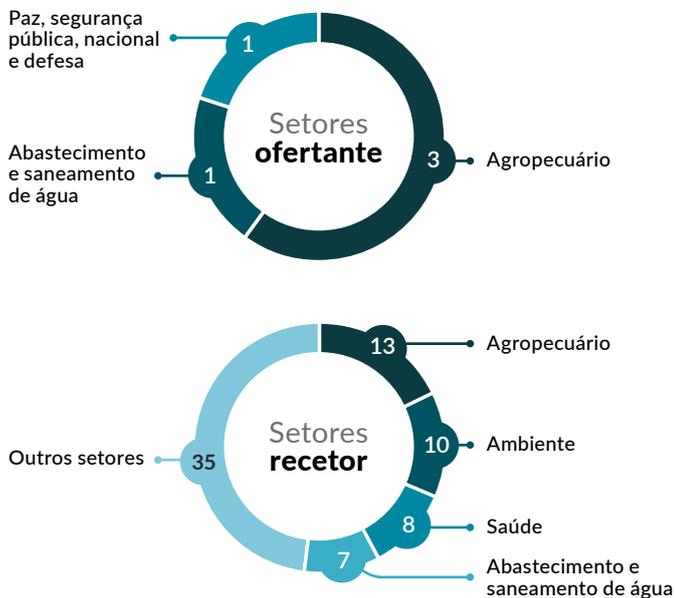
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 2, 3, 6 e 11



PRINCIPAIS PARCEIROS



Em 2019, a Bolívia manteve em execução 106 ações, programas e projetos de cooperação. Pouco mais de metade dessas iniciativas foram realizadas na modalidade de CSS Bilateral (51%), 29% através de CSS Regional e 20% de Triangular. Os seus principais parceiros foram o Peru, Brasil e Colômbia.

Nas modalidades Bilateral e Triangular, a Bolívia participou nas iniciativas exercendo maioritariamente o papel de recetor, tendo as ações no papel de ofertante sido mais pontuais. Através destes intercâmbios, o país reforçou as suas capacidades e conhecimentos, entre outros, nos setores da *Agropecuária*, *Ambiente*, *Saúde* e *Abastecimento e saneamento de água*. Nos casos em que a Bolívia

ofereceu a sua experiência a outros parceiros ibero-americanos, fê-lo em temas relacionados com a *Agropecuária*, *Abastecimento e saneamento de água* e *Paz, segurança pública, nacional e defesa*.

Cumprindo o seu compromisso para com a Agenda 2030, as mais de 100 iniciativas em que a Bolívia participou contribuíram para fazer avançar a implementação do ODS 2 (Fome zero), ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 6 (Água potável e saneamento) e ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis).

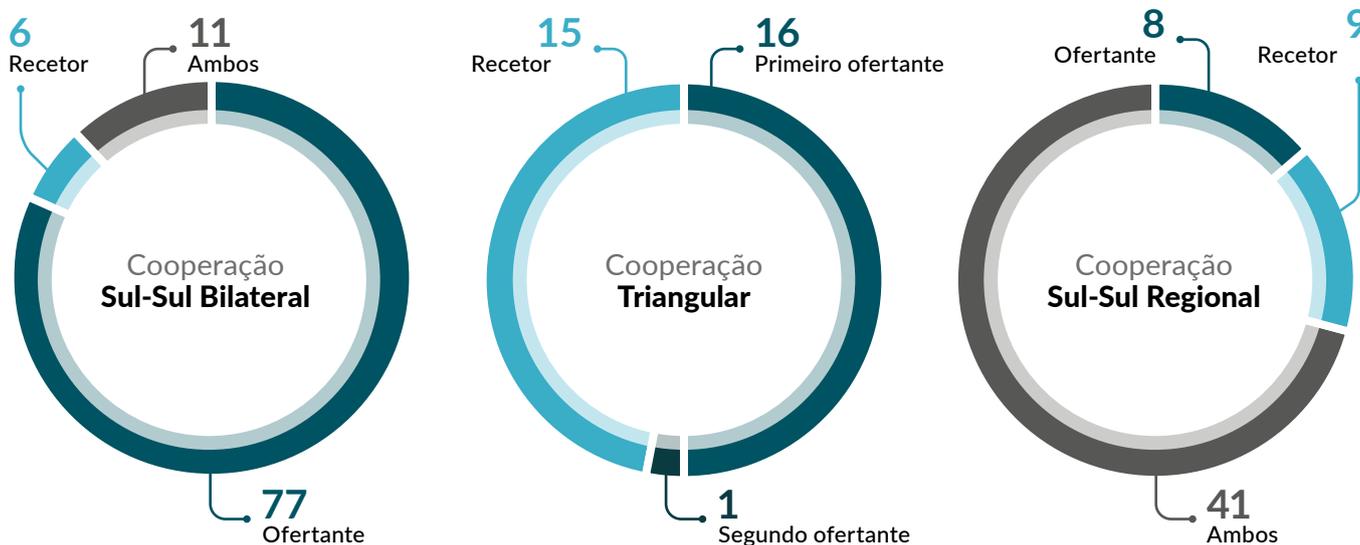
Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

BRASIL

184

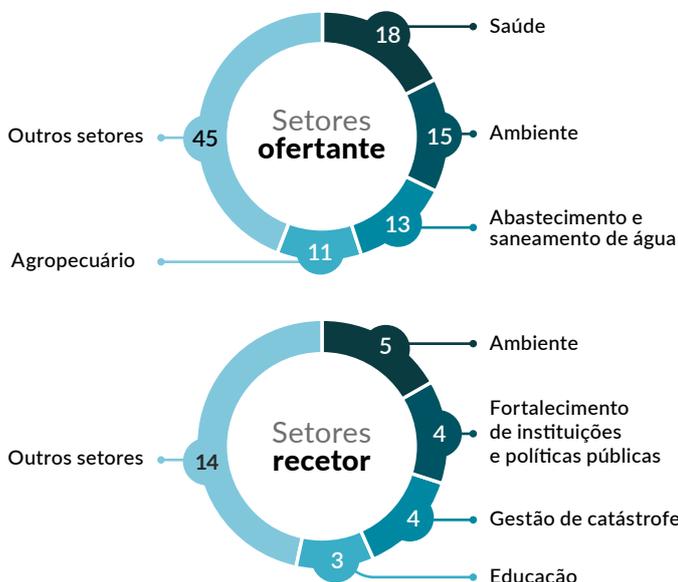
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 3, 11 e 6



PRINCIPAIS PARCEIROS



através de diferentes iniciativas que englobaram vários domínios, principalmente relacionados com o Ambiente, Fortalecimento de instituições e políticas públicas, Gestão de catástrofes e Educação.

Durante 2019, os principais parceiros do Brasil foram a Argentina, Uruguai, Paraguai e Peru. O conjunto da cooperação promovida permitiu contribuir para fazer avançar a realização do ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 6 (Água potável e saneamento).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

No decorrer de 2019, o Brasil participou em 184 ações, projetos e programas de cooperação. Metade realizou-se na modalidade de CSS Bilateral (51%), praticamente um terço (32%) através de cooperação Regional, e os últimos 17%, a partir da Triangular. Embora o Brasil tivesse participado nesta cooperação combinando o exercício de vários papéis, prevaleceram os relacionados com a oferta e a transferência de capacidades.

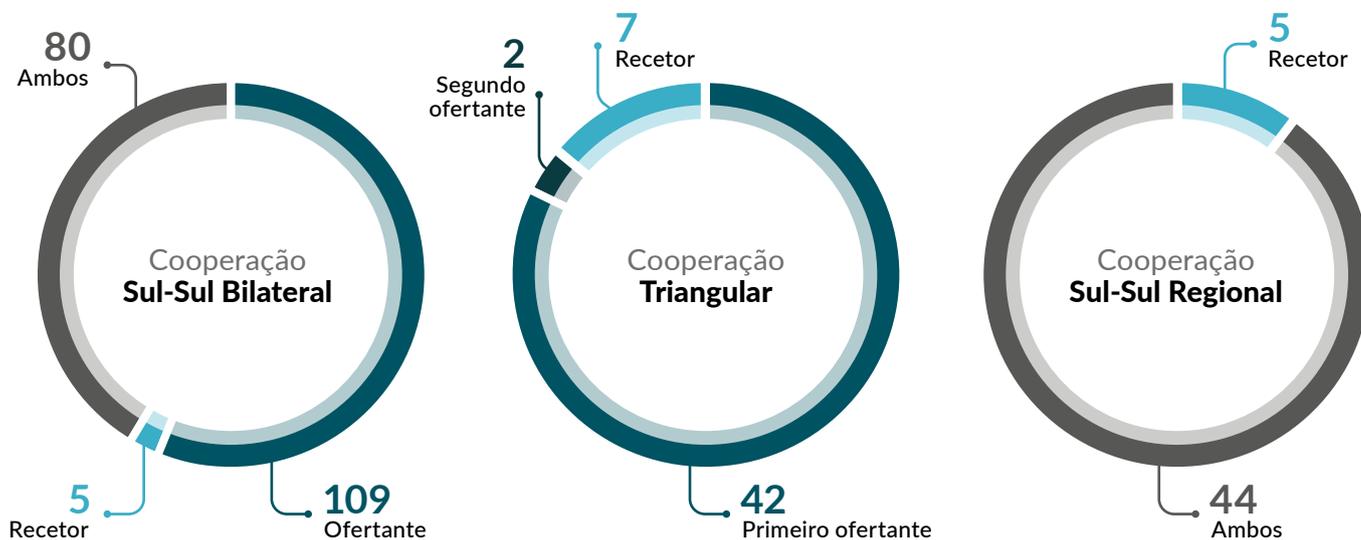
Com esta combinação de modalidades e papéis, a CSS e Triangular em que o Brasil participou em 2019 permitiram ao país partilhar a sua experiência, entre outros, em setores como o da Saúde, Ambiente, Abastecimento e saneamento de água e Agropecuário; bem como reforçar a sua própria experiência

CHILE

294

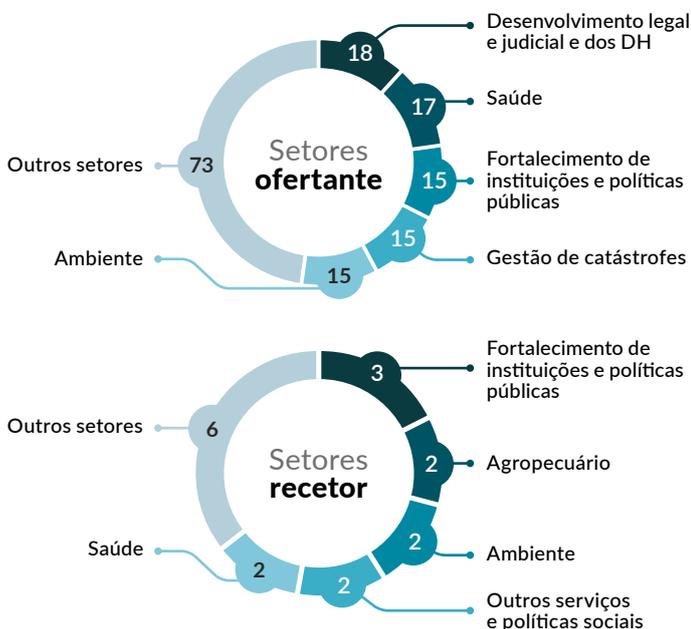
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 11, 16 e 3



PRINCIPAIS PARCEIROS



Ao longo de 2019, o Chile manteve em execução 294 ações, projetos e programas de cooperação. Praticamente 2 em cada 3 destas quase 300 iniciativas foram executadas num contexto Bilateral, enquanto que o terço restante se distribuiu em proporções equivalentes pelas modalidades Regional e Triangular (17% do total das iniciativas em cada caso).

O Chile participou nesta cooperação exercendo principalmente o papel de ofertante, mas também combinando-o com o de recetor, um facto que fez com que no seu perfil o exercício do papel *ambos* explicasse 40% das suas ações na modalidade bilateral e cerca de 90% das regionais. Em resultado destes intercâmbios, o país pôde transferir para outros parceiros a sua experiência em *Desenvolvimento legal e judicial e dos DH*,

Saúde, Fortalecimento de instituições e políticas públicas, Gestão de catástrofes e Ambiente; tendo simultaneamente reforçado os seus conhecimentos e capacidades em matéria de *Fortalecimento de instituições e políticas públicas, Agropecuária, Ambiental, Outros serviços e políticas sociais e Saúde*.

A CSS e Triangular do Chile foram particularmente intensas com os seus parceiros do México, Argentina e Peru e, no seu conjunto, através destes intercâmbios pôde potencialmente contribuir para a realização do ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) e ODS 3 (Saúde e bem-estar).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

COLÔMBIA

218

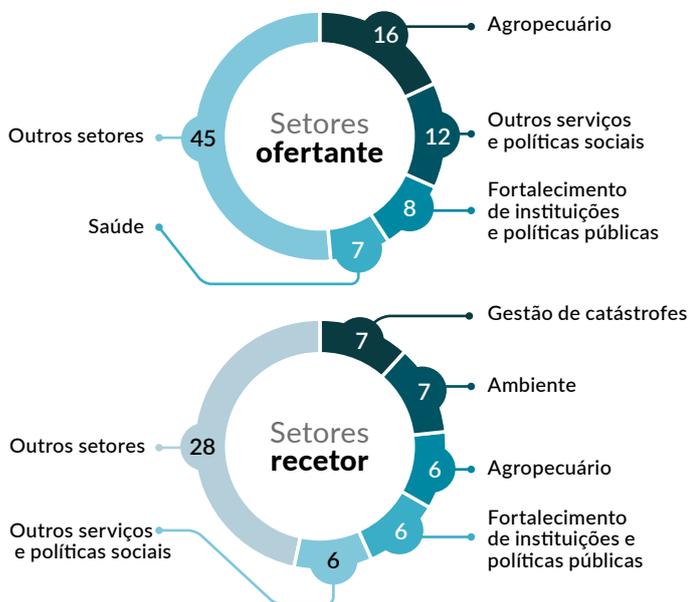
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 16, 8 e 11



PRINCIPAIS PARCEIROS



Durante 2019, a Colômbia participou em 218 ações, projetos e programas de cooperação. Cerca de 60% dessas iniciativas tiveram lugar na modalidade de CSS Bilateral e os restantes 40% distribuíram-se entre as de CSS Regional (27%) e Cooperación Triangular (14%). Os seus principais parceiros ibero-americanos foram o Peru, México e Costa Rica

A Colômbia combinou o exercício dos diferentes papéis, tendo-se porém destacado no de ofertante, principalmente na modalidade Bilateral. Através de mais de 200 iniciativas, a Colômbia transferiu para os seus parceiros a experiência dos setores *Agropecuário*, *Outros serviços e políticas sociais*, *Fortalecimento de instituições e*

políticas públicas e *Saúde*. Por sua vez, também reforçou as suas capacidades e conhecimentos no que respeita, entre outros, à *Gestão de catástrofes*, *Ambiente*, *Agropecuário*, *Fortalecimento de instituições e políticas públicas* e *Outros serviços e políticas sociais*.

O conjunto da participação da Colômbia na CSS e Triangular de 2019 contribuiu para que a região avançasse na obtenção do ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), ODS 8 (Trabalho digno e crescimento económico) e ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis).

COSTA RICA

149

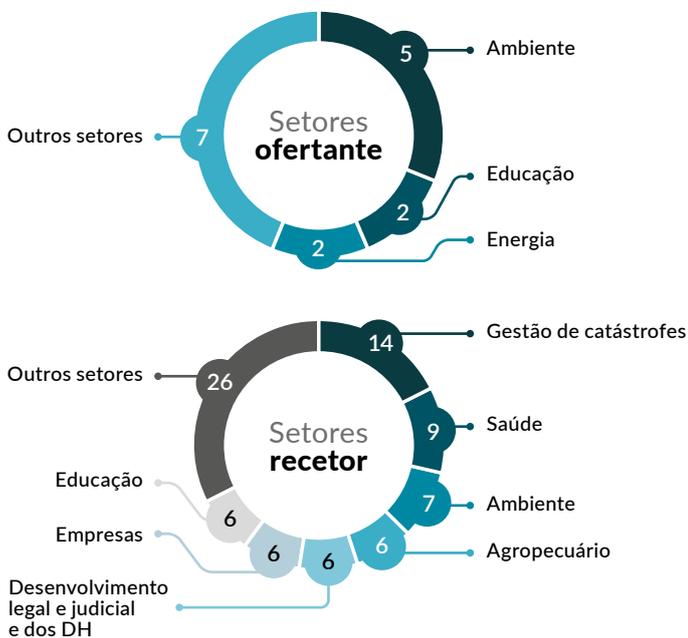
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 3, 11, 13 e 9



PRINCIPAIS PARCEIROS



Em 2019, a Costa Rica manteve em execução 149 ações, projetos e programas de cooperação. A maior parte destas iniciativas foram promovidas na modalidade de CSS Regional (44%), seguidas em igual proporção pelas realizadas nas modalidades de CSS Bilateral e Cooperação Triangular (28% cada uma). Entre os seus principais parceiros, destacaram-se a Guatemala, Panamá e El Salvador.

Embora a Costa Rica tenha combinado o exercício de papéis nas três modalidades de cooperação reconhecidas no espaço ibero-americano, é de salientar a sua crescente participação como ofertante nas iniciativas de Cooperação Triangular. Dessa forma, pôde transferir experiências e aprendizagens em *Ambiente, Educação*

e *Energia*; isto para além de fortalecer as suas próprias capacidades e conhecimentos em *Gestão de catástrofes, Saúde, Ambiente, Agropecuário, Desenvolvimento legal e judicial e dos DH, Educação e Empresa*, entre outros.

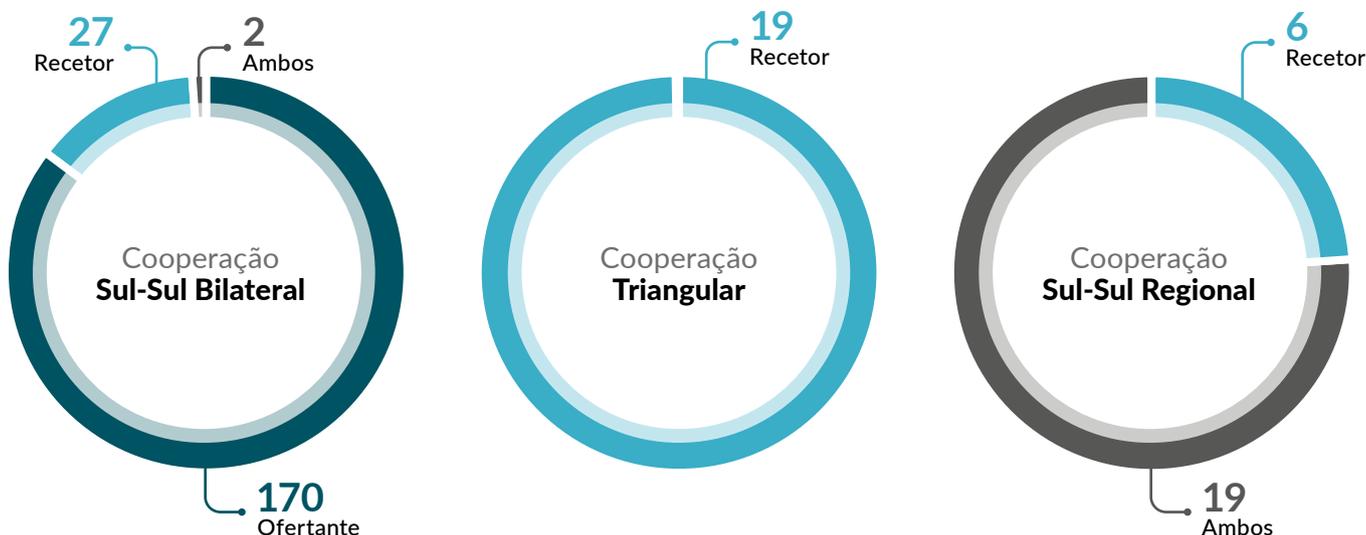
Graças aos esforços realizados no contexto desta cooperação, a Costa Rica pôde principalmente contribuir para a concretização do ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), ODS 13 (Ação climática) e ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas).

CUBA

243

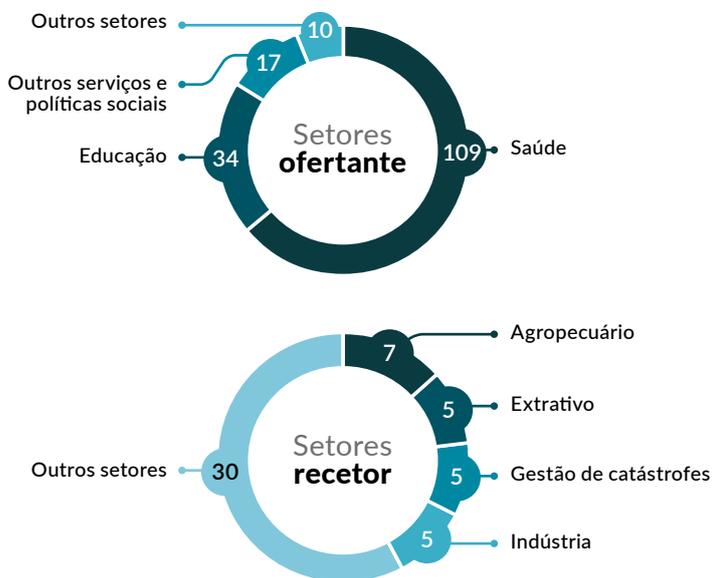
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 3, 4 e 11



PRINCIPAIS PARCEIROS



Ao longo de 2019, Cuba participou em cerca de 250 ações, projetos e programas de cooperação. Oito em cada dez iniciativas tiveram lugar na modalidade de CSS Bilateral. Os restantes 18%, distribuíram-se em proporções semelhantes, entre as executadas na modalidade Regional (10%) e na Triangular (8%).

Embora Cuba tivesse combinado o exercício de vários papéis, o de ofertante foi claramente preponderante na modalidade bilateral, chegando a justificar cerca de 86% do total intercambiado. Através desta cooperação, Cuba contribuiu para reforçar capacidades de dimensão maioritariamente social, nas áreas da Saúde, Educação, Outros serviços e políticas sociais e outras. Por outro lado, como recetor

foi-lhe possível enriquecer a sua experiência em questões de natureza mais económica, tais como na dos setores Agropecuário, Extração e Indústria; para além de a ter reforçado em Gestão de catástrofes.

Para a execução destas 243 iniciativas, Cuba criou parcerias com vários países, de entre os quais se destacam o México, Colômbia e Argentina. Através destes intercâmbios, Cuba contribuiu para o cumprimento do ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 4 (Educação de qualidade) e ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

EQUADOR

116

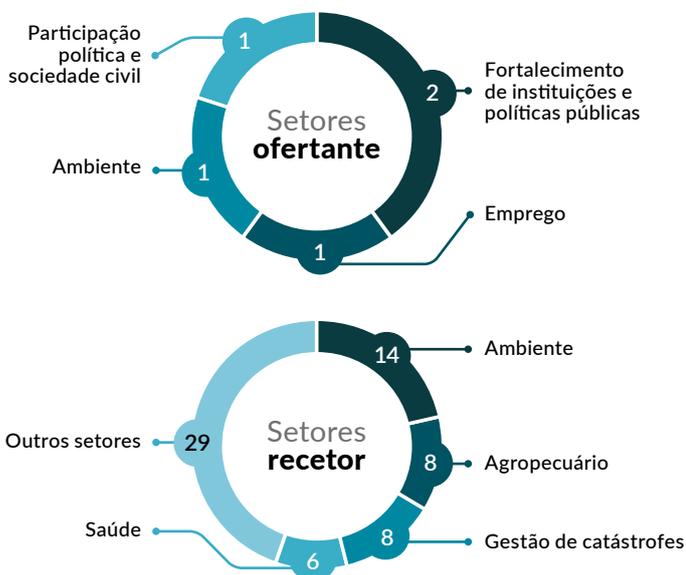
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 11, 16, 2 e 15



PRINCIPAIS PARCEIROS



No decorrer de 2019, o Equador manteve em execução 116 ações, projetos e programas de cooperação. As iniciativas de CSS Bilateral e CSS Regional representaram, em cada caso, 4 em cada 10 das que finalmente foram executadas, enquanto que as triangulares justificaram 23% das totais. De entre os parceiros com que maioritariamente cooperou, são de destacar o Chile, Peru e Colômbia.

Na maior parte dos intercâmbios, o Equador exerceu o papel de recetor, o que lhe permitiu identificar e aprender com as experiências de outros parceiros em setores tais como o Ambiente, Agropecuário, Gestão de catástrofes, Saúde e outros. Por seu turno, nos casos em que exerceu o papel de ofertante, o Equador

contribuiu para fortalecer as capacidades de outros países em matérias relacionadas com o Fortalecimento de instituições e políticas públicas, Emprego, Ambiente e Participação política e sociedade civil.

Graças aos esforços realizados no contexto desta cooperação, a CSS e Triangular do Equador pôde contribuir para fazer avançar a concretização do ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), ODS 2 (Fome zero) e ODS 15 (Proteger a vida terrestre).

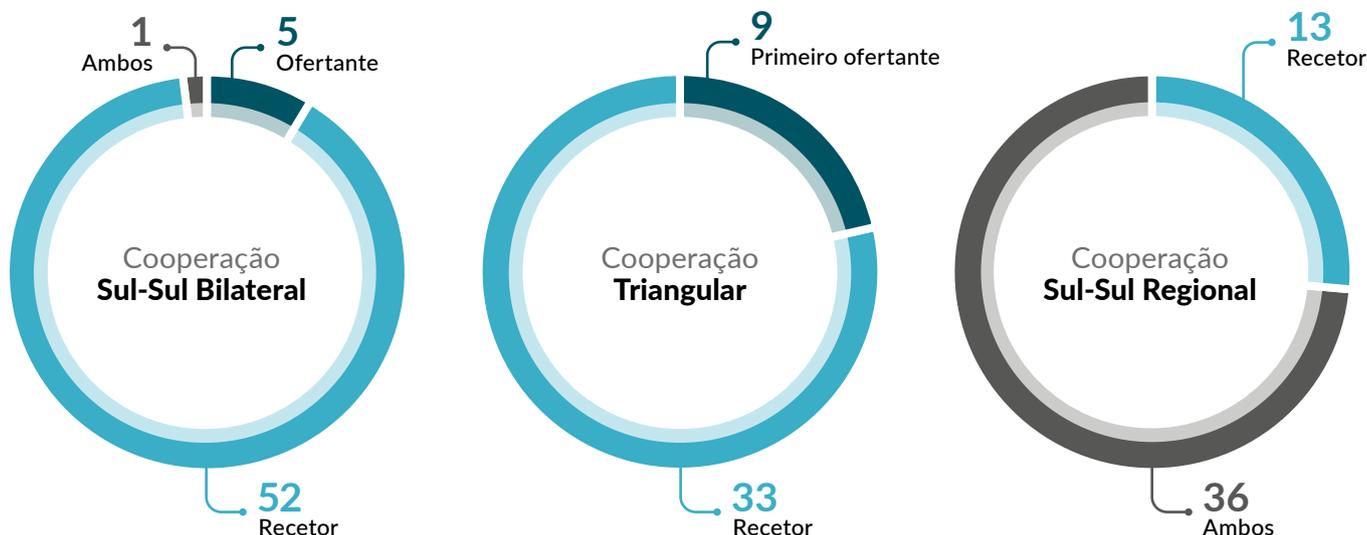
Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

EL SALVADOR

149

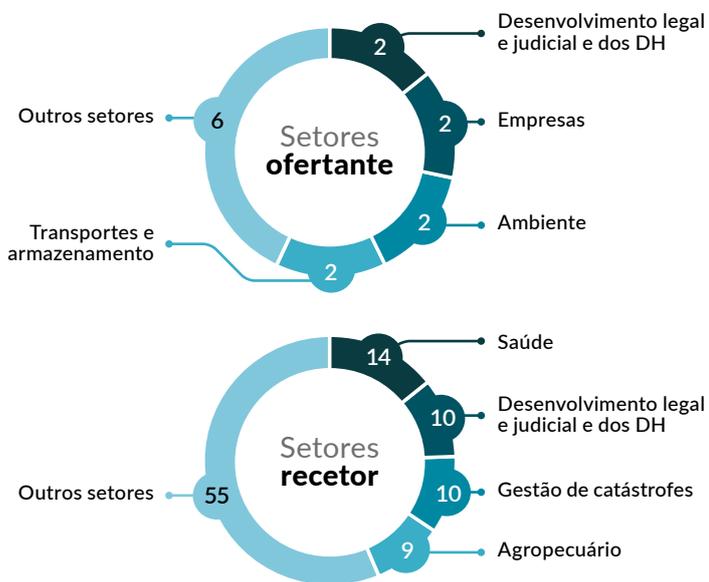
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 3, 16 e 13



PRINCIPAIS PARCEIROS



Em 2019, El Salvador manteve em execução 149 ações, projetos e programas de cooperação, cuja maioria foi executada na modalidade de CSS Bilateral (39%). Seguiram-nos, em termos de participação relativa, as iniciativas de caráter Regional (33%) e as triangulares (28%).

Muito embora El Salvador tenha participado na cooperação de 2019 num papel preponderantemente recetor, cabe assinalar o seu crescente envolvimento como primeiro ofertante de Cooperação Triangular. Os intercâmbios permitiram que o país fortalecesse os seus conhecimentos e capacidades, entre outras, nas áreas da *Saúde*, *Desenvolvimento legal e judicial e dos DH*, *Gestão de catástrofes* e *Agropecuária*; e que transferisse para os seus parceiros a experiência acumulada em *Desenvolvimento legal e judicial e dos DH*, *Empresas*, *Ambiente* e *Transportes e armazenamento*, entre outros.

No conjunto da CSS e Triangular em que El Salvador participou em 2019, são de salientar três parceiros também centro-americanos: a Costa Rica, Honduras e Guatemala. Através da cooperação realizada, El Salvador pôde contribuir para que a região avançasse na concretização do ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) e ODS 13 (Ação climática).

GUATEMALA

128

PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades

ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 16, 13 e 9



PRINCIPAIS PARCEIROS



Em 2019, a Guatemala manteve em execução 128 ações, projetos e programas de cooperação. 42% corresponderam a iniciativas de CSS Regional, às executadas na modalidade Bilateral (35%) e cerca de uma quarta parte (23%) às implementadas através de triangulações. Na maior parte destes intercâmbios, os seus parceiros foram também centro-americanos: Costa Rica, Honduras e El Salvador.

No conjunto destes intercâmbios, a Guatemala exerceu principalmente o papel de recetor, o que lhe permitiu fortalecer as suas capacidades em diversos domínios relacionados, entre outros, com o *Desenvolvimento legal e judicial e dos DH*, *Gestão de*

catástrofes, *Ambiente* e *Paz, segurança pública, nacional e defesa*. Por sua vez, exerceu o papel de primeiro ofertante de cooperação numa iniciativa de Cooperação Triangular relacionada com a *Saúde*.

Graças aos esforços realizados no contexto destes intercâmbios, a CSS e Triangular da Guatemala pôde contribuir para que a região fizesse avançar a concretização do ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), ODS 13 (Ação climática) e ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

HONDURAS

146

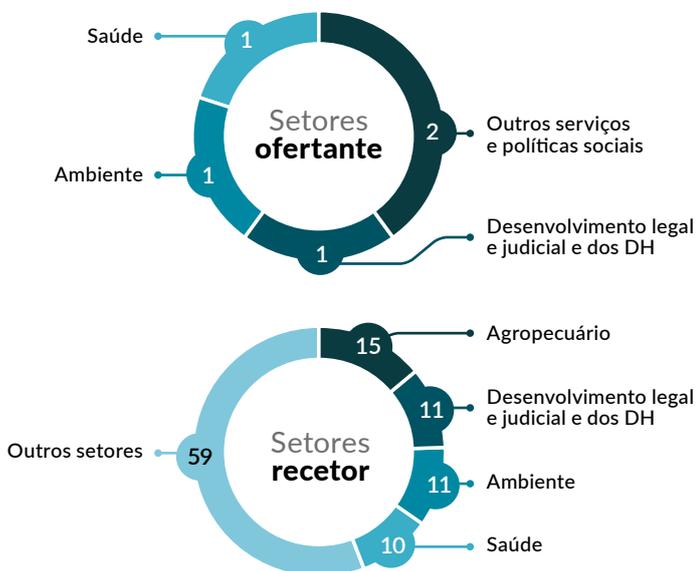
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 13, 16 e 3



PRINCIPAIS PARCEIROS



Em 2019, as Honduras mantiveram em execução 146 ações, projetos e programas de cooperação. Em 49% dos casos tratou-se de iniciativas realizadas na modalidade de CSS Bilateral. As 51% restantes iniciativas foram executadas através de CSS Regional (34% do total) e Triangular (17%). Os seus principais parceiros foram três países centro-americanos: El Salvador, Guatemala e Costa Rica.

As Honduras participaram nesta cooperação, principalmente exercendo o papel de recetor. Isto permitiu que o país reforçasse os seus conhecimentos e experiências em diversos temas relacionados com a *Agropecuária, Desenvolvimento legal e judicial e dos DH, Ambiente, Saúde* e outros setores. Nas ocasiões em que exerceram o papel de

ofertante, as Honduras contribuíram para fortalecer as capacidades dos seus parceiros em várias áreas ligadas a *Outros serviços e políticas sociais, Desenvolvimento legal e judicial e dos DH, Ambiente e Saúde*.

O conjunto da CSS e Triangular em que as Honduras participaram, contribuiu para fazer avançar a obtenção do ODS 13 (Ação climática clima), ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) e ODS 3 (Saúde e bem-estar).

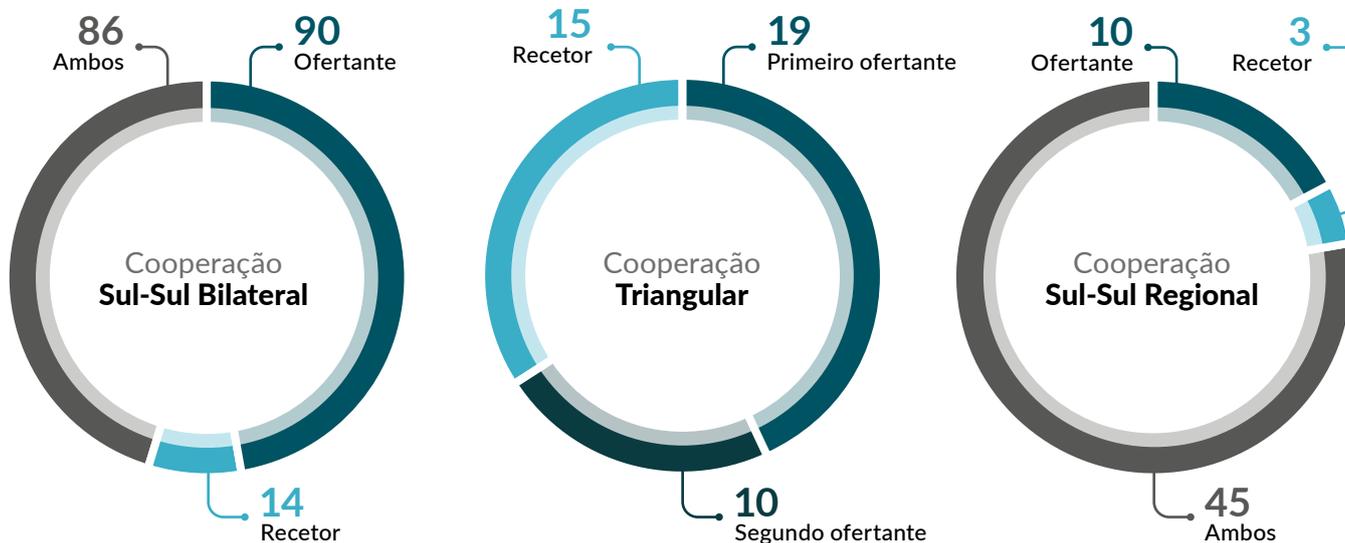
Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

MÉXICO

292

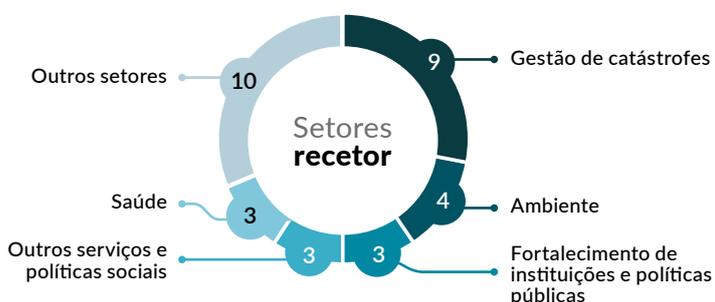
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades

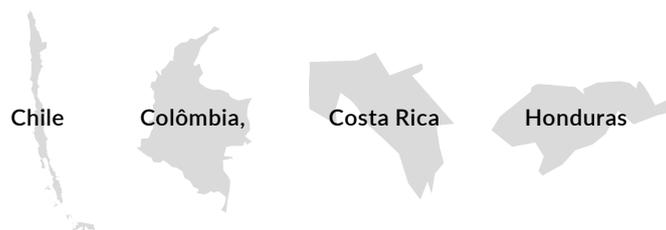


ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 11, 2 e 16



PRINCIPAIS PARCEIROS



Durante 2019, o México manteve em execução 292 ações, projetos e programas de cooperação. Em 65% dos casos, essas iniciativas foram executadas através da modalidade de CSS Bilateral, 20% a partir da modalidade de CSS Regional e 15% corresponderam a triangulações.

Em cerca de metade dos intercâmbios bilaterais, o México exerceu o papel de ofertante; ao passo que em praticamente outra metade, exerceu simultaneamente o papel de ofertante e de recetor, pois tratou-se de uma cooperação com marcado caráter “bidirecional”. Por sua vez o México contribuiu para fortalecer as capacidades dos seus parceiros nos setores *Agropecuário*, *Ambiente*, *Fortalecimento de instituições e políticas públicas* e *Gestão de catástrofes*, entre

outros; e reforçou-se em áreas também muito diversas relativas à *Gestão de catástrofes*, *Ambiente*, *Fortalecimento de instituições e políticas públicas*, *Outros serviços e políticas sociais* e *Saúde*.

Nos quase 300 intercâmbios realizados, o México associou-se de forma preferencial ao Chile, Colômbia, Costa Rica e Honduras e, no seu conjunto, contribuiu para fazer avançar a obtenção do ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), ODS 2 (Fome zero) e ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

NICARÁGUA

72

PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 13 e 4



PRINCIPAIS PARCEIROS



No ano de 2019, a Nicarágua manteve em execução 72 ações, projetos e programas de cooperação. Seis em cada 10 destas iniciativas foram executadas na modalidade de CSS Regional; cerca de um terço (31%) através de CSS Bilateral e os últimos 8%, por meio de intercâmbios de Cooperação Triangular.

A Nicarágua exerceu o papel de recetor em todas as iniciativas de CSS Bilateral e Cooperação Triangular, fortalecendo os seus conhecimentos e capacidades em diversos âmbitos principalmente relacionados com os setores do *Ambiente*, *Agropecuário*, *Educação* e outros.

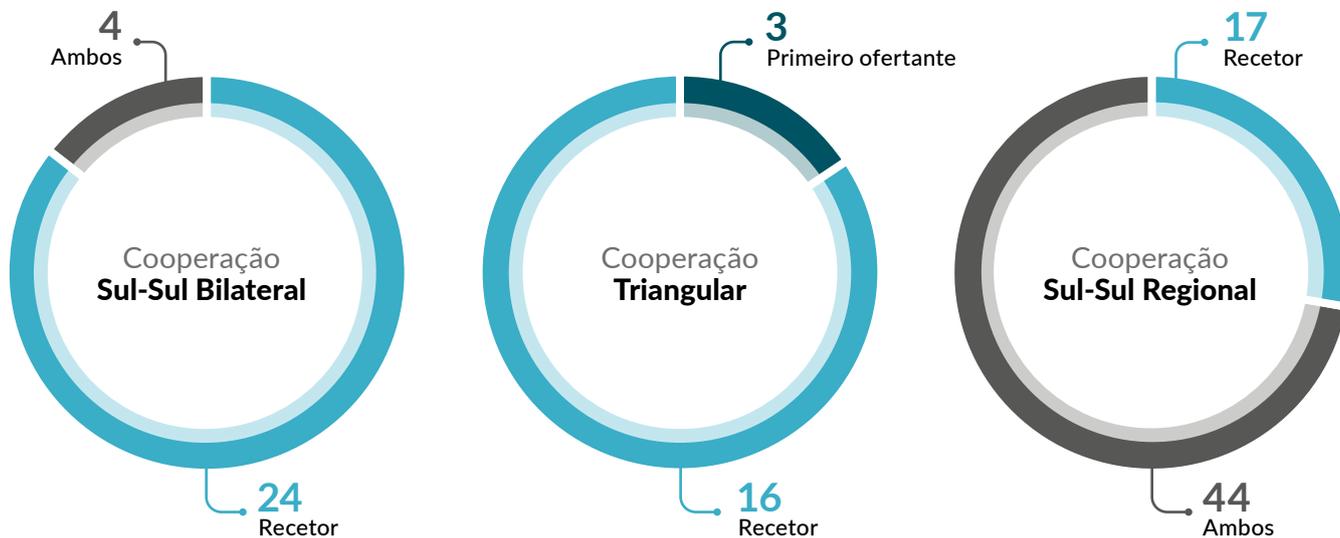
Nos seus intercâmbios, a Nicarágua associou-se a vários países, entre os quais se destacaram outros países centro-americanos, tais como a Costa Rica, Honduras e Panamá. Através da CSS e Triangular em que a Nicarágua participou, foi possível contribuir para o progresso da região na realização do ODS 13 (Ação climática) e ODS 4 (Educação de qualidade).

PANAMÁ

108

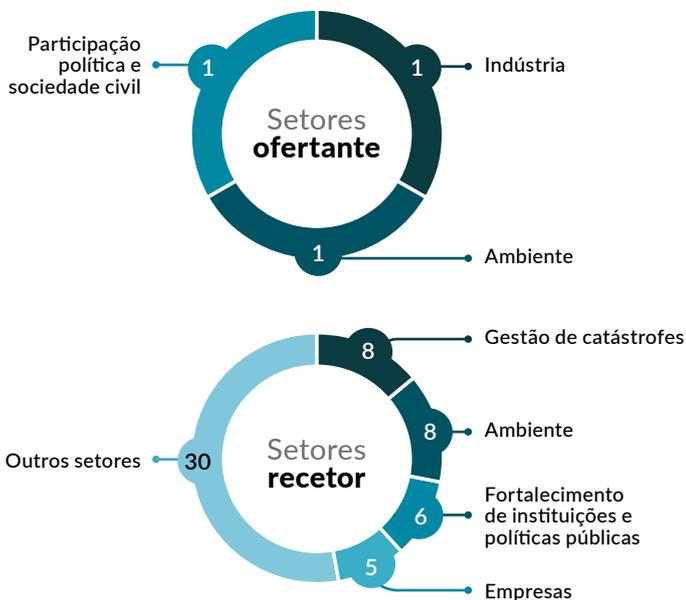
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 13, 11, 9 e 16



PRINCIPAIS PARCEIROS



No decorrer de 2019, o Panamá manteve em execução 108 ações, projetos e programas de cooperação. Mais de metade (56%) das iniciativas foram executadas na modalidade de CSS Regional, 26% através da modalidade de CSS Bilateral e os restantes 18% por meio de Cooperação Triangular. Uma parte destes intercâmbios concentraram-se preferencialmente com a Costa Rica, Guatemala e Honduras.

Na maior parte dos casos, o Panamá exerceu o papel de recetor, tendo reforçado as suas capacidades e conhecimentos em diversos sectores, tais como, entre outros, *Gestão de catástrofes*, *Ambiente*, *Fortalecimento de instituições e políticas públicas* e *Empresas*. Nas ocasiões pontuais em que exerceu o papel de ofertante, partilhou a sua experiência nas áreas da *Indústria*, *Ambiente* e *Participação política e sociedade civil*.

Graças aos esforços realizados no contexto desta cooperação, a CSS e Triangular do Panamá pôde contribuir para que a região fizesse avançar a concretização do ODS 13 (Ação climática), ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas) e ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

PARAGUAI

133

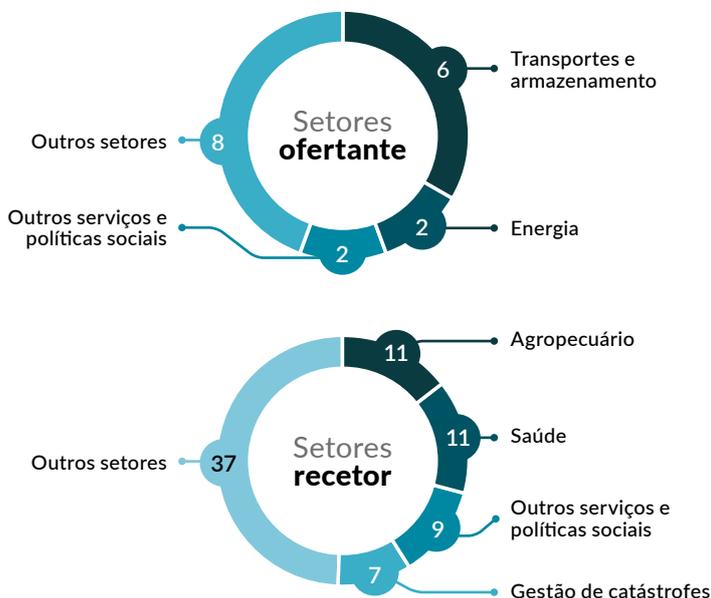
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 11, 9 e 3



PRINCIPAIS PARCEIROS



Em 2019, o Paraguai manteve em execução 133 ações, projetos e programas de cooperação. 41% desses intercâmbios executaram-se na modalidade de CSS Bilateral, uma proporção semelhante à que representou a CSS Regional (38%). Os restantes 21% justificaram-se através da Cooperação Triangular.

O Paraguai participou nesses intercâmbios exercendo principalmente o papel de recetor, um papel a partir do qual reforçou as suas capacidades em áreas relacionadas com a *Agropecuária, Saúde, Outros serviços e políticas sociais, Gestão de catástrofes* e outras. No entanto, o país também exerceu de forma crescente o papel de ofertante

de CSS Bilateral e Triangular, uma cooperação que lhe permitiu partilhar a sua experiência em domínios relacionados com *Transportes e armazenamento, Energia e Outros serviços e políticas sociais*.

Entre os seus principais parceiros, são de destacar a Argentina, Brasil e Chile. Graças aos esforços realizados no contexto desta cooperação, a CSS e Triangular do Paraguai pôde contribuir para a concretização do ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas) e ODS 3 (Saúde e bem-estar).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

PERU

169

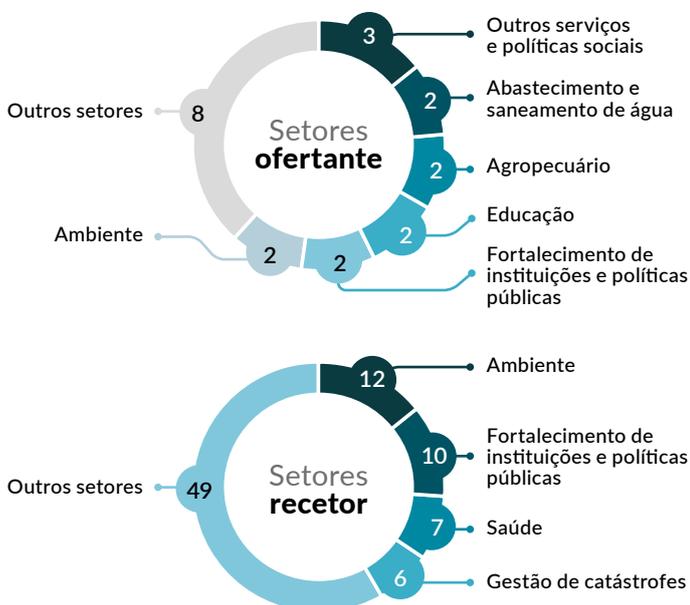
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 11, 16, 3 e 15



PRINCIPAIS PARCEIROS



Em 2019, o Peru manteve em execução 169 ações, projetos e programas de cooperação. Metade dessas iniciativas foram executadas na modalidade de Cooperação Sul-Sul Bilateral, 30% através de CSS Regional e os restantes 20% a partir de Cooperação Triangular.

No conjunto destes intercâmbios, o Peru combinou o exercício dos papéis de recetor (maioritário) e os correspondentes a ofertante. Esta combinação permitiu-lhe reforçar as suas capacidades e conhecimentos em setores tais como o do Ambiente, Fortalecimento de instituições e políticas públicas, Saúde, Gestão de catástrofes e outros;

bem como partilhar a sua experiência acumulada em *Outros serviços e políticas sociais, Abastecimento e saneamento de água, Agropecuária, Educação, Fortalecimento de instituições e políticas públicas e Ambiente.*

De entre os principais parceiros do Peru, destacaram-se o Chile, Colômbia e México. Através de praticamente 170 iniciativas de CSS e Triangular, o país contribuiu para a concretização do ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), ODS 3 (Saúde e bem-estar) e ODS 15 (Proteger a vida terrestre).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

R. DOMINICANA

109

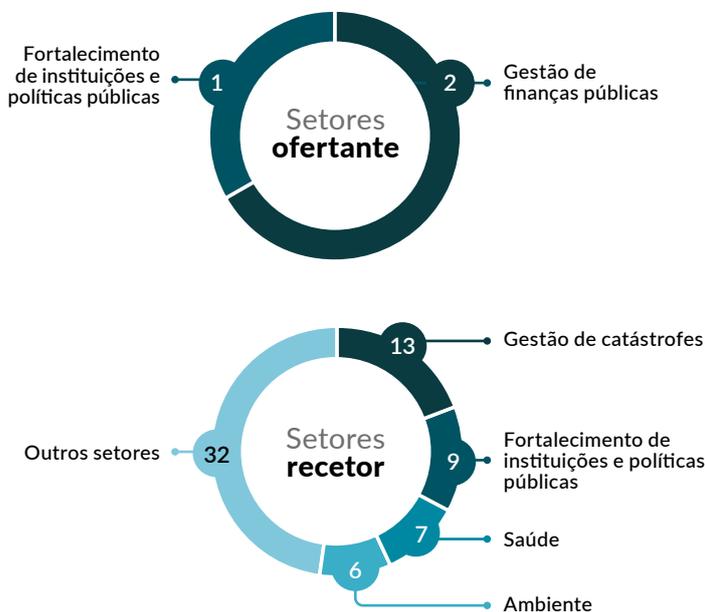
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 16, 3 e 13



PRINCIPAIS PARCEIROS



Em 2019, a República Dominicana participou num total de 109 aes, projetos e programas de cooperao. Essas iniciativas foram executadas através das diferentes modalidades reconhecidas pelo espaço ibero-americano, tendo predominado a CSS Regional (45%), seguida pela CSS Bilateral (29%) e pela Cooperaco Triangular (próxima dos 26%). Os parceiros com os quais concentrou a maior parte destes intercâmbios foram a Costa Rica, México e Panamá.

A República Dominicana exerceu preferencialmente o papel de recetor nas iniciativas Bilaterais e Triangulares e f-lo em vários setores, tais como no da *Gestão de catástrofes*, *Fortalecimento de instituices e políticas públicas*, *Saúde* e *Ambiente*. No entanto,

 de salientar a incipiente participao da República Dominicana como primeiro ofertante em iniciativas de Cooperaco Triangular, através de experiências relativas à *Gestão de finanças públicas* e ao *Fortalecimento de instituices e políticas públicas*.

Devido ao esforço realizado no contexto desta cooperao, a CSS e Triangular em que a República Dominicana participou, pôde contribuir para fazer avançar a obteno do ODS 16 (Paz, justiça e instituices eficazes), ODS 3 (Saúde e bem-estar) e ODS 13 (Ao climática).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direes Gerais de Cooperaco

URUGUAI

149

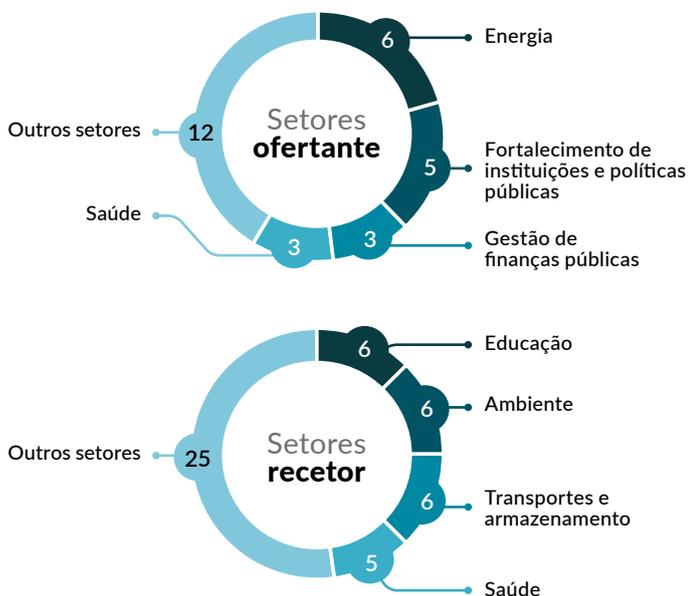
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 11, 9 e 3



PRINCIPAIS PARCEIROS



No decorrer de 2019, o Uruguai manteve em execução 149 ações, projetos e programas de cooperação. A maior parte destas iniciativas foram promovidas através da modalidade de CSS Bilateral (44%), seguidas de perto pelas executadas por meio de intercâmbios regionais (38%) e pelas de Cooperação Triangular (18%). No âmbito desta cooperação, os parceiros mais destacados do Uruguai foram a Argentina, Brasil e Paraguai.

Tal como tem vindo a ser habitual, o Uruguai participou nesta cooperação combinando em proporções muito semelhantes o exercício dos papéis de ofertante e recetor. Em resultado deste intercâmbio de conhecimentos e experiências com outros países, o país reforçou as suas capacidades em âmbitos relacionados

com a Educação, Ambiente, Transportes e armazenamento, Saúde e outros; ao mesmo tempo que transferiu parte da sua experiências e boas práticas nas áreas da Energia, Fortalecimento de instituições e políticas públicas, Gestão de finanças públicas e Saúde.

A CSS e Triangular em que o Uruguai participou ao longo de 2019, pôde contribuir para que a região progredisse na concretização do ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas) e ODS 3 (Saúde e bem-estar).

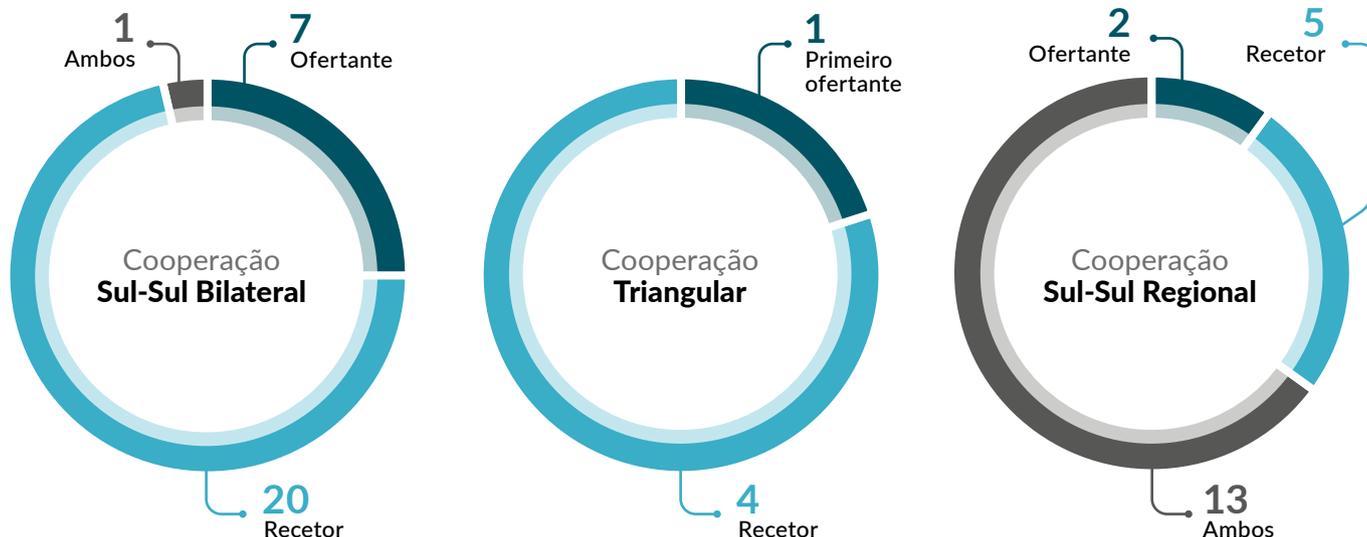
Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

VENEZUELA

53

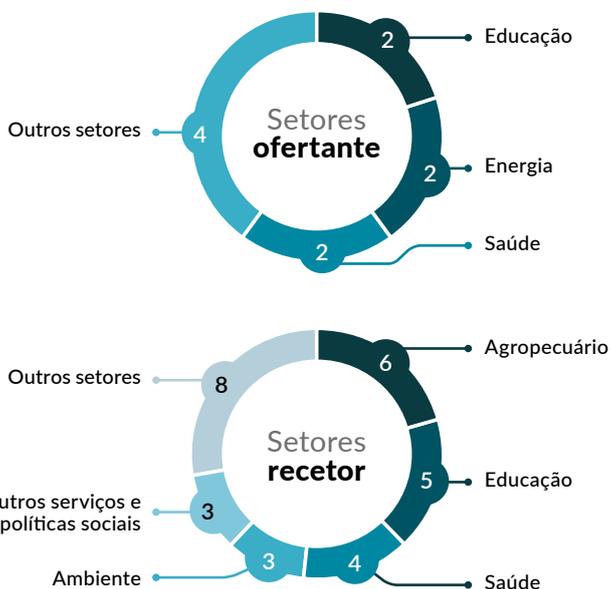
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 3, 9 e 11



PRINCIPAIS PARCEIROS



Em 2019, a Venezuela manteve em execução 53 ações, projetos e programas de cooperação. Nove em cada dez destas iniciativas foram realizadas nas modalidades de CSS Bilateral (53% do total) e CSS Regional (38%); e apenas 9% tiveram lugar num quadro Triangular.

Na maior parte dos intercâmbios, a Venezuela participou exercendo no papel de recetor, o que lhe permitiu reforçar as suas capacidades e conhecimentos em diversas áreas preferencialmente relacionadas com os setores *Agropecuário*, *Educação*, *Saúde*, *Ambiente* e *Outros serviços e políticas sociais*. Nas ocasiões em que exerceu o papel de ofertante, a Venezuela partilhou com outros países as suas experiências em *Educação*, *Energia*, *Saúde* e outras.

Entre os seus principais parceiros de 2019, destacaram-se Cuba e o Brasil e, em conjunto, a sua participação na CSS e Triangular deste ano pôde contribuir para a realização do ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas) e ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis).

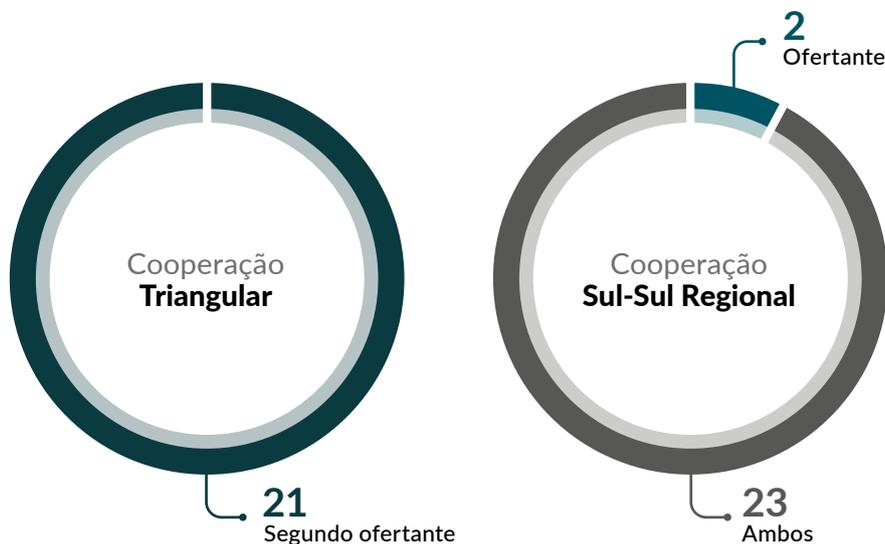
Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

ESPANHA

46

PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 11 e 16



PRINCIPAIS PARCEIROS



No ano de 2019, Espanha manteve em execução 46 ações, projetos e programas de cooperação. Cerca de metade (21 iniciativas, 46% das totais) foram realizadas na modalidade de Cooperação Triangular, na qual Espanha exerceu sempre o papel de segundo ofertante, apoiando a transferência de capacidades. As restantes (25, equivalentes a 54%) associaram-se às iniciativas de CSS Regional.

Os intercâmbios de Cooperação Triangular realizados durante 2019, permitiram que Espanha apoiasse o fortalecimento dos seus parceiros ibero-americanos numa grande variedade de domínios, que englobam principalmente os setores do Ambiente, Desenvolvimento legal e judicial e dos DH, Fortalecimento de instituições e políticas públicas

e políticas públicas, Gestão de finanças públicas e outros. Enquanto que no âmbito da CSS Regional, Espanha trocou experiências relacionadas com a Cultura, Fortalecimento de instituições e políticas públicas e Educação.

Embora a cooperação de Espanha envolvesse diferentes parceiros, destacaram-se os intercâmbios com o Uruguai, Argentina, Brasil, Costa Rica e Chile. As 46 iniciativas mantidas em execução puderam contribuir para fazer avançar o cumprimento do ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes).

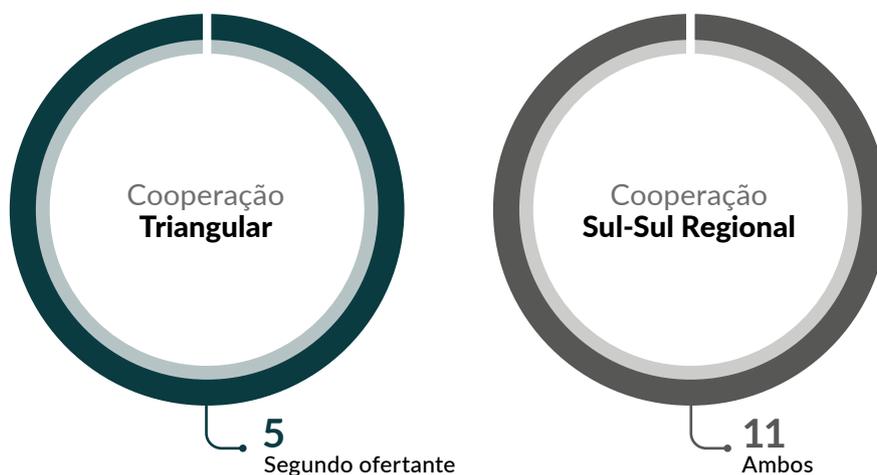
Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

PORTUGAL

16

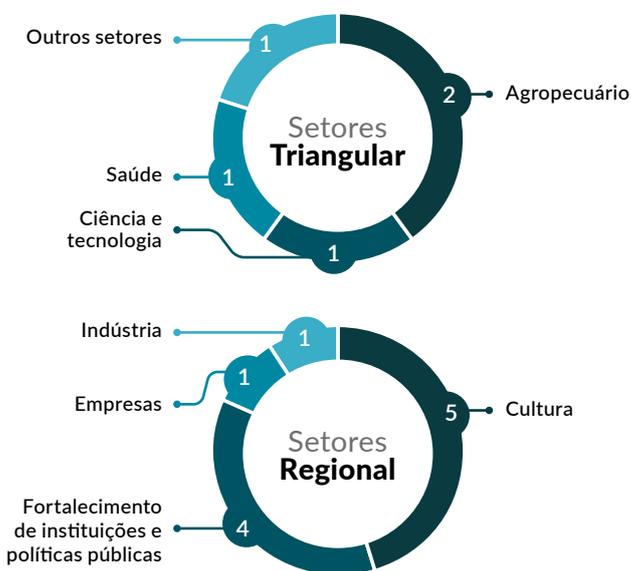
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 11, 9 e 16



PRINCIPAIS PARCEIROS



Ao longo de 2019, Portugal participou em 16 iniciativas de cooperação, sempre nas modalidades de Cooperação Sul-Sul Regional (11) e de Cooperação Triangular (5).

Em concreto, Portugal contribuiu para a execução de mais de uma dezena de programas e projetos adstritos ibero-americanos, a partir dos quais pôde partilhar e trocar experiências e conhecimentos relacionados com a *Cultura, Fortalecimento de instituições e políticas públicas, Empresas e Indústria*.

Por sua vez, Portugal intensificou a sua participação em projetos de Cooperação Triangular, sempre no papel de segundo ofertante. Através destas experiências, Portugal contribuiu para reforçar capacidades principalmente relativas aos setores

Agropecuário, Ciência e tecnologia, Saúde e Outros. É de salientar que uma parte destas triangulações envolveram países em desenvolvimento de outras regiões, como o Gana e Moçambique.

No conjunto destes intercâmbios, os principais parceiros de Portugal foram a Argentina, Brasil, Colômbia, Espanha e Uruguai. A cooperação promovida por este país em 2019, também contribuiu para fazer avançar a obtenção do ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas) e ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

ANDORRA

4

PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham com os ODS 3, 9, 10 e 17



PRINCIPAIS PARCEIROS



Em 2019, Andorra manteve em execução um total de 4 iniciativas de Cooperação Sul-Sul Regional. Trata-se de 3 Programas Ibero-Americanos e de 1 Projeto Adstrito, reforçando conhecimentos e capacidades em questões respetivamente relativas a *Transportes e armazenamento*, *Desenvolvimento legal, judicial e DH*, *Fortalecimento de instituições e políticas públicas* e *Empresas*. Em concreto, Andorra participou em:

- *Programa Ibero-Americano de Segurança Rodoviária*, o qual pretende promover o deslocamento seguro dos utilizadores do sistema rodoviário, reduzindo lesões, deficiências e mortes por acidentes de trânsito em todos os países membros.
- *Programa Ibero-Americano sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, cujo objetivo é contribuir para a inclusão das pessoas com deficiência na vida económica e social através de políticas que garantam o pleno gozo e exercício dos seus direitos.
- *Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS)*, que visa fortalecer e dinamizar a cooperação dos países ibero-americanos contribuindo para a qualidade e o impacto das suas ações, bem como promover a troca de experiências adaptáveis às políticas públicas de cada país.

- *Projeto Adstrito da Qualidade (IBERQUALITAS)*, que pretende melhorar a produtividade do tecido económico e social dos países ibero-americanos através da qualidade e da excelência, a fim de que a Ibero-América seja reconhecida como um âmbito de qualidade para investir e para viver.

Através desta cooperação, Andorra contribuiu para que a região avançasse na obtenção do ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas), ODS 10 (Reduzir as desigualdades) e ODS 17 (Parcerias para a implementação dos objetivos).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Nota metodológica

Nesta secção expõem-se as considerações metodológicas que foram tidas em conta ao analisar a CSS mantida em execução em 2019 pelo conjunto dos países ibero-americanos em cada uma das modalidades reconhecidas neste espaço, bem como para a elaboração final das fichas que resumem e agregam os principais dados de cada país.

MODALIDADES DE COOPERAÇÃO

Cooperação Sul-Sul Bilateral

Modalidade de Cooperação Sul-Sul na qual dois países em desenvolvimento trocam recursos ou experiências. Nesse intercâmbio não existe condicionalidade e a interlocução realiza-se em igualdade de condições. Os custos são assumidos de forma partilhada, embora não necessariamente em participações equivalentes. Os países repartem entre si os denominados papéis de ofertante (aquele que contribui com os principais recursos financeiros, técnicos e humanos) e de recetor. Por vezes, todos os países participantes exercem simultaneamente os papéis de ofertante e recetor, uma situação denominada por “Ambos”.

Cooperação Triangular

Modalidade de Cooperação Sul-Sul na qual participam um conjunto de agentes que, podendo todos eles realizar diferentes tipos de contribuições (técnicas, financeiras ou outras) dividem entre si o exercício de três papéis: o dos denominados primeiro ofertante e recetor (um ou vários países em desenvolvimento, em cada caso), e o de segundo ofertante (país em desenvolvimento, país desenvolvido, organismo regional ou multilateral, ou alguma associação deles). A característica distintiva é determinada pelo papel do primeiro ofertante, que atua como principal responsável pelo fortalecimento de capacidades.

Cooperação Sul-Sul Regional

Modalidade de Cooperação Sul-Sul que tem por objetivo o desenvolvimento e/ou a integração de uma região, entendendo-se assim que os países que a constituem (no mínimo três em desenvolvimento) partilham e acordam esse objetivo. O caráter regional desta cooperação está contemplado num mecanismo institucional formalizado. A sua execução estabelece-se a partir de programas e projetos.

TIPO DE INICIATIVAS

Programa

Conjunto de projetos orientados para a concretização de um mesmo objetivo. Além disso, por vezes envolve simultaneamente vários destinatários. Só se aplica à modalidade de CSS Regional.

Projeto

Conjunto de ações inter-relacionadas, encaminhadas para um destinatário específico a fim de satisfazer um objetivo comum através da sua execução no quadro de um ou de vários setores e/ou temas. Possui os seguintes elementos: período de execução definido, orçamento e resultados esperados, devendo igualmente prever um mecanismo de acompanhamento e avaliação. Deverá ter sido aprovado num quadro de cooperação (comissão mista, acordo interinstitucional, acordos gerais de cooperação ou similares). Aplica-se a todas as modalidades de cooperação.

Ação pontual

Executa-se pontualmente, uma única vez, através de variantes específicas (assessoria, estágios, investigação conjunta, missão de diagnóstico, seminários, etc.). Só se aplica às modalidades de CSS Bilateral e Cooperação Triangular.

CLASSIFICAÇÃO SETORIAL

Ao longo destes anos, o espaço ibero-americano acordou numa classificação setorial cuja principal utilização é a sua aplicação na análise da Cooperação Sul-Sul. Fruto deste esforço, foram definidos 30 setores de atividade, agrupados em 7 domínios de intervenção. A Tabela A.II.1 descreve esses 30 setores e organiza-os conforme se associem a um ou outro domínio. A modo de síntese:

- a) Os setores da *Educação, Saúde, População e Saúde Reprodutiva, Saneamento e Abastecimento de Água e Outros Serviços e Políticas Sociais*, têm como quadro de referência o fortalecimento e a melhoria das áreas Sociais, categoria na qual se agrupam.
- b) Por seu lado, os setores *Extrativo, Agropecuário, Silvicultura, Pesca, Construção, Indústria, Turismo e Comércio*, dedicam-se ao fortalecimento dos Setores de Produção. Complementam o apoio às economias nacionais, a partir de aspetos mais operacionais, os setores da *Energia, Transportes, Comunicações, Ciência e Tecnologia, Finanças, e Emprego e Empresas*, todos eles agrupados em Infraestruturas e serviços económicos.
- c) Por sua vez, consideram-se orientados para o Fortalecimento institucional, os setores do Fortalecimento das Instituições e Políticas Públicas; Gestão de Finanças Públicas; Desenvolvimento Legal e Judicial e dos Direitos Humanos; Participação Política e da Sociedade Civil; assim como as Questões de Paz, Segurança Pública, Nacional e Defesa.
- d) Por outro lado, dois setores relacionam-se com a categoria Ambiental: o primeiro, inclui tudo o que respeita à *Preservação do Ambiente*; e o segundo, a todas as intervenções relativas à *Gestão de Catástrofes*, considerando-se aqui qualquer das fases envolvidas (prevenção, preparação, atenuação, ajuda de emergência, reabilitação e reconstrução).
- e) Finalmente, pelas suas especificidades e difícil categorização, os setores da *Cultura, Género e Outros* (dedicados a modelos de desenvolvimento alternativos), recebem um tratamento diferenciado e consideram-se dentro de um geral *Outros âmbitos de intervenção*.

TABELA 1

Setores de atividade reconhecidos no espaço ibero-americano, conforme o âmbito de intervenção

Âmbito de intervenção	Setor de atividade	Descrição
SOCIAL	Educação	Fortalecimento da Educação a todos os níveis, da básica à universitária, e da formação profissional. Afeta, entre outros, os planos e políticas educativas, programas curriculares, construção e reabilitação de escolas e de outras infraestruturas associadas, bem como a capacitação e formação de docentes e de outros profissionais do setor.
	Saúde	Fortalecimento da saúde geral e básica, através, entre outras, de ações dirigidas às políticas de saúde, serviços médicos, cuidados básicos de saúde, investigação médica, luta contra doenças transmissíveis e não transmissíveis, desenvolvimento, qualidade e vigilância de fármacos e vacinas, saúde pós-reprodutiva, nutrição básica, infraestruturas de saúde, educação em saúde e formação de pessoal de saúde.
	População e saúde reprodutiva	Programas e políticas sobre, entre outros, população, migrações, políticas migratórias, cuidados de saúde reprodutiva, planeamento familiar, luta contra as DST e formação específica.
	Abastecimento e saneamento de água	Política e gestão, entre outros, de recursos e resíduos hídricos, acesso à água, fornecimento, tratamento, saneamento, esgotos, desenvolvimento de bacias fluviais e formação específica.
	Outros serviços e políticas sociais	Fortalecimento dos serviços e políticas sociais em geral, políticas de habitação, políticas que visem a não discriminação, cuidados e inclusão social de coletivos mais vulneráveis, em especial pessoas com deficiência, indígenas, afrodescendentes, crianças, jovens e idosos, isto apenas para nomear alguns.
ECONÓMICO Infraestruturas e Serviços Económicos	Energia	Fortalecimento das políticas, infraestruturas, serviços, investigações e instituições relacionadas com a produção e fornecimento de energia proveniente tanto de fontes renováveis quanto de não renováveis, bem como a sua maior sustentabilidade (entre outros, gás, hidrocarbonetos, água, sol, vento e biocombustíveis).
	Transportes e armazenamento	Fortalecimento das políticas, infraestruturas, serviços, investigações e instituições relacionadas com as políticas de transportes e armazenamento, bem como a melhoria e sustentabilidade dos transportes em geral ou por qualquer dos seus meios (rodoviário, ferroviário, marítimo, fluvial e aéreo).
	Comunicações	Apoio às políticas, infraestruturas, serviços, investigações e instituições relacionadas com as comunicações, em qualquer dos seus meios e formatos (entre outros, telecomunicações, rádio, televisão, imprensa, e tecnologias da informação e das comunicações).
	Ciência e tecnologia	Desenvolvimento das políticas, infraestruturas, serviços, investigações e instituições que promovam a Ciência e a Tecnologia com resultados de aplicação geral (não setorial) na economia. Inclui também e entre outros, tudo o que diz respeito à transferência dos conhecimentos resultantes, reforço do sistema científico e divulgação e universalização do acesso às tecnologias.
	Banca e finanças	Apoio às capacidades de gestão dos recursos financeiros das empresas, das organizações e de pequenos produtores, especialmente quando se trata de contribuir para fortalecer a economia local. Inclui formação e ensino em serviços financeiros, desenvolvimento e implementação de programas de microcrédito, bem como apoio à banca quando a sua atividade coincide com estes objetivos.
	Emprego	Apoio às políticas, infraestruturas, serviços, investigações e instituições que facilitem e promovam a criação e acesso ao emprego, bem como a ações mais específicas de formação e capacitação profissional que respondam a esse mesmo objetivo.
	Empresas	Apoio às políticas, infraestruturas, serviços, investigações e instituições para a promoção de empresas, especialmente micro, pequenas e médias, bem como ao fortalecimento dos processos de concorrência.

ECONÓMICO Setores de Produção	Extrativo	Fortalecimento da exploração e extração de recursos minerais e energéticos (carvão, petróleo e gás,), bem como tratamento dos seus resíduos, especialmente através de instrumentos de planificação, gestão e legislação mineira.
	Agricultura e pecuária	Desenvolvimento de políticas e apoio a instituições relacionadas com a agricultura e pecuária. Inclui tudo o que diz respeito ao uso do solo, terras aráveis, gestão de sementes, reforma agrária, soberania alimentar, questões fitossanitárias e de saúde animal e vegetal, fomento de produtores familiares e apoio às cooperativas agrícolas, para referir apenas alguns exemplos.
	Silvicultura	Desenvolvimento de políticas e apoio a instituições dedicadas à silvicultura e gestão florestal, bem como a tudo o que se relaciona com o uso comercial da madeira.
	Pesca	Desenvolvimento de políticas e apoio a instituições relacionadas com a aquicultura e as pescas. Inclui, entre outros, o apoio à produção pesqueira artesanal, questões fitossanitárias e de segurança nutricional e alimentar.
	Construção	Desenvolvimento de políticas e apoio ao setor da construção e das infraestruturas.
	Indústria	Desenvolvimento de políticas e apoio a instituições relacionadas com o fomento da indústria em geral e por setores. Inclui o fortalecimento de qualquer fase que afete o processo de transformação desde a produção até à distribuição final.
	Turismo	Desenvolvimento de políticas e apoio a instituições relacionadas com o setor do turismo.
	Comércio	Desenvolvimento de políticas e apoio a instituições que fomentem o comércio e a distribuição final de produtos a nível local, nacional e internacional. Igualmente acordos e negociações comerciais regionais e multilaterais.
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	Fortalecimento institucional e políticas públicas	Fortalecimento do setor público e das suas instituições e políticas. Afeta qualquer nível de governo, pelo que inclui o apoio aos processos de descentralização (política, administrativa e fiscal) e o apoio a governos regionais e locais e entre eles. Também inclui tudo o que se relaciona com a cooperação (como políticas públicas) e a produção de estatísticas e indicadores cujo objetivo seja o de orientar a tomada de decisões sobre as políticas e gestão pública.
	Gestão de finanças públicas	Inclui, entre outros, a gestão do orçamento e despesa pública, receitas (especialmente do sistema tributário), bem como a melhoria dos sistemas de gestão financeira, políticas fiscais, auditorias públicas, dívida pública, controlo e gestão de empresas públicas e medição do seu desempenho.
	Desenvolvimento legal e judicial e dos DH	Fortalecimento dos quadros legais, constituições, leis e regulamentações, bem como das instituições, sistemas e procedimentos da justiça, e também as práticas (tradicionais, indígenas...) que estão fora do sistema legalmente contemplado; e apoio à defesa e alargamento dos direitos humanos, em especial dos civis e políticos. Inclui a luta contra a impunidade e a proteção das minorias de qualquer tipo (étnicas, religiosas, linguísticas, sexuais, emigrantes, crianças, vítimas de tráfico e de tortura...).
	Participação política e sociedade civil	Fortalecimento da participação política, processos eleitorais, democracia e sociedade civil, bem como de ações que melhorem o controlo dos cidadãos sobre os seus representantes.
	Paz, segurança pública, nacional e defesa	Processos de paz e resolução de conflitos, desarmamento, desmobilização e reinserção na vida civil. Apoio à segurança pública (orientada para a prevenção, investigação e repressão de crimes contra as pessoas - códigos penais, agências da lei, polícia, prisões...) e à segurança nacional e defesa (luta contra a corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de drogas, formação militar, controlo de armas...).
AMBIENTE	Ambiente	Desenvolvimento, entre outros, de políticas e apoio a instituições dedicadas à proteção do ambiente, sustentabilidade na gestão dos recursos naturais, tratamento de resíduos, redução da poluição, luta contra as alterações climáticas e preservação da biodiversidade.
	Gestão de catástrofes	Apoio a todas as intervenções operacionais que se realizem nas diferentes etapas da gestão de catástrofes, tendo em conta as relativas à prevenção, preparação, atenuação, ajuda de emergência, reabilitação e reconstrução.

OUTROS ÂMBITOS

Cultura	Desenvolvimento de políticas e apoio às instituições relacionadas com a cultura em todas as suas formas (também tradicional e oral), bem como às artes cénicas, em qualquer das suas disciplinas (arquitetura, dança, teatro, escultura, música, pintura e literatura) e ao artesanato popular, bibliotecas, museu e outros.
Género	Desenvolvimento de políticas e apoio às instituições que promovem, entre outros, programas e projetos que relacionem a mulher com o desenvolvimento, fomentem o seu empoderamento económico e lutem contra a violência de que são vítimas.
Outros	Fomento, entre outros, de modelos de desenvolvimento alternativo, rural e urbano, e da economia social e comunitária.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

FICHAS DOS PAÍSES

Os dados incluídos nas fichas correspondem à Cooperação Sul-Sul em que cada país iberoamericano participou ao longo de 2019. Em geral, todas as fichas reúnem informações relativas às iniciativas nas quais participaram, modalidades de cooperação, papéis, principais parceiros, setores de atividade e ODS com os quais potencialmente se alinharam. É importante destacar que os valores apresentados não estão desagregadas por instrumento de execução (ações, projetos, programas) mas que se referem a todas as iniciativas de CSS.

A seguir, explica-se a forma como foram obtidos os cálculos:

- **Número total de iniciativas (em unidades).** Refere-se à soma das ações, projetos e programas nos quais o país participou nas três modalidades reconhecidas no espaço ibero-americano (CSS Bilateral, Cooperação Triangular e CSS Regional). É de referir que foram tidas em consideração as iniciativas de cooperação dentro da Ibero-América e também com outras regiões. Dada a sua natureza, no caso dos países da Península Ibérica, não se aplica a modalidade de CSS Bilateral.
- **Participação por modalidades e papéis (em unidades).** Em cada uma das modalidades de CSS indica-se o número de iniciativas nas quais o país participou em 2019 para cada um dos papéis que exerceu, tendo em conta as iniciativas de cooperação entre a IberoAmérica e também com outras regiões. Além disso, os possíveis papéis exercidos variam dependendo da modalidade de cooperação:
 - CSS Bilateral: Ofertante, Recetor, Ambos.
 - Cooperação Triangular: Primeiro ofertante, Segundo ofertante, Recetor.
 - CSS Regional: Ofertante, Recetor, Ambos.

- **Capacidades fortalecidas (em unidades).**

No caso dos 19 países da América Latina, para o total das iniciativas nas quais o país participou na qualidade de ofertante e de recetor, independentemente da modalidade de cooperação, indica-se quantas iniciativas estiveram associadas a cada um dos 30 setores de atividade reconhecidos no espaço ibero-americano.

No caso da oferta, consideram-se de forma conjunta os papéis de Ofertante, Primeiro ofertante e Segundo ofertante.

As iniciativas em que o país tem o papel Ambos não são consideradas para esta análise. No gráfico de pizza resultante, mostram-se os setores de atividade (3-4) que mais se destacaram e agregam-se os outros a um genérico “resto dos setores”.

No caso dos três países da Península Ibérica, a análise setorial realiza-se tendo em conta a modalidade na qual se executou a cooperação e não o papel.

- **Alinhamento com os ODS.** Refere-se aos ODS com que potencialmente se podem alinhar as iniciativas nas quais o país participou, independentemente da modalidade de cooperação na qual foram realizadas e do papel nelas exercido. Note-se que para esta análise não foram tomadas em conta as ações pontuais (apenas programas e projetos).
- **Principais parceiros.** Refere-se aos parceiros com os quais em 2019 o país partilhou o maior número de intercâmbios, sem distinguir nem a modalidade de CSS (bilateral, triangular ou regional) nem o papel que exerceu.

Bibliografía

Agência Chilena de Cooperação Internacional (AGCID). (2020). *Kizuna: formação, intercâmbio e resiliência*. <https://www.agci.cl/index.php/kizuna>

AGCID. (2015). *Cooperação Triangular do Chile: Quadro conceptual e experiências*. https://issuu.com/agci/docs/brochure_20seminario_20triangular.c

Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA na sigla em inglês). (2017): *Perspetiva das energias renováveis da República Dominicana*. <https://www.cne.gob.do/wp-content/uploads/2018/01/2820172920ESP20REmap20RD202030.pdf>

Agência Nacional de Águas do Brasil (ANA). (2017). *Projeto Amazonas: ação regional na área de recursos hídricos*. ANA, Brasília. <http://www.otca-oficial.info/assets/documents/20180521/2e8556eeeb524735ae38814e5eac7d36.pdf>

Atencio, G e Laporta, E. (5 de julho de 2012). Tipos de feminicídio ou as variantes da violência patriarcal extrema. *Feminicidio.net*. <https://feminicidio.net/tipos-de-feminicidio-o-las-variantes-de-violencia-extrema-patriarcal/>

Badía, A. (2017). *Desporto para o desenvolvimento e a paz. Articulação da Colômbia dentro da Estratégia de uso do SDP das Nações Unidas* (Tese de Mestrado). Universidade de Barcelona, Espanha.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). (2017). *Carta da Convenção de Cooperação Técnica Regional Não Reembolsável N°. ATN/OC-15892-RG. Sistema de Informação para a Cooperação Internacional*. <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=EZSHARE-2056220512-5067>

Banco Mundial (BM). (2020): *Adapting Disaster Risk Management Systems for Health-Related Emergencies: Early Lessons from the Asia-Pacific Region*. <http://documents1.worldbank.org/curated/en/866721604561114600/pdf/Adapting-Disaster-Risk-Management-Systems-for-Health-Related-Emergencies-Early-Lessons-from-the-Asia-Pacific-Region.pdf>

Barquero Céspedes, D. e Calderón Campos, E. (2017). Educação: Um direito humano fundamental. *Pedagogia Hospitalar* (09). Centro de Apoio à Pedagogia Hospitalar. Hospital Nacional Pediátrico Dr. Carlos Sáenz Herrera. *Cenarec*, pp. 35-38. <https://cenarec.files.wordpress.com/2017/08/revista-cenarec-para-todos-i-2017-pedagogc3ada-hospitalaria.pdf>

Burón, L. (2020): *Covid-19 e coordenação multissetorial: os desafios dos sistemas de gestão de riscos*. UNDRR. <https://www.undrr.org/es/news/covid-19-y-coordinacion-multisectorial-los-retos-de-los-sistemas-de-gestion-de-riesgo>

Comissão Económica para América Latina e o Caribe (CEPAL). (2020). *Estudo Económico da América Latina e do Caribe* (LC/PUB.2020/12-P), Santiago. https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46070/89/S2000371_es.pdf

CEPAL. (2020). *Feminicídio - Análise*. Observatório da Igualdade de Género da América Latina e do Caribe. Recuperado em 11 de janeiro de 2021 de <https://oig.cepal.org/es/indicadores/feminicidio>

CEPAL. (2020). Observatório da COVID-19 na América Latina e no Caribe. Impacto económico e social. Recuperado em 27 de novembro de 2020 de <https://www.cepal.org/es/temas/covid-19>

Congresso Geral dos Estados Unidos Mexicanos. (2015). *Lei de transição energética* <http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LTE.pdf>

Conselho de Estado da República de Cuba. (2019). *Decreto-Lei N.º 345 "Desenvolvimento de fontes renováveis e uso eficiente da energia"*. 29 de novembro de 2019. <https://www.gacetaoficial.gob.cu/sites/default/files/goc-2019-o95.pdf>

Díaz, Y. (2020). *Cuba legisla acerca da cooperação internacional*. Trabalhadores. Órgão da central de trabalhadores de Cuba. Recuperado em 1 de dezembro de 2020 de <http://www.trabajadores.cu/20201201/cuba-legisla-acerca-de-cooperacion-internacional/>

Direção Geral de Contratações Públicas da República Dominicana (DGCPRD). (2019). *A RD torna-se ofertante da cooperação triangular para apoiar os sistemas de compras públicas de El Salvador e Costa Rica*. <https://www.dgcp.gob.do/noticias/rd-se-convierte-en-oferente-de-cooperacion-triangular-para-apoyar-los-sistemas-de-compras-publicas-de-el-salvador-y-costa-rica/>

Estudos Internacionais, I. (2020). AGCID, três décadas a gerir a cooperação internacional no país. *Estudos Internacionais*, 52(195), 159-167. doi:10.5354/0719-3769.2020.57271

Fundo Misto de Cooperação Triangular Chile-Espanha. (2019). *Síntese dos primeiros 10 anos de trabalho conjunto*. Recuperado em 28 de outubro de 2020 de: https://issuu.com/agci/docs/brochure_fondo_chile-espan_a

Fundo Monetário Internacional (FMI). (2021). *Relatório sobre a perspetiva da economia mundial*. <https://www.imf.org/es/Publications/WEO/Issues/2021/01/26/2021-world-economic-outlook-update>

FMI. (2020). *Perspetivas da economia mundial*. Outubro de 2020. <https://www.imf.org/es/Publications/WEO/Issues/2020/09/30/world-economic-outlook-october-2020>

Futebol Mais. (2020). *Emergências e resiliência: conseguir sorrisos onde não os há*. Recuperado em 17 de dezembro de 2020. <https://futbolmas.org/emergencias-y-resiliencia-sacar-sonrisas-donde-no-las-hay/>

Hosagrahar, J. (2017). A cultura, elemento central dos ODS. *O correio da UNESCO. Desafios 2030: uma agenda para todos*. Abril-Junho de 2017, 12-14. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000248106_spa

Instituto Camões. (2020). Instituto da Cooperação e da Língua. <https://www.instituto-camoes.pt/es/>

Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD na sigla em inglês). (2015): *Manual para agentes de compras públicas da Rede Interamericana de Compras Governamentais (RICG). Implementando Compras Públicas Sustentáveis na América Latina e no Caribe*. IDRC, OEA e IISD. <https://www.iisd.org/system/files/publications/iisd-handbook-ingp-es.pdf>

Izquierdo, A., Pessino, C. e Vuletin, G. (2018). *Melhores despesas para melhores vidas. Como podem a América Latina e o Caribe fazer mais com menos?* BID. <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/Mejor-gasto-para-mejores-vidas-C%C3%B3mo-Am%C3%A9rica-Latina-y-el-Caribe-puede-hacer-m%C3%A1s-con-menos.pdf>

Jiménez, Y. (2009). *O Programa Integral de Saúde de Cuba. Um modelo de Cooperação Sul-Sul*. <https://www.medigraphic.com/pdfs/revcubsalpubint/spi-2010/spi101g.pdf>

Lechini, G. (2018). *Vozes argentinas em África, ao ritmo dos impulsos. Revista Voces en el Fénix*. Ano 8 N°. 67, pp. 146 a 153. https://www.vocesenelfenix.com/sites/default/files/numero_pdf/fenix67%20baja_0.pdf

Ministério da Economia, Planificação e Desenvolvimento da República Dominicana (MEPYD). (2020): *A RD será ofertante para apoiar as compras públicas de El Salvador e Costa Rica*. <https://mepyd.gob.do/rd-sera-ofertante-para-apoyar-en-compras-publicas-a-el-salvador-y-costa-rica/>

Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da República Argentina (MRECIC). (2020). *Apostando na Cooperação Sul-Sul com África*. <https://cancilleria.gob.ar/es/actualidad/boletin/apostando-por-la-cooperacion-sur-sur-con-africa>

MRECIC. (2019). *Fundo Argentino de Cooperação Internacional – FO.AR. Direção Geral de Cooperação Internacional [Diapositivos 2 e 5]*. Ministério das Relações Exteriores e do Culto da República Argentina. <https://www.paho.org/es/documentos/fondo-argentino-cooperacion-internacional-foar>

MRECIC. (19 de março de 2019). *Faurie: “É a hora de produzir uma aproximação coerente, realista e sustentável com África*”. <https://cancilleria.gob.ar/es/actualidad/noticias/faurie-es-el-momento-de-producir-un-acercamiento-coherente-realista-y>

MRECIC. (2018). *Cooperação Argentina. Direção Geral da Cooperação Internacional e Ministério das Relações Exteriores e do Culto da República Argentina* Pp. 72-79. <https://cancilleria.gob.ar/userfiles/ut/publicacion-paba.pdf>

Ministério da Saúde de Cuba (MINSAP). (2020). *Anuário Estatístico de Saúde 2019*. <https://files.sld.cu/bvscuba/files/2020/05/Anuario-Electr%C3%B3nico-Espa%C3%B1ol-2019-ed-2020.pdf>

Mundiacult. (1982). *Declaração do México sobre as Políticas Culturais*. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais “Mundiacult”. https://culturalrights.net/descargas/drets_culturals400.pdf

Nações Unidas, Assembleia Geral “Documento final de Buenos Aires da Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul”, A/CONF.235/3 (11 de março de 2019), disponível em: <https://undocs.org/sp/A/CONF.235/3>

Escritório Europeu da Cruz Vermelha. (2020). *Good disaster risk governance helps to save lives*. <https://redcross.eu/latest-news/good-disaster-risk-governance-helps-to-save-lives>

Organização Mundial da Saúde (OMS). (2020). *Atualização da estratégia para a COVID-19*. https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/covid-strategy-update-14april2020_es.pdf

OMS. (29 de junho de 2020). Cronologia da resposta da OMS à COVID-19. Recuperado em 29 de novembro de 2020 de <https://www.who.int/es/news/item/29-06-2020-covidtimeline>

OMS. (2019). Resolução 67/97 do Conselho Executivo. Financiamento e execução do orçamento por programas 2018-2019 e perspectivas de financiamento do orçamento por programas 2020-2021. 23 de dezembro de 2019. https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/EB146/B146_30-sp.pdf

Organização das Nações Unidas (ONU). (14 de julho de 2020). *A pandemia COVID-19 pode significar décadas de atraso no desenvolvimento sustentável*. Notícias da ONU. <https://news.un.org/es/story/2020/07/1477461>

ONU. (2015). Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas “Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. A/RES/70/1 (25 de setembro de 2015). http://www.asturiasparticipa.es/wp-content/uploads/2020/05/Resolucion_AsambleaGeneral_NacionesUnidas.pdf

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO na sigla em inglês). (2020). *Cultura e desenvolvimento*. <http://www.unesco.org/new/es/culture/themes/culture-and-development/>

UNESCO. (2013). Declaração de Hanchou: situar a cultura no centro das políticas de desenvolvimento sustentável. Congresso Internacional de Hanchou (China). 15 a 17 de maio de 2013. http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/final_hangzhou_declaration_spanish.pdf

Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) e Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB). (2017). *A Cooperação Sul-Sul e Triangular no setor da saúde da Ibero-América*. <https://iris.paho.org/handle/10665.2/34005>

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). (21 de maio de 2018). *Projeto Amazonas*. Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. <http://www.otca-oficial.info/projects/details/23>

OTCA. (2018a). Análise do Diagnóstico Transfronteiriço Regional da Bacia Amazônica – ADT. Projeto GEF Amazonas, Brasília. <http://www.otca-oficial.info/assets/documents/20181022/b36fdbac4773007a4021b7b269b49148.pdf>

OTCA. (2018b): Programa de Ações Estratégicas. Estratégia Regional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Amazônica. Brasília.
<http://www.otca-oficial.info/assets/documents/20181022/6f7dcfeec03f588923aa99a5f915507b.pdf>

OTCA. (13 de julho de 2016). *Projeto GEF Amazonas*. Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.
<http://www.otca-oficial.info/projects/details/3>

Pastor, C. Sánchez Serrano, J.M. Zubillaga del Río, A. (2014). Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Diretrizes para a sua introdução no currículo. educaDUA. Projeto DUALETIC.
http://educadua.es/doc/dua/dua_pautas_intro_cv.pdf

Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS). (2020). *Estratégia a Médio Prazo 2020-2023*.
<https://cooperacionsursur.org/wp-content/uploads/2020/04/iemp-DIGITAL.pdf>

Rede Latino-Americana e do Caribe pelo Direito à Educação das Crianças e Jovens Hospitalizados ou em Tratamento (REDLACEH). (2014). Projeto de Lei-Quadro: Proposta para o Estudo de Harmonização Legislativa sobre o Direito à Educação de Meninos, Meninas e Jovens hospitalizados ou em situação de doença na América Latina e no Caribe.
https://parlatino.org/pdf/leyes_marcos/leyes/proyecto-propuesta-estudio-armonizacion-dic-2014.pdf

SEGIB. (2020). *Relatório da CSS na Ibero-América 2019*.
<https://www.informesursur.org/>

SEGIB. (2018): *Uma década de Cooperação Sul-Sul na Ibero-América*.
<https://www.informesursur.org/download/4695>

SEGIB. (2016). *Documentos da XXV Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Programa de Ação da Cimeira, Cartagena das Índias, 29 de outubro de 2016*. Secretaria-Geral Ibero-Americana.
https://www.segib.org/docs-cumbre-cartagena/1_32.php

SEGIB. (2008): *Programa de Ação de São Salvador*.
[https://www.segib.org/wp-content/uploads/Programa%20de%20Accion%20San%20Salvador\(1\).pdf](https://www.segib.org/wp-content/uploads/Programa%20de%20Accion%20San%20Salvador(1).pdf)

Somos Ibero-América. (2020). *O trabalho dos médicos cubanos em Andorra: "Salvamos vidas graças a eles"*. Somos Ibero-América, o portal da cooperação ibero-americana.
<https://www.somosiberoamerica.org/temas/cooperacion-iberoamericana/medicos-cubanos-en-andorra/>

Sputnik News. (25 de outubro de 2016). *A Argentina visa fortalecer as relações com África*.
<https://mundo.sputniknews.com/africa/201610251064348734-sudafrica-botswana-mozambique/>

O *Relatório da Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América 2020* sistematiza e analisa as iniciativas de cooperação em que a região participou em 2019. Uma das principais novidades desta edição, é a inclusão do termo Triangular no nome do Relatório, uma modificação que leva em conta a aprendizagem acumulada pela Ibero-América quanto a esta modalidade, e que se alinha com o reconhecimento mundial que lhe foi dado como meio para a implementação efetiva da Agenda 2030.

É importante sublinhar que esta décima terceira edição se elabora no contexto da crise da COVID-19, a qual evidenciou, se possível ainda mais, a necessidade de cooperar e unir forças para enfrentar os desafios globais. De facto, esta crise e todas as possíveis contribuições que se possam fazer a partir da CSS e Triangular para dar a resposta à crise sanitária, económica e social de que o mundo necessita, transversalizam esta edição. O Relatório de 2020 focaliza-se assim nos temas setoriais e, tal como tem vindo a ser habitual mas ainda com maior ênfase, na importância do fortalecimento de capacidades e do intercâmbio de experiências na procura de soluções partilhadas para os problemas do desenvolvimento.

Andorra · Argentina · Bolívia · Brasil · Chile · Colômbia · Costa Rica ·
Cuba · Equador · El Salvador · Espanha · Guatemala · Honduras ·
México · Nicarágua · Panamá · Paraguai · Peru · Portugal ·
República Dominicana · Uruguai · Venezuela

www.informesursur.org



www.cooperacionsursur.org



www.aecid.es



www.segib.org